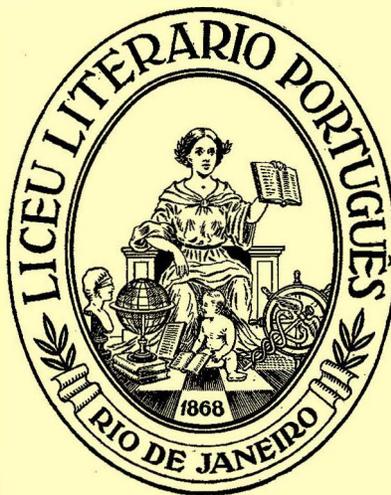


# CONFLUÊNCIA

REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

*Per multiplum ad unum*



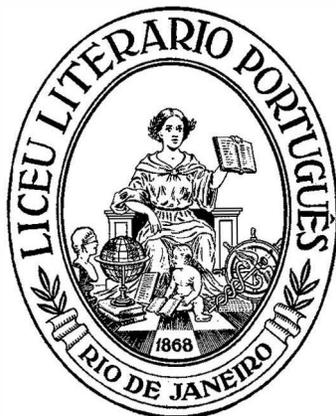
**N.º 12 - 2.º semestre de 1996 - Rio de Janeiro**

# CONFLUÊNCIA

*Per multiplum ad unum*

*"As armas e padrões portugueses  
postos em África, e em Ásia, e em  
tantas mil ilhas fora da repartiçam  
das três partes da terra, materiaes  
sam, e pode-as o tempo gastar: però  
nã gastará doutrina, costumes,  
linguagem, que os portugueses  
nestas terras leixarem."*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor  
da Nossa Linguagem*)



N.º 12 - 2.º semestre de 1996 - Rio de Janeiro

# CONFLUÊNCIA

REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS  
Presidente: Edison Chini

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS  
Diretor: Antonio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.  
Edison Chini (Presidente)  
Sílvio Elia (Vice-Presidente)  
Gladstone Chaves de Melo  
Maximiano de Carvalho e Silva  
Evanildo Bechara  
Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA  
Diretor: Evanildo Bechara  
Comissão de Redação:  
Sílvio Elia  
Gladstone Chaves de Melo  
Maximiano de Carvalho e Silva  
Antônio Basílio Rodrigues

Produção Gráfica  
Editora Lucerna Ltda

Pede-se permuta  
Pídese canje  
On demande l'échange  
Si chiede lo scambio  
We ask for exchange  
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:  
Liceu Literário Português  
Rua Senador Dantas, 118  
CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ  
Brasil

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da Tap – Air Portugal

## SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (ANTÔNIO GOMES DA COSTA) .....	5
Homenagem a Francisco Adolfo Coelho .....	9
Biografia de Adolfo Coelho (EVANILDO BECHARA) .....	11
Bibliografia de Adolfo Coelho .....	13
 <b>ARTIGOS</b>	
Particularidades Morfossintáticas do Português de Angola e Moçambique (EBERHARD GÄRTNER) .....	27
Crioulos Portugueses em África e no Oriente (JORGE MORAIS BARBOSA) .....	59
A Língua e a Cultura Portuguesa em Macau e as Instituições ao seu Serviço no Presente e no Futuro (JORGE RANGEL) .....	73
A Presença Africana nos Falares Nordestinos (MARIA DO SOCORRO SILVA DE ARAGÃO) .....	87
O Português Literário do Cabo Verde (MICHEL LABAN) .....	101
Moçambique, Março de 1995: O Português da Imprensa (FÁTIMA RIBEIRO) .....	115
Crioulo e Português: Vertentes Linguísticas da Literatura de Cabo Verde (BENILDE JUSTO CANIATO) .....	137
Sobre um Poema da Moderna Literatura Angolana (LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO) .....	147
Porque a Comunidade (SÍLVIO ELIA) .....	157
 <b>REGISTRO BIBLIOGRÁFICO</b> .....	 165
 <b>RESENHAS CRÍTICAS</b>	
TEIXEIRA, Lúcia. <i>As Cores do Discurso. Análise do discurso de crítica de arte</i> (HILMA RANAURO) .....	171
 <b>NOTICIÁRIO</b> .....	 175
 <b>COLABORADORES DESTES NÚMERO</b> .....	 183

## EDITORIAL

Dr. Antônio Gomes da Costa

Mestres e estudiosos da Língua Portuguesa, vindos de diversas partes do mundo – uns da Europa, outros da África, outros do Extremo Oriente – juntaram-se aos mestres e estudiosos brasileiros para discutir e avaliar o estado do Idioma, refletir sobre os seus contatos com outras línguas, sobre os reflexos das mudanças políticas na evolução e permanência do Idioma e sobre os desafios inerentes ao ensino e à difusão geográfica. Vieram a convite do Liceu Literário Português, para enriquecer mais uma de suas iniciativas, e vieram, acima de tudo, movidos pelo interesse intelectual e pelo carinho que dedicam, todos, há muitos anos, aos estudos, à pesquisa e ao conhecimento da linguagem, nas diversas vertentes e nos seus múltiplos aspectos.

Foram dias de colheita – e também de sementeira. De colheita, porque aprendemos muito com as lições e as experiências aqui reveladas, porque confirmamos, ouvindo os depoimentos que cada um trouxe, que nos diversos continentes continua a realizar-se um trabalho admirável por parte de muitos no sentido da Língua não perder domínios, nem prestígio e de continuar a ser o instrumento de fraternidade e de convívio para aqueles povos cujas raízes são comuns e cujas linhas de convergência gostaríamos que nunca fossem, no futuro, quebradas ou rompidas.

As variantes e as particularidades morfossintáticas do Português de Angola ou de Moçambique; a claridade literária de Cabo Verde; o cerco francófono da Guiné-Bissau; a sobrevivência dos crioulos indo-portugueses a lembrar-nos os "patterns" lusíadas deixados em Goa, Damão e Diu; o "papiá-cristão" do "Portuguese Settlement" em Malaca; o esforço fantástico que está a ser feito em Macau para a preservação das raízes portuguesas – na Língua, na memória, na arquitetura – quando no final do século a administração do território for transferida para a República Popular da China – tudo isto, e muito mais, foi objeto de análise e de debate ao correr deste Simpósio. Uns vieram de além-mar com os traços vivos de sua fidelidade às matrizes do Idioma; outros trouxeram-nos da África de Mía Couto e de Luandino Vieira a magia e o surpreendente da frase; estes falaram-nos das pesquisas e da plasticidade da linguagem de Euclides ou do Guimarães Rosa; aqueles de suas investigações em torno da musicalidade das

palavras ou rituais etnolinguísticos de Moçambique; e ainda aqueles outros trouxeram-nos o encantamento do Ocidente, alertaram-nos para o desvio do epicentro da História no próximo milênio, para o "doce falar" daquelas famílias portuguesas que através de gerações sucessivas souberam manter, na foz do Rio das Pérolas e perto das muralhas chinesas, uma presença portuguesa que, quase juramos, não irá extinguir-se, nem escapar pela Porta do Cerco, porque, longe de estarmos no "fim da História", como alguns pensaram, olhando a ruptura dos regimes políticos e o fim da bipolarização mundial, estamos no início de um novo tempo onde serão importantes os valores de uma cultura por cujo ecumenismo e universalidade havemos de lutar, com as nossas forças, com o nosso trabalho, com o nosso sonho.

Congratulamo-nos com os participantes deste Simpósio e agradecemos a todos o terem vindo, trazendo-nos os seus ensinamentos e honrando-nos com sua participação.

Nada mais justo do que termine esta intervenção com palavras de reconhecimento – este é o dia certo de o fazer. Reconhecimento, que começa, obviamente, pelos que vieram de mais longe, de outros países e de outros Estados. Sabemos o que representou de sacrifício e de esforço para os que vieram de fora, mas estamos também certos que o fizeram com gosto: primeiro, porque vinham ao Brasil, e esse anúncio, desde a carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel, dando conta da boa nova da chegada da frota cabralina a Porto Seguro, sempre suscita interesse e encantamento por esta terra boa e acolhedora; depois porque outros vieram em missão de serviço, cruzados de uma causa e sacerdotes de uma religião, que é a Língua Portuguesa.

O nosso reconhecimento vai também para as instituições e Universidades, que, solidárias com os nossos propósitos, contribuíram para o êxito deste projeto.

Os nossos agradecimento para todos os participantes do Brasil – de S. Paulo e da Paraíba, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro – que com sua competência e participação muito nos ajudaram.

Também uma palavra de muita gratidão ao Presidente e à Diretoria do Liceu Literário Português pelo zelo, empenho e entusiasmo com que conduzem esta Casa e pelos programas de trabalho que vêm sendo cumpridos. Administradores sem remuneração, esquecem o seu próprio negócio, a sua família, as suas horas de lazer, para se dedicarem a esta causa de servir Portugal e o Brasil. Na pessoa do Presidente Edison Chini, queremos testemunhar a todos o reconhecimento da nossa comunidade.

Finalmente, minhas Senhoras e meus Senhores, permitam-me que realce, no encerramento deste Simpósio, a cansaça, o merecimento, a doação, o entusiasmo e o carinho de um grupo de Homens que um dia tive a sorte de conhecer e a coragem de pedir para que colaborassem conosco na criação do Instituto de

Língua Portuguesa do Liceu Literário Português. Vieram e com a sua presença esta Casa ganhou foro e primícias universitárias. Cursos foram organizados; passou a editar-se semestralmente a revista *Confluência*, em 1992 realizou-se o 1º Simpósio Internacional sobre a Língua Literária; sucederam-se debates e mesas-redondas sobre a reforma ortográfica, a gramática, os aspectos da sintaxe, a morfologia e o aprimoramento da linguagem; e agora entregaram-se à organização deste novo Simpósio. Como aumentou a nossa dívida! Já tínhamos antes – pois dobramos o seu tamanho, pela aplicação e pelos cuidados, pela entrega e pela amizade. Ao Prof. Sílvio Elia; ao Prof. Evanildo Bechara; ao Prof. Maximiano de Carvalho e Silva; ao Prof. Gladstone Chaves de Mello; ao Prof. Antônio Basílio Rodrigues, com os agradecimentos do Liceu Literário Português, que interpreto nesta hora em nome do Dr. Edison Chini, Presidente da Diretoria, quero acrescentar a minha maior admiração e toda a minha estima.

Com os votos de feliz regresso e de felicidades para todos, com os nossos agradecimentos e com um "até breve", declaro encerrado, em nome da Diretoria do Liceu Literário Português, o Simpósio Internacional da Língua Portuguesa em África e no Oriente.

No encerramento do Simpósio Internacional da Língua Portuguesa em África e no Oriente, em 28/4/95

\*\*\*

**NÚMERO EM HOMENAGEM A  
FRANCISCO ADOLFO COELHO**



**ADOLFO COELHO**  
(1847 – 1919)

## FRANCISCO ADOLFO COELHO

Evanildo Bechara  
Univ. do Estado do Rio de Janeiro

Dedicado este número da *Confluência* às variedades da língua portuguesa na África e no Oriente, conforme tema do Simpósio Internacional ideado pelo Instituto de Língua Portuguesa e patrocinado pelo benemérito Liceu Literário Português, não poderia ser homenageada nesta oportunidade senão a figura de Francisco Adolfo Coelho, introdutor em Portugal dos então modernos estudos de ciências da linguagem, especialmente da lingüística comparada, inaugurados na Alemanha e espalhados por todo o mundo culto da época.

Adolfo Coelho nasceu em Coimbra, aos 15 de janeiro de 1847 e faleceu em Carcavelos, distrito de Lisboa, em 9 de fevereiro de 1919. Cedo, aos 21 anos (1868) estreou com *A língua portuguesa* e aos 23 (1870) publica a *Teoria da conjugação em latim e português*, trabalhos que o iriam firmar como o grande centro em torno do qual se inspirariam as futuras investigações não só no campo da lingüística e da filologia, mas ainda no campo da pedagogia, da etnografia, do folclore, da literatura. Hauria as novidades quase sempre de fonte alemã, graças ao bom domínio que possuía desse idioma. Temperamento forte, combativo e inconformado, defendeu com bravura suas idéias e seus projetos para a renovação da mentalidade de Portugal do seu tempo, terçando armas com alguns dos maiores que detinham a ciência, a política e o gosto literário da época. Participou das célebres Conferências Democráticas, realizadas no Casino Lisbonense, a partir de 22 de maio de 1871, ao lado de Antero de Quental, Jaime Batalha Reis, Augusto Soromenho, Oliveira Martins, Eça de Queirós, entre outros. A quinta e última conferência – já que uma decisão do Ministério proibiu a continuação delas – coube ao nosso homenageado, que falou sobre *A questão do ensino*, na qual criticava todo o sistema pedagógico português reinante, prejuízo que impedia o progresso do país.

Procurou renovar diversos setores da investigação lingüística e filológica, escrevendo livros e artigos sobre etimologia, fonética, morfologia, sintaxe, temas literários e de línguas estrangeiras, principalmente do francês. Foi dos primeiros a interessar-se pelo português do Brasil e pelos crioulos; estes últimos estudos, esparsos em revistas hoje de pouco acesso, foram recentemente coligidos por Jorge Morais Barbosa. Sua importantíssima contribuição no campo da língua dos ciganos em Portugal, da etnografia, da cultura popular e da educação mereceu oportunas reedições a cargo de Fernandes Rosado (Fundação Calouste Gulbenkian) e João Leal (Publicações Dom Quixote).

A ação intelectual desenvolvida por Adolfo Coelho no campo da lingüística e da filologia foi logo reconhecida fora de Portugal. Assim é que aparece como integrante do corpo de colaboradores da importante *Internationale Zeitschrift für allgemeine Sprachwissenschaft* fundada e dirigida por F. Techmer (Leipzig, 1884–1890), ao lado de nomes consagrados como G.I. Ascoli, G. von der Gabelentz, F.

von Miklosich, H. Paul, A.F. Pott, W. Scherer, H. Steinthal, J. Storm, W.D. Whitney e W. Wundt, além de outros.

No Brasil, seus escritos serviram de guia a compêndios gramaticais que procuraram romper com a batida rotina, mesmo antes da importante reforma do ensino de línguas, a cargo de Fausto Barreto, em 1887; foi o caso de Júlio Ribeiro que dedica sua *Gramática Portuguesa* (1ª ed. 1881) a "colendos mestres" em que inclui o nome de Adolfo Coelho e a ele se refere com esta pergunta: "quem poderá escrever hoje sobre filologia portuguesa sem tomá-lo por guia, sem se ver forçado a copiá-lo a cada passo?" (prefácio da 2ª ed., 1884/1885).

Embora não tivesse cursado o Universidade de Coimbra, foi com justiça chamado para lecionar, a partir de 1878, no Curso Superior de Letras, de Lisboa, depois na Faculdade de Letras. Aos 40 anos a Universidade de Gotinga lhe confere o título de doutor *honoris causa*.

Adolfo Coelho não foi apenas um valente batalhador em prol da melhoria do ensino primário e liceal; para os jovens alunos o sábio mestre escreveu, no domínio da língua e da literatura, dois preciosos voluminhos sob o título *A Língua Portuguesa – Noções de Glotologia Geral e Especial Portuguesa* (Porto, 1881) e *Noções de Literatura Antiga e Medieval como Introdução à Literatura Portuguesa* (Porto, 1881). Um terceiro programado, com o título *Noções de Literatura Portuguesa*, não chegou a sair), e umas *Noções Elementares de Gramática Portuguesa* (Porto, 1891). Dos dois primeiros recebeu os aplausos dos competentes romanistas Gaston Paris e Fritz Neumann. Era uma atividade que, ontem como hoje, se cumpria, como diz A. Coelho, com grandes sacrifícios "de tempo, saúde e dinheiro na aquisição de livros" (*O Ensino da Língua Portuguesa nos Liceus*, Porto, s.d. [1895] ) que, infelizmente, ontem como hoje, não sensibilizam os governantes e as autoridades de ensino, que imaginam que o professor só trabalha quando está em sala, lecionando a seus discípulos.

"Devido à dispersão da sua atividade – diz do nosso homenageado Paiva Boléo –, que não lhe permitiu aprofundar alguns assuntos, os trabalhos lingüísticos de Adolfo Coelho perderam, em grande parte, a sua atualidade. Mas eles foram, na época, muito importantes e decisivos para a renovação do ambiente intelectual português, em virtude de A.C. inculcar método científico na investigação e insistir na necessidade de se reunirem fatos bem apurados, em vez de se construírem teorias (...) Sobretudo na última fase da sua vida, A.C., como homem de ação que desejava ser e não apenas estudioso de gabinete, empenhava-se em modificar e melhorar a mentalidade e os hábitos da vida portuguesa. O seu maior mérito foi o de ter sido um renovador e um grande semeador de idéias" (*Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 5, p. 835).

Por todos estes motivos, julgamos que este Simpósio Internacional da Língua Portuguesa na África e no Oriente não poderia ter mais justo patrono que Francisco Adolfo Coelho a quem, com a escolha, estamos também reverenciando pela passagem do sesquicentenário de seu nascimento a ser comemorado no início do ano que vem.

\*\*\*

## BIBLIOGRAFIA DE FRANCISCO ADOLFO COELHO

**1868**

*Língua (A) Portuguesa. Fonologia, Etimologia, Morfologia e Sintaxe*, 1º fasc., Imprensa da Universidade de Coimbra, 1868.

**1869**

*Duplos (Dos) da Língua Portuguesa*, in *Jornal Literário*, ano 1º (1869), Imprensa Literária, Coimbra, 1869, págs. 3-5 e 12-13.

**1870**

*Ciência (A) Alemã e a Ignorância Portuguesa*, nº 1, Hubner Versus Levy, Lisboa, 1870.

*Ideia da Origem do Regime Constitucional*, in *Diário de Notícias*, 24-4-1870.

*Luís de Camões*, in *Album de Homenagem a Camões – Nova edição dos principais escritos em verso e prosa publicados pela Imprensa Periódica por ocasião de se erigir o Monumento que à Memória do Egrégio Poeta consagrou a Pátria reconhecida*, Tip. Lallement Frères, Lisboa, 1870.

*Origem da Língua Portuguesa*, in *Diário de Notícias*, 17-5-1870, 18-5-1870, 20-5-1870, 26-5-1870, 14-6-1870.

*Relatório (O) do Sr. Latino Coelho acerca do Dicionário da Academia examinado por...*, Lisboa, Tip. Lallement Frères, Lisboa, 1870.

*Sobre a Necessidade da Introdução do Ensino da Glótica em Portugal*, Tip. Lallement Frères, Lisboa, 1870.

*Teoria da Conjugação em Latim e Português. Estudo de Gramática Comparativa*, Lisboa, 1870 [capa: 1871].

*Algumas Observações acerca do Dicionário Bibliográfico Português e seu Autor*. Tip. Lallement Frères, Lisboa, 1870.

**1871**

*Carta*, in *Diário Popular*, 1-7-1871.

*Estudo (Um) de Gramática Comparativa*, in *Jornal Literário*, ano II, Coimbra, 1871, págs. 57-59.

*Portaria (A) de 26 de Junho proibindo as Conferências Democráticas. Carta Pública ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês d'Ávila e Bolama, Ministro do Reino, por...*, Tip. do Futuro, Lisboa, 1871.

*Sobre a Língua Portuguesa - Introdução ao Grande Dicionário Português pelo Dr. Domingos Vieira*, Porto, Ernesto Chardron e Bartolomeu Morais, vol. I, págs. IX-CCVI.

### 1872

*Propósito (A) da História da Literatura Portuguesa de Teófilo Braga. Carta ao Autor*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1872.

*Questão (A) do Ensino - Conferência pública feita no Casino Lisbonense em 19 de Junho de 1871*, Livraria Internacional de Ernesto Chardron e Eugénio Chardron, Porto-Braga, s. d. [1872].

### 1873

*Bibliografia Crítica de História e Literatura publicada por...*, Imprensa Literária e Comercial, Porto, 1873-1875.

*Ciência e Probidade. A propósito das pasquinadas do sr. José Gomes Monteiro & Companhia*, Porto, 1873.

*Crestomatia Histórica da Língua Portuguesa*, in *Grande Dicionário Português de Domingos Vieira*, vol. II, págs. V-LXXX.

*Formes Divergentes des Mots Portugais*, in *Romania*, ano II, 1873, págs. 281-294.

*Romances Galiciennes*, in *Romania*, ano II, 1873, págs. 259-260.

### 1874

*Esboço de Filosofia Analítica por J. L. Hartt Milner. Tradução de...*, Matos e Moreira & Cia, Lisboa, 1874.

*Método para Aprender a Ler, Falar e Escrever a Língua Portuguesa em seis meses pelo Dr. H. G. Ollendorf, arranjado para uso dos portugueses por...*, 2 vols., Livraria Universal de Magalhães e Moniz, Porto, 1874.

*Origem das Línguas Românicas*, in *Origem da Língua Portuguesa por A. Soromenho e das Línguas Românicas por...*, Rio de Janeiro, 1874 [...], pp. 33-45.

*Questões da Língua Portuguesa*, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Porto, 1874.

*Romances Sacros, Orações e Ensalms Populares do Minho*, in *Romania*, III, págs. 263-278. [E.S.]

### 1875

*Belphegor*, in *O Cenáculo* [...], vol. I, nº 3, Lisboa, 1875, págs. 65-80.

*Contos (Os) Populares Sicilianos coligidos por Pitré*, in *O Cenáculo* [...], nº 7, 1875, págs. 193-200.

*Elementos (Os) Tradicionais da Literatura. Os Contos*, in *Revista Ocidental*, ano I, vol. II, págs. 329-346; *ibid.*, págs. 425-444.

*Tratado de Pronúncia Francesa Compilado por... (Complemento do Método Ollendorf)*, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Porto, 1875.

### 1877

*Satura*, in *A Borboleta*, [...], Braga, ano I, 1877, págs. 113-114; *ibid.*, pp. 121-122.

### 1878

*Morte (A) e o Inverno*, in *Renascença*, [...], I, Porto, 1878, pág. 10 (= In *A Tradição* [...], ano I, Serpa, 1899, págs. 33-38).

*Notas Mitológicas*, in *Renascença* [...], I, Porto, 1878, págs. 47-48.

### 1879

*Cavalinhos Fuscas*, nota in *O Hissope*, de Antônio Diniz da Cruz e Silva, edição crítica [...] por José Ramos Coelho [...], Paris, 1879, [...], págs. 441-442.

*Ciências Históricas em Portugal. Publicações de 1878*, in *Renascença*, fasc. V-VII, págs. 82-87. E. S., datada de Fevereiro de 1879.

*Contos Populares Portugueses*, coligidos por..., P. Plantier Ed., Lisboa, 1879.

*Materiais para o Estudo da Origem e Transmissão dos Contos Populares*, in *O Positivismo*, vol. I, Porto, 1879, págs. 74-83. [E.S.]

*Romances Populares e Rimas Populares Portuguesas*, in *Zeitschrift für Romanische Philologie*, III, págs. 61-72 e 193-199.

### 1880

*Camões e a Língua Portuguesa*, in *Diário de Notícias*, 17, 18 e 19 de Maio de 1880 (= *Album Literário*, Porto, 1880, pág. 23).

*Camões e a Nacionalidade Portuguesa*, in *Portugal a Camões*, Porto, 1880.

*Dialectos (Os) Romanicos ou Neo-Latinos na África, Ásia e América*, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 2ª série, nº 3, págs. 129-196. [= E.s.: Casa da Sociedade de Geografia, Imprensa Nacional, 1881].

*Etnografia Portuguesa - Costumes e Crenças Populares*, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 2ª série, nº 6, págs. 403-422; *ibidem*, nº 9 e 10, págs. 633-668. [E.S.]

*Lusíadas (Os) por Luís de Camões. Edição Popular Gratuita da Empresa do "Diário de Notícias"*, [...] sob a direção de..., [...], Lisboa, 1880.

*Revisão do texto do Poema e Observações Filológicas* in *Os Lusíadas*, de Luís de Camões [...] Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Lisboa, 1880.

*Revista de Etnologia e Glotologia. Estudos e Notas por...*, Lisboa, 1880; fasc. I, 1880, págs. 1-48; fasc. II e III, 1881, págs. 49-144; fasc. IV, 1881, pp. 145-208.

### 1881

*Algumas Palavras sobre o Positivismo*, in *O Panteon*, nº 24, Porto, 1881, págs. 377-381. [E.s.: Tip. Nacional, Lisboa, 1885].

*Crítica à Revista Lisbonense Era Nova*, in *Litteraturblatt für german, und romanische Philologie*, 1881, cols. 412-415.

*Curso de Literatura Nacional para Uso dos Liceus Centrais. I- A Língua Portuguesa. Noções de Glotologia Geral e Especial Portuguesa*, 1ª ed., Livraria Universal de Magalhães e Moniz, Porto, 1881. [2ª ed.: 1887; 3ª ed.: 1896].

*Curso de Literatura Nacional para Uso dos Liceus Centrais. II- Noções de Literatura Antiga e Medieval como Introdução à Literatura Portuguesa*. Livraria Universal de Magalhães e Moniz, Porto, 1881.

*Lendas (As) da Serra da Estrela*, in *Diário de Notícias*, 21-9-1881 (= *Pero Galego*, Viana do Castelo, ano I (1882), n. 3, págs. 2-3).

*Notas Mitológicas - O Tangro-Mangro e os Uranianos*, in *Renascença*, vol. I, 1881, págs. 165-167. [E.s.]

### 1882

*Algumas Palavras sobre a Nossa Vida Nacional*, in *Jornal do Comércio*, 11-11-1882; *ib.*, 26-11-1882; *ib.*, 2-12-1882.

*Caixas Econômicas Escolares*, in *Froebel*, 15 de Junho, 1882, pp. 25-26.

*Contos Nacionais para Crianças*, 1º vol. da Biblioteca de Educação Nacional publicada por..., 1ª ed., Livraria Universal de Magalhães e Moniz, Porto, 1882; 2ª ed., s.d.; 3ª ed., Biblioteca das Crianças, Livraria Educação Nacional Editora, Porto, 1936. Tradução em língua espanhola no *Boletín de la Institución de Libre Enseñanza*, tomo VIII, Madrid, 1884.

*Crítica às obras de J. Leite de Vasconcelos: Biblioteca Etnográfica Portuguesa. I - Tradições Populares de Portugal* (vol. único), Livraria Portuense de Clavel e C.ª, Porto, 1882 e *Anuário para o Estudo das Tradições Populares Portuguesas*, *ib.*, in *Jornal do Comércio*, 28-12-1882.

*Dialectos (Os) Romanicos ou Neo-Latinos na África, Ásia e América - Notas Complementares*, in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 3ª série, nº 8, 1882, pág. 451. [E.s.]

*Escola Modelo*, in *Froebel*, I ano, 1 de Novembro, 1882.

*Especialistas e Generalizadores*, in *Jornal do Comércio*, 15-9-1882; *ib.*, 13-10-1882; *ib.*, 14-11-1882.

*Estudo (O) das Tradições Populares na Itália*, in *Jornal do Comércio*, 29-9-1882.

*Estudo (O) das Tradições Populares na Espanha*, in *Jornal do Comércio*, 27-10-1882.

*Estudo (O) das Tradições Populares em França*, in *Jornal do Comércio*, 8-12-1882.

*Etnografia*, in *Jornal do Comércio*, 22-12-1882.

*Etnologia (A)*, in *Jornal do Comércio*, 17-2-1882; *ib.*, 2-3-1882; *ib.*, 17-3-1882; *ib.*, 1-4-1882; *ib.*, 22-4-1882.

*Influência (A) Européia no Oriente Asiático - I - A China*, in *Jornal do Comércio*, 26-5-1882.

*Questão (Uma) Universitária*, in *Jornal do Comércio*, 15-12-1882.

*Métodos (Os) de Ensino na Universidade*, in *Jornal do Comércio*, 30-12-1882.

*Instrução (A) em França*, in *Froebel*, 1º ano, 15-7-1882.

*Trabalho (O) Manual na Escola Primária*, in *Froebel*, 1º ano, 1-9-1882; *ib.*, 15-9-1882; *ib.*, 15-10-1882; *ib.*, 15-12-1882; *ib.*, 1-1-1883. [E.s.]

*Vida e Obras de Frederico Froebel*, in *Froebel*, 1º ano, Abril, 1882; *ib.*, Maio, 1882; *ib.*, Junho, 1882; *ib.*, 15 de Junho, 1882; *ib.*, Novembro, 1882.

### 1883

*Anuário (O) da Universidade de Coimbra*, in *Jornal do Comércio*, 13-1-1883.

*Ciganos (Os) em Portugal e Ao sr. Anselmo de Andrade*, in *Jornal do Comércio*, 28-4-1883.

*Crítica às Tradições Populares de Portugal*, de Leite de Vasconcelos, in *Revista Científica do Porto*, vol. I, 1883, pág. 513.

*Discussão (A) Parlamentar sobre a Reforma da Instrução Secundária*, in *Jornal do Comércio*, 17-3-1883.

*Ditados Tópicos de Portugal in Anuário para o Estudo das Tradições Populares Portuguesas*, 1º ano, 1883, págs. 47-49.

*Elementos (Os) Tradicionais da Educação. Estudo Pedagógico*, Biblioteca de Educação Nacional, III, publicada por..., Magalhães e Moniz, Porto, 1883.

*Instrução (A) do Povo em Portugal in Trabalhos Complementares do Primeiro Congresso das Associações Portuguesas, realizado na Câmara Municipal de Lisboa. Relatório das Secções da Junta Departamental do Sul*, Lisboa, 1883, págs. 26-74.

*Jogos (Os) e as Rimas Infantis de Portugal [...]*, in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 4ª série, nº 12, págs. 567-595. [E.s.]

*Jogos e Rimas Infantis*, vol. II da Biblioteca de Educação Nacional publicada por..., Porto, s. d. (1883).

Existe uma 2ª edição desta obra: *Biblioteca de Contos para Crianças - Jogos e Rimas Infantis por...*, 2ª ed., Companhia Portuguesa Editora, Porto, 1919.

*Leituras Correntes Coordenadas por...*, Livraria Acadêmica Editora, Lisboa, 1883.

*Novo (O) Projeto da Reforma da Instrução Secundária*, in *Jornal do Comércio*, 7-3-1883; *ib.*, 8-3-1883.

*Oliveira (A) de Guimarães*, in *Anuário para o Estudo das Tradições Populares Portuguesas*, [...] 1º ano, Livraria Portuense Clavel e Cia, Porto, 1883.

*É Possível uma Reforma da Instrução Secundária?*, in *Jornal do Comércio*, 10-2-1883; *ib.*, 17-2-1883; *ib.*, 24-2-1883; *ib.*, 3-3-1883; *ib.*, 24-3-1883; *ib.*, 18-4-1883.

*Revista Científica - Glotologia*, in *Jornal do Comércio*, 10-1-1883; *ib.*, 18-1-1883.

*Revista Científica - Ciência Pré-histórica*, in *Jornal do Comércio*, 31-3-1883.

*Revista Científica - Etnografia do Brasil*, in *Jornal do Comércio*, 2-2-1883.

*Revista de Instrução Pública*, in *Jornal do Comércio*, 27-1-1883; *ib.*, 9-5-1883; *ib.*, 23-5-1883; *ib.*, 7-6-1883; *ib.*, 16-6-1883; *ib.*, 7-9-1883; *ib.*, 21-9-1883; *ib.*, 28-9-1883; *ib.*, 3-11-1883; *ib.*, 14-12-1883; *ib.*, 28-12-1883.

*Superstições (As) Portuguesas*, in *Revista Científica*, ano I (1883), págs. 512-528; *ib.*, 561-578.

*Sur la Forme de Quelques Noms Géographiques de la Péninsule Ibérique*, in *Revue Celtique*, tomo VI (1883-1885), págs. 482-484. [E.s.].

*Vespro (II) Siciliano nelle Tradizioni Popolari della Sicilia*, per Giuseppe Pitré, Palermo, 1882, Crítica por..., in *Anuário para o Estudo das Tradições Populares Portuguesas*, 1º ano, 1883.

#### 1884

*Ciganos (Les) - A Propos de la Communication de M. P. Bataillard "Les Gitanos d'Espagne et les Ciganos du Portugal"*, in *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte-rendu de la neuvième session à Lisbonne*, Tip. de l'Académie Royale des Sciences, Lisbonne, 1880, págs. 667-681.

*Educação (A) Técnica e a Educação Geral*, in *Froebel*, 3º ano, 1884.

*Note sur les Prétendues Relations des Macrocéphales d'Hippocrate avec les Cimbres*, in *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques [...]*, Lisbonne, 1880, págs. 472-482. [E.s.].

*Comunicação a Propósito de uma Carta de Henri Martin acerca da Anterior Note*, op cit., págs. 664-666.

*Sur les Cultes Péninsulaires Antérieurs à la Domination Romaine*, op. cit., págs. 438-449. [E.s., s.d.].

#### 1885

*Bibliografia Brasileira*, in *Correio do Brasil*, nº 3, I ano, Tip. Casa Portuguesa, 1885, págs. 3-6.

*Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio - Relatório do Diretor Literário*, Imprensa Democrática, Lisboa, (1885).

*Filha (A) Que Amamenta o Pai*, in *Revista do Minho*, I ano (1885), pág. 73.

*Maravilhas (As) do Velho*, in *Revista do Minho*, I ano, 1885, págs. 61-62.

*Médico (O) Aprendiz (Facécia Popular)*, in *Revista do Minho*, I ano, p. 21.

*Notícias Filológicas*, Lisboa, 1885, extrato do *Correio do Brasil*, nº 3 e 5.

*Tradições relativas às Sereias e Mitos Similares*, in *Archivio per le Tradizioni Popolari*, IV, págs. 325-360. [E.s.].

### 1886

*Dialetos (Os) Românicos ou Neo-Latinos na África, Ásia e América - Notas Complementares*, in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 6ª série, nº 12, 1886, pág. 705. [E.s.].

*Vestígios das Antigas Línguas da Península Ibérica - Nomes em -aico* (1º artigo) in *Revista de Guimarães*, vol. III, nº 4, 1886, págs. 169-189.

### 1887

*Ciganos (Os) de Portugal*, in *Revista Lusitana*, vol. I, 1887-1889, pág. 3-20.

*Dias (Os) Egípcios*, in *Revista de Arqueologia e História*, vol. I, 1887, pp. 65-70.

*Etimologia (A) Popular*, in *Revista Lusitana*, vol. I, 1887, págs. 133-142; págs. 267-269.

*Nomes de Deuses Lusitânicos*, in *Revista Lusitana*, vol. I, 1887, págs. 351-378.

*Notas e Paralelos Folclóricos*, in *Revista Lusitana*, vol. I, 1887-1889, págs. 166-174; 246-259; 320-331.

### 1888

*Dialetos Crioulos Portugueses. Apontamentos para a Gramática do Crioulo que se fala na Ilha de S. Tiago de Cabo Verde*, por A. de Paulo Brito (...) *Revisto e Prefaciado* por..., in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 7ª série, nº 10, págs. 617-669.

*Notas Fisiopsicológicas sobre a Linguagem*, in *Revista de Neurologia e Psiquiatria* [...], 1º ano, nº 1, Janeiro a Março de 1888, Lisboa, 1888.

### 1889

*Antigos Nomes Hispânicos*, in *Revista Arqueológica e Histórica*, vol. III, (1889), págs. 1-16.

*Ginástica (A) e os Jogos Tradicionais*. Cf. 1952.

*Instrução (A) Pública e a Pedagogia*, in *Revista de Educação e Ensino*, vol. IV, 1889, págs. 7-13; págs. 97-102.

*Notas Bibliográficas sobre Camões*, Porto, Círculo Camoneano, 1889.

*Questões Etnogênicas. Lusitanos, Lígures e Celtas*, in *Revista Arqueológica e Histórica*, vols. III (1889), págs. 129-144 e 163-177; vol. IV (1890), págs. 153-161.

*Questões da Língua Portuguesa*. Segunda Parte, Livraria Internacional e de Ernesto Chardron, Porto, 1889.

*Reforma (A) do Curso Superior de Letras*, in *Revista de Educação e Ensino*, IV, 1889, págs. 518-538.

### 1890

*Bibliografia* [...] in *Revista Lusitana*, II, 1890-92, págs. 182-184.

*Concursos (Os) para o Magistério Secundário*, in *Revista de Educação e Ensino*, vol. V, 1890, págs. 49-56.

*Dicionário Manual Etimológico da Língua Portuguesa contendo a Significação e Prosódia*, Tip. P. Plantier Ed., Lisboa, 1890.

*Esboço de um Programa para o Estudo Antropológico, Patológico e Demográfico do Povo Português*. [...] Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1890.

*Entrevista ao jornal Novidades*, 18-4-1890 e *Declarações ao Diário de Notícias*, 20-4-1890.

*Proposta Relativa a um Inquérito do Estado Físico, Moral e Intelectual do Povo Português* [...], Sociedade de Arqueologia de Lisboa, Lisboa, 1890.

*Sobre as Condições do Desenvolvimento Científico Nacional*, in *Revista de Educação e Ensino*, vol. V, n° 8, 1890, págs. 337-349. [E.s.].

*Sobre os Conhecimentos Étnicos dos Gregos e dos Romanos*, in *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, vol. I, 1890, págs. 49-60 a 97-114.

### 1891

*Noções Elementares de Gramática Portuguesa. Obra que contém as matérias dos exames de Ensino Primário Elementar e de Admissão aos Liceus*, Lemos & Companhia, Porto, 1891.

*Plano (O) de Ensino nos Liceus*, in *Revista dos Liceus*, I ano, n° 1, Porto, 1 de Junho de 1891, págs. 4-12.

*Questões (As) do Ensino Secundário na Prússia*, in *Revista de Educação e Ensino*, vol. VI, 1891, págs. 66-80, 136-143 e 193-204. [E.s.].

*Questões Várias*, in *Revista dos Liceus*, 1° ano, n° 2, 1 de Julho de 1891, págs. 63-70.

*Resposta do Questionário do 1° N°*, in *Revista dos Liceus*, n° 3, I ano, 1 de Agosto de 1891, págs. 134-136.

*Nota ao Artigo Precedente*, in *Revista dos Liceus*, n° 4 e 5, 1° ano, 2° trimestre, Setembro e Outubro de 1891, págs. 151-153.

*Nota ao Artigo de Michel Bréal, intitulado A Cultura Formal do Espírito*, in *Revista dos Liceus*, 1° ano, n° 6, 2° trimestre, Novembro de 1891, págs. 249-250, n. 1.

### 1892

*Ciganos (Os) de Portugal. – Com um Estudo sobre o Calão* [...], Imprensa Nacional, Lisboa, 1892.

*Ensino (O) Primário Superior*, in *Revista de Educação e Ensino*, vol. VII (1892), págs. 158-182. [E.s.].

*Nota ao Artigo de Michel Bréal, Intitulado O Grego*, in *Revista dos Liceus*, I ano, n° 9, Fev. 1892, págs. 395-396.

### 1894

*Reforma do Ensino Público. Proposta do Sócio A. Coelho* [...], Sociedade de Geografia de Lisboa, 1894.

## 1895

*Ensino (O) da Língua Portuguesa nos Liceus*, Magalhães & Moniz, Editores, Porto, 1895.

*Inquérito Relativo à Instrução Primária Anterior à Reforma Pombalina*, in *Revista de Educação e Ensino*, vol. X, 1895, pág. 74.

*Para a História da Instrução Popular*, in *Revista de Educação e Ensino*, vol. X, (1895), págs. 49-73, 97-121 e 193-224.

*Programas Aprovados por Decreto de 14 de Setembro de 1895: Língua e Literatura Portuguesa*, in *Revista dos Liceus*, V ano, nº 4 e 5, Set. e Out. 1895, págs. 138 e segs. – *Observações: ib.*, págs. 145-149; *Língua Francesa, ib.*, págs. 156-159. – *Observações: ib.*, págs. 159-160; *Geografia, ib.*, págs. 164-170. – *Observações: ib.*, págs. 170-172.

*Reforma (A) da Instrução Secundária*, in *As Novidades*, I – 24-8-1895; II – 28-8-1895; III – 27-8-1895; IV – 29-8-1895; V – 31-8-1895; VI – [numerado V no jornal, por manifesto lapso] – 2-9-1895; VII – 6-9-1895.

*Tradições Populares Portuguesas. O Quebranto*, in *Revista de Ciências Naturais*, vol. III, (1895), págs. 117-124 e 169-185.

## 1896

*Centenário do Descobrimento da Índia - Exposição Etnográfica Portuguesa - Portugal e Ilhas Adjacentes por...*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa [...], 1896.

*Constituição (A) Poética em Antero de Quental. In Memoriam de Antero de Quental*, Mathieu Lugan, Porto, 1896, págs. 37-51.

*Crítica de um Artigo de Gonçalves Viana [...] in Revista Crítica de Historia y Literatura Españolas, Portuguesas y Hispano-Americanas*, Madrid, Agosto, 1896.

*Enigma (Um) do Poeta Bocage, ib.*, nº 10.

*Leituras Portuguesas, Colecionadas e Anotadas por...*, 1ª parte. *Oficialmente aprovadas para uso da 1ª classe dos liceus*, M. Gomes, Editor, Lisboa, 1896; 2ª ed., 1898; nova edição, 1899 e 1900; nova edição, 1902.

*Leituras Portuguesas, Colecionadas e Anotadas por...*, 2ª parte. *Oficialmente aprovadas para uso da 1ª classe dos liceus*, M. Gomes, Editor, Lisboa, 1896; nova ed., 1902; nova ed., 1905.

*Leituras Portuguesas, Colecionadas e Anotadas por...*, 1ª e 2ª parte, M. Gomes, Editor, Lisboa, 1896.

*Tradições Populares Portuguesas. A Caprificação*, in *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, vol. IV, (1896), págs. 113-128, 216.

## 1897

*Leituras Portuguesas, Colecionadas e Anotadas por...*, 3ª parte. *Oficialmente aprovadas para uso da 3ª classe dos liceus. Curso de Língua e Literatura Portuguesa*, M. Gomes, Editor, Lisboa, 1897.

*Suposto (O) Escandinavismo de Antero de Quental*, in *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, vol. V, 1897-1898, págs. 57-121. [Sep., Porto, 1897].

### 1898

*Crítica às Religiões da Lusitânia*, de J. Leite de Vasconcelos, in *Kritischer Jahresbericht über die Fortschritte des romanischen Philologie*, 1897-1898, págs. 37 e segs. Reproduzida em *Religiões da Lusitânia*, II, págs. 350-358, com notas de defesa à crítica.

*Leituras Portuguesas, Colecionadas e Anotadas por...*, *Quarta parte. Oficialmente aprovadas para uso das 3 primeiras classes dos liceus*, M. Gomes, Editor, Lisboa, 1898.

*Leituras Portuguesas, Colecionadas e Anotadas por...*, *Quarta parte. Oficialmente aprovadas para uso da 4ª classe dos liceus*, M. Gomes, Editor, Lisboa, 1898.

*Pareceres e Projectos – Apresentados à Secção de Instrução Pública Nacional da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 9, nova série, 1898.

*Pedagogia (A) do Povo Português*, in *Portugalia*, vol. I, fasc. 1º, págs. 57-78; fasc. 2º, págs. 201-226; e fasc. 3º, págs. 475-496.

### 1899

*Leituras Portuguesas, Colecionadas e Anotadas por...*, *Segunda parte. Oficialmente aprovadas para uso da 2ª classe dos liceus*, M. Gomes, Editor, Lisboa, 1899; nova ed., 1890; 1902; 4ª ed., 1905; 6ª ed., 1906.

*Morte (A) e o Inverno*, in *A Tradição*, Ano I, 1899, págs. 33-38.

### 1900

*Algumas (De) Tradições de Espanha e Portugal. A propósito de “Estantigua”*, in *Revue Hispanique*, VII, 1900, págs. 390-440; notas adicionais, págs. 440-453.

*Bibliografia*, in *Jornal dos Cegos*, [...] 5ª ano, 1900, págs. 18-23.

*Cours (Le) Supérieur de Lettres. Mémoire par... Professeur de Philologie Comparée. Exposition Universelle de Paris, 1900, Section Portugaise*, Aillaud et Ce, Paris - Lisbonne, 1900.

*Diferenças Fonéticas das Línguas e Diferenças Anatômicas dos Órgãos da Fala*, in *O Instituto*, vol. XLVII, 1900, págs. 513-528; 577-592; 641-658; 702-705; vol. XLVII (1901), págs. 1-8; 185-200; 537-552.

*Ensino (O) Histórico, Filológico e Filosófico em Portugal até 1858*, in *O Instituto*, vol. XLVII, nº 8, Agosto, 1900. [Sep.]: Imprensa da Universidade, Coimbra, 1900.

*Falar (O) Brasileiro*, in *Brasil-Portugal*, número extraordinário, IV Centenário do Descobrimento do Brasil, Lisboa, 1900.

*Leituras Portuguesas, Colecionadas por...*, *Quinta parte. Oficialmente aprovadas para uso da 5ª classe dos liceus*, M. Gomes, Editor, Lisboa, 1900; 2ª ed., 1902; 3ª ed., 1904.

**1901**

*Alfaia Agrícola Portuguesa - Exposição da Tapada da Ajuda em 1898*, in *Portugalia*, I vol., fascs. 2 e 3, págs. 398, 633-649. [Ex. sep., Porto, 1902].

*Distribuição (A) do Ensino e a Seleção Social*, in *O Instituto*, vol. XLVIII, págs. 153-167; 265-277; 348-353; 489-507.

**1902**

*Despesas (As) do Ensino em Portugal no fim do Século XIX*, in *O Instituto*, vol. XLIX, págs. 449-463.

*Educação e Pedagogia*, in *Boletim da Direção Geral de Instrução Pública*, ano I, vol. I, 1902, págs. 248-296. [E.s., 1905].

*Exercícios Físicos e Desenvolvimento Moral*, in *O Tiro Civil*, 15-2-1902 e 1-3-1902.

**1903**

*Geografia Histórica e Etnográfica de Espanha e Portugal. 1891-1898*, in *Kritischer Jahresbericht über die Fortschritte der romanischen Philologie*, de K. Vollmöller, vol. V, 1892-1898 (1901-1903), 3ª parte, págs. 33-49.

*Plano (O) da Instrução Geral na Grécia Antiga*, in *O Instituto*, vol. L, 1903, págs. 641-655.

**1904**

*Plano (O) da Instrução Geral na Roma Antiga*, in *O Instituto*, vol. LI, 1904, págs. 64-73; 129-139; 193-202; 577-591; 705-720.

**1905**

*Exercícios Corporais e Desenvolvimento Moral. As Doutrinas*, in *Boletim da Direção Geral da Instrução Pública*, ano IV, vol. IV, 1905, págs. 368-440. [E.s., Lisboa, Imprensa Nacional].

**1907**

*Casos de Analogia na Língua Portuguesa*, in *Revue Hispanique*, XV, Paris-New York, 1907, págs. 28-57. [E.s.].

*Ensino Secundário Oficial. Leituras Colecionadas por... Oficialmente aprovadas para uso das três primeiras classes dos liceus*, Lisboa, J. A. Rodrigues, 1907; 2ª ed., 1914.

*Higiene e Educação*, in *Porto Médico*, 4º ano, vol. IV, 1907, págs. 161-176.

**1908**

*Curso (O) Superior de Letras e os Cursos de Habilitação para o Magistério Secundário*, in *Notas sobre Portugal - da Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, págs. 536-547.

**1909**

*Escola (A) do Lar*, in *Serões*, 2ª série, vol. VIII, Junho, 1909, págs. 493-496; *ib.*, vol. IX, Julho, 1909, págs. 42-46.

*Estudos sobre a Educação Popular*, in *Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*, ano IV, 1909; ano V, 1910; ano VI, 1911.

*Jardim (O) da Infância*, in *Serões*, 2ª série, vol. IX, nº 1, Agosto, 1909; nº LII, Outubro, págs. 321-326.

*Origens do Português do Sul*, in *Serões*, 2ª série, 1909, vol. VIII, págs. 314-324.

### 1910

*Alexandre Herculano e o Ensino Público*, J. A. Rodrigues & Cia., Lisboa, 1910.

*Escola (A) Maternal Francesa*, in *Serões*, 2ª série, XI, Dezembro, 1910, págs. 444-450.

### 1911

*Colonies Portugaises in Nouveau Dictionaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*, publié sous la direction de Ferdinand Buisson, 2º vol., Paris, 1911, pp. 324-325.

*Portugal*, *ib.*, 1º vol., págs. 1666-1672.

*Questões Pedagógicas. I. Os Exercícios Militares na Escola*, in *O Instituto*, vol. LVIII, 1911; *ib.*, II. *O Plano Geral do Ensino Público*. [E.s., Imprensa da Universidade, Coimbra, 1911.].

### 1912

*Estudo (O) das Tradições Populares nos Países Românicos*, in *Revista Lusitana*, vol. V, 1912, págs. 1-70.

### 1913

"*Castro (A) de Ferreira - I. Os Antecedentes*, in *Teatrália*, nº 1, Fev., 1913, págs. 2-8; *II. A Estrutura Externa*, *ib.*, nº 2, Março, 1913, págs. 37-44; *III. A Estrutura Interna*, *ib.*, nº 3, Abril, 1913.

*Estudo (O) da Criança - Notas de um Curso* - in *A Tutoria*, ano I (1913), nº 5 a 12; ano II (1914), nº 1 a 6.

*História (Para a) do Trabalho Manual Escolar*, in *A Tutoria*, ano I, nº 10, págs. 162-163.

*Programas e Planos de Ensino*, in *O Instituto*, vol. LX, págs. 401-411.

*Relatório sobre a Reforma do Ensino Secundário*, in *Diário do Governo*, nº 127, 2 de Junho, 1913.

*Tomás Pires como Folclorista*, in *Antônio Tomás Pires, 1850-1913*, Elvas, 1913, págs. 3-6.

### 1914

*Ensino (O) da Moral*, in *A Tutoria*, ano II, nº 8, Maio, 1914, págs. 117-119; ano III, nº 9, Setembro, 1915, págs. 1-2.

*Palavras e Coisas. Notas para a História da Língua e Vida Portuguesa*, in *Revista Lusitana*, XVII, págs. 1-6.

*Parecer apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública pelo vogal... sobre o ensino da Moral no Liceu de Maria Pia*, Lisboa, 1914, Ministério da Instrução Pública. Repartição de Instrução Secundária, Imprensa Nacional (= *Diário do Governo*, 2ª série, nº 40, 18-2-1914).

### 1915

*Exercícios Corporais e Desenvolvimento Moral*, in *A Tutoria*, ano III, nº 2, Fevereiro, 1915; nº 3, Março, págs. 1-3; nº 4, Abril, págs. 1-3; nº 5, Maio, págs. 3-5; nº 6, Junho, págs. 2-3; nº 7, Julho, pág. 4; nº 10, Outubro, págs. 5-6; nº 11, Novembro, págs. 4-6; nº 12, Dezembro, págs. 5-6; *ib.*, ano IV, 1916, págs. 3-4; nº 2, Agosto, págs. 1-2; nº 3, Setembro, págs. 1-2.

*História (A) dos Exercícios Físicos na sua relação com o Desenvolvimento Moral*, in *Arquivo da Universidade de Lisboa*, vol. II, 1915, págs. 165-207. [E.s.]

*Leis (As) da Linguagem*, in *Revista da Federação Acadêmica de Lisboa*, nº 2, Abril, 1915, págs. 35-41.

*Sr. (O) Dr. Adolfo Coelho diz que não temos o direito de saudar a aurora de um verdadeiro renascimento literário*, in *Inquérito Literário*, por Boavida Portugal, Livraria Clássica, Ed., Lisboa, 1915, págs. 75-86.

### 1916

*Cultura e Analfabetismo*, Biblioteca de Educação, edição da Renascença Portuguesa, Porto, 1916. Prefácio de A. Sérgio.

### 1917

*Ensino (O) Secundário*, in *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, ano II, 1917, nº 13 a 16, págs. 26-41; *ib.*, nº 20-22, págs. 550-562.

### 1918

*João Pateta. Conto popular recolhido por...* Ilustrações de Alice Rey Colaço, Tip. Eduardo Ferreira, Lisboa, 1918.

### 1920

*Camões e a Língua Portuguesa*, in *Revista Lusitana*, XXIII. 1920, págs. 163-172.

### 1932

*Nota Marginal à História do Centenário de Alexandre Herculano*, in *O Instituto*, vol. LXXXIV, 1932, págs. 18-28.

### 1947

*Três lições de Adolfo Coelho sobre assuntos de Médico-Pedagogia (Inéditos)*, in *A Criança Portuguesa*, Boletim do Instituto Antônio Aurélio da Costa Ferreira, ano VI, págs. 21-54.

### 1948

*Lição (Uma) do Prof. Adolfo Coelho*, in *Revista da Faculdade de Letras*, tomo XIV, 2ª série, nº 1, Universidade de Lisboa, 1948, págs. 80-90.

**1952**

*Ginástica (A) e os Jogos Tradicionais*, in *Antologia Portuguesa de Educação Física*, seleção, anotações e comentários pelo professor Mário Gonçalves Viana, Lisboa, 1952 (= *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, ano 13, n° 1 e 2, Lisboa, 1952).

**1969**

*Cartas de Adolfo Coelho a Antônio Tomás Pires (1882-1904)*, *Etnografia-Filologia*, Prefácio e Notas de Eurico Gama, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXII, Coimbra, 1969.

A presente bibliografia foi elaborada pelo Prof. Doutor Rogério Fernandes para o livro *F. Adolfo Coelho – Para a História da Instrução Popular* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973), de onde a extraímos para esta homenagem. Esta exaustiva bibliografia, fruto de pesquisa pessoal e dos trabalhos anteriores de Álvaro Neves, de Jacinto Prado Coelho e equipe, e de Maria José Serpa Leste, é acompanhada de comentários importantes a que deve recorrer quem pretenda conhecer melhor a produção científica de Adolfo Coelho. (E.B.)

\*\*\*

# PARTICULARIDADES MORFOSSINTÁTICAS DO PORTUGUÊS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Eberhard Gärtner  
Univ. de Leipzig - Alemanha

## 1. Bases teóricas

A base teórica da nossa análise é um conceito funcional da língua, que distingue em cada enunciado dois lados: o lado do conteúdo (semântico e pragmático) e o da expressão formal (sintática, morfológica, fonológica, supra-segmental).

Consideramos o predicado como eixo estrutural do enunciado, que predetermina em grande medida a estrutura do mesmo e desempenha também uma função central na inter-relação entre os dois níveis do enunciado.

O lado semântico do predicado é constituído por um complexo de traços semânticos, que no ato da fala ou escrita é materializado pelas formas sintáticas do predicado: os predicados verbal, nominal e verbo-nominal, aos quais acrescentamos o predicado de verbo funcional do tipo *dar um passeio, fazer uma pergunta* etc.<sup>1</sup>

O significado de muitos lexemas predicativos não é saturado. Abre um certo *número de lugares vazios* para os chamados *actantes*, elementos nominais que completam o sentido do lexema predicativo e que têm a sua *função semântica* assim como certos *traços semânticos* determinados pelo lexema predicativo. O conjunto destas determinações costuma designar-se de *valência semântica* do predicado, a qual organiza, como se sabe, os traços essenciais da estrutura semântica do enunciado.

Da valência semântica distinguimos a *valência sintática*, a qual predetermina em grande medida a estrutura sintática da oração, atribuindo aos actantes uma *função sintática* e, através desta, uma *forma sintagmática*, assim como o carácter *opcional* ou *obrigatório* da presença do actante na estrutura sintática. Desta maneira constituem-se também as *orações compostas* ou *períodos* com subordinadas substantivas e alguns tipos de subordinadas adverbiais.<sup>2</sup>

Além dos constituintes e orações dependentes da valência do predicado, podem ocorrer elementos livres como certos adjuntos adverbiais (também sob forma oracional), anexos predicativos, dativos livres etc.

Será de acordo com este nosso quadro teórico que trataremos das particularidades sintáticas e morfológicas do português africano.

Como particularidades entendemos, numa primeira aproximação, quaisquer “desvios” da norma do português europeu, independentemente da sua ocorrência ou não em outras variedades do português, nomeadamente na do Brasil.

## 2. O corpus

Baseamos a nossa análise essencialmente em três fontes:

1. na análise das “Cartas do leitor” da revista “Tempo” de Maputo;
2. na análise da “linguagem dos musseques” tal e como se manifesta nas obras dos escritores Luandino Vieira, Pepetela e Jofre Rocha;
3. análises lingüísticas feitas por linguistas africanos, nomeadamente Perpétua Gonçalves (Maputo) e Irene Guerra Marques (Luanda).

### 1. Particularidades no âmbito do predicado

No processo da codificação de conteúdos do pensamento, a lexicalização do predicado semântico desempenha um papel central. Embora, de uma maneira geral, este processo seja o mesmo em todas as variedades do português, o português africano apresenta, a nosso ver, três particularidades:

A primeira é a *lexicalização separada de sememas*:

- (1) O empregado *pela sua resposta disse*: ... (Tempo 528, 49)

No exemplo (1), estão lexicalizados, de maneira separada, o arqui-semema do campo lexical dos *verba dicendi* pelo verbo *dizer* e os modificadores semânticos que perfazem o significado específico do verbo *responder*, pelo sintagma *pela sua resposta*. Supomos que esta lexicalização se deva à influência do adstrato banto.<sup>3</sup>

A segunda particularidade é a *lexicalização pleonástica de significados predicativos*, do tipo “*a chuva chove*”,<sup>4</sup> que encontramos no exemplo (2):

- (2) [...] dois dias iam *passar sem a chuva chover* (Vieira 1963, 11)

O terceiro caso é a constituição de *predicados com o verbo funcional 'pôr'*, inusitados no português padrão e possivelmente criados com base num modelo banto<sup>5</sup>:

- (3) [...] vavó *pôs um grito* pequeno (Vieira 1963, 12)<sup>6</sup>

## 1.2. Particularidades na realização das categorias verbais

### 1.2.1. Concordância do verbo com o seu sujeito em número

Tanto em Angola como em Moçambique encontramos desvios das regras da *concordância em número*:

- (4) elas come banana (Guerra Marques 1985:220)

- (5) os granizo começou (Gonçalves 1985: 249)

A professora Guerra Marques (1985:220) explica o fenómeno pela “ausência da flexão verbal nas respectivas línguas maternas”, onde os pronomes pessoais são “prefixos concordantes do sujeito”,<sup>7</sup> explicação que coincide com aquela que foi dada pelo prof. Chaves de Melo para o mesmo fenómeno da linguagem rural e popular brasileira.<sup>8</sup>

Quando o verbo no singular precede um sujeito plural, a falta de concordância encontra algum apoio no facto de a norma tolerar o emprego do singular com sujeitos singulares coordenados<sup>9</sup>.

- (6) [...] *faltava-lhe os talheres* (Tempo 533, 34)

- (7) [...] *apareceu-me* em redor do prato *umas moscas* [...]. (Tempo 528, 47)

A falta de concordância em construções pseudo-reflexivas

- (8) [...] *constata-se problemas* graves (Tempo 530, 44)

- (9) [...] *verifica-se* algumas *anomalias* (Tempo 703, 55),

considerada durante muito tempo um desvio da norma literária<sup>10</sup>, não constitui uma particularidade africana, devida que é, segundo o prof. Said Ali, a uma tendência do português para encontrar uma maneira de expressar o sujeito indeterminado de verbos transitivos, explicação aliás hoje integrada na moderna gramática portuguesa.<sup>11</sup>

### 1.2.2. A concordância do verbo com o sujeito em pessoa

Os desvios da *concordância em pessoa* são vários.

Segundo a prof<sup>a</sup> Gonçalves (1985: 249), em Moçambique, o emprego da 3<sup>a</sup> pessoa do singular com o pronome *eu* é “o traço mais estável” dentre os desvios notados:

(10) eu esperou (Gonçalves, 249)

Também se dá em Angola:

(11) Eu anda sempre com patrão. (J. Rocha 1980, 30)

Tanto em Angola como em Moçambique, a 2ª pessoa do singular aparece com pronomes sujeito que exigem outra pessoa do verbo:

(12) somos nós que hás-de lutar contra os inimigos (Leiste in Perl 1989: 131)

(13) eu brincas na rua (Guerra Marques 1985: 220)

Um fenômeno bastante constante é o emprego da *segunda pessoa do singular* com *palavras de tratamento social* que na norma exigem a terceira pessoa do singular, que se registra tanto em Angola como em Moçambique: Angola:

(14) *Você tens* é raiva! (Vieira 1963, 28)

(15) [...] *you* aquele dia não *foste* pôr mentira na mamã [...]? (Rocha 1980, 12)

(16) *O menino foste* no branco sô Souto, *foste*? (Vieira, 1963, 13)

(17) *Vavó me disseste* para eu ir lá [...]. (Vieira 1963, 14)

(18) *O amigo estás* pedir. (Vieira 1963, 41)

Moçambique:

(19) *O senhor* não venha fazer perguntas de limpeza, [...] mas *vieste* simplesmente para almoçar. (Tempo 528, 47)

A prof<sup>a</sup> Gonçalves que, com base num inquérito sociolinguístico constatou também o “fato de a 2ª pessoa ser utilizada em certo tipo de situações formais que objetivamente a excluem” (Gonçalves 1985: 250), acrescenta no entanto que os resultados obtidos do inquérito “indicam que, de maneira geral, a 3ª pessoa tende a ser mais utilizada do que a 2ª” (ibidem), abrangendo também situações de comunicação “nas quais o uso da 2ª pessoa poderia prevalecer” (ibidem).

O fenômeno parece extremamente interessante, sobretudo quando comparado com a evolução do português rural e popular do Brasil, onde também se deu um como que colapso do sistema de tratamento, mas com o resultado oposto. Aqui, como é sabido, em grandes áreas do país, se generalizou a desinência da 3ª pessoa do verbo, chegando mesmo a combinar-se com o pronome *tu*.<sup>12</sup>

Pensamos que a diferença dos resultados se deve principalmente ao fator tempo. O português se consolidou no Brasil numa fase, em que, segundo Teyssier (1982: 72), o tratamento *vossa mercê* ia substituindo o vosea-

mento respeitoso, passando ao mesmo tempo a *você* por erosão fonética e a assumir o tratamento familiar por erosão semântica. No Brasil, esta evolução chegou a tornar *você* sinônimo de *tu*, o qual, por consequente, passou a aceitar também a 3ª pessoa do verbo, enquanto que em Portugal até hoje *tu* e *você* mantêm um significado nitidamente diferente. Foi este sistema de tratamento mais diferenciado que foi levado a Angola e Moçambique em fins do século XIX. É de supor que devido à condição social do homem africano dentro do sistema colonial, o tratamento mais freqüentemente dispensado a ele pelo branco português fosse o *tu* seguido da 2ª pessoa do verbo, de maneira que esta forma chegou a ser generalizada com todos os sujeitos possíveis e naturalmente com a forma de tratamento informal de significado mais próximo, que é *você*.

Como no Brasil, uma consequência desta evolução é o fato de o emprego dos pronomes oblíquos e dos adjetivos possessivos oscilar entre a 2ª pessoa e a 3ª:

- (20) – Então *você menino*, não tens mas é vergonha! Ontem não *te* disse dinheiro acabou? Não disse *para o menino* adiantar aceitar um serviço mesmo de criado. Não *lhe* avisei, *diz só*, não *lhe* avisei? (Vieira 1963, 13)
- (21) – *Você* pensa e eu sou da *tua* família, pensa? Que sou dessas que deitam no capim, paga cinquenta vem dormir comigo? Pensa? *Seu* sacana, *seu* vadio de merda, vagabundo, vadio, não *tens* vergonha, chulo de *sua* avó, *seu* pele e osso! (Vieira 1963, 30)

### 1.2.3. Flexão do infinitivo

Em textos escritos por pessoas com pouca prática no uso da linguagem escrita encontramos por vezes uma redundância na designação das categorias pessoa e número, realizada tanto no verbo finito propriamente dito, como no infinitivo.<sup>13</sup> O fenômeno se dá independentemente da função sintática do infinitivo, podendo ocorrer até nas chamadas construções perifrásticas

- (22) [...] *vamos todos incorporar-mos* nas Forças Armadas de Moçambique [...]. (Tempo 703, 54),

assim como em orações reduzidas de infinitivo:

- (23) [...] os namorados *procuram conhecer-se* [...] (Tempo 681, 51)
- (24) [...] *não sabemos como lavarmos* os depósitos de água [...]. (Tempo 433, 3)

Embora não se trata de erros gramaticais propriamente ditos, é de notar que os casos acontecem com mais freqüência em textos africanos do que em textos procedentes de Portugal.

Neste contexto cabe mencionar também a flexão do infinitivo em formas do futuro com pronome mesoclítico:

(25) *Esquecermo-nos-emos* [...]. (Domingo, Maputo, 29.12.85, 2)

#### 1.2.4. Emprego dos modos na oração independente ou principal

No emprego dos modos se observa uma tendência para substituir o subjuntivo pelo indicativo, que se manifesta com o advérbio *talvez* antecedendo o verbo:

(26) *Talvez* mesmo que *ouvem* a nossa rádio. (Pepetela 1981, 27)

(27) [...] *talvez* aquele professor *trabalhava* a muitos quilômetros daquela feira [...] (Tempo 508, 59),

mas sobretudo nas *orações imperativas negadas*:

(28) *Não goza*, Inácia [...]. (Vieira 1963, 54)

(29) Cala a boca, *não chora* [...] (Pepetela 1981, 181)

(30) Aqui dentro, *não vem* dizernos o que devemos ou não fazer. Aqui só há uma pessoa que dá ordens: sou eu. (Hamade Chamisse in: Gostar de ler: 50)

Como o fenômeno parece não se dar em Portugal<sup>14</sup>, existindo, no entanto, na linguagem rural e popular do Brasil<sup>15</sup>, pensamos estar, mais uma vez, em frente de um caso de simplificação do sistema flexional do português, devido à inexistência da respectiva categoria nas línguas banto.

## 2. Particularidades da valência dos verbos

### 2.1. Número de lugares vazios e da função semântica dos argumentos

No português africano, podemos observar dois processos opostos: 1º o *aumento* do número de lugares vazios abertos por um predicado e 2º a sua *redução*.

No primeiro caso, um verbo de sentido processual, de um lugar, passa a designar também o semema causativo, de dois lugares:

(31) [...] o *riso saltava*-lhe (= fazia-lhe saltar) *as mamas secas* [...]. (Vieira 1963, 21)

- (32) [...] *essa árvore* ainda tinha coragem e força para [...] crescer (= fazer crescer) *suas folhas verdes sujas* [...]. (Vieira 1963, 25)

No segundo caso, um verbo causativo, de dois lugares, passa a designar também o semema processual, de um lugar, expresso, na língua padrão, pela forma pronominal do verbo:

- (33) [...] *os bilhetes esgotaram* (= esgotaram-se) (Tempo 533, 32)  
 (34) [...] *os olhos encheram* (= encheram-se) de água (Vieira 1963, 15)<sup>16</sup>

Nos dois casos vemos uma alteração da função semântica dos actantes, uma vez que os verbos processuais só se combinam com um portador do processo (= paciente), os verbos causativos, no entanto, com um agente e um paciente.

Outro caso de ampliação de sentido é o *emprego impessoal do verbo 'ter*, o qual, além de designar a relação de posse, passa a designar também a *existência*, abrindo só um lugar vazio para o ser existente, tornando-se sinônimo do verbo *haver*.

- (35) No armazém dele *tem tudo*. (Tempo 681, 46)  
 (36) Na Baixa não *tem árvores*. (Vieira 1963, 23)

O fenômeno, detectável no português quinhentista<sup>17</sup> e muito freqüente na linguagem corrente brasileira, tem sido explicado como resultado de um longo processo de transferência das funções sintáticas do verbo *haver* para o verbo *ter*<sup>18</sup>.

Para Angola e Moçambique, onde o estabelecimento de uma relação com o português quinhentista carece de base na história social<sup>19</sup>, parece mais razoável considerar o fenômeno como resultado do contato lingüístico. Dada a sinonímia parcial dos verbos *ter* e *haver*, os aloglotas terão preferido as formas mais tônicas do verbo *ter* às do verbo *haver*, generalizando, assim, uma tendência já existente. Essa explicação encontra apoio no fato de o fenômeno ser também geral nos crioulos<sup>20</sup>.

## 2.2. Eliminação de restrições semânticas

Por vezes encontramos a eliminação de restrições semânticas do predicado sobre os actantes.

No exemplo (37), o verbo *acontecer*, combinável, na norma européia, somente com um actante que tenha o traço semântico [+processo], aparece com o substantivo *aspecto* que carece deste traço:

- (37) [...] eliminar estes *aspectos* que lá *acontecem*. (Tempo 682, 45)

No exemplo (38)

- (38) [...] quando *falamos que o Socialismo é a única forma* para o nosso desenvolvimento econômico [...]. (Tempo 433, 5)

o verbo *falar* rege uma proposição subordinada, que designa o conteúdo da informação, complementação que não admite no português europeu.<sup>21</sup>

## 2.3. Valência sintática

### 2.3.1. Eliminação de restrições sintáticas

Nos exemplos (39) e (40) observamos que os verbos *agüentar* e *iniciar*, que na norma europeia só admitem, na posição de objeto, um sintagma nominal com núcleo abstrato<sup>22</sup>, têm essa restrição eliminada, admitindo também uma construção de infinitivo, sem que haja uma alteração do significado do verbo e dos actantes.

- (39) o cobrador nem *aguentava vender* os bilhetes por estar totalmente embriagado. (Tempo 528, 47)
- (40) [...] a pessoa que *iniciasse trabalhar* [...] (Tempo 682, 47)

### 2.3.2. Função sintática dos argumentos e a sua designação formal

No português padrão, nem sempre a relação entre as funções semânticas e sintáticas dos actantes é simétrica, no sentido de que para cada função semântica haja uma realização sintática típica (p.ex. AGENTE ⇒ Sujeito, LOCATIVO / CAUSA ⇒ Adverbial). Assim, p.ex., o verbo *conter* tem o LOCATIVO designado pelo sujeito, o verbo *abranger* tem-no designado pelo objeto; com o verbo *sentir*, a CAUSA é designada pelo objeto (sinto muito que...) e com a expressão *fazer chegar ao conhecimento de alg.* o CONTEÚDO comunicativo é designado pelo objeto direto.

No português africano podemos observar alterações da função sintática, as quais, muitas vezes, visam o estabelecimento de uma relação mais direta entre as funções semânticas e sintáticas. Resta por investigar o papel da interferência das línguas africanas neste processo.

Assim, nos exemplos (41) a (44) o LOCATIVO dos verbos *conter* e *abranger*, a CAUSA do verbo *sentir* e o CONTEÚDO comunicativo de *fazer chegar ao conhecimento* são designados por adverbiais:

- (41) [...] uma página [...] *onde* (= que) deve *conter* não só a publicidade dos conjuntos [...]. (Tempo 508, 57)

- (42) [...] a carência de trocos em moeda *abrangem em toda* (= abrangem toda) *a nossa República* [...]. (Tempo 433, 3)
- (43) *Sinto bastante com a sujidade existente* (= a sujidade existente) [...]. (Tempo 438,5)
- (44) [...] *fazer chegar ao conhecimento* de todos *sobre* aquilo que tenho verificado. (Tempo 433, 2)

Da mesma maneira, o emprego da preposição *para* introduzindo orações subordinadas ou construções de infinitivo designando o CONTEÚDO EXORTATIVO, conhecido em Portugal pelo menos desde o século passado<sup>23</sup> e muito estendido no Brasil<sup>24</sup>, se estendeu, no português africano, aos verbos *decidir*, *propor*, *recomendar*, *apelar*, *avisar*, que no português normal ainda não aceitam esta preposição:

- (45) A FMF que *decidiu para que o jogo fosse realizado* no campo de Vilanculo não *disse para* a maior parte dos *espectadores irem invadir* o campo. (Tempo 682, 48)<sup>25</sup>

Em certos casos é óbvia a *analogia com verbos de significado semelhante*. Assim, em (46) é a analogia com o verbo *ser* que leva à interpretação do objeto como predicativo<sup>26</sup>, e em (47) é a analogia com o verbo *existir*<sup>27</sup> que leva a interpretar o objeto como sujeito.<sup>28</sup>

- (46) Isto tudo *significam* vitórias [...]. (Tempo 437, 2)
- (47) Como e onde aparecem essas *moedas* de escudo que há tempos atrás não *havam* no mercado. (Tempo 532, 53)<sup>29</sup>

Também se observa a *analogia com verbos antônimos: isolar a/c. com a/c.* por analogia com *ligar a/c. com a/c.:*

- (48) [...] isolado telefonicamente *com a capital* (Tempo 529, 54)  
*divorciar-se com alg.* por analogia com *casar (-se) com alg.:*
- (49) [...] jovens recém-casadas que [...] se divorciam *com os seus esposos*. (Tempo 528, 48)

No exemplo (50)

- (50) Eles [...] querem *aproveitar desviar* (em vez de: para desviar) os menos esclarecidos [...]. (Tempo 417, 3)

observamos a *transferência da função sintática* de objeto direto, que normalmente designa o MEIO, mas que não vem lexicalizado na frase dada, ao infinitivo, que, acompanhado da preposição *para*, costuma designar a finalidade.<sup>30</sup>

Em (51) a CAUSA da desculpa assume a preposição *a*, que caberia ao destinatário não expresso:

(51) [...] peço desculpas *ao tempo roubado*. (Tempo 533, 44)

No caso do verbo *assistir*, que na norma portuguesa apresenta dois sememas, cada qual com a sua realização sintática<sup>31</sup>, acontece uma *generalização do quadro distribucional* transitivo-direto do semema “presenciar”<sup>32</sup>:

(52) *Assisti danças*. (Redação escolar, in: “Independência, 6)

(53) [...] não assisti *os casos* como passaram [...]. (Vieira 1963, 39)

### 3. Particularidades na estrutura do sintagma nominal

Na estrutura do sintagma nominal, o “desvio” mais importante é a redução da designação do *número* ao primeiro elemento do sintagma, fato bem conhecido da linguagem popular e rural brasileira<sup>33</sup>:

(54) os pai, as casa, os pioneiro, as camarada (Guerra Marques 1985: 219)

(55) [...] os branco não aceitam (Vieira 1963: 20)

(56) os caderno, os granizo (Gonçalves 1985: 249)

Guerra Marques explica o fato como produto da interferência das línguas banto, nas quais o plural do substantivo é expresso por um prefixo que designa a classe e o número. Esta explicação coaduna perfeitamente com as interpretações dadas ao caso brasileiro pelos prof. Chaves de Melo<sup>34</sup> e Silva Neto<sup>35</sup>.

À mesma causa há de atribuir-se a falta de concordância em *gênero*, que a prof<sup>a</sup> Guerra Marques só registra para os possessivos, dos quais diz não terem flexão de gênero, donde a falta de concordância em casos como:

(57) meu mãe, minha pai (Guerra Marques 1985: 219/220)

que lembram o mesmo fenômeno da linguagem rural brasileira<sup>36</sup>, e as transcrições, dadas por Silva Neto, do pidgin colonial com base indígena<sup>37</sup> e africana<sup>38</sup>, respectivamente.

Outro fenômeno a mencionar é a *omissão do artigo*, registrada pela prof<sup>a</sup> Gonçalves no português moçambicano:

(58) tinha cortado cabelos (Gonçalves 1985: 249)

mas também freqüente na linguagem dos musseques:

(59) Todos [os] dias nas farras, [o] dinheiro que você ganhaste foi para camisa de suingue [...]. (Vieira 1963: 14)

Quanto aos possessivos, na linguagem dos musseques, nota-se uma nítida preferência pelas formas *dele(s) / dela(s)*:

(60) [...] nuvens que não tinham despejado a água delas (Vieira 1963: 12), que pode encontrar a sua explicação no fato de nas línguas banto o possessivo seguir sempre o substantivo.<sup>39</sup>

#### 4. Particularidades na realização pronominal dos actantes

As particularidades no uso dos pronomes de objeto se referem tanto à sua forma como à sua colocação.

##### 4.1. Forma dos pronomes objeto

O 1º fenômeno a ser notado é a neutralização das oposições de caso e gênero na terceira pessoa, que leva ao emprego dos pronomes *lhe/lhes como objeto direto*, além de indireto.

- (61) Sô Souto recebera-*lhe* bem. (Vieira 1963, 14)
- (62) Pedia que me esclarecessem qual o motivo que *lhes* leva a deixar os espectadores fumarem nesta sala de cinema. (Tempo 709, 44)
- (63) Mas ele já tinha vestido outra vez a camisa, bonita camisa, amarela e florida, todas as miúdas olhavam em Zeca Santos quando *lhe* (=a) usava, [...]. (Vieira 1963, 14)
- (64) [...] cozinhou aquelas batatas e comeu-*lhes* (=as) todas. (Vieira 1963, 19)  
Também se usa com referência à pessoa com quem se fala:
- (65) Cala-te a boca, menino! Você pensa que eu não *lhe* conheço, enh!  
(Vieira 1963, 13)

Em Angola, o fenômeno está tão vulgarizado, que a profª Guerra Marques (1985: 22) se sente inclinada a considerá-lo já uma marca do português angolano.

A confusão entre as formas de dativo e acusativo encontra a sua explicação no fato de as línguas banto não terem essa distinção de casos (Guerra Marques 1985: 222). Para explicar o fato de, na escolha, os aloglotas terem preferido as formas de dativo às do acusativo, parece-nos plausível a interpretação fonológica fornecida pelo prof. Mattoso Câmara.<sup>40</sup>

O 2º fenômeno é o emprego da *forma tônica* precedida da preposição *a* para designar o *objeto indireto*<sup>41</sup>:

- (66) Diz *a ela* não precisa ter vergonha [...]. (Vieira 1963, 15)

(67) Então pedi tratamento *a ela* [...]. (Tempo 682, 45)

Consideramos esta substituição uma conseqüência da polissemia adquirida pelo pronome *lhe*<sup>42</sup>.

O 3º fenômeno é o *emprego pleonástico do pronome átono* na linguagem dos musseques, do qual não conhecemos exemplos portugueses nem moçambicanos e para o qual ainda não temos explicação satisfatória.<sup>43</sup>

(68) A chapada *me* acordou-*me* no coração. (Vieira 1963, 43)

(69) [...] o chicote *te* apanhou-*te*. (Vieira 1963, 34)

(70) [...] onde é que *lhe* apanhei-*lhe* não sei. (Vieira 1963, 57)

#### 4.2. Sobre a colocação dos pronomes átonos em orações independentes ou principais de período

Em orações independentes ou principais de período encontramos três desvios da norma portuguesa;

- 1º uma clara preferência pela próclise
- 2º a ênclise em orações negadas
- 3º a substituição de mesóclise pela ênclise

##### 4.2.1. Preferência pela próclise

São freqüentes exemplos como:

(71) Você *me dá* encontro [...]. (Vieira 1963, 28)

Quando não há sujeito explícito, o pronome pode mesmo ocupar a posição inicial da frase:

(72) *Me liga* só um bocado. (Vieira 1963, 54)

(73) *Te avisei* ainda para lá ir [...]. (Vieira 1963, 13)

(74) *Lhe conheço* bem [...]. (Vieira 1963, 12)

Em locuções perifrásticas, o pronome aparece em posição proclítica ao infinitivo:

(75) [...] vou *lhes cozer*. (Vieira 1963, 16)

Segundo a opinião da profª Guerra Marques<sup>44</sup> e do escritor angolano Luandino Vieira<sup>45</sup>, a próclise do pronome átono se explica pela interferência das línguas banto, onde o pronome equivalente sempre se antepõe ao verbo<sup>46</sup>. Pensamos que para o português africano, esta é a única explicação

plausível do fenômeno, não havendo na história social dos povos em causa base para relacioná-lo com o português arcaico.

#### 4.2.2 Ênclise em orações negadas

Não são raras as vezes que encontramos o pronome em posição enclítica nas orações negadas:

(76) *Você não tiraste-lhe nada.* (Vieira 1963, 15)

(77) *Não goza-me, senhor!* (Vieira 1963, 46)

(78) *Não dá-lhe corrida!* (Vieira 1963, 43)

Não temos, no momento, explicação satisfatória para o caso, uma vez que parece contradizer a mencionada tendência para a próclise.

#### 4.2.3 Substituição da mesóclise pela ênclise

Nas formas do futuro do presente e do pretérito não é raro encontramos o pronome em posição enclítica:

(79) *Em minha opinião deveria-se levar a sério [...].* (Tempo 703, 25)

(80) *[...] seriam-lhes confiscado todo o dinheiro roubado.* (Tempo 682, 48)

O fenômeno parece ser um caso de aquisição imperfeita do sistema da língua, que se encontra também em outras variedades orais e escritas<sup>47</sup>, não sendo plausível, por motivos extralingüísticos, supor um relacionamento com o português quinhentista.<sup>48</sup> Antes se poderá pensar na possibilidade de esta colocação ter vindo a Moçambique e Angola pela própria linguagem popular portuguesa, onde, segundo Leite de Vasconcelos, o fenômeno também aparece.<sup>49</sup>

### 5. Emprego das preposições

No âmbito das preposições notamos

1º) a omissão de preposições e

2º) a extensão da área de emprego da preposição *em*.

#### 5.1 A omissão de preposições

A preposição é omitida:

1º) *em locuções perifrásticas*:

– com o preposição *a*:

- (81) É verdade que a barriga *está* [a] doer (Vieira 1963, 18)  
 (82) Marcelina *anda-me* [a] chatiar. (Vieira 1963, 28)  
 (83) Verdade eu *fiquei* [a] dormir (Vieira 1963, 32)  
 (84) [...] uns *chegam* [a] ficar mesmo sem eles (Tempo, 530, 44)  
 (85) [...] o mulato *continuou* [a] vir buscar Delfina. (Vieira 1963, 26)  
 (86) O calor *começava* já [a] fugir com medo da noite. (Vieira 1963, 27)  
 (87) [...] *desatou* [a] chorar [...]. (Vieira 1963, 35)

– com a preposição *de*:

- (88) Maneco comia, [...] mas não *parava* [de] falar. (Vieira 1963, 12)  
 (89) [...] Zeca Santos [...] *escapou* [de] escorregar no chão. (Vieira 1963, 12)  
 (90) [...] todas as pequenas *gostavam* [de] lhe gozar [...]. (Vieira 1963, 21)

2º) nos *objetos indireto e preposicional*:

– com a preposição *a*:

- (91) [...] o calor [...] *obrigava-lhe* [a] andar com depressa. (Vieira 1963, 23)  
 (92) [...] conversa [a] que nem *deu importância* (Vieira 1963, 33)

– com a preposição *de*:

- (93) [...] esse bicho não *gosta* [de] água da chuva. (Vieira 1963, 19)  
 (94) [...] ele *tinha raiva* [d]essas orelhas. (Vieira 1963, 21)  
 (95) [...] aquele feitio [de] que as pessoas que lhe conheciam *tinham* receio.  
 (Vieira 1963, 13)

– com a preposição *em*:

- (96) [...] não *pensar* mais [n]o corpo velho (Vieira 1963, 17)  
 (97) [...] *falou* também [n]as miúdas. (Vieira 1963, 22)

– com a preposição *por*:

- (98) Padre Domingos *perguntou* [pel]o menino. (Vieira 1963, 32)

3º) em *locuções preposicionais*:

(99) *Por causa* [d]essas coisas [...]. (Vieira 1963, 26)

4º) em advérbios compostos:

(100) Os soluços de Zeca Santos enchiam a cubata pequena com uma tristeza que, *pouco* [a] *pouco*, começou atacar vavó. (Vieira 1963, 16)

5º) com o infinitivo adverbial:

(101) [...] as pessoas perguntavam [para] *saber* se saía chuva mesmo. (Vieira 1963, 11)

Consideramos este fenômeno como expressão de uma aprendizagem imperfeita do português pelos falantes aloglotas, que tem a sua base no reduzido valor semântico das preposições nas estruturas em que ocorre a queda.<sup>50</sup>

## 5.2. Extensão do emprego da preposição “em”

Como no Brasil<sup>51</sup>, em Angola<sup>52</sup> e em Moçambique<sup>53</sup> a preposição *em* ocorre em adverbiais de direção, tanto depois de verbos intransitivos (102) - (104), como depois de verbos transitivos (105):

(102) Não te disse para *ir no* sô Souto? (Vieira 1963, 12)

(103) Quando *fosse num* bar, [...], tinha que levar dinheiro trocado. (Tempo 532, 52)

(104) Zeca Santos *arrastou* devagar *até na* porta [...]. (Vieira 1963, 35)<sup>54</sup>

(105) Foi ele que lhe *levou no* Posto. (Vieira 1963, 15)<sup>55</sup>

A profª Guerra Marques (1985: 221/222) explica o fenômeno pela interferência das línguas banto, as quais dispõem de um só prefixo locativo, que designa tanto o *lugar onde*, como o *lugar para onde* ou *aonde*<sup>56</sup>.

O interessante, no entanto, é ver que o emprego da preposição *em* não se limita, no português africano, aos adverbiais de direção, mas se estendeu a outras funções da preposição *a*, como sejam:

– adverbiais de lugar que designam a *proximidade local*:

(106) [...] com a repariga ali *no* lado (Vieira 1963, 27)

– *adverbiais modais*:

(107) [...] e só farra, farra, acordar tarde, sair *nas corridas* até que um dia lhe despediram. (Vieira 1963, 16)

– *objetos preposicionais*, onde *em* ocorre em vez de *a* e *para*:

(108) [...] para convencer a pobrezinha *em* [-a] casar com aquele patrão (Tempo 528, 48)<sup>57</sup>

(109) [...] aponta *na* [- para a] esteira (Vieira 1963, 18)<sup>58</sup>

O caso sensacional, no entanto, é o da preposição *em* indicando o *objeto indireto*, ou seja o dativo latino<sup>59</sup>:

(110) [...] toda a gente deu razão *em* vavó Xixi (Vieira 1963, 11)

(111) [...] não sabia mais o que dizer *em* Delfina. (Vieira 1963, 27)<sup>60</sup>

De maneira acidental, ocorre também um *objeto direto pleonástico* (humano) com a preposição *em* designando o objeto direto:

(112) [...] ela não *lhe* conhecia bem *na* sua amiga [...] (Vieira 1963, 20/21)

(113) Não *lhe* acusa assim à toa, *no* rapaz. (Vieira 1963, 44)

Pensamos que na base da extensão do emprego da preposição *em* está mais uma vez a diferença de estrutura entre o português e as línguas banto. O fato de ter sido a preposição *em* aquela que foi generalizada, pode ser devido à sua sonoridade mais forte, que a torna mais facilmente perceptível para o aloglota do que as preposições *a* e *de* (na sua realização fonética no português moderno).

## 6. Particularidades em estruturas subordinadas

O estudo das orações subordinadas evidencia uma insegurança geral na expressão da subordinação, que leva a desvios no âmbito

- do uso de conectores (conjunções e pronomes relativos)
- da colocação de pronomes átonos
- do emprego dos tempos e das pessoas no discurso indireto
- da flexão do infinitivo

### 6.1. A queda do “que”

Um fenômeno tanto angolano como moçambicano é a queda do *que* em todas as suas funções sintáticas, a saber:

1º como conjunção integrante:

(114) o vento parece [que] parou de soprar. (Vieira 1963, 3)

(115) Vavó já sabia [que] Delfina tinha-lhe posto aquela chapada. (Vieira 1963, 34)

2º como conjunção adverbial consecutiva:

(116) [...] depois começou rastejar [que] parecia era sardão (Vieira 1963, 29)

3º em frases clivadas:

(117) E foi nessa hora, [...], [que] Zeca Santos sentiu a cabeçã andar à volta [...]. (Vieira 1963, 16)

4º na construção *ter + espaço de tempo + que*:

(118) [...] tinha mais de dois meses [que] a chuva não caía. (Vieira 1963, 1)

5º como partícula de comparação:

(119) [...] a produção desta campanha representará cerca de oito vezes mais [que] a do ano passado [...] (Tempo, 714, 12)

6º como pronome relativo:

(120) Tinha mesmo cubatas [que] tinham caído. (Vieira 1963, 12)

(121) Não queria acreditar essas coisas [que] estava ouvir. (Vieira 1963, 15)

Esta queda geral do conector *que*, independente de sua função sintática concreta, revela a incompreensão, da parte do aloglota, dos fenômenos de hipotaxe, que tem a sua base na falta de processos análogos nas línguas banto.<sup>61</sup>

## 6.2. Designação da função sintática dos pronomes relativos

Quando, no entanto, o pronome relativo é empregue, a designação da sua função sintática apresenta dois tipos contraditórios de desvios na norma portuguesa.

O primeiro é a *não-designação das funções sintáticas* de objeto indireto (dativo) e de objeto preposicional<sup>62</sup>:

- (122) Nga Xixi sorria, [...], a lembrar essa conversa [a] que nem deu importância [...]. (Vieira 1963, 33)
- (123) Outro aspecto [para] que gostaria de chamar a atenção dos senhores estudantes é o seguinte. (Tempo 709, 44)

O segundo é a *decumulação*, ou seja uma reestruturação da expressão da função sintática, que consiste em limitar a função do *que* à de uma partícula relativa, que expressa tão somente a subordinação, e expressar a função sintática por meio de um pronome pessoal:

1. de sujeito:

- (124) [...] há uma telefonista *que* quando está de serviço, [...], *ela* diz que: [...]. (Tempo 530, 46)

2. de objeto direto:

- (125) Em Chilembene, existem certas farras *que* não *as* compreendo. (Tempo 438, 5)

3. de objeto indireto:

- (126) [...] abafando suavemente os gritos e choros das criancinhas *que* ainda não *lhes* é possível compreender [...] o valor do trabalho daquelas mães de batas brancas. (Tempo 708, 41)

Como os dois fenômenos têm uma larga tradição nas línguas românicas que remonta até o latim vulgar (Schafroth 1993: 334 e passim), ocorrendo também em Portugal<sup>63</sup> e no Brasil<sup>64</sup>, pensamos que se trata de um fenômeno de linguagem popular trazido de Portugal, uma vez que se trata de uma verdadeira reestruturação.

## 6.3. Designação da função sintática de orações substantivas

Em textos produzidos por pessoas com pouca prática no uso da língua escrita, aparece a preposição *de* com orações integrantes, reduzidas de infi-

nitivo e mesmo substantivos nas funções sintáticas de sujeito, predicativo do sujeito e objeto direto:

1) sujeito:

(127) Com já *é hábito [...] de meterem* sempre 9 pães e não dez [...].  
(Tempo 533, 46)

2) predicativo do sujeito:

(128) *A resposta* do pasteleiro *foi de que* não sabia nada do livro [...].  
(Tempo 438, 4)

(129) [...] a minha preocupação *era de ter* uma machamba [...].  
(Tempo 530, 47)

(130) Uma das vitórias *é da estruturação* da OJM [...]. (Tempo 438, 7)

3) objeto direto:

(131) Além deste Decreto, iria *acrescentar de que*, a palavra “camarada” re-flete também o espírito amigável [...]. (Tempo 433, 2)

(132) Camarada Tomás, não *esqueça de que* mesmo uma pessoa pode ficar muito doente [...]. (Tempo 417, 3)

(133) [...] o subscriptor *explica* ao telefonista *de que* pede a linha em Inhambana para falar com a Beira [...]. (Tempo 529, 54)

(134) Nesta fase *gritamos* alto *de que* queremos uma sociedade sem exploração do Homem pelo Homem, [...]. (Tempo 417, 3)

(135) Assim *dou a conhecer* aos que não sabem, *de que* na nossa República Popular de Moçambique, encontra-se exposto o Decreto-Lei nº 16/76 [...]. (Tempo 433, 2)

(136) Como tal acontece, e se assim o fazem esses drogados, não *põem em conta de que* a droga é um veneno [...]. (Tempo 438, 6)

Mesmo que os diferentes casos mencionados possam ter interpretações diferentes<sup>65</sup>, eles apresentam uma característica comum que é a de uma grande incerteza quanto à estruturação do período hipotático.

#### 6.4. Pessoa e tempo no discurso indireto

A mesma insegurança manifesta-se na expressão do discurso indireto, mantendo-se muitas vezes tanto a pessoa gramatical como o tempo do verbo do discurso direto:

(137) Eu perguntei a ela como era possível chegar até em casa dele encontrando-me doente. Ela respondeu *que o senhor não está* doente. (Tempo 682, 45)

A subordinação só vem expressa pela conjunção; não atingiu a pessoa gramatical, nem o tempo do verbo.

Quando a conjunção falta, resulta duvidoso se estamos em frente duma construção paratática com pontuação deficiente na escrita, ou se se trata mesmo de subordinação:

(138) [...] jurei mesmo *meu homem não é terrorista*. (Vieira 1963, 20)

#### 6.5. Emprego dos modos em orações subordinadas

Nas orações subordinadas existe uma tendência para substituir o subjuntivo pelo indicativo, tendência que já foi constatada para a linguagem popular do Brasil.<sup>66</sup> Isto se refere nomeadamente a

##### 1º orações substantivas subjetivas e objetivas:

– regidas de verbos causativos e volitivos:

(139) [...] *queria* mesmo *que ela sabia* todas as coisas da vida dele [...]  
(Vieira 1963, 28)

(140) [...] será importante o condutor *garantir que* os faróis do seu carro *estão* em perfeitas condições [...]. (Tempo 433, 6)

– regidas de predicados avaliativos:

(141) *Pena que não viemos* caçar. (Pepetela 1981, 28)

(142) Imediatamente *se lamentariam de que não sou* igual aos outros.  
(Pepetela 1981, 28)

– e regidas de verbos de percepção e comunicação negados e usados na primeira pessoa e no presente:

(143) [...] *nunca ouvimos que se construi* um aparelho capaz [...].  
(Tempo 438, 2)

- (144) *Nós não dizemos que as mulheres não devem beber [...].*  
(Tempo 437, 2)<sup>67</sup>

## 2º orações completivas nominais:

- (145) [...] o que fazia sofrer mais era o *medo que* Delfina não ia-lhe perdoar [...]. (Vieira 1963, 33)

## 3º orações relativas:

– com antecedente negado:

- (146) *Acho que não há nenhum Moçambicano que não sabe* qual é o objetivo da FRELIMO. (Tempo 417, 5)

– sem antecedente:

- (147) *Há quem diz* por aí [...]. (Tempo 438, 6)

## 4º orações adverbiais:

Em orações temporais referidas ao futuro do presente ou ao futuro do passado e em orações adverbiais condicionais potenciais, o futuro do subjuntivo é substituído pelo presente ou pelo futuro perifrástico do indicativo, fenômeno conhecido da língua popular do Brasil<sup>68</sup>:

- (148) *Quando vou voltar* paro mais para falar com a senhora.  
(Vieira 1963, 20)
- (149) *Se aí não consegues*, passa na oficina. (Vieira 1963, 23)
- (150) *Se não vai ter* mais juízo, não vou gostar mais de ti. (Vieira 1963, 20)

## 5º o período condicional hipotético:

- (151) *Se ela não lhe conhecia* bem na sua amiga Domingas, *podia* ficar pensar muitas vezes um branco tinha-se enganado na porta da cubata.  
(Vieira 1963, 20/21)

O emprego do imperfeito do indicativo na oração principal corresponde à linguagem popular de Portugal. O seu uso na subordinada poderia ser interpretado por analogia, dada a falta da categoria do modo nas línguas banto.<sup>69</sup>

Parece-nos justificado ver na generalização do emprego do indicativo antes uma conseqüência de aprendizagem imperfeita pelos falantes aloglotas, do que o efeito da conhecida tendência das línguas indo-européias para a redução de flexões.<sup>70</sup>

## 6.6 Construções de infinitivo

As construções de infinitivo apresentam dois tipos contrários de desvios da norma quanto à designação do sujeito.

Por um lado, acontece às vezes que o sujeito do infinitivo, distinto do da oração principal, não é designado lexicalmente, ficando a sua identificação escurecida:

- (152) Aquela senhora disse que morava longe da Estação, [...], no entanto, o comboio arrancou sem receber (= sem *ela* receber) o troco, [...].  
(Tempo 532, 53)

Por outro lado, como já vimos, no caso de sujeitos idênticos, dá-se a flexão desnecessária do infinitivo.

- Finalmente se notam quaisquer tipos de anacoluto, como em
- (153) *Daí haver agora pessoas que* quando assim não são chamadas *ficarem* (por: ficam) aborrecidas, *acharem* (por: acham) que estão a ser insultadas. (Tempo 433, 2),
- onde o verbo da oração relativa aparece na forma finita do infinitivo, por contaminação com uma possível estrutura do tipo “*daí as pessoas ficarem aborrecidas*”.

## 7. Particularidades na topicalização

No âmbito da topicalização, há dois fenômenos a notar. O primeiro fenômeno, que só encontramos em textos moçambicanos, é o da *topicalização mediante a preposição para* de sujeitos que contêm uma oração relativa ou que consistem numa oração relativa sem antecedente:

- (154) *Para um passeante* [...], que vá de carro [...], com certeza que já se terá apercebido do que vou apontar. (Tempo 438, 2)
- (155) *Para quem* se quiser certificar depois do carro ter passado passeie um pouco nas avenidas [...]. (Tempo 532, 50)

Não temos, por enquanto, uma explicação deste processo, ignorando também se tem uma base nas línguas banto.

O segundo fenômeno se dá no caso da *topicalização de constituintes pós-verbais* e de *adjuntos adnominais*. Consiste em colocar o elemento respectivo na forma de sintagma nominal no início da oração, designando-se a sua função sintática por um pronome pessoal ou possessivo, processo que lembra a decumulação do pronome relativo. Acontece:

– com o objeto indireto:

(156) *Mulher dele lhe* nasceu uma menina. (Vieira 1963, 20)

– com objeto preposicional:

(157) *Mais uma senhora* que tinha sido batida, [...], também procederam *com ela* da mesma forma. (Tempo 582, 44)

– com o adjunto adnominal do sujeito:

(158) [...] *ela* como telefonista, que é a *sua* tarefa [...]? (Tempo 530, 469)

- com o adjunto adnominal do objeto:

(159) *Alguns* custa a perceber o dia da *sua* validade. (Tempo 533, 449)

## 8. Resumo

Resumindo brevemente o exposto, podemos constatar que, em Angola e Moçambique, e sobretudo na fala de pessoas com escolaridade reduzida e na sua fixação escrita, acontecem uma série de desvios, explicáveis

1º as *mais* das vezes como resultado de aprendizagem imperfeita do sistema gramatical português, por vezes com visível interferência de estruturas das línguas banto, produto, portanto, do contato entre línguas tipologicamente diferentes, e

2º em casos mais raros como transferência de elementos do português falado europeu.

A semelhança com fenômenos da linguagem popular e rural brasileira se explica, a nosso ver, pelo fato de, tanto em África como no Brasil, terem sido as mesmas línguas que entraram em contato. A distância no tempo entre a formação do Brasil colonial nos séculos XVI e XVII e a colonização propriamente dita de Angola e Moçambique em fins do século XIX, e o fato de o sistema português ter sofrido, ele mesmo, uma evolução fonético-morfológica e morfossintática naqueles três séculos e meio, explicam que os resultados tenham sido diferentes, em alguns casos, nas duas bandas do Atlântico.

## NOTAS

- 1- Cf. Busse / Vilela (1986: 81/82).
- 2- Cf. Gärtner (1994).
- 3- Segundo Châtelain (1988/89: 148) encontramos no quimbundo uma maneira de dizer análoga:

*Maji ombiji yakexile mu kwimba, iki: ["..."]*  
*Mas o peixe estava cantando, disse: ["..."]*  
 ⇒ *Mas o peixe cantou: ["..."]*.

- 4- Esta maneira de expressão não é idêntica ao uso pessoal do verbo *chover*, atestado em Portugal já no século 16 (cf. Silva Dias 1959: 16), uma vez que este vinha ligado à condição de que o sujeito introduzisse no enunciado quaisquer semas não contidos no verbo *chover*, p.ex. qualificações por meio de adjetivos, como em: *Chovia agua meuda*. (Silva Dias 1959, 16) ou que houvesse uso metafórico, como em: *Choviam perguntas*. (Pereira Gomes, s.d., 115)
- 5- Cf. Endruschat / Huth / Dyrba in: Perl 1989: 102.
- 6- Estes predicados em parte têm equivalentes com outros verbos funcionais no português padrão: *pôr explicações* = *dar explicações*; *pôr força a alg.* = *dar força a alg. etc.*; *pôr uma derrota em alg.* = *causar uma derrota a alg.*; *pôr uma mentira* = *dizer uma mentira*; *pôr em conta* = *levar em conta*. Em outros casos correspondem a verbos simples: *pôr queixa a alg.* = *queixar-se a alg.*
- 7- Guerra Marques dá a conjugação do verbo no presente nas três línguas mais importantes de Angola:

Kikoongo:	<i>mono ngiele (eu vou)</i>	<i>betu twele</i>
	<i>ngeye wele</i>	<i>benu lwele</i>
	<i>yandi wele</i>	<i>bau bele</i>
Umbundo:	<i>ame ndipopia (eu falo)</i>	<i>etu tupopia</i>
	<i>ove opopia</i>	<i>ene upopia</i>
	<i>eye opopia</i>	<i>ovo vapopia</i>
Kimbundo:	<i>eme ngizwela (eu falo)</i>	<i>etu tuzwela</i>
	<i>eye uzwela</i>	<i>enu muzwela</i>
	<i>mwene uzwela</i>	<i>ene azwela</i>

- 8- “resultado da ação da língua tupi e das línguas africanas, principalmente destas últimas, sobre o Português” (Chaves de Melo 1946: 79)
- 9- Cf. Cunha 1975, 348: Obriga-nos a terra e o brio. (Miguel Torga)
- 10-Cf. p.ex.: Ribeiro (1956: 642); Pereira (1958 (331); Almeida (1988: 210 e 218).
- 11- Said Ali 1966: 97/98 e Mira Mateus et al. 1983: 317 e 322; 1989: 212 e 225.

- 12- Este emprego, como se sabe, já encontrou ampla guarida na literatura de ficção, para se caracterizar a fala de certas camadas sociais: *Tu encontrou o homem na rua, não foi?* (Guarnieri, Blacktie, 30), *Tu sabe fazer conta?* (Amado, Tereza, 132), *Tu já esqueceu?* (Amado, Tereza, 192).
- 13- Note-se que este emprego ultrapassa de longe os casos admitidos, embora com frequência cada vez mais rara na língua literária (Celso Cunha 1975: 332), pela norma culta, que admite a flexão:
- 1) quando há um constituinte mais comprido entre verbo auxiliar e o infinitivo: *Continuaremos nós todos, uns mais do que outros, mas todos, a sermos indignos da herança anterior [...]*. (Mundo Literário, citado em Sten 1952: 116)
  - 2) quando há um segundo infinitivo coordenado ao primeiro mas separado deste pelos complementos dele: *E se não queres voltar para Lisboa e acabares internado [...] aceita a ideia*. (Silva 77, 212), casos que naturalmente também acontecem em África: *Devemos conhecer esses artistas, irmos ao encontro deles e não marginalizá-los como está suceder*. (Tempo 508, 57); *[...] poder-nos-iam ajudar os funcionários da Empresa Caminhos de Ferro de Moçambique-Sul, deitarem água nos tanques das carruagens [...]*. (Tempo 528, 46); *[...] teremos que comprar novos fogões para podermos cozinhar, e deitarmos os velhos fora [...]*? (Tempo 533, 33).
- 14- Júlio Moreira (*Estudos de Língua Portuguesa*. 1ª série. Subsídios para a sintaxe histórica e popular, 2ª ed., Lisboa 1922) só menciona o fenômeno como existente no Brasil; e Malaca Casteleiro (*Aspectos da Sintaxe do Português Falado no Interior do País*, BF XXIV (1975) 57-74) não o menciona.
- 15- Cf.: *Num faiz isso, menino!* (Chaves de Melo, 1946, 82) e *Minha mulata, não foge não. Não despreza, mal trata o meu pobre coração*. (Folclore brasileiro)  
O emprego do indicativo em orações imperativas negadas em diálogos na língua literária desde o Romantismo foi comentado por vários autores: A. Nascentes: *O Idioma Nacional*, Rio: Livraria Acadêmica, 1960: 260; Cândido 28/29; Sílvio Elia: *A Contribuição Lingüística do Romantismo*, in: *Ensaio de Filologia*, Rio: Livraria Acadêmica, 1963, 56/57)
- 16- Idem: *tinha levantado* (Vieira 1963, 13), *nga Tita despediu outra vez* (Vieira 1963, 21), *não deu conta* (Vieira 1963, 22), *dirigiu no grande balcão* (Vieira 1963, 24), *habituado no escuro* (Vieira 1963, 31)
- 17- Nos matos da costa *tem* muito pau brasil [...], e *tem* mais muita cera, mel e assucar. (Fernão Mendes Pinto, in: Silveira Bueno 1967, 196); idem: Nascentes 1953: 163; Chaves de Melo 1970: 102 e 1975: 63.
- 18- Paiva Boleo, *Brasileirismos*, 35, apud Nascentes; Nascentes 1953: 163; Silveira Bueno 1967: 196; Chaves de Melo 1975: 61-63.
- 19- Cf. Perl (1989: 38): “es kann angenommen werden, daß bereits im 16. Jh. sich ein vereinfachtes pidginisiertes Handelsportugiesisch entwickelte, das in einigen Gebieten später eine Stabilisierung als Kreol erfuhe. Das massive Vordringen des europäischen Standardportugiesischen geschah erst am Ende des 19. Jh. mit Beginn

- der verstärkten Besiedelung der portugiesischen Kolonien Angola und Moçambique.”
- 20-Cf. Júlio Moreira 1922: 180; Nascentes 1953: 163; Silva, Baltasar Lopes da 1957: 182; Silva Neto 1963: 159.
- 21-O fenômeno ocorre também no Brasil: *Você nunca me falou que sabia destas coisas.* (Amado, Jubiabá, 311)
- 22-Cf. Seguiet, citado em Fernandes (1958): *agüentar fadigas, humilhações* e Novo Aurélio: *iniciar o regresso.*
- 23-“Aliás, esta não é de todo desconhecida em Portugal. Dela existem exemplos em bons escritores lusitanos. Francisco Fernandes, em seu *Dicionário de Verbos e Regimes*, transcreve passagens extraídas a Garrett, Herculano, Camilo e Gonçalves Viana.” (Lessa 1966: 95)
- 24-Cf. Lessa 1966: 95/97.
- 25-Idem: [...] *a Direcção Distrital dos C.T.M. de Vilanculos poderia **propor** à Direcção máxima **para haver** uma linha telefónica para a Beira, [...].* (Tempo 529, 54); [...] ***recomendei** a um colega [...] **para que me comprasse** lá e me trouxesse uns três sacos deste produto.* (Tempo 708, 38); ***Apelo** ao proprietário desta **para que tome** providências [...].* (Tempo 529, 52); [...] *mesmo que **lhe avisava para guardar** ainda um dinheiro [...].* (Vieira 1963, 16);  
Também ocorreram, como em Portugal, *dizer para que* (Tempo 707, 45) e *pedir para que* (Tempo 529, 54; Vieira 1963, 15). Para o Brasil, Lessa menciona os seguintes verbos: *pedir, dizer, falar, suplicar* colhidos na literatura modernista.
- 26-Em “*Isto tudo são vitórias*” o verbo *ser* concorda com o seu predicativo.
- 27-Cf. a explicação dada por Nascentes (1953: 164) “*Habere* [...] Passou a fazer as vezes de *existir*, mas aí então a razão semântica entrou a prevalecer sobre o antigo uso e apareceu o plural.”
- 28-O caso é conhecido também em Portugal (J. Leite de Vasconcelos, Opúsculos, 1928-31, I, 451; II, 291; Júlio Moreira; 1922: 69/70) e no Brasil (Cf. Nascentes 1953: 163; Lessa 1966: 78).
- 29-Outros casos, isolados, do mesmo fenômeno, são:  
**alertar a alg. contra a/c.** por analogia com *dizer a alg.:* *Alerto às estruturas de Nampula, [...] contra a exploração no bar “OLHO”.* (Tempo 508, 59);  
**confiar alg. a + fazer a/c.** por analogia com *chamar, intimar, convidar alg. a + fazer a/c.:* *Qualquer moçambicano que for confiado a controlar quaisquer coisas do Povo deve manter respeito com elas [...].* (Tempo 417, 5);  
**facilitar alg. + fazer a/c.** por analogia com *deixar alg. + fazer a/c.:* [...] *para que facilite seus elementos comprar o pão [...].* (Tempo 437, 3);  
**eliminar com a/c.** por analogia com *acabar com a/c.:* [...] *para eliminar com esta dificuldade* (Tempo 709, 44);

**insistir a alg. que faça a/c.** por analogia com *pedir a alg. que faça a/c.*: *Aí foi ter com uma servente, [...] a quem insistiu que lhe fizesse o tratamento.* (Tempo 682, 46);

**levar com que** por analogia com *levar a que*: *Esta situação levou com que houvesse uma reunião [...].* (Tempo 703, 40);

**repercutir-se a a/c.** por analogia com *estender-se a a/c.*: *O exemplo daquela senhora deve-se repercutir a todos os trabalhadores.* (Tempo 708, 39)

30-O fenômeno ocorre também no Brasil. Cf. Rodrigues 1974: 200: “*Daí arrumaram um carrinho, pegaram eu, levemo na cidade, fomo aproveitar examinar eu e levar o menininho de remédio também. Aproveitemo batizar ele naquele dia.*”

31-1) *assistir a a/c.* = *presenciar, estar presente*

2) *assistir alg.* = *prestar socorros a alg.*

32-O fenômeno também se dá no Brasil.

Lessa, reconhecendo embora a maior freqüência da construção preposicionada na literatura modernista, cita exemplos como *assistir morte de filho* (Carlos Drummond de Andrade), *assistir os últimos momentos* (Diná Silveira de Queirós), *assistiu tudo* (Raquel de Queirós) etc. (Lessa 1966: 214 - 219)

33-Cf. Chaves de Melo 1946: 79/80; Nascentes 1953: 81; Silva Neto 1963: 152; Rodrigues 1974: 53-55

34-“O resultado da ação da língua tupi e das línguas africanas, principalmente destas últimas, sobre o Português foi a simplificação das flexões verbais e nominais (número) que se nota na linguagem popular brasileira.” (Chaves de Melo 1946: 79)

35-“[...] o frisante fato, que representa vestígio do crioulo colonial, do desaparecimento da flexão numérica por meio de -s: *os livro, as mesa.*” (Silva Neto 1963: 152)

36-Cf. Rodrigues 1974: 55: *A roupa meu nenhum servia. A mãe meu vinha tratar do menino. Aquele coisa estufado. Avó meu lidava ali comigo.*

37-Silva Neto (1963: 35) : *un feças, quanto mãtanza, minina premozo, esso zente, Rei podrorozas* etc.

38-Silva Neto (1963: 40) : *esse gente, meu banda, esse casa, esse viola, minha boio.*

39-Endruschat (in Perl 1989: 108) cita o exemplo:

*mutwa we - sua cabeça / cabeça dele / dela*

e diz: “Da das grammatische System des Portugiesischen durch die Konstruktionen mit *dele(s) / dela(s)* die Möglichkeit der enklitischen Stellung bietet, werden diese Konstruktionen durch die Sprecher von Bantusprachen deutlich bevorzugt.” (loc.cit.)

40-apud Elia 1963: 132.

41-Segundo Mattoso Câmara, apud Elia 1963: 132, o fenômeno é também conhecido no Brasil.

42-O pronome *lhe* passou, portanto, a designar:

1º o objeto direto anafórico

2º o objeto direto no tratamento direto

- 3º o objeto indireto anafórico  
 4º o objeto indireto no tratamento direto
- 43-Uma construção parecida, com o segundo pronome tônico, encontra-se na linguagem rural brasileira:  
*Jesus me abençoou eu.* (Rodrigues 1974: 202)
- 44-Guerra Marques (1985: 222/223)
- 45-Cf. Laban 1980: 57/58.
- 46-“Reparemos ainda no seguinte: o pronome pessoal complemento direto ou indireto em kikoongo, umbundo e kimbundo não ocupa a mesma posição que ocupa na língua portuguesa, pois que naquelas línguas o pronome antepõe-se ao verbo, contrariamente ao que acontece na língua portuguesa em que a posição do pronome é no fim do verbo. Assim, é também freqüente ouvir-se dizer: *eu lhe digo por eu digo-lhe.* [...] Exemplo:
- Kikoongo: Kwa bau lun'disi mbongo zame  
 Eu *lhes* dei o meu dinheiro a guardar
- Umbundo: olusolo lwa kuvalula  
 a bala *te* feriu
- Kimbundo: mwene wa mu bana  
 ele *lhe* deu (Guerra Marques 1985: 222/223)
- 47-No Brasil, hoje já aparece em linguagem científica: *Derivaria-se: ...* (Pinheiro Lobato, Sintaxe Gerativa, 302)
- 48-“E foi só pelo século XIV que se tomou essa heróica resolução para a colocação normal, pois que até então coexistiam: *será-vos d'excusar* (Can.D. Din., 20) = *direi-vos hua rem* (ib., 288) = *tornarey-me entam* (S. Graal, 18) [...]. Said Ali 1966: 54.
- 49-“La tmèse, qui s'observe au futur et au conditionnel, dans la langue littéraire moderne, dans des expressions comme “*dir-te-ei*”, “*ir-se-á*”, n'existe pas dans la langue populaire: *direi-te, irá-se*”. (Leite de Vasconcelos 1987: 122)
- 50-Os casos análogos na linguagem popular ou rural do Brasil como *Comecei tussir.* (Jesus, Quarto, 13), *Começou chover.* (Jesus, Quarto, 30) e outros, consideramo-los como resíduos de um processo análogo ocorrido no semi-crioulo da hinterlândia no Brasil-Colônia e corrigido depois em contato com o português das classes médias das cidades.
- 51-Segundo o prof. Sílvia Elia, na língua literária do Romantismo brasileiro ainda é fenômeno excepcional (cf. Elia 1963: 76/77), mas tornou-se freqüente com o Modernismo (cf. Elia 1963: 117)
- 52-Guerra Marques 1985: 221/222.
- 53-Gonçalves 1985: 248
- 54-Idem: *chegou na estrada* (23), *fugir no mar* (18), *subir no céu* (35), *ir no caixote* (14), *ir na escola* (28), *ir na missa* (32), *saiu na Baixa* (14), *correu no canto* (31),

*dirigiu no grande balcão* (24), *encostou bem na parede* (33), *tinha chegado na cubata* (12) (Vieira 1963)

55-Idem: *varrer a água no pequeno quintal* (Vieira 1963, 12), *lhe deitar no colo* (Vieira 1963, 16)

- |               |                             |                             |
|---------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 56- Kikoongo: | <i>ngiele ku nzo</i>        | (vou <b>para</b> casa)      |
|               | <i>ngina ku nzo</i>         | (estou <b>em</b> casa)      |
| Umbundo:      | <i>eye wenda konjo</i>      | (eles vão <b>para</b> casa) |
|               | <i>eye okasi konjo</i>      | (eles estão <b>em</b> casa) |
| Kimbundo:     | <i>mwene wamuia ku bata</i> | (ele vai <b>para</b> casa)  |
|               | <i>mwene wala ku bata</i>   | (ele está <b>em</b> casa)   |

(Guerra Marques 1985: 221)

57-Idem: *se dedicam na alfabetização* (Tempo 438, 7), *limitando-se em pedir desculpas* (Tempo 533, 44)

58-Idem: *olhavam em Zeca* (Vieira 1963, 14), *virou a conversa no assunto* (Vieira 1963, 22), *para lhe mudarem no escritório* (Vieira 1963, 28)

59-Os exemplos são todos angolanos (linguagem dos musseques), mas, segundo Gonçalves, o fenômeno ocorre também em Moçambique: “A preposição *em* tem tendência a sobrepor-se a outras preposições (*a, de, para com*) [...]”. (Gonçalves 1985: 248)

60-Idem: *mães a gritar nos monandengues para sair embora da rua* (Vieira 1963, 12), *o sacrista adiantava apalpar as pernas na namorada* (Vieira 1963, 12), *o que custou em Zeca Santos foi aquela mentira* (Vieira 1963, 21/22)

61-Não tem, portanto, nada que ver com a falta da conjunção em certos tipos de frase na língua literária portuguesa (cf. Figueiredo / Ferreira 1974, 45; Brandão 1963, 33; Cunha 1975, 406) e espanhola (Gili y Gaya 1961, 289; Esbozo 1985, 517).

62-Também ocorre no Brasil: *a casa que eu morei* (Elia 1963, 134); *A senhora se lembra de um batizado em Coelho da Rocha que nós fomos?* (Guarnieri 1966, 69)

63-Cf. Júlio Moreira (1922: 45/46), que cita estes exemplos: *Queria-se ali um homem que este fosse trabalhador.*; *O homem que eu fui com ele*. Cf. também: Schafroth 1993: 332-341.

64-Cf. p.ex.: *Aqui nesta aldeia tem um caboclo que ele é ideal*. (Umbanda. Abertura e encerramento de trabalhos (disco). Rupara Ltda., 2001) e *O homem que eu falei ontem com ele*. (Elia 1963, 133)

65-No sujeito, poder-se-ia pensar em analogia com infinitivos na função de adjunto adnominal (*o hábito de meterem*), no predicativo em contaminação com estruturas do tipo *era de que/ de*, tornada extensiva ao predicado nominal (*é a da estruturação*) e no objeto pode ter influído a oscilação que mesmo na norma portuguesa apresentam certos verbos (como *lembrar, esquecer*) entre o regime direto e o preposicional.

- 66-Cf. Chaves de Melo: "O futuro (do subjuntivo, E.G.) [...] tende nitidamente a ser substituído pelo presente do indicativo." (A língua do Brasil, Rio 1946, p. 82)
- 67-Acontece, no entanto, que mesmo em Portugal há falantes que nem sempre respeitam a sutil diferenciação de sentido expressa pelos modos depois de verbos perceptivos negados. Cf. Raposo 1975: 107.
- 68-Cf. nota 67.
- 69-Note-se que às vezes se expressa a posterioridade: *talvez se você ia lhe ajudar, ela ia nos fiar outra vez.* (Vieira 1963, 14)
- 70-Cf. Chaves de Melo 1946: 83.

## BIBLIOGRAFIA

- ALI, Manuel Said. *Dificuldades da língua portuguesa*, 6ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1966.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*, 35ª ed. São Paulo, Saraiva, 1988.
- BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1963.
- BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. São Paulo, Saraiva. 1967.
- BUSSE, Winfried / VILELA, Mário. *Gramática de valências*. Coimbra, Almedina, 1986.
- CARVALHO, Felix de. "Sobre os falares crioulos do Brasil". In *Caderno de Letras*, Universidade Federal da Paraíba, nº 4, Julho de 1979, p. 79-92.
- CASTELEIRO, João Malaca. "Aspectos da sintaxe do português falado no interior do país". In *Boletim de Filologia*, Lisboa, tomo 24, 1975, p. 57-74.
- CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1975.
- CUNHA, Celso / CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa, Edições Sá da Costa, 1984.
- DIAS, Epiphânio da Silva. *Sintaxe histórica portuguesa*, 4ª ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1959.
- ELIA, Sílvio. *Ensaio de Filologia*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1963.
- ENDRUSCHAT / HUTH. "Interferenz und Sprachwandlungsprozesse am Beispiel grammatischer Strukturen des angolischen Portugiesisch: . In *Lusorama*, Frankfurt am Main, nº 20, março de 1993, p. 50-74.
- ENDRUSCHAT / HUTH / DYRBA. "Portugiesisch Angola". In PERL, Mathias (ed.) *Portugiesisch und Crioulo in Afrika*, Leipzig, Universität, 1989, p. 66-114.
- ENDRUSCHAT, Annette. "Perspectivas de Bilinguismo Nacional na República Popular de Angola e sua problemática no ensino: eine soziolinguistische

- Pilotstudie zum Portugiesischen in der VR Angola". In *Lusorama*, Frankfurt am Main, nº 11, março de 1990, p. 40-45.
- ENDRUSCHAT, Annette. "A língua falada como força motriz do desenvolvimento do português angolano". In *Lusorama*, Frankfurt am Main, nº 12, junho de 1990, p. 63-71.
- ESBOZO. Real Academia Espanola (Comisión de Gramática) (ed.): *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid, Espasa-Calpe, 1973.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionários de verbos e regimes*, 4ª ed. Rio de Janeiro - Porto Alegre - São Paulo, Globo, 1958.
- FERREIRA, Carlota da Silveira. "Remanescentes de um falar crioulo brasileiro (Helvécia - Bahia - Brasil)". In *Revista Lusitana*, Lisboa, Nova Série, nº 5, 1985, p. 21-34.
- FERREIRA, Manuel. "Sobre o modo como as línguas maternas foram interferindo no texto litarário africano em língua portuguesa". In *Lusorama*, Frankfurt am Main, nº 18, junho de 1992, p. 89-98.
- FIGUEIREDO, J.M. Nunes de / FERREIRA, A. Gomes. *Compêndio de gramática portuguesa*. Porto, Porto Editora, 1974.
- GÄRTNER, Eberhard. "Remarques sur la syntaxe du portugais en Angola et au Mozambique". In *Linguistische Arbeitsberichte*, Leipzig, nº 53, 1986, p. 21-45.
- GÄRTNER, Eberhard. "Der Modus des Verbs in Kompletivsätzen; seine semantischen und pragmatischen Grundlagen und seine Verwendung in den sozialen und regionalen Varianten des Portugiesischen". In *Linguistische Studien*, Berlin, nº 172, 1987, p. 125-136.
- GÄRTNER, Eberhard. "Oraciones adverbiales - ¿dependientes de la valencia del predicado?". In *Verbo e estruturas frásicas / Colóquio Internacional de Lingüística Hispânica*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1994. (= Anexo VI da Revista da Faculdade de Letras; Série Línguas e Literaturas), p. 171-182.
- GILIY GAYA, Samuel. *Curso superior de sintaxis española*, 8ª ed. Barcelona, Spes, 1961.
- GONÇALVES, Perpétua. "Situação actual da Língua portuguesa em Moçambique". In *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo, Actas*, Volume I, Lisboa, ICLP, 1985, p. 243-251.
- MARQUES, Irene Guerra (1985): "Algumas considerações sobre a problemática lingüística em Angola". In *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo, Actas*, Volume I, Lisboa, ICLP, 1985, p. 205-223.
- HOLM, John. "Creole influence on popular Brazilian Portuguese". In Gilbert, G.G. (ed.): *Pidgin and Creole Languages. Essays in Memory of John E. Reinecke*, Honolulu, 1987, p. 406-429.
- KOSS, A.M. "Sobre um fenômeno da linguagem corrente falada no Brasil (reestruturação do paradigma de conjugação)." (em russo) In *Filologiceskije nauki*, Moscou, 1971, 102-110.
- LABAN, Michel. "Encontros com Luandino Vieira, em Luanda". In *Testemunhos, Entrevistas*, Lisboa, Edições 70, 1980, p. 9-82.
- LEISTE, Doris. "Portugiesisch in Moçambique". In Perl, Matthias (ed.). *Portugiesisch und Crioulo in Africa*, Leipzig: Universität, 1989.

- LESSA, Luiz Carlos. *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- MATEUS et al. *Gramática da língua portuguesa*, 1ª ed. Coimbra, Almedina, 1983; 3ª ed. Lisboa, Caminho, 1989.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*, 1ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1946; 3ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- MELO, Gladstone Chaves de. “A língua padrão do Brasil”. In *1º Congresso Brasileiro de Língua e Literatura*, Rio de Janeiro, Edições Gernasa e Artes Gráficas Ltda., 1970, p. 97-115.
- MOREIRA, Júlio. *Estudos de língua portuguesa. 1ª série. Subsídios para a sintaxe histórica e popular*. Lisboa, 1922.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro, Simões, 1953.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1960.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*. Curso superior, 110ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1958.
- PERL, Matthias (ed.). *Portugiesisch und Crioulo in Afrika. Geschichte, Grammatik, Lexik, Sprachentwicklung*. Leipzig, Universität, 1989.
- PERL, Matthias / HUNDT, Christine. “Identidade linguística como contribuição para a identidade cultural: reflexões sobre a linguagem da literatura angolana”. In *Lusorama*, Frankfurt am Main, nº 15, junho de 1991, p. 45-53.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. “Uma restrição derivacional global sobre o infinitivo em português”. In *Boletim de Filologia*, Lisboa, tomo 24, 1975, p. 75-293.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões gramaticais*, 6ª ed. Bahia, Progresso, 1956.
- RODRIGUES, Ada Natal. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo, Ática, 1974 (= Ensaio, 5).
- SCHAFROTH, Elmar. *Zur Entstehung und vergleichenden Typologie der Relativpronomina in den romanischen Sprachen. Mit besonderer Berücksichtigung des Substandards*. Tübingen, Niemeyer, 1993.
- SILVA, Baltasar Lopes da. *O Dialeto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1957.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro, INL, 1963.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982.
- VASCONCELOS, José Leite de. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 3ª ed. Lisboa, INIC, 1987.

\*\*\*

## CRIoulos PORTUGUESES EM ÁFRICA E NO ORIENTE

Jorge Morais Barbosa  
Universidade de Coimbra

Cabe-me, neste Simpósio sobre a Língua Portuguesa em África e no Oriente, falar dos crioulos, ou, melhor, de alguns traços de crioulos portugueses destas áreas geográficas. Foi a sugestão que apresentei ao Prof. Sílvio Elia para tema da minha intervenção, prontamente aceite por este eminente mestre da Linguística e meu muito querido e respeitado Amigo.

A escolha deste tema merece uma justificação. Dividi-la-ei em alguns pontos, que aliás me permitirão entrar em assuntos dos quais necessariamente haveria de me ocupar.

Em primeiro lugar, sendo o Simpósio consagrado à língua portuguesa, não o entendi como restrito àquelas variedades de português que se falam hoje em dia em África e no Oriente. Sem dúvida, interessa-me muito o conhecimento, tão aprofundado quanto possível, de tais variedades, e espero levar deste nosso encontro, em boa hora promovido pelo Liceu Literário Português no Rio de Janeiro, muita e valiosa informação a seu respeito. Mas, tendo conhecido, julgo que bastante bem, por observação direta, a situação linguística de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique entre 1964 e 1974, tem-me faltado oportunidade de a ela aceder do mesmo modo de então para cá. O que sei a seu respeito nestes últimos vinte anos decorre da bibliografia existente, geralmente escassa, e de contactos com amigos e outras pessoas oriundas destes países, também eles infelizmente esporádicos e nem sempre muito esclarecedores. Seria, de qualquer modo, pretensioso da minha parte pronunciar-me aqui sobre qualquer uma das variedades de português praticadas pelos nossos irmãos dessas paragens, cada uma das quais - estou certo - está longe da homogeneidade linguística, mesmo aproximada. A única coisa que a propósito quero dizer, para não cair em banalidades, é que de todos os países africanos que têm o português como língua oficial, e também de Macau, tenho ouvido muitas pessoas falarem a nossa língua comum como o faz qualquer brasileiro ou português culto.

Não entendendo, portanto, o Simpósio como circunscrito à apreciação da atual sincronia do português em África e no Oriente, admiti que ele pudesse ocupar-se também de outros estados da língua e da sua presença nessas áreas geográficas em tempos pretéritos. Foi assim que me ocorreu ocupar-me de crioulos.

Leva-me isto ao meu segundo ponto: será legítimo, com efeito, situar os crioulos dentro do âmbito histórico da língua portuguesa? Não é óbvia a resposta à pergunta assim formulada, e para começar a responder-lhe seria necessário que nos entendêssemos com precisão sobre um conceito de língua portuguesa. Dispensar-me-ei de grandes considerações a respeito deste assunto, já que elas se tornariam infundáveis e talvez nos não conduzissem a qualquer resultado comumente aceite por todos os presentes. Numa perspectiva genética, partindo do latim como mais próxima etapa anterior suficientemente conhecida das línguas românicas, poderemos aceitar que o português se caracteriza, no universo destas, como a única língua literária que não ditongou vogais e perdeu - l - e - n - intervocálicos. Nesta perspectiva, que, à sua maneira, é simultaneamente tipológica (embora apenas quanto a três características fônicas), os crioulos de que nos ocupamos filiam-se claramente no português. Filiam-se nele, também, quanto à origem predominante do seu léxico. Foi, aliás, essa mesma perspectiva - única que praticamente tinha curso em seu tempo - que, em fins do século XIX, levou Adolfo Coelho, o primeiro estudioso dos crioulos, a considerá-los “dialetos românicos ou novilatinos”, conforme reza o título dos seus três artigos publicados no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* entre 1880 e 1886<sup>1</sup>, e Hugo Schuchardt, que imediatamente se lhe seguiu, a chamar “Negerportugiesische” aos crioulos de S. Tomé, Ano Bom, Senegâmbia, Cabo Verde e Príncipe<sup>2</sup>. Na mesma linha, e no que toca ao Oriente, José Leite de Vasconcelos publicou um opúsculo sobre o que não hesitou em designar por “dialeto português de Macau”<sup>3</sup>, um “dialeto crioulo”<sup>4</sup>, designação que atribuiu igualmente às variedades do “indo-português”<sup>5</sup>, e do mesmo modo procedeu Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, que, no seu *Dialecto Indo-Português de Ceylão*, amiudadamente se referiu a este e outros idiomas congêneres também como crioulos<sup>6</sup>. Sem entrar aqui em pormenores sobre as teses que negam a influência de substratos locais na formação dos crioulos, como foi a de Adolfo Coelho logo em 1880, e as que a defendem desde Lucien Adam em 1883<sup>7</sup>, dir-se-á apenas que a tradição iniciada por Adolfo Coelho e Schuchardt se mantém na mais moderna bibliografia crioulistica, mesmo em autores muito distantes, por formação, da filologia do século XIX.

É claro que, em lugar do critério genético, se poderia apelar ao critério da intercompreensão para verificar se os crioulos podem incluir-se no âmbito histórico da língua portuguesa. Decerto, sem estudo prévio dos idiomas dos respectivos interlocutores, um português ou um brasileiro não entenderão o crioulo de um caboverdiano ou guineense e um falante de qualquer destes idi-

omas não entenderá o português daqueles. Mas esse novo critério levantaria muitas outras inquietações e obrigaria a rever alguns pontos. Por exemplo, seria razoável, de acordo com ele, continuar a considerar, como se tem feito, o português e o galego duas línguas distintas desde o século XV, por um lado, e o português de Coimbra, ou o do Rio de Janeiro, e certos usos do madeirense ou do açoriano a mesma língua, como também é habitual fazer-se, por outro lado, quando é evidente que a intercompreensão se apresenta muito mais fácil entre um português e um galego do que entre um conimbricense, ou carioca, e muitos madeirenses e açorianos?

Deixando portanto de lado o critério da intercompreensão, mas retendo o genético, para só mais adiante me ocupar de critérios tipológicos, direi, em terceiro lugar, que uma língua, sem precisões cronológicas, é intemporal, no sentido de dizer que ela não se circunscribe no que, por comodidade, se designa por uma dada sincronia. De fato, o português, a língua portuguesa, sem mais, não é o do século XX, ou do século XII, ou do século XVI: o português é conhecido nessas e demais formas localizadas no tempo, mas é constituído por todas elas, é o conjunto das potencialidades que nelas se manifestaram ao longo dos séculos e naturalmente continuarão a manifestar-se depois de todos nós termos deixado aos nossos vindouros a possibilidade de as concretizar. Por isso é que se diz que uma língua não cessa de existir, não morre, a não ser que, por razões a elas estranhas, desapareçam da Terra quantos a falam, e por isso também não se pode datar o aparecimento de uma língua: afinal, o que se chama o português nosso contemporâneo, ou o português (ou galego?) que falava D. Afonso Henriques, são apenas formas assumidas por aquilo que antes se chamou latim, antes ainda indo-europeu, e antes ainda, o quê? Trata-se, afinal, do problema do *continuum* linguístico, de que não vou falar, mas ao qual terei de regressar a propósito dos crioulos que conhecemos.

Ora na linha destas considerações, não há qualquer motivo que nos leve a desconsiderar os crioulos como formas em que se materializou esse conjunto de potencialidades que constitui a língua portuguesa. Isto será válido, parece-me, quer nos restrinjamos aos chamados crioulos portugueses (de Cabo Verde, Guiné-Bissau, etc), quer nos alarguemos ao que se designa simplesmente por crioulo, isto é, quer nos situemos no quadro da teoria poligenética quer no da teoria monogenética de tais idiomas. Sobre estas teorias quererá, sem dúvida, o Prof. Silvio Elia acrescentar algo ao que já judiciosamente escreveu a seu respeito. Pela minha parte, antecipo que me parece difícil refutar a segunda delas, e em seu abono direi alguma coisa mais adiante. O problema que se põe consistirá em saber se haverá motivos para ainda hoje se verem nos crioulos manifestações da língua portuguesa, isto é, para os considerar formas atuais da língua portuguesa como potencialidade, ou se, pelo contrário, devemos admitir que, após o terem sido, em dado momento histórico, deixaram de o ser através dos séculos. Para tomar um exemplo, é o problema de saber se o galego, o leonês,

o castelhano, etc., que em certo momento foram manifestações do latim, hão de continuar a sê-lo ainda hoje ou se, pelo contrário, dado o seu distanciamento relativamente a ele e de uns relativamente aos outros, já não devem ser tidos como tais. Talvez o Prof. Evanildo Bechara, com sua competência de romanista, possa trazer alguma achega a tão complicada questão.

Não me parece, assim, abusivo associar os crioulos à presença da língua portuguesa em África e no Oriente, pelo menos na época histórica em que eles lá se instalaram, isto é, pelo menos, a partir dos séculos XV e XVI, respectivamente, senão antes. Digo “pelo menos” e “senão antes” porque o primeiro texto conhecido escrito no que se designa por língua franca data de 1353 (foi escrito na ilha de Djerba, Tunísia)<sup>8</sup>. Ora, no seu diário de 1685, o navegador francês Le Courbe menciona um *jargon*, falado por comerciantes senegalenses, algo semelhante à língua portuguesa e chamado língua crioula, “como a *lingua franca* do Mediterrâneo”; e John Barbot, a propósito de uma viagem terminada em 1682, cita o uso por africanos do que chamou “língua franca ou português corrupto” (“broken Portuguese”, em inglês)<sup>9</sup>. Há aqui, pois, uma quase identificação do crioulo - português - com a *lingua franca* que se falava no Mediterrâneo ainda no séc. XIV; e a partir de 1956 não tem faltado quem admita que esse crioulo radica num *pidgin* português nascido no séc. XV em África, provavelmente a partir daquela mesma *lingua franca*. Encontramo-nos pois novamente com a teoria monogenética dos crioulos, de acordo com a qual todos os idiomas assim chamados provêm de uma forma de português; e essa teoria, que, recorde-se entre parênteses, não foi formulada nem por portugueses nem por brasileiros, mas por autores de outras nacionalidades, como K. Whinnom, no seu livro *Spanish Contact Vernaculars in the Philippine Island* (Hong Kong, University Press, 1956), R. W. Thompson em 1959, D. R. Taylor em 1960, J. Voorthoeve em 1973, etc., aplica-se tanto aos crioulos atlânticos como aos orientais e foi, aliás, a propósito destes que nasceu com o acabado de mencionar livro de Whinnom. De resto, a abundante presença do português no Oriente ficou amplamente documentada, para os séculos XVI, XVII e XVIII, por David Lopes no seu livro *Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII* (Porto, Portucalense Editora, 1936; 2ª ed. atualizada com muitas e preciosas notas por Luís de Matos, ib. 1969), e os testemunhos que nele se recolhem provam que esse português foi aí falado em variedades bem distintas umas das outras: a pura, a meio-deturpada e a completamente deturpada, faladas pelos portugueses da Europa e seus descendentes, pelos indivíduos de origem mista e pretos letrados e pelos portugueses de origem mista e os completamente pretos, respectivamente, de acordo com uma notícia acerca dos portugueses da Índia enviada em 1733 por missionários protestantes<sup>10</sup>.

O que infelizmente nos falta são textos que atestem as sucessivas variedades que, desde a sua origem e ao longo dos séculos, assumiram os chamados

pidgins e crioulos que hoje conhecemos e, por maioria de razões, os que desconhecemos mas podem ter existido. Por outras palavras, faltam-nos os elementos necessários à reconstituição dos estádios anteriores desses idiomas que permitissem esclarecer a dinâmica de cada um deles, localizar a sua diacronia e remontar a um protótipo que para eles representasse o que para as línguas românicas representa o latim.

De fato, aparte alguns testemunhos isolados e muito escassos, como os que se encontram em Gil Vicente e na citada notícia dos missionários protestantes de 1733, de acordo com a qual o português meio-deturpado se caracterizava pela conjugação incompleta e o completamente deturpado pela ausência de conjugação, datam de finais do século XIX os primeiros documentos de que dispomos: são os textos insertos e as anotações a eles feitas por Adolfo Coelho nos já mencionados artigos do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (1880-1886); alguns dos artigos também já referidos de Hugo Schuchardt (1882-1889); os artigos de Joaquim Vieira Botelho da Costa e Custódio José Duarte sobre o crioulo das ilhas de Cabo Verde e de A. de Paula Brito sobre os de Santiago de Cabo Verde, no mesmo *Boletim* (1886 e 1887)<sup>11</sup>; os elementos do crioulo da Guiné fornecidos pelo Pe. Marcelino Marques de Barros (1900)<sup>12</sup>, e os textos e notas sobre o macaense dados à estampa por J.F. Marques Pereira (1899-1901)<sup>13</sup>.

É, ainda assim, desigual o conhecimento que por intermédio de tais textos e artigos pode chegar-nos dos crioulos em causa. Por um lado, se, no que se refere a textos, pode considerar-se suficiente ou, pelo menos, razoável a sua extensão quanto aos de Macau, já o mesmo não pode dizer-se acerca dos restantes. Por outro lado, trata-se de textos escritos, o que deixa supô-los relativamente elaborados em termos do que já naqueles tempos deve ter sido a variedade dos usos linguísticos coexistentes. De que assim é há provas evidentes nos próprios textos.

Assim, a presumida autora da primeira carta de Macau, Pancha, acrescenta-lhe um P.S. (assim mesmo) onde se lê: “Vós lôgo sintí grandi differença na minha modo di escrevê. Eu já aperfeçoá bastante neste um pôco tempo. Tudú este escóla novo de macho e femia, e aquelle gazetta *Ta-ssi-yang-kuo* já fazê indretá bastante nosso lingu”<sup>14</sup>.

Quase desnecessária seria a confissão da “grande diferença no modo de escrever” e do “aperfeiçoamento” devido à escola e à leitura da gazeta para nos darmos conta da influência do português culto no macaense: bastariam a duplicação de f e t em *differença* e *gazetta* e o uso da acentuação gráfica, pontuação e maiúsculas para que ela se tornasse evidente. O fato não passou despercebido a Adolfo Coelho, que considerou as cartas “forjadas por quem conhecia a língua literária” e apontou a introdução de “formas da língua-mãe”<sup>15</sup>.

Das cartas ilustrativas do crioulo caboverdiano, uma delas terá sido dita por uma negra que vivera muito com pessoas instruídas originárias da Metrópole e as outras foram escritas por pessoa também instruída e que falava bem português, como notou Adolfo Coelho<sup>16</sup>, e percebe-se claramente terem sido com o expresso propósito de fornecer informações solicitadas acerca do crioulo. É o que se deduz de passos como os seguintes, aqui, transcritos em versão portuguesa: “Talvez alguma cousa, palavra ou como quiser, esteja errada. O que não duvido, porque por mais crioulo que nós de Cabo Verde saibamos, sempre encontramos dificuldade ou embaraço logo que pegamos na pena para escrevermos na nossa língua”. “Não sei se alguma cousa está errada ou mal escrita[...] Na folha 1v. e linhas vinte e vinte e um, na coluna crioula *nha dona nha Luzia*, e no português não encontro nada que, como dizem os portugueses, lhe corresponda”. Segue-se uma exposição gramatical sobre o verbo e os pronomes. E mais adiante lê-se: “Para vos fazer a vontade eu escrevo-vos na nossa língua em crioulo fundo, que eu não sei se vós o entendeis”<sup>17</sup>.

“Em crioulo fundo”. É que já nessa época se distinguia o crioulo *fundo*, ou *rachado*, “falado principalmente no interior da ilha”, de um “crioulo em que a gramática portuguesa é menos ignorada, distinguindo-se quase unicamente pela pronúncia de algumas palavras ou sons e pelo acento geral”, na formulação do mesmo Adolfo Coelho<sup>18</sup>. E isto recorda-nos a designação de *português baixo* atribuída ao crioulo de Ceilão, para o distinguir do *português alto* (“puro”, chamou-lhe Sebastião Rodolfo Dalgado<sup>19</sup>) e a de *reinol*, que, de acordo com Cândido de Figueiredo, correspondia ao “dialeto português, falado em Ceilão e na costa ocidental da Índia”<sup>20</sup>.

O que isso quer dizer é que certos falantes do crioulo, nesse caso de Cabo Verde, tinham muito maior contacto que outros com falantes do português e por isso os seus usos linguísticos se encontravam muito mais expostos à penetração de traços característicos do português: verificava-se aí o conhecido fenómeno da interferência linguística, decorrente da situação de contacto de línguas. Se o informador de Adolfo Coelho podia notar que se tornava muito sensível “a tendência que há hoje para empregar regularmente as formas do plural”<sup>21</sup> em Santiago do Cabo Verde e se Adolfo Coelho verificava existir aqui “uma riqueza muito maior que em geral [nos] outros dialetos semelhantes” quanto ao uso da conjugação verbal<sup>22</sup>, isso explicava-se naturalmente pelo mais elevado número de falantes do português instalados nessa ilha do que noutras e conseqüente interferência linguística do português no crioulo local. A ilha de Santiago terá sido, aliás, a primeira povoada e colonizada do arquipélago. E o que se passava em Cabo Verde passava-se também noutros locais, como explicitamente escreveu Monsenhor Dalgado a propósito de Ceilão, quando mencionou diferenças entre o dialeto usado em livros e periódicos e o da fala ordinária e se referiu às “infiltrações propositadas ou inconscientes” por meio dos “que conheciam o português puro ou tinham

contacto com os que o falavam”<sup>23</sup>. Monsenhor Dalgado cita ainda “os progressos que o indo-português de Ceylão tem feito com recursos próprios”<sup>24</sup>, isto é, o que hoje se diria ser a evolução da língua não condicionada por causas exteriores, e neste tipo ou no primeiro deverão incluir-se as mudanças observadas no crioulo de Diu por um autor que, comentando textos publicados por Schuchardt, deles dizia estarem “locutivamente perfeitos, em harmonia com o dialeto de Diu ha vinte anos atrás”.

Vieram estas considerações a propósito do estado de evolução em que se encontravam já os crioulos na época de que datamos seus primeiros testemunhos significativos. Quais as fases por que até então eles passaram é coisa que desconhecemos e necessariamente continuaremos desconhecendo, se não surgirem quaisquer imprevisíveis documentos que sobre eles derramem novas luzes. Por isso se torna aleatória qualquer comparação que entre eles pretendamos estabelecer com vista a verificar as suas afinidades históricas, e particularmente a encontrar o seu elo mais remoto com o português corrente da época em que se estabeleceram.

Apesar de todas as limitações, foi, no entanto, possível, num estudo publicado em 1966, reconstituir o que terá sido o sistema verbal do crioulo caboverdiano, em especial o de Santiago, em fase anterior à documentada na gramática que dele nos deu Baltasar Lopes da Silva em 1957<sup>26</sup> e mesmo anterior à registrada em 1880 por Adolfo Coelho. Valeram para o efeito o estudo de W.A.A. Wilson sobre o crioulo da Guiné, de 1962, e os materiais recolhidos por mim próprio em S. Tomé em 1965. Tendo-se tornado evidente ser o sistema verbal de Cabo Verde mais avançado que os de Guiné e São Tomé, no sentido de que se aproximava mais do que estes do sistema português, não foi muito difícil identificar o que nele parecia resultante de interferência linguística relativamente recente do português e reconstituir o dito sistema em fase correspondente à que então apresentavam os seus congêneres atlânticos. Mas, à falta de termo de comparação mais antigo, não foi, evidentemente, possível recuar atrás desta etapa. Se o houvesse sido, ter-se-ia reconstituído um sistema verbal ainda anterior, provavelmente mais afastado do português do que o são ainda os da Guiné e São Tomé. Note-se, aliás, quanto a este, que, à data dos inquéritos que realizei, já estavam escolarizadas todas as crianças em idade escolar na ilha e o sistema verbal já apresentava em alguns informadores, não necessariamente muito jovens, traços inovadores de evidente origem portuguesa moderna. A maneira como os inquéritos foram conduzidos permitiu, no entanto, surpreender a dinâmica do crioulo e reter os usos mais antigos, relativamente aos quais já se não registavam outros anteriores. Recordo aqui com saudade o informador mais idoso que tive, e também o mais habilitado a refletir sobre os usos que lhe eram presentes - o professor Atanásio, sempre pronto a esclarecer que alguns destes já não eram propriamente crioulos, como ele dizia, ou pertenciam a um crioulo de gente moderna. Não deixa de ser curioso notar que,

submetidos à apreciação do professor Atanásio, os provérbios publicados por Adolfo Coelho em 1882 foram por ele julgados “bom crioulo”. Na realidade, essa forma de crioulo devia ser, aproximadamente, a da juventude do professor Atanásio, que à data dos inquéritos teria cerca de oitenta anos.

No sistema verbal caboverdiano reconstituído como se disse e nos da Guiné e São Tomé foi possível reconhecer a ausência de valores temporais e a presença de valores aspectuais, aqueles próprios do sistema português e estes de línguas africanas. Note-se que os significantes de tais valores *variam de língua para língua*, o que não impede que devam considerar-se funcionalmente próximos os correspondentes monemas.

No sistema verbal do crioulo da Guiné, pelo contrário,<sup>28</sup> não se encontram quaisquer traços que lembrem especialmente o sistema português, ao passo que muitos nos fazem pensar em línguas autóctones da região, como o mandinga e o balanta. De acordo com os dados fornecidos por Wilson<sup>29</sup>, pode aquele sistema interpretar-se como desconhecendo categorias temporais e operando apenas com categorias aspectuais, traduzidas nos monemas *na*, *ta*, *ba* e *dza*. O primeiro destes monemas é apresentado por Wilson como de significado “progressivo”, sem referência ao tempo em que decorre a ação; assim, *i na durmi* pode traduzir-se por “ele a dormir”, no nosso passado, presente ou futuro, isto é, “ele esteve, ou ele estava, ou ele está, ou ele estará, a dormir”; o valor de “futuro iminente” que Wilson lhe atribui em *i na bin ts dɔ-tardi* “ele vem esta tarde” parece ditado apenas pelo contexto *es de tardi* “esta tarde”. É ainda importante notar que *na* funciona igualmente como locativo em sintagmas como *i sta na kaasa* “ele está em casa”. O monema *ta*, que Wilson apresenta como valendo um futuro menos iminente que o traduzido por *na*, um habitual, um progressivo quando usado após um auxiliar verbal e como utilizando-se ainda na proposição principal após uma condicional [exs. de Wilson: *i ta bim* “he will come” ou “he comes”; *i kumsa ta tfoora* “he began to cry (and continued crying)”, cf. *i kumsa kume*, “he began to eat, he has just eaten”], parece poder interpretar-se como um injuntivo, nos termos em que este aspecto será definido adiante a propósito do crioulo de São Tomé. O monema *ba* (que como *dza*, se pospõe ao verbo), segundo Wilson “indicates that the verb concerned applies to a time plane previous to that of the main context”;<sup>30</sup> exs.. *i bin ba* “he came, he had come”(cf *i bin* “he has come”); *i ta bin ba* “he would have come” (cf. *i ta bin*). Enfim, *dza* “refers to past time and indicates that the action or state concerned still applies to the present”<sup>31</sup>. ex. *i baj dza* “he has gone (recently, and is still away)”; cf. *i baj* “he has gone, he went (on a previous occasion)”. Aos monemas que acabam de indicar-se opõe-se o que parece ser a ausência de monema, que Wilson apresenta como de significado “perfect/present tense”, por exemplo em *i sibi*, traduzido por “he knows/knew”, e *i bin*, traduzido por “he came” (também “he comes”?) Parece claro que o significado apontado não é exato: à ausência de monema corresponderá a falta de indicação temporal,

embora se não disponha aqui dos elementos que permitiram estabelecer-lhe o seu rigoroso sentido aspectual, se é que o tem.

O crioulo de São Tomé desconhece, na sua conjugação verbal, valores temporais; opera unicamente com valores aspectuais, em número de quatro, com os significantes *ʃká*, *ká*, *zero* e *za*. O primeiro destes monemas designa uma ação não completa ou um estado não adquirido e pode assim representar a realização ou a concretização próxima ou inelutável da ação ou do estado; é o que se verifica, por exemplo, em *kasó ʃka modé-mu* “o cachorro está a morder-me”; *dzá dzángu ku ká bi* “domingo que vem”. Trata-se portanto, do que poderá chamar-se um aoristo. O monema de significante *ká* designa uma ação ou um estado a desenvolver-se ou a adquirir-se, no nosso passado, presente ou futuro: *kasó ká modé-mu* “o cão morde-me”, *pekadó ká detá ni káma*, *kasó ká detá ni sô* “os homens deitam-se na cama, os cães deitam-se no chão”, *dzá dzingu sé a ká bé fé sá* “no próximo domingo haverá festas”; quando combinado com o monema de 1ª pessoa, *n*, apresenta a variante *gá* (p. ex. *ngá bá lomosá ku* é “vou almoçar com ele”). A duplicação de *ká* reforça-lhe o valor: *búdu ká ká fisá* “as pedras vão apertando”. Trata-se, pois, de um aspecto idêntico ao que, a propósito das línguas negro-africanas, M. Delafosse chamou um “injuntivo”<sup>19</sup>. O monema de significante zero designa uma ação conclusiva ou um estado adquirido e ainda duradouro, sem perspectiva de início ou termo: *kasó modé-mu* “o cachorro moudeu-me”, *múndu sebé* “o mundo sabe” (i. é: “tomou conhecimento e continua a saber”), *n bi lomosá ku bó* “venho almoçar contigo” (i. é: “vim para almoçar contigo”). Estamos, portanto, em presença de um aspecto que podemos chamar “conclusivo” ou “perfeito”. O monema de significante *zá* tem valor idêntico ao do anterior, com a diferença de comportar uma perspectiva do início ou do termo da ação ou do estado, pelo que pode considerar-se um “conclusivo-cessativo”: *kasó detá-za* “o cão já se deitou”, *n lomosá-za* “já almocei”, *ké pegá fôgo-za* “a casa está a arder” (i. é. “começou já a arder”). Os monemas *ka* e *ʃká* podem combinar-se, nomeadamente em proposições condicionais; tal combinação aplica-se a uma ação cujo desenrolar se não concebe como iniciado a um estado cuja aquisição se não concebe como efetiva: *ʃi ngá ʃká/ bi lomosá* “se eu viesse/ se fosse para eu vir/ almoçar”.

Cumpram ainda apontar a forma *ʃtáva* (ou *táva*), que, embora filiada historicamente no ptg. *estava*, perdeu o valor desta. Parece possível interpretá-la como o produto do amálgama dos monemas *sá* “ser, estar” e “conclusivo”: *fêsa táva vía* “houve/havia/festa na aldeia” (cf. *fêsa sá villa* “há festa na aldeia”).

O confronto entre o que acaba de dizer-se revela como são idênticos os sistemas aspectuais dos crioulos da Guiné e de S. Tomé, de tal modo que não seria difícil estabelecerem-se certas correspondências entre os termos de um e de outro. Por outro lado, é evidente o paralelismo entre esses sistemas e os aspectos verbais de línguas negro-africanas<sup>22</sup> e não menos evidente se torna a

distância existente entre o que se passa nestes domínios linguísticos e o que observámos a propósito do crioulo cabo-verdiano.

Passando dos crioulos atlânticos de que até aqui nos ocupámos aos macaísta do séc. XIX, dir-se-á que neste se poderão encontrar valores de natureza temporal, organizados num quadro que fundamentalmente oporia o passado, representado por *já*, ao futuro, representado por *logo*: *ung-a comparação que eu já fazê* “uma comparação que fiz”, *já ri que más já nom pôde* “riu a não poder mais”; *Natal [... ] logo cai na quartafêra* “o Natal cairá na 4ª feira”, *logo ri, nom tem nada* “se / quando rir não faz mal”. Mas esses sentidos temporais aparecem associados a sentidos aspectuais, organizados num sistema que se diria de “conclusivo” *versus* “prospectivo”. Torna-se ainda necessário levar em conta o monema *tá*, que se documenta, por ex., em *tá prendê portuguez* “anda a aprender português: , *tudo naçam, até China, tá fazê caçuada* “todas as nações, até a China, fazem troça”, etc. Algumas vezes, pode o sentido deste monema convergir ou confundir-se com o do chamado presente, mas que o seu valor não é este prova-o o fato de aparecer em contextos referidos a um tempo físico já decorrido, como sucede, por ex., em *eu já nôñ pôde respondê más nada, tá tremê de medo* “não pude responder mais nada, fiquei a tremer de medo” (onde o sentido de passado reside em *já*) ou em *inda honte tá falá pra eu* “ainda ontem me disse”. Parece assim legítimo atribuir a *tá*, quando funciona como modalidade verbal, o valor aspectual de durativo. A ausência de qualquer um desses monemas corresponderia ao puro valor lexical, sem determinação aspectual nem temporal, como geralmente sucede em português com o chamado presente: *que pena eu não pôde escrevê portuguez* “que pena eu não poder escrever em português”, *se marido ganhá muto, família pôde comê más bom pucado, pôde vesti más bem, pôde frequentá loja de môro, pôde vai comedia, pôde assisti fonção* “se o marido ganha muito, a família pode comer melhor, pode vestir-se melhor, pode frequentar as lojas dos indianos, pode ir ao teatro, pode assistir a bailes”.

Nota-se, todavia, que os monemas *já* e *tá* (e porventura *logo*) não funcionavam apenas como modalidades verbais, conforme é o caso nos exemplos apresentados, mas tinham também outros usos: o primeiro, um sentido que se diria verbal em *aquele home tá um pouco luado* “aquele homem está um pouco alheado”, *eu tá livre deste pecado* “estou livre deste pecado”, *ele falá que tá erado* “disse que estava errado”, e o segundo servindo de determinante adverbial em *já depressa vai-se embora* “vá embora já depressa”. Aqueles usos devem, no entanto, aproximar-se do caso, que igualmente se verifica nos crioulos atlânticos, onde se nota ausência do verbo quando este seria uma simples cópula do sujeito com o predicado nominal, como em *Nôssô gente agora tudo morto; más que dromido* “a nossa gente está agora toda morta, mais que adormecida”, *más bom nunca fazê* “melhor é/era/será ... nunca fazer” *quando ele criança* “quando ele era criança”, *eu contente* “estou/estava/estarei ... contente”, etc; cf., no crioulo de

Malaca, *eu português*, “sou português”, *nunca bom* “não é bom”<sup>33</sup>. Estas construções que dispensam a cópula são decerto mais antigas do que aquelas onde ela aparece, sem dúvida por interferência do português moderno.

Apontarei ainda no macaísta combinações ditas de verbo + berbo, como *Nôs num sã chamá* “não dizemos”, *Sium na sium sua terra sã assim pidí cazá?* “é assim que o senhor na sua terra pede casamento?” Podendo, em alguns casos, resultar no desaparecimento de uma preposição (por ex. *sã chomá* “estar a chamar”), construções deste tipo ocorrem com frequência nas línguas crioulas, onde por vezes são explicadas por interferência africana.

Só para não me alongar muito mais a este respeito, prescindo de apresentar aqui o sistema verbal do crioulo de Ceilão, tal como é possível reconstituí-lo a partir dos dados e textos fornecidos por Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado. Apenas direi que nele é possível identificar monemas como *já*, *ló*, *té*, que evocam os que já se encontravam no macaísta e nos crioulos atlânticos, e talvez ainda *tinha* e *dia*.

Deixando o domínio da conjugação verbal para passar ao da significação linguística da posse, esta faz-se nos crioulos da Guiné e Cabo Verde com monemas próprios (por ex. *ña kaasa/ ña kasa* “a minha casa”). e com um monema pessoal no de São Tomé (*ké mu* “a minha casa”; cf. *dá-mu* “dá-me”). Este último processo é também conhecido do crioulo de Cabo Verde (*bó káza* “a tua casa”, *nós baka* “a nossa vaca”; cf. *bo sabé* “tu sabes”, *nós é* “nos somos”), o qual, como o de S. Tomé, se serve ainda para o efeito da sintaxe posicional (*káza zõ* “a casa do João” em Cabo Verde, *ké zõ* “a casa do João” em S. Tomé). Dois destes processos estão representados no macaísta: *minha menino bonito*, *minha querido confessor*, *diretor de minha alma*, *de minha corpo*, *de minha coração*, assim como *sium sa tempo* “o tempo do senhor”, *sium na sium sua terra* “o senhor na sua terra”, *guardá tudo vôsôtro sua política* “guardai todos a vossa política” atestam o uso de um monema possessivo, enquanto *casa eu* “a minha casa” corresponde a S. Tomé *ké mu*. No crioulo de Ceilão registou-se *Ela sua falsa esperança* “a falsa esperança dela”, *Vosotros sua gloriação* “a vossa jactância”, *Eu sua vida* “a minha vida”; e no de Singapura *Eu sua corpo* “o meu corpo”, *eu seu cavalo* “o meu cavalo”<sup>34</sup>, *minha pai sua livro* “livro de meu pai”<sup>35</sup>.

Conforme se vê de alguns dos últimos exemplos apresentados, perdeu o crioulo de Macau a distinção morfológica do gênero, como perdeu também a de sexo feminino, de onde resultou não se fazer concordância de gênero do determinante com o determinado. Os substantivos (*menino*, *confessor*, *alma*, etc.) não são nem masculinos nem femininos, e do mesmo modo *minha*, *sua*, embora formalmente derivados dos correspondentes homônimos portugueses, não pertencem a qualquer gênero. Por isso se encontravam em macaísta sintagmas como *bom vontade*, *bom maré*, *aquele fruta*, *vosso maluícia*, *este*

*pobre vela* “esta pobre velha” etc. Quando importava precisar o sexo feminino de um animado, recorria o macaísta à determinação do nome pela monema *fêmea*: *cachorro fêmea* “cadela”, *rato fêmea* “rata”. São paralelos os fatos no crioulo de Ceilão: *bom cousas*, *vão palavras*, etc., por um lado, e *macho criança*, *fémè criança*.<sup>36</sup> É esta a situação também dos crioulos atlânticos: em S. Tomé, onde *kasó* corresponde tanto a “cachorro” como a “cadela”, a especificidade desta traduz-se pelo monema *muála* “mulher” (*kasó muála*) e a daquele por *óme* “homem” (*kasó óme*), e identicamente em crioulo da Guiné e crioulo de Cabo Verde: neste, “menina” é *minimo fêmea*.<sup>37</sup>

Enfim, e com isto terminarei, em todos os crioulos de que nos vimos ocupando se encontram casos da chamada reduplicação, isto é, repetição de monemas, com sentidos que podem ser o de intensificação, como São Tomé *sétu sétu* “certamente, com toda a certeza”, *kéci/kéci* “muito quente”, *madlugádu kúlu kúlu* “madrugada muito cedo, cedinho”, *nõ té ua mina só só* “nós temos só-só uma criança”, crioulo da Guiné *kinti kinti* “imediatamente, isto é, logo-logo”, crioulo de Macau *cedo cedo* “muito cedo”, *casado novo novo* “recém-casado”, *sopa-sopa de mulato* “molhado como sopa”, crioulo português do Senegal *kabali kabali* “o pior possível, isto é mau-mau”; ou o de pluralidade: crioulo de Diu *fi-fi* “filhos”<sup>38</sup>, crioulo de Mangalor, *tudu crianç-crianç* “todas as crianças”<sup>39</sup>, crioulo de Cochim *senhor-senhor* “senhores”<sup>40</sup>, crioulo de Macau *padri padri qui cusa pôde tem?* “que podem ter os padres?”, *dá bença pra crinça-criança* “a bênção para as crianças”, *tudo pobre-pobre vae pará pra casinha de campo* “todos os pobres vão parar a casinhas de campo”, etc.; ou ainda outros, mais difíceis de caracterizar, como S. Tomé *ũa-ũa* ãa “em alguns dias”, *ne tlés tlési* “eles os três”, crioulo do Príncipe *kté* “umas coisinhas” (*kété* “um pouco”)

## NOTAS

- 1 - Artigos reproduzidos em *Estudos Linguísticos. Crioulos*. Reedição de artigos publicados no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Introdução e notas de Jorge Morais Barbosa. Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1967.
- 2 - Encontra-se a lista dos trabalhos de Schuchardt sobre crioulos na obra citada na nota anterior, pp. 437-438.
- 3 - José Leite de Vasconcelos, *Sur le Dialecte Portugais de Macao*, Lisboa, 1892.
- 4 - Id., *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, 3ª ed. Lisboa, INIC, 1987, p. 149 (1ª ed. 1901).
- 5 - Id., *ib.*, pp. 149-151.

- 6 - Sebastião Rodolfo Dalgado, *Dialecto Indo-Português de Ceylão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.
- 7 - Lucien Adam, *Les Idiomes Négro-aryen et Maléo-aryen: Essai d'Hybridologie Linguistique*, Paris, Maisonneuve, 1883.
- 8 - V. John Holm, *Pidgins and Creoles*. Vol. I; *Theory and Structure*, Cambridge University Press, 1988, p. 14.
- 9 - Id., *ib.*, pp. 14-15.
- 10 - David Lopes, *ob. cit.*, 2a ed., pp. 76-77.
- 11 - Iguualmente reproduzidos em Jorge Morais Barbosa (ed.), *Estudos Linguísticos. Crioulos*, cit.
- 12 - V. Benjamim Pinto Bull, *O Crioulo da Guiné-Bissau: Filosofia e Sabedoria*, Lisboa, ICALP, 1989, pp. 85 ss.
- 13 - Estudados por Jorge Morais Barbosa, "A Língua Portuguesa de Macau", *Colóquios sobre as Províncias do Oriente*, 2o vol., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1968, pp. 147-157. (Salvo indicação contrária, todas as referências que adiante se fizerem ao português de Macau serão extraídas deste artigo.)
- 14 - In Jorge Morais Barbosa (ed.), *Estudos Linguísticos. Crioulos*, cit., p. 65.
- 15 - In Id., *ib.*, p. 61.
- 16 - In Id., *ib.*, p. 5.
- 17 - Id., *ib.*, pp. 5-9.
- 18 - *Ib.*, p.5.
- 19 - *O Dialecto Indo-Português de Ceylão*, cit., p. XXI.
- 20 - Nôvo *Diccionário da Língua Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1899, s.u.
- 21 - In Jorge Morais Barbosa (ed.), *Estudos Linguísticos. Crioulos*, p. 16.
- 22 - *Ib.*, p.18.
- 23 - Sebastião Rodolfo Dalgado, *ob. cit.*, p.XXIV.
- 24 - Id., *ib.*, p.XXIII.
- 25 - Apud Leite de Vasconcelos, *Esquisse*, p. 136.
- 26 - Baltasar Lopes da Silva, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, Lisboa, Jnta de Investigações do Ultramar, 1957.
- 27 - W.A.A. Wilson, *The Crioulo of Guiné*, Joanesburgo, Witwatersrand

University Press, 1962.

- 28 - Neste parágrafo e nos três seguintes, retoma-se o que se escreveu em “Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe: Situação Linguística”, *Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe. Curso de Extensão Universitária. Ano Lectivo de 1965-1966*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1967, pp. 149-164.
- 29 - Ob. cit., pp.21-23.
- 30 - Ib., p22.
- 31 - Ib., p23.
- 32 - V. A. Meillet e M. Cohen, *Les Langues du Monde*. Nouvelle édition, tomo 2, Paris, Champion, 1952, p. 744.
- 33 - Leite de Vasconcelos *Esquisse*, p. 151.
- 34 - Sebastião Rodolfo Dalgado, ob. cit., p.58.
- 35 - Leite de Vasconcelos, *Esquisse*, p. 151.
- 36 - Sebastião Rodolfo Dalgado, ob. cit., pp. 30 e 31.
- 37 - Jorge Morais Barbosa, *Estudos Linguísticos. Crioulos*, cit., pp7 e 35.
- 38 - Leite de Vasconcelos, *Esquisse*, p. 138.
- 39 - Ib., p.142.
- 40 - Ib., p. 143.

\*\*\*

## A LÍNGUA E A CULTURA PORTUGUESA EM MACAU E AS INSTITUIÇÕES AO SEU SERVIÇO NO PRESENTE E NO FUTURO

Dr. Jorge Rangel  
Secretário do Governo de Macau

As minhas primeiras palavras são para agradecer à Excelentíssima Direção deste prestigiado Liceu Literário Português, de tão nobres tradições, o honroso convite que me foi dirigido para participar neste Simpósio sobre a Situação da Língua Portuguesa em África e no Oriente.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

O depoimento que hoje faço perante Vossas Excelências - “A Língua e a Cultura Portuguesa em Macau e as instituições ao seu serviço no presente e no futuro” - tem de ser entendido como um testemunho, forçosamente breve, de quem há muitos anos está profundamente empenhado nesta tarefa que aqui nos junta e que a todos galvaniza.

Testemunho, também, de quem, por funções governativas que lhe estão confiadas, não quer - e não pode - deixar de vos falar do projeto que em Macau vimos desenvolvendo, cientes de que os objetivos que nos propomos serão realizados.

Para se perceber a situação da língua portuguesa em Macau, forçoso é lembrar que, apesar de velha de mais de quatrocentos anos, a forma de estar dos portugueses sempre assumiu características do que poderemos designar por uma “soberania de presença”. A comunidade portuguesa, numericamente muito pequena se comparada com a chinesa, nunca impôs a sua língua à população local; as comunidades em presença, embora coexistindo lado a lado e respeitando-se, viveram, durante muito tempo, por imposição das circunstâncias, como que fechadas sobre si mesmas e de acordo com as suas heranças culturais que, apesar de tudo, aqui e ali se foram interpenetrando. Daqui deriva que, além da pequena comunidade portuguesa, ali radicada ou nascida, muito pou-

cos eram os outros habitantes que falavam e aprendiam o português, sendo também poucos os portugueses que falavam e escreviam o chinês.

Gostaria aqui de lembrar que saber línguas estrangeiras foi, quase até ao nosso tempo, privilégio dos eruditos e dos profissionais de relações internacionais. Para os primeiros, a língua a estudar era sobretudo escrita, valorizada em termos culturais, veículo de conhecimento sobre os povos e a sua maneira de ser e pensar. Para os segundos, a língua era predominantemente oral, adaptável ao objetivo imediato a atingir. Só no nosso século, numa era em que as viagens e as relações comerciais e industriais entre países se tornaram mais fáceis e freqüentes, a aprendizagem de línguas estrangeiras se generalizou, entrando nos “currícula” das escolas.

Para a grande maioria da população de Macau o português nunca foi nem a língua materna nem a principal língua de comunicação nas tarefas do quotidiano. A grande maioria da população de Macau foi sempre de etnia chinesa (hoje, cerca de 95%), tendo como língua materna o chinês, predominantemente na sua forma dialetal cantonense, que é usada em todos os domínios sociais de comunicação (relações familiares, de vizinhança, de amizade, educativas, profissionais e transacionais). Outros dialetos chineses são também usados e, ultimamente, tem estado a ganhar força a língua oficial da República Popular da China (o “putonghua” ou o “mandarim”), até há poucas décadas praticamente desconhecida da população local, a qual quase duplicou nos últimos vinte anos, com a entrada maciça de chineses, oriundos especialmente das províncias de Guangdong e Fukien. À língua chinesa, nas suas diversas variantes dialetais, segue-se provavelmente o inglês, língua universal, ali muito importante no domínio definido pelas relações transacionais, nomeadamente as comerciais e as ligadas à atividade turística. O português é apenas a 3ª língua, privilegiando-se o seu uso nas relações burocrático-administrativas.

É a partir desta realidade, aqui descrita em traços forçosamente muito genéricos, que se tem de entender o esforço que se vem fazendo para, no pouco tempo que nos falta para o final do milênio, podermos criar e consolidar uma sociedade capaz de compreender e defender o legado cultural que deu a Macau uma identidade própria.

Esta questão ganhou especial acuidade com a assinatura, em 1987, da Declaração Conjunta Luso-Chinesa sobre o futuro de Macau, que define as grandes linhas em que se processará a transferência, de Portugal para a República Popular da China, do exercício da soberania sobre Macau, a ocorrer em dezembro de 1999.

Para se poder compreender melhor a política de difusão da língua e de preservação cultural que em Macau vimos realizando, é útil referir o que naquelas áreas foi definido na Declaração Conjunta.

De acordo com este documento, a República Popular da China estabelecerá, a partir de 20 de dezembro de 1999 e por um período de 50 anos, a Região Administrativa Especial de Macau, que gozará de um alto grau de autonomia, será administrada por habitantes locais e manterá os atuais sistemas social e econômico e as leis vigentes, sendo assegurados todos os direitos e liberdades dos habitantes, designadamente as de expressão, de reunião, de imprensa, de associação, de investigação acadêmica, de religião e de crença e o direito à propriedade privada. Por desnecessário, não vale a pena enunciar todas as garantias da continuidade do atual modo de vida de Macau, mas chamarei a atenção para o compromisso que aqui nos interessa referir. No seu ponto n.º 5, a Declaração Conjunta consagra: “A Região Administrativa Especial de Macau definirá, por si própria, as políticas de cultura, educação, ciência e tecnologia e protegerá, em conformidade com a lei, o património cultural de Macau. Além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos Tribunais da Região Administrativa Especial de Macau”.

Em complemento da Declaração Conjunta, negociada e assinada pelos Governos de Portugal e da República Popular da China, a Assembléia Popular Nacional da RPC aprovou em 1993 a Lei Básica da futura RAEM, que é a lei constitucional que irá reger Macau na primeira metade do próximo século. O seu artigo 9º refere: “Além da língua chinesa, pode usar-se a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial”.

Chamo a atenção para o fato de a Lei Básica, que é apenas da responsabilidade do Governo Chinês, ir mais longe do que a Declaração Conjunta, ao consagrar o português, além do chinês, também como língua oficial. Em consonância com esta disposição, o Governo português declarou também, em 1992, o chinês como língua oficial, o que faz já de Macau um Território com duas línguas oficiais: o português, língua da Administração e o chinês, língua materna da larga maioria da população.

No capítulo referente à cultura, a Lei Básica garante, entre outros aspectos, que “os estabelecimentos de ensino de diversos tipos, anteriormente existentes em Macau, podem continuar a funcionar” e “gozam, nos termos da lei, da liberdade de ensino e da liberdade acadêmica”; “os estabelecimentos de ensino podem continuar a recrutar pessoal docente fora da RAEM”; “os estudantes gozam de liberdade de escolha dos estabelecimentos de ensino”; “O Governo da RAEM protege os pontos de interesse turístico, os locais de interesse histórico e demais património cultural e histórico” e “não interfere nos assuntos internos das organizações religiosas”; “as organizações religiosas podem fundar, nos termos da lei, seminários e outros estabelecimentos de ensino” e “as escolas mantidas por organizações religiosas podem continuar a ministrar educação religiosa, incluindo a organização de cursos de religião”.

Servem as citações que acabei de fazer para enquadrar a questão que estamos a abordar: temos, pois, que a língua portuguesa será também língua oficial da futura Região Administrativa Especial de Macau e está também assegurada a liberdade de educação e a liberdade religiosa. A importância destas garantias são facilmente entendíveis se se referir que mais de 90% das escolas do Território são particulares e destas cerca de 50% pertencem à Igreja Católica.

Estão, pois, asseguradas, por dispositivos constitucionais, as condições para que a população de Macau possa manter a sua forma de viver e para que se possa continuar a ensinar e a falar a língua portuguesa. É neste sentido que o nosso grande esforço se dirige à formação dos recursos humanos que hão de servir, amanhã, na futura Região Administrativa Especial de Macau: é que, formando homens no conhecimento, na vivência e no respeito das duas culturas ali em presença, estamos forçosamente a preservar a identidade própria de Macau.

Não se julgue, todavia, que é fácil de vencer o desafio que se nos depara. A constituição do tecido social de Macau, as solicitações do meio envolvente, o dinamismo das sociedades daquelas zonas, o peso das culturas milenares com que coabitamos, o fato de mais de metade da população não ter raízes no Território, por ter chegado há pouco tempo, além de outros fatores menos favoráveis e que são próprios de períodos de mudança, criam, naturalmente, barreiras que é necessário vencer, tantas vezes com arte, quase sempre com muito engenho.

Na comunidade chinesa de Macau o ensino/aprendizagem do português faz-se normalmente ligado a uma instituição de ensino e geralmente em ambiente de sala de aula, o que significa que os alunos dificilmente têm necessidade de usar a língua fora das situações de uso recriadas no espaço pedagógico. Para o aprendente de etnia chinesa a situação de não imersão linguística derivada da pequenez da comunidade portuguesa dificulta seriamente não só a aprendizagem mas também o uso da língua.

O ensino de uma língua estrangeira não se limita só ao estudo dos aspectos linguísticos. O aprendente, ao aproximar-se pela primeira vez de um idioma estranho, tem de relacionar uma série de conceitos socioculturais que influem na aprendizagem. Muitas das dificuldades sentidas pelos alunos de portugueses em Macau não são apenas do tipo linguístico, são problemas de compreensão socioculturais e de mentalidade. Por exemplo:

-Um dos problemas mais imediatos é o conceito da relação professor/aluno. O professor ocupa tradicionalmente na sociedade chinesa um lugar alto, enquanto sábio, letrado, mestre. O aluno não compreende, à partida, a posição menos rígida, por vezes mesmo de grande familiaridade dos professores portugueses.

-Outro ponto importante relaciona-se com a capacidade de memorização

dos aprendentes chineses, decorrente do próprio idioma. Com efeito, a aprendizagem da língua chinesa, com milhares de caracteres distintos, desenvolve uma grande capacidade de memória visual. O professor deve usar esta capacidade usando a escrita, o quadro, os esquemas, etc. Os professores ocidentais estão habituadas a métodos muito diferentes.

- No aspecto lingüístico há que ter em conta a grande diferença entre as duas línguas, nos aspectos fonéticos e morfo-sintáticos. Em chinês há uma acentuada variedade tonal e não existem consoantes vibrantes nem encontros de consoantes como *bl, cr, fl, dv* (bloco, cravo, flor, advogado); tão pouco existem consoantes finais (papel, fazer, cartaz, etc). Em chinês não existem morfemas fixos de gênero, número, pessoa, tempo ou modo. O nome, o adjetivo, o pronome e o verbo são sempre invariáveis. Quer dizer, o sistema morfológico chinês é muito simples ao contrário do sistema morfológico português.

Face às dificuldades expostas, e com base em experiências acumuladas ao longo de décadas, embora nem sempre bem sucedidas e tantas vezes sem continuidade, necessário se tornou conceber estratégias eficazes para o ensino do português a alunos de língua chinesa, ao mesmo tempo que se lhes abriu o mundo de cultura portuguesa, tantas vezes estranho quando comparado com a sua.

Estão estas tarefas entregues ao cuidado de instituições tanto particulares, como oficiais. Permitam-me, pois, que vos fale de algumas delas, especialmente das que estão sediadas em Macau, e dos objetivos que prosseguem, bem como das ações que vêm realizando.

Começarei pelo Instituto Português do Oriente (IPOR). Constituído em 1989, é uma pessoa coletiva de natureza associativa, sem fins lucrativos, com autonomia financeira e patrimônio próprio, e tem por objetivo essencial preservar e difundir a língua e a cultura portuguesa no Oriente. Com sede em Macau, são seus fundadores o Território de Macau, o Instituto Camões (anteriormente denominado Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - ICALP) e a Fundação Oriente, fundação privada com sede em Lisboa, beneficiária de receitas provenientes do contrato de jogos de fortuna e azar firmado pelo Governo de Macau e pela respectiva concessionária e com grandes responsabilidades na promoção e difusão da língua e da cultura portuguesa em Macau e no Oriente, através de Macau.

A criação do IPOR decorreu da idéia estratégica de encontrar uma estrutura adaptada ao período de transição que Macau vive, capaz de superar as previsíveis mudanças provocadas pela transferência do exercício de soberania.

O programa de ação do IPOR tem uma linha de força definida pela expressão “MACAU, DIÁLOGO DE CULTURAS” e dele constam quatro grandes objetivos:

-Apresentar Macau como ponto de encontro civilizacional e expressão concreta de diálogo e tolerância entre culturas tão diferentes como a chinesa e a portuguesa;

-Dinamizar o ensino da língua portuguesa em Macau, através de um centro de línguas, e no Oriente, através do apoio aos leitorados e centros de português;

-Preservar e valorizar a presença cultural portuguesa no Índico e Pacífico, apoiando e organizando iniciativas que defendam e promovam a cultura portuguesa em Macau e junto das comunidades de raiz cultural portuguesa;

-Estimular as relações históricas de Portugal com os países do Oriente, nomeadamente com a República Popular da China, proporcionando contactos científicos, promovendo e apoiando o intercâmbio entre pessoas e idéias.

Não podendo ser esquecido o papel que a língua portuguesa ocupa na configuração da própria identidade de Macau, que se pretende preservar e valorizar, até porque o português continua a ser língua oficial de comunicação da administração, como já se disse, mesmo depois de 1999, o IPOR tem levado a cabo iniciativas como cursos de língua portuguesa nos seus níveis básico, intermédio e avançado, cursos estes realizados com o suporte financeiro da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude do Governo de Macau, e cursos para fins específicos e destinados a grupos profissionais. Uma das principais responsabilidades que esta instituição tem assumido é o apoio aos leitorados e departamentos de Estudos Portugueses junto de universidades asiáticas, através do pagamento das remunerações, subsídios de residência e de viagens aos leitores das Universidades de Jinan e Xangai, na R.P.C., de Pusan, na Coreia do Sul, Bangucoque, na Tailândia e Kuala Lumpur, na Malásia, e coloborando no fornecimento de material bibliográfico e participando financeiramente na execução dos planos de atividades, incluindo a organização de exposições, conferências, mostras de cinema português, concertos e visitas de estudantes estrangeiros e Macau;

O IPOR concede ainda bolsas de estudo a estudantes estrangeiros que estudam português nos leitorados e nos departamentos de estudos portugueses junto de universidades asiáticas, para frequência de cursos de Língua e Cultura Portuguesa, em Portugal, apóia os adidos culturais das embaixadas portuguesas no Oriente e mantém, em Macau, a Livraria Portuguesa.

Além da Fundação Oriente, já mencionada, outra fundação merece uma especial referência - a Fundação Macau, que é uma instituição pública com fins de carácter cultural, educativo e de fomento da investigação científica e tecnológica, com sede em Macau.

Cabe-lhe um papel importantíssimo no apoio à cooperação entre as instituições universitárias de Macau e as de Portugal e da República Popular da China e na concessão de bolsas de estudo, especialmente destinada a mestrados e outras pós-graduações. Compete-lhe também promover o intercâmbio de docentes e discentes com os Países de Língua Portuguesa. Neste âmbito, gostaria de informar que a Fundação Macau concedeu, para estudarem nas instituições do ensino superior do Território, bolsas de estudo a estudantes de Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor e Malaca, sendo esperados, para o próximo ano letivo, estudantes de Goa, de Angola e do Brasil. Formamos, assim, lá longe, na Cidade do Nome de Deus, futuros quadros do mundo da Lusofonia, que ficarão intimamente ligados a Macau. E a título de curiosidade, permitam-me que refira o fato de que o primeiro licenciado que a pequena comunidade de luso-descendentes de Malaca alguma vez teve em toda a sua história multissecular foi formado na Universidade de Macau há dois anos.

Passemos agora à área da Administração Pública, verdadeiro sustentáculo de todo o esforço apontando para a criação da futura Região Administrativa Especial. Pretende-se uma Administração dotada de quadros bilíngües, garantia de permanência da língua portuguesa nos serviços oficiais da futura RAEM e da ligação que interessa continuar a manter, no interesse do Macau de amanhã, com o mundo lusófono.

Um dos programas de formação de quadros levados a cabo pelo Governo, através dos Serviços de Administração e Fundação Pública, é o chamado Programa de Estudos em Portugal (PEP), que constitui um instrumento privilegiado da política de localização de quadros e de promoção do bilinguismo na Administração Pública de Macau, tendo como objetivos primordiais:

- Aperfeiçoar os conhecimentos da língua portuguesa e permitir um melhor relacionamento com a realidade cultural portuguesa;
- Dar a conhecer os princípios, organização e modo de funcionamento da Administração Portuguesa, tendo em vista uma melhor compreensão do sistema administrativo de Macau; e,
- Desenvolver a componente profissional através de cursos de formação e de estágios especializados.

O PEP, com duração não inferior a um ano, integra as seguintes fases:

- Ações preparatórias, compreendendo cursos e outras atividades, a realizar em Portugal;
- Cursos de português, a realizar em Portugal;
- Curso de Administração e Gestão Pública Contemporânea, ministrado em Portugal e Macau; e,

-Estágios de caráter profissional em Portugal e Macau.

O Programa de Estudos em Portugal (PEP) teve a sua 1ª edição em Março de 1987 e nos 11 programas já realizados participaram 326 técnicos superiores da Administração Públicas de Macau, de língua materna chinesa, aos quais se juntarão este ano mais 40 participantes.

Estes programas atestam o empenhamento da Administração de Macau, hoje liderada pelo Governador Vasco Rocha Vieira, na valorização dos recursos humanos para a Administração Pública, sendo justo realçar o apoio importante que na concretização destes programas nos é dado por instituições portuguesas nelas envolvidas, como o Instituto Nacional de Administração de Portugal (INA), centros de línguas e diversas Faculdades de Letras de Universidades Portuguesas.

Outro serviço público altamente empenhado na difusão da língua e cultura portuguesa é a Direção dos Serviços de Educação e Juventude do Governo de Macau. Além do ensino oficial português, que suporta financeiramente na totalidade, o português é, através dela, ensinado nos jardins de infância luso-chineses e nas escolas primárias luso-chinesas, sob a orientação de professores locais conhecedores das duas línguas. Em 1985 começou também a funcionar o ensino secundário luso-chinês, experiência positiva que pode servir de modelo na fase de execução do novo plano de desenvolvimento curricular do sistema de ensino de Macau.

Concede também aquela Direção de Serviços bolsas de estudo para a frequência, em Portugal, de cursos de língua e cultura portuguesa, que contemplaram, nos últimos anos, mais de 300 alunos, mas o seu trabalho mais significativo tem sido desempenhado pelo seu Centro de Difusão de Línguas (CDL). Desde a criação do CDL que se tem tentado melhorar, definindo estratégias próprias para os aprendentes de Macau, o ensino da língua portuguesa. A definição dos níveis de ensino, o novo modelo por módulos que correspondem a unidades capitalizáveis e a adaptação dos conteúdos às necessidades dos alunos e à realidade do Território são algumas das importantes medidas já tomadas.

O público que se inscreve no CDL tem sofrido modificações ao longo dos anos. Assim, se no início eram sobretudo os funcionários administrativos que procuravam as aulas de português para resolverem problemas imediatos de comunicação no trabalho, tem agora aumentado o número de técnicos qualificados e técnicos superiores bem como pessoas ligadas ao setor privado, sobretudo à banca e a empresas concessionárias de serviços de utilidade pública. Estes têm outro tipo de necessidades e exigências, ressaltando a necessidade do português escrito. Esta mudança obrigou os professores a atualizar e melhorar os materiais usados nas aulas para responder a uma exigência de qualidade dos

próprios alunos. Largos milhares de jovens e adultos freqüentaram os cursos do CDL nos últimos anos.

Vértice desta pirâmide, o ensino superior tem-se desenvolvido de forma espetacular em Macau. Neste momento, quatro instituições - todas elas ministrando ou oferecendo cursos em português e chinês - desenvolvem em Macau a sua atividade: a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau e a Escola Superior das Forças de Segurança, como instituições públicas, e a Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau), privada. Está em fase de instalação a Escola Superior de Turismo, agora intimamente associada à Escola Superior de Turismo do Estoril.

A formação de professores de língua materna chinesa como professores de português revelou-se bastante positiva. O fato de estes professores falarem a língua materna do aluno e pertencerem à mesma realidade sociocultural permite-lhes compreender as dificuldades do aprendente e usar métodos mais eficazes. Um vasto programa de formação de professores de Português está a ser preparado na Universidade de Macau, até porque no novo plano curricular de ensino, já aprovado no âmbito de reforma educativa em curso, mesmo nas escolas secundárias privadas de língua veicular chinesa passará, já no próximo ano letivo, a ser ensinada a língua portuguesa. Apesar de enormes resistências de algumas associações chinesas, o resultado conseguido, através do Conselho de Educação de Macau, a que tenho a honra de presidir, pode considerar-se correto e positivo.

Entretanto, a Direção dos Serviços de Educação e Juventude prepara a entrada em funcionamento, se possível já no ano letivo de 1996/97, da futura Escola Portuguesa, que será herdeira do atual Liceu de Macau, assegurando assim a continuidade, para além de 1999, do ensino oficial português. Ainda há poucos dias tive reuniões de trabalho em Portugal, nos Ministérios da Educação e dos Negócios Estrangeiros para preparação final de todo o enquadramento jurídico e do regime financeiro a aplicar à futura Escola Portuguesa, que deverá ser mantida por uma cooperativa de ensino, envolvendo entidades públicas e privadas, nacionais e locais.

Uma instituição do ensino superior, onde o estudo da língua portuguesa vem assumindo uma posição de destaque, é o Instituto Politécnico de Macau (IPM), agora membro de pleno direito do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, de Portugal.

O ensino da Língua Portuguesa no IPM assume duas vertentes: como língua estrangeira (e por isso mais funcional) em todos os cursos curriculares ministrados nas várias escolas que o integram, e como língua veicular e de trabalho na sua Escola de Línguas e Tradução. De referir que os alunos do Curso de Tradução e Interpretação, com nível de bacharelato, têm agora acesso

a um curso complementar, conferindo o grau de licenciatura, ministrado na Universidade de Macau, através do seu Instituto de Estudos Portugueses.

A completar este leque de ofertas na área de ensino do português, no passado mês de março, o IPM, concretizando um projecto tantas vezes adiado, iniciou as transmissões da TV Educativa, que, para além de lições de chinês (cantonense e mandarim) e educação cívica, transmite lições de português para chineses.

Quando falamos de educação e da presença multissecular de Portugal no Oriente, justo é lembrar que foi Portugal quem levou para o velho continente asiático o ensino moderno de então: primeiro para Goa, depois até Macau, já lá vão mais de 400 anos.

- Mas o importantíssimo projeto educativo de formação avançada que foi o prestigiado Colégio Universitário de S. Paulo, construído e mantido pela Companhia de Jesus, acabou por morrer por imposição do poder político que, no século XVIII, se instalou em Portugal. Tornou-se, porém, impossível substituir, em todos os territórios do vasto Ultramar, o papel da Igreja, talvez a única instituição então com capacidade, meios e recursos humanos para tão ingente obra.

Assim, a ruptura reduziu a educação superior existente em Macau à sua expressão mais simples e só séculos volvidos, entre naturais hesitações e irrazoáveis resistências, mas fundadas expectativas, foi possível lançar novos projetos, numa época muito particular da história do Território e já numa batalha contra o tempo. Só em 1981 Macau voltou a ter uma Universidade.

A progressiva consolidação do estatuto universitário da Universidade de Macau, que de Universidade privada, denominada Universidade da Ásia Oriental, se transformou, em 1991 em Universidade pública, conduziu a que, bem recentemente, esta instituição passasse a participar como membro efetivo e de pleno direito do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e da Associação Internacional das Universidades de Língua Portuguesa, que ainda há poucos dias reuniu no Recife.

No que toca à Língua e à Cultura Portuguesa, tem vindo a Universidade de Macau a realizar um assinalável esforço que se traduz no número crescente dos que procuram os seus cursos, nomeadamente os que se ministram no quadro do Instituto de Estudos Portugueses e da Faculdade de Direito.

Oferece a Universidade de Macau, no âmbito do seu Instituto de Estudos Portugueses (IEP), uma licenciatura em Língua e Cultura Portuguesa, com a duração de quatro anos. Porém a necessidade de permanentemente se procurar adequar à realidade em que se insere, e no quadro da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, iniciar-se-á no próximo ano letivo uma nova licenciatura que

privilegie, essencialmente, o bilinguismo e o estudo contrastivo da cultura europeia no quadro de um diálogo cultural diversificado e onde, quer por herança histórica, quer por desejável continuidade, os valores da latinidade continuarão a merecer especial estímulo. A reconhecida carência de sinólogos portugueses pode e deve obrigar-nos a um esforço acrescido para, pese embora a escassez de tempo disponível, se apostar na formação de quadros capazes de se assumirem como os privilegiados interlocutores entre a Europa de matriz latina e a plataforma multicultural em que Macau se insere.

Ponto chave e preocupação manifesta em todos os domínios é, inequivocamente, o do ensino do Português como língua estrangeira. também aqui se têm vindo a multiplicar os esforços para, de forma equilibrada e pragmática, habilitar a Universidade dos meios necessários para responder quer aos que a procuram, quer às necessidades político-administrativas do Território, numa evidente manifestação de que, também neste caso, a Universidade se encontra ao serviço da comunidade em que se insere.

A introdução do ensino do Português nos planos curriculares das várias unidades académicas, o reforço da carga horária, a coordenação estabelecida através de níveis de competência linguística cientificamente comprovados ou, ainda, a prestação de apoio à Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, são a prova manifesta desse redobrado cuidado que, para além de procurar responder aos urgentes problemas da localização, acabará por se traduzir em resultados práticos no que respeita à manutenção do português, a par das outras línguas utilizadas.

Os investimentos culturais são sempre a longo prazo e os seus resultados não têm a lógica do mundo dos negócios. Ao que se tem feito haverá sempre que acrescentar, corrigir, intensificar. Assim se explica que, já no próximo ano, se iniciem cursos intensivos de aperfeiçoamento linguístico para os quadros superiores da Administração Pública. Cursos de Língua e Cultura Portuguesa, inspirados nos das Universidades Portuguesas, para estrangeiros, vão ser lançados também no próximo ano letivo, permitindo que todos os quadros da Administração de Macau possam, até 1999, concluir os vários níveis de formação.

A formação de formadores, com uma forte matriz psicopedagógica, é outra preocupação fundamental. Consciente de que é necessário vencer esta aposta, tem a Administração de Macau procurando viabilizar o contacto com centros especializados do exterior, nomeadamente no quadro da União Europeia, bem como num efetivo reforço das infra-estruturas pedagógicas (laboratórios e materiais áudio e vídeo) que melhor viabilizem o difícil ensino de uma língua sintagmática a falante de estrutura linguística tonal.

A estes desígnios, que expressam bem a componente já massificadora da nossa Universidade (cerca de 1000 alunos chineses frequentam cursos de Por-

tuguês lecionados pelo I.E.P.), tem forçosamente que se associar a vertente de investigação que, já com frutos dados (diversas teses de mestrado em literatura, em linguística e em história), urge reforçar. Será a partir destes fundamentos que se poderá erigir a ponte desejável para um diálogo cultural entre instituições universitárias de língua portuguesa e as suas correspondentes asiáticas. O início, igualmente previsto para o próximo ano letivo, de cursos de mestrado em Língua e Cultura Portuguesa, nas suas variantes mais significativas (Linguística, Literatura e História), comprova como existe um plano orientador que procura, no essencial, formar elites intelectual e tecnicamente apetrechadas para responderem aos desafios do futuro. Ainda nesta linha se deve situar a política de colaboração com universidades portuguesas que, num espírito nunca regateado de cooperação com universidades portuguesas que, num espírito nunca regateado de cooperação, têm acolhido os estudantes bolseiros que, residentes em Macau ou vindos da República Popular da China, procuram aperfeiçoar os seus conhecimentos através de um contacto mais estreito com a língua portuguesa.

A Faculdade de Direito é outro dos pólos dinamizadores da presença cultural portuguesa na Universidade de Macau. Funcionando com o apoio científico e pedagógico da Universidade de Coimbra, que faz deslocar a Macau, periodicamente, alguns dos seus mestres mais ilustres, nesta Faculdade - uma prioridade da nossa política de localização, pois assegurará o cariz cultural português da futura organização judiciária do Território - formou há dois anos os seus primeiros licenciados e tem já em funcionamento cursos de pós-graduação.

No âmbito da formação docente para os ensinos básico e secundário de língua veicular portuguesa, novos cursos de professores vão também ter início no próximo ano letivo, competindo-lhes assegurar o funcionamento da futura Escola Portuguesa de Macau e o ensino da língua portuguesa nas escolas da língua veicular chinesa.

No domínio da cultura - e sem me alongar - parece-me justo referir ainda o grande esforço de intervenção na defesa e valorização do património histórico, cultural e arquitectónico de Macau, onde tem tido papel decisivo o Instituto Cultural de Macau. A voz das pedras recordará às gerações vindouras e prolongado convívio de culturas que importa continuar. Neste contexto, como peça fundamental desta política, teremos o Museu de Macau, cuja construção começará ainda no corrente ano, na velha fortaleza do Monte, edificada pelos jesuítas no século XVII. Nele a população de Macau verá espelhada a sua História e melhor entenderá o significado deste Território ímpar no mundo. Este museu completa, assim, um outro, também cheio de mensagem, já existente, que é o Museu Marítimo de Macau.

O que ficará de tanto esforço? Que futuro pode a Universidade de Macau e podem outras instituições do Território ajudar a construir no amplo espaço da lusofonia?

Por certo um papel único e indiscutivelmente peculiar pela especificidade do espaço em que se inserem.

Antes de mais, o reforço da posição da língua portuguesa naquela região do Mundo será sinónimo de que, apesar das nossas limitadas possibilidades de intervenção tecnológica e económica, o português pode afirmar-se como língua de cultura, importante para estreitar laços entre o mundo de língua portuguesa e outros povos.

É nesta perspectiva que todos os anos, em agosto, a Universidade organiza, em colaboração com o IPOR, a Fundação Macau e a Direção dos Serviços de Educação e Juventude, os seus encontros com investigadores e os seus cursos de Verão que recebem estudantes e professores da Índia, Malásia, Tailândia, Hong Kong, Coreia do Sul, República Popular da China e Japão, que escolhem Macau para ali passarem as suas férias frequentando cursos básicos ou avançados de língua e cultura portuguesa.

Num mundo em surpreendente transformação, não custa ver que o eixo de interesses mundiais passa, inevitavelmente, por aquela parte do Globo, tantas vezes esquecida nas análises eurocêntricas. Por isso, reforçar e habilitar os estudos portugueses em Macau não é apenas defender uma posição linguística.

Reforçar culturalmente posições significará, desde logo, assegurar um papel de interlocutor, parceiro ativo e de corpo inteiro no progresso científico, cultural e tecnológico.

Portugal, na estreiteza de sua periferia, só poderá dialogar se assumir, sem ambiguidades ou tibiezas, que os valores do Humanismo que ajudamos a divulgar serão sempre reconhecidos, mesmo quando a frieza dos números ou a volúpia monetarista parecem ditar lei.

Através da Universidade e na Universidade se joga grande parte de um plano cultural que, preparado com tanto esforço e trabalho, certamente dará os seus melhores frutos mais tarde, contribuindo para enriquecer o já vasto espaço lusófono.

Entendem isto, por certo, os responsáveis de tantas universidades daquela zona geográfica, pois às inúmeras universidades do Japão que oferecem cursos de língua portuguesa a tantos milhares de estudantes, juntam-se as Universidades de Bangkok, Kuala Lumpur, Pusan e, na China, que amanhã assumirá a soberania de Macau, ouvimos falar português na Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim, no Instituto de Línguas Estrangeiras de Xangai, na Universidade de Jinan, em Cantão, e nas Universidades de San Tao e Fukien.

O imenso mundo lusófono pode continuar a ter em Macau a sua ponte cultural com a grande China.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

O diálogo Ocidente/Oriente vai por certo continuar. No próximo século assistiremos ao agigantar do Oriente, orgulhoso das suas culturas milenares, pujante nas suas economias.

Poderemos todos, se soubermos gerir o presente, manter cativo ali o nosso lugar. Quase diria que não há povo ribeirinho nesse grande espaço que não nos conheça: de Goa a Nagasaki, se um dia distante se falou em português, hoje - sabe-o bem quem conhece essas paragens - resta a recordação, a saudade e a memória de uma cultura oriunda das praias lusitanas e que pelo mundo se foi enriquecendo, dando e recebendo.

Julgo, pois, que não há razões para se temer o dia de amanhã, se soubermos compreender o futuro que ali se prepara. Mas o sucesso dos nossos propósitos vai depender grandemente do apoio, do acompanhamento e do envolvimento de instituições de Portugal e do Mundo de Língua e Cultura Portuguesa. Confiamos e vamos prosseguir, com a lucidez, o pragmatismo e a determinação compatíveis com a importância dos desafios que nos são colocados nestes anos derradeiros da Administração Portuguesa, em que se constrói, para funcionar num contexto político-administrativo diferente, o Macau do século XXI.

\*\*\*

Depoimento do Secretário Adjunto para a Administração, Educação e Juventude do Governo de Macau, Dr. Jorge Rangel no Simpósio Internacional da Língua Portuguesa em África e no Oriente

# A PRESENÇA AFRICANA NOS FALARES NORDESTINOS

Maria do Socorro Silva de Aragão  
Universidade Federal da Paraíba

“A influência lingüística do negro foi mais profunda que a dos índios”  
Segismundo Spina

## 1. Introdução.

A influência da cultura negra, trazida ao Brasil pelos africanos, que para aqui vieram como escravos, não tem sido estudada e devidamente valorizada, na formação cultural do povo brasileiro.

Há dúvidas ainda hoje sobre o número de africanos que aportaram no Brasil, sua origem étnica e geográfica.

O fato de os negros terem vindo como escravos, logicamente pesou, e ainda pesa, para esta omissão e até mesmo descaso, como bem frisou Manuel Diegues Júnior:

“Essa situação de escravo, portanto, marca como traço fundamental e indispensável de ser assinalado a presença do negro africano no Brasil; a influência não foi do negro em si, mas do escravo e da escravidão, já observou Gilberto Freyre.”(1)

Convém ressaltar a afirmação de Gilberto Freyre:

“A formação brasileira foi beneficiada pelo melhor da cultura negra da África, absorvendo elementos por assim dizer de elite”(2)

dizendo com isto que, apesar de sua condição de escravos, foi todo um grupo de pessoas de classe sociocultural elevada que veio para o Brasil.

Poucos são os estudos e análises sobre a influência africana na cultura brasileira, a não ser em áreas específicas como a antropologia, a etnologia e, mais especificamente, o folclore, sobretudo em certas regiões do país, como a Bahia, por exemplo.

No tocante ao estudo dessa influência na Língua Portuguesa do Brasil, na maior parte das vezes, a análise restringe-se a rápidos tópicos na parte

introdutória da história da língua. A obra de Renato Mendonça dos anos trinta, apesar das polêmicas em torno de algumas de suas afirmações, é ainda hoje o trabalho mais consultado e citado sobre o assunto.

Assim, o Instituto de Língua Portuguesa lavra um tento e vem preencher parte dessa lacuna ao realizar o Simpósio da Língua Portuguesa em África e no Oriente, no ano em que se comemoram 300 anos da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares

Nosso trabalho é uma tentativa de mostrar até onde permanecem na linguagem regional/ popular do Nordeste brasileiro as influências do africano, especialmente nos aspectos Fonético, Fonológico e Lexical.

## **2. A Cultura Negra e a Cultura Brasileira**

Apesar da situação de escravidão, de submissão e mesmo de degradação a que foram submetidos os africanos no Brasil, as marcas de sua cultura estão bem visíveis e mesmo bastante fortalecidas na cultura brasileira de nossos dias.

A identidade cultural dos africanos que vieram para o Brasil era bastante diversificada, já que para aqui vieram de diferentes áreas lingüístico-culturais da África.

Os escravos não puderam manter essa identidade, porém conseguiram preservar e até mesmo sobrepor à cultura local alguns traços importantes de sua cultura.

No dizer de Diegues Júnior:

“Não puderam os escravos negros manter íntegra sua cultura, nem utilizar preferentemente suas técnicas em relação ao novo meio. Não foi possível aos negros revelarem todo o seu conjunto cultural ou porque, ao contacto com outros grupos, ou porque, como escravos, tiveram sua cultura deturpada. Daí os sincretismos e os processos transculturativos.”(3)

Ponto importante a lembrar, neste contexto, é que a influência africana se faz notar mais fortemente na cultura popular, talvez pela situação semelhante de “povo excluído”, vivida pelos negros da época e pela população pobre e inculta de hoje.

Contudo e apesar de tudo, a herança africana em nossa cultura permanece até hoje bastante forte em certas áreas, como na música, com destaque para a chamada “axé music”, oriunda da Bahia e que tomou conta do país, mesmo fora do período carnavalesco, em que a batida dos tambores do Olodum ultrapassou e mesmo superou o som da música das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, dos Blocos de Frevo de Pernambuco e do Forró Junino da Paraíba.

Apenas para ilustrar, podemos lembrar alguns dos traços da cultura africana que permanecem na cultura brasileira:

## 2.1. Religião

Ao chegarem ao Brasil as religiões africanas, quase que totalmente totêmicas, receberam influências do catolicismo, do espiritismo e de crenças indígenas, além de serem designadas de formas diversas, ou seja: candomblé, macumba, umbanda, tambor de mina, tambor crioulo, tambor de nagô, xangô e babaculê, entre outras denominações. Porém o nome genérico mais utilizado é o de Candomblé.

O Candomblé divide-se em “nações” tais como Angola, Moçambique, Nagô, Keto, Jeje, Ijexá, entre outras, que, aparentemente, têm relação com os países africanos de origem dos negros. Essas “nações” religiosas diferenciam-se quanto à forma de cultuar suas divindades.

O chamado sincretismo religioso surgiu devido à necessidade de o negro praticar sua religião sem ser perseguido pelo branco, misturando ou substituindo seus deuses por santos da religião Católica. Assim é que a orixá-mãe, Namã, equivale a Santa Ana, mãe da Virgem Maria; Ibeji, a São Cosme e Damião; Iansã, a Santa Bárbara; Iemanjá, a Nossa Senhora da Conceição.

Relacionadas à religião, temos influências em danças, músicas, instrumentos musicais e comidas que fazem parte do dia a dia do povo brasileiro, como é o caso do samba, do ijexá, do atabaque, do triângulo, do agogô, da cuíca, do berimbau, do acarajé, do abará e de muitos outros.

Há autores que afirmam que algumas das tradições religiosas, além do candomblé, também foram produzidas ou criadas pelos negros, como a devoção do Rosário, chamada Rosário dos Pretos, já que Nossa Senhora do Rosário é considerada a padroeira dos pretos e que se mantém até hoje em muitas partes do país, sendo uma das mais tradicionais a Festa do Rosário de Pombal, Paraíba.

Esse festa mistura o religioso com o profano, incluindo vários folguedos, como os Congos, os Negros dos Pontões e o Reisado.

## 2.2 Folguedos Populares

Na cultura popular tivemos uma gama enorme de influências africanas, uma vez que os escravos, para se distraírem e amenizarem as agruras da vida, usavam o canto, a dança e as representações artístico-culturais de seus países que se incorporaram e, ainda hoje permanecem em nossa cultura. Entre elas, podemos frisar:

### a) Bumba-meu-Boi

O Bumba-meu-boi, também chamado Boi-bumbá, Boi-de-pano, Boi-de-mamão ou Boi-de-reis, dependendo da região onde é apresentado, é um folguedo do período natalino indo até o período do carnaval. O Bumba-meu-boi do Maranhão é um dos mais famosos do Brasil.

### b) Congos

Os Congos, também chamados de Pretinhos do Congo, Congada ou Congado, são formados por grupos de homens, geralmente onze, em que se destacam três personagens: o rei, o secretário e o embaixador. Há um cortejo, um texto dramático, música, dança, trajes e adereços especiais.

### c) Maracatu

Atualmente, são grupos carnavalescos pernambucanos, originados nos desfiles processionais africanos. Compreende o séquito real, acompanhado de um conjunto de percussão, com tambores, chocalhos e agogôs.

Muitos outros dos chamados folguedos populares de origem africana poderiam aqui ser citados, como o Reisado, os Negros dos Pontões, o Coco de Roda e as Cambindas.

## 2.3 Culinária

Pratos da cozinha africana fazem parte hoje da culinária brasileira, especialmente na região nordestina e nesta, a baiana é hoje famosa, com pratos típicos da “comida de santo”, como o caruru, abará, vatapá, acassá, muqueca e xinxim, entre outros.

## 3. Influências do Africano nos Falares Nordestinos

Os estudos sobre a importância do africano na formação da cultura brasileira se iniciaram no período imediatamente posterior à Abolição. Contudo, o estudo da influência das línguas africanas no Português tem sido insignificante face à sua importância.

Muitas são as causas dessa deficiência, mas, segundo Yeda Castro, isto se deve:

“... primordialmente, por uma falta de conhecimento daqueles povos africanos que foram introduzidos no Brasil para o trabalho escravo.”(4)

Essa falta de conhecimento por sua vez teria como causa:

“... a insuficiência de documentação histórica, de bibliotecas especializadas, de documentos linguísticos da época da escravidão...” (5)

Na formação da Língua Portuguesa do Brasil, o elemento africano aparece em terceiro lugar, depois de índio e do português, isto porque, segundo Antônio Houaiss:

“A política sistemática seguida pelo Brasil para com os negros foi, desde o século XVI, glotocida - isto é, matadora de suas línguas.” (6)

Os escravos negros tiveram, assim, que se adaptar à Língua Portuguesa por necessidade de comunicação e sobrevivência, porém essa adaptação e integração não marcaram a estrutura da Língua Portuguesa como era de se esperar, mas, como dis Houaiss:

“...as influências se confinaram à parte ‘aberta’ do português, quer dizer, ao léxico e - acaso - a certos elementos suprasegmentais...”(7)

Tratando dos fatores socioculturais, extralinguísticos, que influíram na formação da Língua Portuguesa do Brasil, Yeda Castro (8) diz que, de acordo com esse contexto, tivemos vários tipos de dialetos a que ela dá o nome de dialetos das senzalas, dialeto rural, dialeto das minas e dialetos urbanos, de acordo com o local e tipo de interação que os africanos tiveram com africanos lingüisticamente diferentes, com colonos portugueses e outros escravos, nas plantações e engenhos, nos contatos com os escravos vindos da Costa da Mina para a mineração e quando esses mesmos escravos ascendiam socialmente e iam para as cidades, respectivamente.

Apesar das dificuldades causadas, basicamente, por falta de documentação, da política “glotocida” e da influência apenas fonético-lexicais, acima referidas, vale ressaltar o destaque que Yeda Castro faz ao dizer:

“... pesquisa etnolingüística na ‘língua de santo’, no falar cotidiano do ‘povo de santo’, na linguagem popular da Bahia... aqueles africanismos léxicos e semânticos ultrapassam a casa dos cinco mil...”(9)

No que se refere à influência do africano nos falares regionais nordestinos, baseada em pesquisas próprias e comparando essas pesquisas com trabalhos de falares de outras regiões do país, concordamos com Houaiss quando afirma que as palavras não são regionais, mas incorporadas à Língua Portuguesa do Brasil como um todo.

Diz Houaiss:

“...é pouco verossímil que tenhamos palavras africanas regionais no Brasil.”(10)

A nosso ver, as influências fonético-fonológicas e lexicais das línguas africanas no Português do Brasil levam-nos a falar não em influências diatópicas ou regionais, mas em influências diastráticas ou sociais. Ou seja, são falares das classe não alfabetizadas ou semi-alfabetizadas que sofreram maior influência fonético-fonológica e léxica das línguas africanas, fato também indicado por Renato Mendonça, quando afirma:

“O negro influenciou sensivelmente a nossa língua popular”(11)

Porém concordamos com o Prof. Silvio Elia quando diz:

“...as propaladas influências das línguas africanas no Brasil, também ainda se acham no plano das conjecturas.”(12)

Vejamos alguns desses aspectos:

### 3.1. Aspectos Fonético-Fonológicos

Muitos dos fatos fonético-fonológicos determinantes das variantes regionais e/ou sociais do Português do Brasil são atribuídos à influência do africano, embora alguns estudiosos coloquem dúvidas a essa origem, preferindo atribuí-las à evolução ou ao conservadorismo da própria língua portuguesa.

Seguindo o pensamento de Renato Mendonça e de seus seguidores e baseada no material do *Atlas Lingüístico da Paraíba*, do *Conto Popular na Paraíba*, de *A Linguagem Regional/Popular na Obra de José Lins do Rego*, de *Aspectos Sócio-Linguístico-Culturais na Obra de José Américo de Almeida*, além de outras pesquisas sobre os falares regionais/ populares da Paraíba, que levamos a efeito, consideramos como influências do africano, os seguintes aspectos fonético-fonológicos do Português do Brasil:

#### 3.1.1. Iotização do “lh” / λ

“colher”[kuj’ é] “malha” [‘maja]

“O rapaz foi *agazaiá* os animais”(RBM)

“Tudo há de *espaia-se...*” (DCP)

#### 3.1.2. Semivocalização do / l /

“alta” [‘awta] “maldade” [maw ‘dadi]

#### 3.1.3. Abertura das vogais pretônicas

“melodia” [melo ‘dia] “remelada” [ he me ‘lada]

#### 3.1.4. Nasalização das vogais orais que antecedem consoantes nasais

“canal” [kâ’naw] “gamela” [gâ’méla]

#### 3.1.5. Assimilação

“registro” [he ‘si|tu]

“fui *arezistá* meu fi” (ALPB)

#### 3.1.6. Monotongação

“caixa”[‘ka ʎa] “deixar” [‘de|ah]

“... ói desocupe o *palaço*.”(UNC)

## 3.1.7. Apócope do l, r, e s finais

“sal”[‘sa] “casar”[ka’za] “costas”[‘ko]ta]

“Bom dia, pedra, aqui já será *faci* d’ eu encontrar uma moça pa casá? (UNC)

“Vai *dá* certo, se Deus *quize*”(ALPB)

“Que dia mais ou *meno* nós *vamo*...”(DCP)

## 3.1.8. Aférese

“está”[‘ta] “estão”[‘tãw] “estava”[‘tava]

“...que *tão* ali no acero da estrada” (UNG)

“O homem andou, andou, andou, *maginando*...”(HMC)

3.1.9. Sincope do *d* no grupo *nd*

“passando” [pa’sânu] “comendo” [ku’mênu]

“*Quereno* me dá a pataca...”(GV)

“*Quano* chegou adiante...”(UNC)

## 3.1.10 Suarabácti

“claro” [ki’laru] “flor”[ fu’lo]

“A noite ta va *quilara*...”(ALPB)

“A *fulô* qu’eu mais gasto é o cravo”(ALPB)

## 3.1.11. Dissimilação

“O *nego* tava danado de raiva”(ALPB)

## 3.1.12. Perda da Nasalização Final

“comeram” [ku’meru] “estavam”[i]’tava]

“...saiu numa *carruage*...”(UNC)

“Um casá eram jove, se *casaro*...”(BBP)

## 3.1.13. Metátese do r pós-vocálico

“*Pruquê* você num vai armoçar?”(UNC)

“O *vrido* da janela se quebrou.”(ALPB)

## 3.1.14. Lambdacismo

“...sou um véio que anda *piligrinano*” (BBP)

## 3.1.15. Rotacismo

“... e num gosto de *farsidade*.”(ALPB)

## 3.2. Aspectos Morfo-Sintáticos

## 3.2.1. Supressão da marca redundante de plural

“... *as fia ia* pra lá morar...”(UNC)

“Aí os *velho disse*...”(UNC)

3.2.2. Prótese do *s* e *m* na junção de palavras na frase, agregando-se à palavra seguinte

“...em cima da besta e foi *simbora*.”(GV)

“Vou *mimbora*...(UNC), com a variante *umbora*. “Umbora armoçar”(UNC)

## 3.2.3. Repetição enfática da negativa

“*Não* sou camarada raposa *não*”(OR)

“- Isso *não* vale de *nada não*, mas eu vou ver.”(MAF)

3.2.4. Uso do *ele* acusativo

“Vi ele”

“Deixei ele”

## 3.3 Aspectos Léxicos

O vocabulário do Português do Brasil foi bastante enriquecido com termos e expressões das línguas africanas. Esses novos signos acrescentados ao léxico do português estão, em sua grande maioria, relacionados aos cultos afro-brasileiros, como bem diz Yeda Castro:

“Podemos então presumir que adeptos e membros dos cultos afro-brasileiros são os responsáveis não só pela preservação das palavras e expressões de origem africana no *corpus* linguístico dos candomblés, como também pela eventual ocorrência delas nos hábitos linguísticos da comunidade mais ampla de que eles fazem parte.”(13)

Temos, então, diferentes tipos de adaptações, transposições de sentido e empréstimos léxicos, semânticos e compostos, em que um termo é africano e o outro, português.

A título de exemplo, alguns vocábulos de origem africana, usados no dia a dia, especialmente no que se refere aos cultos africanos, suas comidas, seus instrumentos de trabalho:

Acarajé	Cachaça	Chuchu	Quiabo
Agogô	Cachimbo	Dengo	Quindim
Aluá	Cacimba	Engabelar	Quitute
Angu	Caçula	Exu	Samba
Atabaque	Cafuné	Fubá	Tanga
Babalorixá	Calunga	Inhame	Vatapá
Bangüê	Camumbembe	Jiló	
Banguela	Candomblé	Macambúzio	
Batuque	Canjica	Maribondo	
Bengala	Careca	Mocambo	
Berimbau	Carimbo	Muamba	
Búzio	Catimbó		

Vale ressaltar que autores regionalistas como José Américo de Almeida e José Lins do Rego, por exemplo, ao usarem a linguagem regional / popular em suas obras eruditas, empregaram termos e expressões de origem africana, como nos mostram os exemplos a seguir:

a) José Américo de Almeida:

“É hora *cambada!* “-corja, súcia, canalha - (AB p. 16)

“Não dê cabimento a *camumbembe*.”- homem de ínfima condição - (AB p. 16)

“Esse menino, você é tão *capiongo*: nem abre o bico” - triste, macambúzio - (AB p. 69)

“...passou-lhe a quenga de *caxixi*” - aguardente fraca, a última que corre do alambique - (AB p. 54)

“Mas, muita vez, a gente se *engabela* com a felpa” - enganar, iludir - (AB p.34)

“todo o *bangüê* rangia” - engenho de açúcar movido a força animal - (AB p. 52)

“Manejavam com essa única esperança: o toque do *búzio*: tum, tum” - espécie de corneta de concha retorcida (AB p. 19).

b) José Lins do Rego:

“E com um feitor como Nicolau, *banzeiro*, de iniciativa quase da mesma espécie da minha” - macambúzio, triste, adoentado - (BAN p. 209)

“As brancas deitadas, dando as cabeças para os *cafunés* e a cata dos piolhos” - ato de coçar levemente a cabeça de alguém, para fazê-lo adormecer - (MEN p. 159)

“O Paz e Amor esquecia os urubús, a *catinga* do cortume, os filhos magros, para cair no passo” - cheiro forte e desagradável - (MOL p. 153)

“Se D. Eufrásia estivesse em casa, teria havido *banzé*” - briga, rixa, barulho, tumulto (PED p 88)

“...tu está dizendo que esta véia mãe de Aparício é como *catimbozeira*? “- pessoa que pratica o catimbó - (CAN p.42)

“Ninguém dormiu no engenho, com o *zabumba* batendo.” - bombo, tambor grande, rústico, usado na música de couro ou cabaçal - (MEN p 136)

“Ela mesma ajudava a minha franqueza com os seus *dengues*, com as suas cavilações.” - manha, cuidados exagerados - (PUR p. 119)

Manuel Bandeira, ao fazer dedicatória de um livro para José Lins do Rego colocou:” Ao querido *malungo...*”, termo de origem africana que significa camarada, companheiro.

Quanto a Jorge Amado, não é necessário ressaltar a valorização dos termos africanos em suas obras, por serem, em sua maioria esmagadora, temas desenvolvidos na Bahia e ligados à cultura africana.

### 3.4. Outros Tipos de Influências

#### 3.4.1. Formas de tratamento carinhosas

iôô, iaiá, sinhá, sinhô

“*Sinhá* Maria chegou e falou...”(ALPB)

#### 3.4.2. Uso dos diminutivos, indicando afetividade ou intensidade

“...não quer comprar um *taquinho* de carne...”(ON)

“Quando foi de *tardezinha*...”(RM)

#### 3.4.3 Repetição enfática de fonemas ou sílabas

nenem, babá, bumbum

Segundo Diegues Júnior:

“...o valor cultural mais forte da influência do africano no Português do Brasil foi o amolecimento da linguagem, o adoçamento na maneira de tratar.”(14)

“...os empréstimos africanos estão mais ou menos completamente integrados ao sistema do português segundo os níveis de linguagem sociocultural, enquanto o português do Portugal (arcaico e regional) foi ele próprio africanizado de certa maneira, pela fato de uma longa convivência.”(15)

#### 4. Conclusão

O estudo da formação sócio e etnolinguística do Português do Brasil tem sido feito especialmente por autores que se dedicam ao Português Histórico ou à Filologia, sendo poucos os lingüistas fora dessa área que se preocupam com o assunto. Geralmente, esses estudiosos dão maior peso à influência das línguas indígenas, deixando sempre em segundo plano a influência africana no Português do Brasil.

As causas desses poucos estudos são as mais diversas possíveis e, infelizmente, algumas delas estão intimamente ligadas ao preconceito racial, ainda bastante forte em nosso país, aliando-se a isto a relativamente pouca bibliografia e documentação que registre, com precisão, o real papel da cultura africana na formação da cultura nacional brasileira, aí incluídos os aspectos lingüísticos.

Até hoje não se tem certeza, por exemplo, do número de escravos que vieram para o Brasil, bem como sua origem geográfica e as línguas e / ou dialetos que falavam.

Em face disto, eventos como este, promovido pelo Instituto de Língua Portuguesa, são da maior importância a fim de que novos estudos sejam apresentados, novas idéias discutidas e novos trabalhos publicados, para um melhor conhecimento e conseqüente valorização da influência do africano na Língua Portuguesa do Brasil.

#### NOTAS

- 1 - DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1976 p. 99.
- 2 - FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. Apud DIEGUES JÚNIOR, Manuel, Op. cit. pp. 99-100.
- 3 - DIEGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit. p. 100.
- 4 - CASTRO, Yeda Pessoa de. “Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos”. In Mello, Linalda de A. (org) *Sociedade, Cultura e Língua*: Ensaios de sócio e etnolinguística. João Pessoa: SHORIN, 1990, p. 91.
- 5 - CASTRO, Yeda Pessoa de. Op. cit. p. 91
- 6 - HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro, UNIBRADE, 1985, p. 71.

- 7 - CASTRO, Yeda Pessoa de. Op. cit. p. 100.
- 8 - CASTRO, Yeda Pessoa de. Op. cit. p. 107.
- 9 - CASTRO, Yeda Pessoa de. *Antropologia e lingüística nos estudos afro-brasileiros*. In *Afro-Ásia* 12 Salvador: UFBA. 1976, p. 214.
- 10 - HOUAISS, Antônio. Op. cit. pp. 82-83.
- 11 - MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*, 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. p. 61.
- 12 - ELIA, Silvio. Portugiesisch: Brasilianisch (O português do Brasil) In: *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994, V.VI,2, p. 565.
- 13 - CASTRO, Yeda Pessoa de. Op. cit. p. 17.
- 14 - DIEGUES Júnior. Op. cit. p. 17.
- 15 - CASTRO, Yeda Pessoa de. Op. cit. p. 109-110.

### LEGENDAS DOS EXEMPLOS

AB	= <i>A Bagaceira</i>	DCP	= <i>Doutor Chico Preguiça</i>
BAN	= <i>Banguê</i>	UNC	= <i>A última novilha de cabra</i>
MEN	= <i>Menimo de Engenho</i>	HMC	= <i>O homem, a moça e a cachorrinha</i>
MOL	= <i>Moleque Ricardo</i>	GV	= <i>Gonçalo Valente</i>
ALPB	= <i>Atlas Linguístico da Paraíba</i>	BBP	= <i>Bucho, braço e pé</i>
MAF	= <i>O médico d'água fria</i>	ON	= <i>O negociante</i>
RDM	= <i>O rapaz que buliu com a moça e não pode casar com ela</i>	RM	= <i>O rei e a moça</i>

### BIBLIOGRAFIA

- ARAGÃO, M. do Socorro Silva de. et MENEZES, Cleusa P.B. de. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB / CNPq, 1984, v. 1 e 2.
- ARAGÃO, M do Socorro Silva de. et al. *Glossário Aumentado e Comentado de A Bagaceira*, João Pessoa: A União, 1984.
- \_\_\_\_\_, *Linguagem Religiosa dos Cultos Afro-indígenas na Grande João Pessoa*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1987.
- ARAGÃO, M. do Socorro Silva de. *A Linguagem Regional / Popular na Obra de José Lins do Rego*, João Pessoa: FUNESC, 1990.
- ARAGÃO, M. do Socorro Silva de. et al. *O Conto Popular na Paraíba: um estudo lingüístico-gramatical*. João Pessoa: UFPB, 1992.

- CACCIATORE, Olga G. *Dicionário de Cultos Afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia. In: *Afro-Ásia* 4 -5 : 23-33. Salvador. 1967.
- \_\_\_\_\_. Influências das línguas africanas no português do Brasil e níveis sócio-culturais da linguagem. In: *Educação* 25 Brasília: 1977, p 49-64.
- \_\_\_\_\_. Das línguas africanas ao português brasileiro. In: *Afro-Ásia* 14: 81-101. Salvador : UFBA, 1983.
- \_\_\_\_\_. Antropologia e lingüística nos estudos afro-brasileiros. In: *Afro-Ásia* 12: 211-227.
- \_\_\_\_\_. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos. In MELLO, Linalda de A. (org) *Sociedade, Cultura e língua: Ensaio de sócio e etnolingüística*. João Pessoa: Shorin, 1990, p 91-113.
- CUNHA, A. Geraldo. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, Celso F. da. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Língua, Nação, Alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1976.
- \_\_\_\_\_. Cultura e língua na formação brasileira. In MELLO, Linalda de A. (org) *Sociedade, cultura e língua: Ensaio de sócio e etnolingüística*. João Pessoa: Shorin, 1990, p. 15-27.
- ELIA, Silvio. *A Unidade Lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- \_\_\_\_\_. Portugiesisch: Brasilianisch (O português do Brasil). In: *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994, V.VI, 2, p,565.
- HOLM, John. Creole influence on popular brazilian portuguese. In: GLENN, Gilbert (ed). *Pidgin and Creole Languages: Essays in memory of John E. Reinecke*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1987.
- HOUAISS, Antônio. *O Português no Brasil*. Pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.
- MELLO, Linalda de A. (org) *Sociedade, Cultura e Língua*. Ensaio de sócio e etnolingüística. João Pessoa: Shorin, 1990.

- MENDONÇA, Renato. *A Influência Africana no Português do Brasil*, 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- ROSSI, Nelson et al. *Atlas Prévio dos Falares Bahianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.
- SILVEIRA BUENO, Francisco. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1967.
- TEYSSIER, Paul. *Histoire de la Langue Portugaise*. Paris: PUF, 1980.

\*\*\*

## O PORTUGUÊS LITERÁRIO DO CABO VERDE

Michel Laban  
Universidade de Paris III

Um dos aspectos mais notáveis da revolução cultural levada a cabo pela revista *Claridade*, a partir de 1936, é com certeza o da opção lingüística. Com efeito, desde a primeira página do primeiro número, inteiramente dedicada a um poema tradicional em língua cabo verdiana, o leitor vê-se confrontado com a situação de diglossia que caracteriza a sociedade do arquipélago. Na segunda página do mesmo número, um excerto do romance *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, apresenta pela primeira vez um texto escrito num português impregnado de elementos locais. Se esta “língua de compromisso”, como a denominou mais tarde o escritor Henrique Teixeira de Sousa<sup>1</sup>, aparecesse unicamente nos diálogos, poderia tratar-se de uma simples coloração folclorista, como costuma acontecer na literatura regionalista; mas, aqui, esta opção lingüística reflete-se também na própria narração: a “língua de compromisso” ganha assim foros de verdadeiro sistema de expressão.

A inovação cultural introduzida pela revista *Claridade* torna-se ainda mais evidente se examinarmos a produção literária, essencialmente poética, que a precedeu. Que se trate de Guilherme Dantas (1849-1888), Eugênio Tavares (1867-1930), Januário Leite (1867-1930), Pedro Cardoso (1890-1942) ou José Lopes (1872-1962), a expressão corresponde exactamente à norma da metrópole. Vejamos por exemplo alguns versos de Guilherme Dantas, cantando a sua terra natal, a ilha da Brava:

Oh minha terra!... Exausto da romagem,  
só no teu seio encontro algum descanso!  
és o oásis florido, a branda aragem  
do meu deserto, o plácido remanso!...<sup>2</sup>

O poeta José Lopes, mesmo depois da revolução claridosa, continua a cultivar os mesmos modelos herdados do século XIX: a expressão é nobre, por vezes enfática, e a métrica cinge-se às regras clássicas. Eis por exemplo a primeira quadra de um soneto escrito em 1946:

Intérpretes dos Povos, os Poetas  
Traduzem o sentir da Humanidade.  
Da Alma Coletiva, e em nossa Idade  
Eles substituíram os Profetas.

Muitos poemas de José Lopes foram escritos em inglês, em francês e, até, em latim, mas nenhum na língua do povo de Cabo Verde.

Quanto a Eugênio Tavares e Pedro Cardoso, devemos notar que uma parte importante da sua obra foi escrita em cabo verdiano. No entanto, nos seus poemas em língua portuguesa reencontramos as mesmas características que notamos na obra de José Lopes ou Guilherme Dantas. Este peso da norma de Coimbra explica-se naturalmente pela situação colonial, mas também pela influência do seminário-liceu da ilha de São Nicolau que, a partir de 1866 e até à fundação, em 1917, do liceu de São Vicente, exerceu um papel essencial na formação da elite cabo-verdiana.

Em 1936, quando saiu o primeiro número da *Claridade*, a situação já era diferente. A língua cabo verdiana começara a emergir na literatura, com a publicação das *Mornas*, de Eugênio Tavares, em 1932, e do *Folclore Caboverdiano*, de Pedro Cardoso, em 1933. Por outro lado, Baltasar Lopes, um dos principais intervenientes do grupo claridoso, acabara em 1930 o curso de Filologia românica na Faculdade de Letras de Lisboa e regressara a Cabo Verde com a intenção - como lho tinha aconselhado o seu professor, José Leite de Vasconcelos - de estudar o “dialeto” do arquipélago. Por fim, é preciso contar com a influência do modernismo brasileiro, particularmente no que se refere ao aproveitamento literário da língua popular. Aliás, Baltasar Lopes recorda o seu alumbramento ao descobrir a “Evolução do Recife”, de Manuel Bandeira. Os jovens intelectuais de 1936 também não podiam ficar insensíveis à “língua errada do povo/ língua certa do povo”, não podiam continuar a “macaquear / a sintaxe lusíada”. Um outro fundador da *Claridade*, Manuel Lopes, declarou que já era tempo de “fincar os pés na terra”, mas evidentemente a situação lingüística de Cabo Verde era bem diferente da do Brasil.

Querendo “fincar os pés na terra” e, assim, identificar-se com o povo das suas ilhas, os escritores claridosos encontravam-se perante um dilema: ou escreviam em português e se afastavam do povo, ou escolhiam o cabo verdiano e reduziam consideravelmente o seu número de leitores. Tratava-se de um verdadeiro dilema, pois seria errado considerar que o povo cabo verdiano era (e é) globalmente bilíngüe. Como nos diz Nelson Eurico Cabral, funcionário cabo verdiano da Unesco e autor de *le Moulin et le Pilon. Les Iles du Cap-Vert*, “uma boa metade da população adulta compreende dificilmente o português e, em todo o caso, é incapaz de o falar correntemente.”<sup>3</sup>

Por outro lado, vários fatores se opunham (e continuam a opor-se) ao desenvolvimento literário da “língua das ilhas”. Primeiro, apesar de uma unidade global, existem duas variantes principais, a de Sotavento e a de Barlavento, o que por vezes cria dificuldades de comunicação. Depois, a língua cabo verdiana até hoje não é ensinada nas escolas do arquipélago, e também não existe nenhuma norma ortográfica oficial. De qualquer modo, quer escrevesse em cabo verdiano, quer em português, até à independência o escritor estava confrontado com uma alta taxa de analfabetismo<sup>4</sup>. Esta situação fez com que, particularmente no domínio da prosa, a língua portuguesa aparecesse finalmente como o instrumento mais adequado à expressão escrita, o único também que facilitasse o contacto com os leitores de outros países.

O “fincar os pés na terra” levou portanto os escritores da *Claridade* a exprimir-se em português, mas, como vimos, num português que se poderia qualificar de *virtual* na medida em que integrava, adaptando-os, elementos locais numa síntese mais ou menos artificial. No entanto, o carácter artificial deste português literário de Cabo Verde não é reconhecido por todos os escritores. Por exemplo, Henrique Teixeira de Sousa não só reivindica a língua portuguesa como fazendo parte do património cultural do arquipélago, mas declara que os cabo verdianos são trilingües: “Temos o crioulo, temos o português claridoso [...] e o português domingueiro, correto e vernáculo, que usamos no ensaio, nos relatórios, nos ofícios, nos discursos, na correspondência, etc.”<sup>5</sup> Notemos que Henrique Teixeira de Sousa utiliza a expressão “português claridoso” e não “português de Cabo Verde”, o que restringe o alcance da “língua de compromisso” que ele defende.

Para Vasco Martins, pode-se falar mesmo na existência dum português de Cabo Verde:

“Eu quando falo português, não falo o “português português”: é impossível para mim, mesmo na pronúncia [...]. O nosso português é marcado pelo crioulo, evidentemente. Um amigo meu me disse uma vez, por exemplo, *o importante na vida é estar com os olhos vivos no melão... Melom*, em crioulo, são as pequenas cavalas e os pescadores têm que estar com os olhos apontados, vivos. Portanto a expressão significa em crioulo: estar sempre com atenção nas coisas, para não ser enganado. É evidente que aí um português não compreende [...]. Um dos nossos velhos problemas em português é a confusão entre *lhe* e *o*. Mas tem que se aceitar esta característica, não se trata de português mal falado.”

Para outros escritores, como Germano Almeida, a expressão *português de Cabo Verde* não corresponde à realidade:

“As pessoas precisam falar a língua [o português] mas não a dominam, portanto deturpam o português. As pessoas conhecem a palavra em crioulo e

dizem-na em português, e foi isso que o Baltasar (Lopes) fez: não inventou. Agora, dizer que isto é o português de Cabo Verde, acho que é ir longe de mais... Não será bem, porque as pessoas que sabem falar português não falam assim.”

O poeta Mario Fonseca, Presidente do Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde, também duvida da existência dum português de Cabo Verde:

“Parece-me que seria difícil dizer que existe um português de Cabo Verde. [...] No que diz respeito à maioria das pessoas, parece-me que, se há um português de Cabo Verde, é porque as pessoas falam muito mal o português: ou porque não o estudaram, ou porque o estudaram muito pouco e não têm o comando da língua. Daí que, ao quererem falar português, elas crioulizam o português. Porque aqueles que estudaram o português e têm o comando da língua falam um português que está próximo da norma.

[...] Em termos de escrita, acredito que os prosadores em Cabo Verde - tanto Baltasar como Roque Gonçalves, como Onésimo Silveira, como Germano Almeida e outros - muitas vezes criam uma língua que não é exatamente a norma portuguesa. [...] O povo de Santo Antão pode eventualmente falar desse modo se tiver que falar português. Mas em realidade ele não sabe falar português: fala um português errado em relação à norma.

Referindo-se a um romance de Onésimo Silveira, *A Saga das As-secas e das Graças do Nossenhor*. Mário Fonseca acrescenta que as personagens

“não vivem num contexto em que se exprimem em português dessa maneira: exprimem-se em crioulo. [O autor] está a dar em português o que foi vivido em crioulo. Nesse caso, é uma criação literária - mas uma criação baseada sobre uma realidade: é uma sistematização dum discurso que estaria na boca de populares se eles tivessem que falar português ou quando têm que falar português. / Portanto, utilizar a expressão *português de Cabo Verde* induziria em erro. Com a generalização do uso do português, que só vai aparecer mais tarde, quando o crioulo tiver o estatuto que deve ter e entrarmos numa fase de normalização lingüística em Cabo Verde, eu acredito que nesse momento vai aparecer um português de Cabo Verde: um português que de certeza não será o de Portugal nem o do Brasil, que eventualmente poderá ter algumas semelhanças com o português do Brasil... É uma simples hipótese. / Por enquanto, só se pode falar do *português literário do Cabo Verde*.”

Escutemos por fim a opinião do lingüista Manuel Veiga, autor do primeiro romance em cabo verdiano, *O ju d'agu*, publicado em 1986:

O português pode não ser uma língua estranha, mas é uma língua estrangeira. A maior parte da população pode apreender o português a um certo nível - mas, a um outro nível já não apreende, e sobretudo não fala. Pode perceber, mas não fala.

A diversidade dos pontos de vista que acabamos de observar mostra bem a dificuldade da análise e leva-nos finalmente a considerar que o português de *Chiquinho* tem, antes de tudo, um carácter literário e, eventualmente, uma realidade social que poderá vir a desenvolver-se.

\*

Observemos agora algumas características desta “língua de compromisso”. Interessar-nos-emos pelos desvios em relação à norma de Lisboa, pois são eles que põem em relevo a personalidade lingüística da ex-colônia.

Do ponto de vista lexical, comecemos por reparar que alguns elementos provêm do português clássico, outros existem como regionalismos em Portugal e outros ainda pertencem também ao português do Brasil.”

Do português clássico, notemos *mantenha*<sup>7</sup> [que Luís Romano define assim: “Cumprimentos; lembranças; saudações. (Antiga expressão que ficou, quando se despedia ou finalizava uma carta, assim: *Que o Senhor vos mantenha!*, ou ainda: *Que Deus vos guarde e mantenha!*”)], *dias há* (Teixeira de Sousa: “*Há algum tempo* e não “*há alguns dias*”. Também significa *há muito tempo*. Esta expressão é arcaica. Encontra-se algures em Camões. Conservou-se nas ilhas de Barlavento”), *fidalgo* (Baltasar Lopes: “Sentido geral de *comedido, elegante, delicado, de linhas esbeltas*”), *manhana*<sup>10</sup> (Baltasar Lopes: “Forma antiga do português, que sobreviveu na ilha de Santo Antão, onde designa o *alvor nascente de ante-manhã*”) ou, ainda, *nação*<sup>11</sup> (Baltasar Lopes: “Muito empregada, a palavra, no sentido de *família, progénie, geração*. Sentido que se aproxima do latim *gens* e do de *família extensa*. *Ser da nação de alguém* é ser parente, mesmo afastado.”). A propósito deste último termo, observemos como Luís Romano cria uma série de formas a partir de expressões da ilha de Santo Antão: *nação da família*<sup>12</sup>, *nação de família*<sup>13</sup> ou *nação-de-família*<sup>14</sup>, *nação-de-nossa-gente*<sup>15</sup>, *nação de gente*<sup>16</sup> ou *nação-de-gente*<sup>17</sup> (todas estas expressões tendo o mesmo significado que *nação*, que Luís Romano define assim: “Grupo ou indivíduos com caracteres comuns; conjunto dos habitantes de um território, ligados por laços de sangue e considerados como pertencentes à mesma Família Étnica; povos da mesma origem e tradições; pessoa do mesmo clã, raça, casta, naturalidade e religião; parentes, com a mesma afinidade tribal, vivendo numa comunidade”); e também *nação de lugar*<sup>18</sup> ou *nação do nosso lugar*<sup>19</sup> (“Local; etnia”), *nação de mulher*<sup>20</sup> (“Condição feminina”) e, por fim, *nação-de-sangue*<sup>21</sup> [Consangüinidade familiar; parentesco entre os que procedem da mesma família étnica. (Reminiscência hebraica?)”].

Passemos agora aos termos que persistiram também como regionalismos em Portugal - por exemplo *balaio* [usado no sul de Portugal, em Africa de língua portuguesa e no Brasil. Eis a definição de Orlanda Amarílis: “Cesto redondo e pouco fundo para *tender*<sup>22</sup> o milho. Os balaies *retagulares* e fundos

servem para se trazer as compras. (Vocábulo português em desuso, mas que ficou em Cabo Verde”], *agachado*<sup>23</sup> (significando *escondido* na Beira Alta como em Cabo Verde) ou *xerém* (termo que se usa no sul de Portugal e que Luís Romano define assim: “Farinha grossa de milho, bem cozida e homogênea, que serve para diversas aplicações na culinária cabo verdiana, sobretudo o xerém de boda, prato tradicional nas festas de casamento, que se come com molho de carne”). A palavra *xerém* também se usa no Brasil, com um significado mais ou menos similar<sup>24</sup>.

Vejam os já agora as correspondências com o português do Brasil, que são freqüentes: por vezes, como aconteceu com *xerém* e *balaio*, há uma superposição com o português que se fala em Portugal fora de Lisboa - é o caso de *botar* (em vez de *pôr*) ou de *moço* (geralmente substituído em Lisboa por *rapaz*, mas que, também, tem muitas vezes em Cabo Verde uma função apelativa<sup>25</sup>). Noutros casos, a analogia diz respeito unicamente ao português do Brasil - por exemplo *aboio* (Baltasar Lopes: “Canto dos rapazes enquanto tangem os bois ajoujados à canga do trapiche”), *brabo* (Manuel Lopes: “*Brabo* implica energia. *Impetuoso*. *Chuva braba*; em enxurrada. *Homem brabo*: agressivo, corajoso, indomável”), *chaleira* (lisonjeador), *cristão* (indivíduo, pessoa), *espiar* (ver), *mamãe*, *papai*, *sobrado* (Baltasar Lopes: “Na ilha do Fogo é a casa nobre de dois ou mais pisos”) ou *virar* (tornar-se).

Notemos ainda a existência de termos que se encontram também no português padrão, mas com um significado diferente. É o caso de *balanço*<sup>26</sup> (Baltasar Lopes: “Trabalho, conjunto de preocupações com alguém”), *caco*<sup>27</sup> (copo de aguardente), *prenda*<sup>28</sup> (Baltasar Lopes: “Palavra usadíssima, se não exclusiva, para designar a instrução escolar. Vem do verbo *aprender*, com aférese, se não foi tomada diretamente da palavra portuguesa *prenda*”), *castelo* (Manuel Lopes: “Pequena habitação circular, de teto cônico, muito rudimentar, com ou sem parede. Tipo africano. Conhecido também por *funco*. Julgo que o termo *castelo* é só utilizado em Santo Antão”), *condenar*<sup>29</sup> (Baltasar Lopes: “Além do seu sentido português, tem o de *acusar*, por uma espécie de prolepse ou antecipação de sentido, e *denunciar*”), *eloqüente*<sup>30</sup> (Manuel Ferreira: “Esperto; inteligente; capaz”), *pelourinho* (mercado), *pillar* (socialco), *rocha* (montanha), etc.

Do ponto de vista morfológico, convém destacar o uso freqüente de hifens para a formação de expressões. Vejam por exemplo a série construída a partir do termo *água*: *água-da-dianteira* [Luís Romano: “Líquido amniótico, hemorragia que precede o parto (*Dientêra* = *Dianteira*: A parte da membrana uterina, interna, que primeiro se rompe no trabalho do parto)”, *água-de-lume* [Luís Romano: “Alcool puro. (Termo popular para exprimir a ardência do seu elevado teor alcoólico, semelhante ao lume - = fogo - ao ser ingerida, lembrando aguardente forte)”, *água-de-mel* ou *aguinha-de-mel* (*água-mel* ou *hidromel*), *água-de-olho* ou *água-dos-olhos* (lágrimas), *tirar água-do-mar*<sup>31</sup> [Oswaldo

Osório: “Beber aguardente. (Aplica-se em São Vicente quando uma pessoa acaba de fazer uma longa viagem por mar)”, *em cima da água-do-mar* (Luís Romano: “Expressão corrente de Cabo Verde designando o elemento marítimo habitual onde trabalha a maior parte dos cabo verdianos, que lhe dão assim um sentido familiar”), *ficar numa aguinha-de-pote*<sup>32</sup> (Nuno de Miranda: “É do tempo em que em São Vicente de Cabo Verde não havia água canalizada: a água era comprada em potes que se levavam à cabeça até à central distribuidora de água, que a recebia por sua vez de Santo Antão, em navios contentores. Portanto uma *aguinha-de-pote* é uma água diminuta, restrita. *Ficar numa aguinha de pote* exprime a pequenez”).

Luís Romano, que recorre muitas vezes a este processo de aglutinação, explica-nos a sua estratégia criativa:

A presença dalgumas formas aglutinadas, encontradiças nalgumas das minhas obras literárias de expressão cabo verdiana, se explica simplesmente pela preocupação de melhor conseguir a tradução de termos locais (Cabo Verde) para o português. Por exemplo: não existe na nossa língua popular a palavra erudita *cerâmica*: para compensar essa deficiência, em Santo Antão, emprega-se o composto *barro-da-Boavista*. Pensamos que se o termo não fosse ligado por traços de união - hífen -, não significaria *cerâmica*, mas sim qualquer barro daquela ilha. O mesmo fica valendo para *boca-da-ribeira* = *foz*; *vara-de-marmelo* = *galho de marmeleiro*; exemplos que correspondem à necessária realidade lingüística cabo verdiana, e fator que nos levou a adoptar esse critério, já que o Idioma Cabo verdiano ainda está em formação, ajustamentos e sínteses adaptativas.”

Estas explicações de Luís Romano, os “ajustamentos” a que teve que proceder, mostram bem a dificuldade que os escritores cabo verdianos têm que enfrentar, sobretudo no domínio lexical, caracterizado naturalmente pela multiplicidade das formas e, portanto, pela multiplicidade das soluções a encontrar. Aliás o número relativamente elevado de formas que apresentam uma única ocorrência (isto é, os hápax) é significativo do carácter por vezes experimental da criação levada a cabo pelos escritores cabo verdianos - por exemplo *acachar*<sup>33</sup>, que Luís Romano define assim: “*Cachar* = *agachar* = esconder-se encolhido; encobrir-se abaixando-se para não ser visto”, recorrendo à analogia que liga o verbo francês *acher* (esconder) e o português *agachar* (que pode ter em Portugal, como já vimos, o significado do francês). Outros exemplos: *acolegar*<sup>34</sup> [João Lopes Filho: “Conviver (relação de camaradagem)”], *agrupinhado*<sup>35</sup> [Orlando Amarilis: “Aos pequenos grupos (agrupados)”], *ajoujado*<sup>36</sup> [Manuel Lopes: “Aflito. do português *ajoujado*?” (Crioulo: *jonjód*)”], etc.

Perante tal diversidade de significados, os autores sentiram por vezes a necessidade de fornecer definições. Talvez pensassem nos leitores das outras

ilhas, mas o mais provável é que tivessem em mente o público estrangeiro ao arquipélago. É possível também que tenham sido pressionados pelos editores (portugueses ou brasileiros). Alguns escritores puseram notas de rodapé, outros elaboraram glossários, outros ainda preferiram introduzir as explicações na própria narração<sup>37</sup>.

Convém aqui sublinhar a originalidade da solução encontrada por Luís Romano em *Negrume (Lzimparin)*, cada texto ( trata-se de contos e de poemas) é apresentado em cabo verdiano e logo a seguir em “português aproximado”- a expressão é do escritor -, sem nenhuma nota ou glossário, constituindo assim uma das experiências mais ricas da literatura cabo verdiana.

No domínio morfo-sintático, em contrapartida, constatamos uma certa homogeneidade - devida, naturalmente à influência das estruturas da língua cabo verdiana. Assinalaremos por exemplo a inversão da colocação dos complementos direto e indireto: “É para Chiquinho ler mamãe uma carta que veio da América...”ou “tirava Tói comida que ele estava jantando”<sup>38</sup>, que Baltasar Lopes analisa da seguinte maneira:

“A ordem dos elementos sintáticos na expressão (preposição, verbo, complemento indireto, complemento direto) reflete a praxe uniforme da sintaxe do crioulo - em que a falta da preposição *a* (que em português rege o complemento indireto, isto é, o dativo de proveito ou de direção) é suprida pela deslocação da ordem em que normalmente tal complemento se dispões na frase.”

Acrescentamos que o mesmo tipo de construção aparece nas obras de Manuel Lopes, Manuel Ferreira, Germano Almeida, João Rodrigues, Onésimo Silveira, etc.

Como no domínio lexical, algumas particularidades sintáticas lembram o português do Brasil (por exemplo, a elipse do artigo<sup>39</sup>) mas, muitas vezes, detrás do português do Brasil, reencontramos estruturas que são freqüentes no português clássico: é o caso do uso da preposição *em* depois dum verbo de movimento, da colocação do pronome complemento<sup>40</sup>, da substituição do pronome complemento pelo pronome sujeito<sup>41</sup>, etc.

Naturalmente, no quadro desta apresentação só podemos dar uma idéia sucinta da vasta síntese efetuada desde 1936. No entanto, no domínio das literaturas africanas, a experiência levada a cabo pelos escritores claridosos representa o primeiro caso de síntese de uma língua de origem européia e de outra de origem local. Para presenciar um fenômeno comparável nas ex-colônias portuguesas, será preciso esperar quase trinta anos em Angola<sup>42</sup> e mais de quarenta em Moçambique<sup>43</sup>.

Sublinhemos por fim o papel de dois escritores, Baltasar Lopes e Luís Romano, que se debruçaram, cada um à sua maneira, sobre a questão que nos

preocupa aqui. O primeiro, em *O Dialeto Crioulo de Cabo Verde*, procedeu a uma larga análise filológica e semântica, pondo em relevo as correspondências com o português clássico e o português do Brasil. O segundo, em *Cabo Verde - Renascença de uma Civilização no Atlântico Médio*, estabeleceu uma lista de 1800 termos em “português aproximado” derivados principalmente do cabo verdiano falado na ilha de Santo Antão. Tanto o primeiro como o segundo devem ser considerados como verdadeiros militantes da língua (ou das línguas) de Cabo Verde.

Michel LABAN

### NOTAS

- 1 - V. Michel LABAN, *Cabo Verde - Encontro com Escritores*. p. 207.
- 2 - V. *Raízes* no 21, p 174.
- 3 - *Le moulin et le pilon. Les îles du Capvert*. p. 108.
- 4 - “A taxa de analfabetismo, em 1992, era de 25%, valor dos mais baixos da Africa. Este valor é resultado de uma intensa campanha de alfabetização iniciada em 1975, altura em que a taxa rondava os 65%”- *Guia do Terceiro Mundo*, Lisboa: Tricontinental Editora, 1993, p. 537.
- 5 - Todas as declarações relativas à questão lingüística pertencem a um inquérito que realizei entre 1989 e 1994.
- 6 - As definições que seguem foram recolhidas junto dos autores e serão publicadas num inventário do *português literário de Cabo Verde*, atualmente em preparação.
- 7 - Baltasar Lopes, *Chiquinho*, p. 18: “ia sempre receber as suas mantenhas.”; p. 19; “com muitas mantenhas do Papai sempre amigo”.  
-Manuel Lopes, *Chuva Braba*, p 15: “Ora sim, dá-lhe mantenhas e diz-lhe que passarei por lá antes do fim da semana.”  
- Luís Romano, *Famintos*, p. 225: “A vizinhança veio saber das mantenhas e notícias dos parentes”; p. 242; “tinha mais de uma dúzia de anos na Terra-Longe, sem mandar nem mantenha, nem boas novas.”
- 8 - Teixeira de Sousa, *Djunga*, p. 17: “A comida está na mesa dias há.”; p. 182: “Antônio sapateiro morreu dias há - disse ela com dificuldade. / - Eu não sabia[...] / - Homem, há mais de trinta anos que ele se acha lá em baixo.”; p. 304: “Inclusive nos damos ao luxo de ainda usar vocábulos que dias há em Portugal tombaram na Torre do Tombo.”
- 9 - Baltasar Lopes, *Chiquinho*, p. 129: “-Chiquinho é muito fidalgo no comer

- dizia Tia Alzira. / Fidalgo. Este velho adjetivo de S. Nicolau agrava-me. Ele afuselava as minhas linhas físicas e morais.”
- 10 - Baltasar Lopes, *Claridade* no 7, p. 30: “ainda a manhana não tinha luzido”.
- 11 - Baltasar Lopes, *Chiquinho*, p. 114: “- Sou Joaquim Naninho, da nação de Gaída Branca, você não conhece? / - Conheço, conheço, velho... Gente direita e com que de seu...”
- Luís Romano, *Famintos*, p. 113: “Muito povo já foi enterrado, sem papel, sem notícia de nação dos seus antigos.”; p. 247: “mandou praga maior, por cima da família e de toda a nação de Nhinhô.” *Negrume*, p. 32: “é o nome da nação da sua mãe.”
- 12 - *Negrume*, p. 44: “ele não tinha consciência nem sangue de cristão da mesma casta. Nem o parecer da mesma nação da família!”
- 13 - *Negrume*, p. 99: “a minha nação de família morreu sangrada / a esperar venturas / e acabou-se toda”
- 14 - *Negrume*, p. 217: “o povo esta a vir d’As-casinhas e do Cabouquinho-de-Tintas, num alvoroço, em cata das suas nações-de-família.”
- 15 - *Negrume*, p. 70: “Tens o corpo fechado, uma graça e segredo que só foram deixados na nação-da-nossa-gente.”
- 16 - *Negrume*, p. 199: “a minha nação de gente é daqui mesmo onde eu nasci”.
- 17 - *Ilha*, p. 29: “eram de uma nação-de-gente de doença-fraca”.
- 18 - *Famintos*, p. 304: “Leva o filho-da-terra para a casa, arranja trabalho para ele, só porque é da mesma nação de lugar.”
- 19 - *Renascença*, p. 147: “Mais tarde, em Dacar, fomos convidados para uma cachupada, num ambiente patricio. Ela estava maravilhosa! , quem a fez era da “nação do nosso lugar”.
- 20 - *Negrume*, p. 115: “Todo o condão que Tina tinha do segredo da sua nação de mulher era para dar-me;”
- 21 - *Ilha*, p. 89: “Passavam anos e, já mães-de-filho, vinham à Casa-Grande assistir ao passamento dos tios ou padrinhos, por uma questão de nação-de-sangue.”
- 22 - *Tender* - Orlanda Amarílis: “Sentido de *estender* o milho espalhando-o sobre o balaio e, com gesto cadenciado, fazê-lo saltar de modo a soltar o farelo para o chão. E por quê? Porque o milho é batido (*cotchido*) no pilão enquanto vai sendo umedecido com água. Ele não se parte mas faz soltar a película que envolve o grão e que é o farelo. Assim preparado fica em condições de se fazer a *catchupa*. A esta operação diz-se *tentê* em crioulo: daí *tender*.”

- 23 - João Lopes Filho, *Estória, Estória...* p. 57: “os casebres agachados na ladeira”.
- 24 - V. Luíz da Câmara Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 6ª ed., Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1988, p. 803: “Xerem. Milho pilado para cuscuz e bolo. O tipo mais grosso é a comida de pintos [...]”
- 25 - Luíz Romano, *Ilha*, p. 66: “Moço, que estás fazendo por cá, sozinho neste mundo?”
- 26 - Baltasar Lopes, *Chiquinho*, p. 11: [A casa] “povoou-se das imagens que enchiam o nosso mundo. O nascimento dos meninos. O balanço da criação.”; p. 217: “Se Chiquinho for carga pesada, nós, que o agüentámos tamaninho, poderemos, louvado Deus, sustê-lo neste balanço...”
- 27 - Nicolau de Tope Vermelho, *Ponto & Virgula* nº 10/11, p. 36: “O melhor é a gente ir tomar um caco para esquecer o assunto e comemorarmos o nosso encontro. Há muito que não tomamos um caco juntos.”
- 28 - Baltasar Lopes, *Chiquinho*, p. 212: “Chiquinho virou soberbo com a prenda que foi buscar em S. Vicente...”; p. 216: “é um bocado perigoso a gente dar prenda aos filhos. Você sabe, comadre, esses moços de agora pensam que eles é que fizeram o mundo...”; p. 248: “A prenda que tinha na cabeça imunizava-se contra o trabalho agrícola.”
- 29 - Baltasar Lopes, *Chiquinho*, p. 50: “Um garoto veio condenar um companheiro que lhe estava tirando penicos nas pernas. Quatro palmatorradas.”
- 30 - Manuel Ferreira, *Voz de Prisão*, p. 16: “Mimi é minha netinha, uma perralinha de sete anos, desta alturinha assim, uma hora por outra vem fazer uma visitinha à vovó. É uma menina muito eloqüente”.
- 31 - Oswaldo Osório, *Raízes* no 17/20, p. 99: “vamos passar primeiro por minha casa para o comrade tirar água-do-mar...”
- 32 - Nuno de Miranda, *Cais de Pedra*, p. 290: “Mas, na verdade, frias, eram as malhas da realidade. E esta fez com que caísse em si, reentregando-lhe a lucidez. Ficou-se, assim, numa aguinha-de-pote, apesar do desejo de chorar um brada, Maria!, aquela morna de angústia”.
- 33 - Luís Romano, *Negrume*, p. 30; “Quem tem má olhada acacha sua cabeça!”
- 34 - João Lopes Filho, *Estória, Estória...*, p. 79; “Desde rapazotinho que gostava de acolegar com ele.”
- 35 - Orlanda Amarílis, *Ilhéu dos Pássaros*, p. 68; “Outros (homens e rapazes) ficavam agrupados num canto”.
- 36 - Manuel Lopes, *Os Flagelados do Vento Leste*, p. 60; “Andavam prai ajonjados, a falar ruim antes do tempo... agora levantaram a crista.”

- 37 - É o caso de Manuel Lopes no seu romance *Os Flagelados do Vento Leste*. Observemos por exemplo como é definida a expressão *sementeira em pó*: “Faziam a sementeira “em pó”, isto é , metiam o milho na terra antes da chegada das chuvas” (p. 16); e o termo *cangabaixo*: “Zepa acendeu o cangabaixo - sementes de purgueira enfiadas num espeto -, introduziu a extremidade num interstício da parede”(p. 80), etc.
- 38 - Baltasar Lopes, *Chiquinho*, p. 104 e 236.
- 39 - Teobaldo Virgínio, *Beira do Cais*, p. 27 “moleza de morna é chave que abre peito de morena”.
- 40 - João Rodrigues, *Folhas Verdes* no 5, “quando / fecharam-te os olhos / cruzaram-te as mãos”. Eis a explicação do autor: “Duas influências: crioulo e português do Brasil; o próprio crioulo (de São Vicente, sobretudo) tem muita influência do português do Brasil.”
- 41 - Por exemplo: Manuel Lopes, *O Galo Cantou na Baía*, p. 165: “Conheço ele muito bem”.
- 42 - V. Luuanda, de José Luandino Vieira (1964).
- 43 - V. Ascêncio de Feitas, *E as Raiva Passa por cima, Fica Engrossar um Silêncio* (1979).

### BIBLIOGRAFIA

- AMARÍLIS, Orlanda - *Ilhéu dos Pássaros*, Lisboa: Plátano Ed., 1982, 136 p.
- CABRAL, Nelson Eurico - *Le Moulin et le Pilon. Les îles du Capvert*, Paris: L'Harmattan / Agence de Coopération Culturelle et Technique, 1980, 192 p.
- CARDOSO, Pedro - *Folclore Caboverdeano*, Porto: Ed. Maranus, 1933, 120p. [Reed. em Paris: Solidariedade Caboverdiana, 1983, com uma introdução de Luíz Silva e um prefácio de Alfredo Margarido].
- CLARIDADE - Revista de Artes e Letras. 9 números. São Vicente, 1936-1960.
- FERREIRA, Manuel - *Voz de Prisão*, Porto: Ed. Inova, [1971], 164p.
- FOLHAS VERDES, 7 números, Praia, 1981-1982.
- FREITAS, Ascêncio de - *E as Raivas Passa por Cima, Fica Engrossar um Silêncio*, Lisboa: África Ed. 1979, 138 p.
- LABAN, Michel - *Cabo Verde - Encontro com Escritores*, 2 vol., Porto: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 1992, 782 p.
- LOPES FILHO, João - *Estória, Estória...* Lisboa: ed. Ulmeiro, 2a ed., aum., 1983, 128 p. [1ª ed. 1978.]

- LOPES, Baltasar - *Chiquinho*, São Vicente: Ed. Claridade, 1947, 300p. [Reed. Linda-a-Velha: ALAC, 1984, com um prefácio de Alberto Carvalho.]
- LOPES, Manuel - *Chuva Braba*, Lisboa: Ed. 70, 1982, 168p. [1ª ed. 1956.]  
- *O Galo Cantou na Baía*. Lisboa: Orion, 1959. 224 p.  
- *Os Flagelados do Vento Leste*. Lisboa: Ed. 70, 1985, 224p. [1ª ed. 1960]
- MIRANDA, Nuno de - *Cais de Pedra*, Praia: Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco, 1989, 318 p.
- MONTEIRO, Félix - “Páginas esquecidas de Guilherme Dantas”, in *Raízes* nº 21, junho de 1984, Praia, p. 123-186.
- PONTO & VIRGULA - Revista de Intercâmbio Cultural, 17 números, São Vicente, 1983-1987.
- RAÍZES , 21 números, Praia, 1977-1984.
- ROMANO, Luis - *Cabo Verde - Renascença de uma Civilização no Atlântico Médio*, Lisboa: Ed. da revista *Ocidente*, 1970, 212 p. [1ª ed. em 1967.]  
- *Famintos*, Lisboa: Publ. Nova Aurora, 1975, 344 p.  
- *Ilha*. São Vicente: Ilhéu Editora, 1991, 252 p.  
- *Negrume* (Lzimparin), Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1973, 224 p.
- SILVA, Baltasar Lopes da - *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, 398 p. [1ª ed., 1957.]
- SILVA, José Lopes da - *Alma Arsináriã*, Lisboa: 1952, 2 vol., 304 p. +104 p.
- SILVEIRA, Onésimo - *A Saga das As-secas e das Graças de Nossa Senhora*, Lisboa: Publ. Europa-America, 1991, 224 p.
- SOUSA, Henrique Teixeira de - *Djunga*, Lisboa: Publ. Europa-América, 1990, 312 p.
- TAVARES, Eugênio - *Mornas*, Lisboa: J. Rodrigues & Ca, 1932, 110p.
- VEIGA, Manuel - *O Ju d’Agu*, Praia: Instituto Caboverdeano do Livro, 1986, 232p.
- VIEIRA, José Luandino - *Luuanda*, Luanda: ABC, 1964, 106 p.
- VIRGÍNIO, Teobaldo - *Beira do Cais*, Sá da Bandeira: Col. Imbondeiro, 1963, 32p.

\*\*\*

## MOÇAMBIQUE, MARÇO DE 1995: O PORTUGUÊS DA IMPRENSA

Fátima Ribeiro  
Universidade Eduardo Mondlane

Moçambique possui uma relativamente longa e rica história de imprensa, se considerarmos que a tipografia foi introduzida em 1854, ano em que veio a lume o primeiro número do *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique*, a primeira publicação periódica da então colônia portuguesa. Daquela data até à independência do país foram publicados pelo menos 239 periódicos noticiosos ou de atualidades<sup>1</sup>.

Com exceção de quatro, todos eles foram editados em português, tendo sido oito os que foram em português e inglês, e - o que hoje se torna deveras curioso! - cinco dos de Lourenço Marques apresentavam também textos em ronga, uma das várias línguas bantas do território, que seria, na altura, a mais falada na região da capital. Dos referidos jornais que fugiam à regra, três eram editados só em inglês e um em francês e inglês, com parte do expediente em português (Rocha, 80:VI).

Numa primeira fase, escreveram para esses periódicos praticamente apenas indivíduos diretamente provenientes da chamada metrópole, mas entre 1910 e 1936/37, data da entrada em ação da política repressiva do Estado Novo, jornais houve que contaram também com moçambicanos que tinham tido acesso à educação formal. A sua geração, na qual se destacam os irmãos João e José Albasini e Estácio Dias, viria a fornecer não só os primeiros jornalistas, mas também os primeiros homens de letras de origem banta (Mendonça, 87:75), pois é de notar que em 1890, em termos de educação formal, existia apenas uma escola primária em todo o território (Gonçalves, 94:4).

Com a intensificação da vinda e fixação de colonos, que se verificou sobretudo a partir de 1945<sup>2</sup>, cresce o número de naturais de Moçambique que escrevem para os jornais, mantendo-se, contudo, extremamente reduzido o de jornalistas negros ou mestiços até 1974, altura em que as publicações com maior divulgação eram os diários *Notícias*, *Notícias da Beira* e *A Tribuna*, assim como os semanários *Tempo*, *A Voz de Moçambique* e a *Voz Africana*.

Destes títulos, deixam de ser publicados, pouco tempo depois, *A Tribuna*, *A Voz de Moçambique* e a *Voz Africana*. *O Notícias*, cujo primeiro número remonta a 1926, e a *Tempo*, fundada já em 1970, mantêm uma publicação ininterrupta até aos dias de hoje, tendo o *Notícias da Beira* - que inicialmente também se intitulava *The Beira News and East Coast Chronicle* (1917) - dado lugar ao *Diário de Moçambique* em 1981. A estas três publicações, vieram sucessivamente juntar-se os semanários *Domingo* (também em 1981), *Desafio* (1987), *Savana e Demos* (1994), bem como o jornal juvenil *Aro* (com apenas dois números muito distanciados no tempo) e duas publicações diárias enviadas por “fax”: o *Media Fax* e o *Imparcial*.

Hoje, duas décadas após a proclamação da independência do país, uma nova geração escreve para os jornais, permanecendo, no entanto, em plena atividade, uns poucos dos então jovens dos anos setenta. Assim, o pessoal da imprensa, no seu conjunto, revela não só a complexidade resultante da multifacetada realidade cultural do país, mas também as profundas convulsões sociais que se verificaram quer com o processo que se seguiu à independência quer com a guerra que afetou praticamente todo o território nacional. E uma vez que é através da língua portuguesa - ela própria também diretamente afetada por aquelas convulsões - que todos se exprimem, os textos produzidos pelos jornalistas são uma boa amostra do português que hoje se escreve em Moçambique.

Por outro lado, o estudo do português veiculado pelos órgãos de informação reveste-se da maior importância, uma vez que atualmente, talvez mais do que a escola, eles desempenham um importante papel na apresentação de um modelo (ou melhor, modelos) para a língua que só num plano ideal se pode pretender que tenha como padrão o português europeu. Com efeito, dos cerca de um milhão e trezentos mil estudantes que nos últimos quinze anos freqüentaram atualmente os quatro primeiros anos de escolaridade, menos de 10% tiveram acesso ao segundo grau do ensino primário (5ª classe) e só uma vez, em 1992, chegaram a 3.500 os que puderam freqüentar o ensino pré-universitário (10ª e 11ª classes), segundo as estatísticas do Ministério da Educação (D. N. E. , 94:116). Conhecendo-se estes números e o baixo poder de compra das populações, que condiciona o acesso ao livro, já por si escasso no mercado, é-se forçado a concluir que os jornais são o principal veículo do português escrito “culto” em Moçambique. A prová-lo, basta dizer que a tiragem diária do *Notícias* (entre 25.000 e 40.000 exemplares), em média, ultrapassa o número total de alunos que frequentaram a 7ª, 8ª e 9ª classes do ensino secundário geral em 1993.

Segundo informações prestadas por diretores, chefes de redacção ou editores, as habilitações académicas dos redatores e revisores atualmente existentes variam entre a 4ª classe e a licenciatura. Veja-se o seguinte quadro:

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO	HABILITAÇÕES DOS REDADORES	NÍVEL MÉDIO DOS REDADORES
<i>Aro</i>	11 <sup>a</sup> cl. 12 <sup>a</sup> classe	11 <sup>a</sup> classe
<i>Demos</i>	6 <sup>a</sup> cl. - freq. universitária	9 <sup>a</sup> classe
<i>Desafio</i>	11 <sup>a</sup> cl. - freq. universitária	11 <sup>a</sup> classe
<i>Diário de Moçambique</i>	7 <sup>a</sup> cl. - freq. universitária	11 <sup>a</sup> classe
<i>Domíngo</i>	9 <sup>a</sup> cl. - licenciatura (2)	11 <sup>a</sup> classe
<i>Imparcial</i>	11 <sup>a</sup> cl. - freq. universitária	11 <sup>a</sup> classe
<i>MediaFax</i>	11 <sup>a</sup> cl. - freq. universitária	11 <sup>a</sup> classe
<i>Notícias</i>	11 <sup>a</sup> cl. - licenciatura (2)	11 <sup>a</sup> classe
<i>Savana</i>	9 <sup>a</sup> cl. - freq. universitária	11 <sup>a</sup> classe
<i>Tempo</i>	4 <sup>a</sup> cl. - freq. universitária	10 <sup>a</sup> classe

Há, portanto, apenas quatro licenciados, situando-se a média das habilitações na 11<sup>a</sup> classe ou equivalente, uma vez que se considera que atingiram este nível os que freqüentaram com sucesso o curso da Escola de Jornalismo, cujo ingresso exige a nona classe. São, aliás, aquelas as habilitações requeridas hoje para se entrar na carreira jornalística.

Mesmo considerando apenas os jornalistas que têm a 11<sup>a</sup> classe, esse grau de escolaridade pouco significa em termos de domínio do português culto, se tomarmos como referência o padrão europeu. Se há entre eles quem tenha no português a língua de seus pais e avós, outros há que o adquiriram em meios familiares ou extra-familiares em que é uma segunda língua, distanciando-se mais ou menos substancialmente daquele padrão e revelando estar em curso um acelerado processo de diferenciação lingüística, de formação de uma variante moçambicana da língua, também esta naturalmente heterogênea<sup>3</sup>.

À diferente oferta lingüística com que estiveram ou estão em contacto, acrescenta-se a também diferente qualidade de ensino proporcionada às duas gerações atualmente presentes na informação: por um lado, aqueles que fizeram grande parte, ou mesmo toda a sua escolaridade no sistema ainda português; por outro, os que começaram a freqüentar a escola já nos anos oitenta, refletindo os mais diversos problemas por que tem passado a educação formal. De ordem diversa, esses problemas vão desde o elevado número de alunos por professor (decrecendo de 81 para 54, em média, de 1980 a 1993) até à insuficiente formação dos docentes<sup>4</sup>. Tudo isso teve, naturalmente, conseqüências no nível de ensino, e particularmente no conhecimento e domínio do sistema lingüístico português, fato de que hoje toda a gente tem consciência e que se traduz em afirmações como “Mas é a 4<sup>a</sup> classe antiga!” ou “Temos muitos redadores com a 11<sup>a</sup> classe, mas, já sabe como é, são de depois de 87!”.

Além dos fatores atrás mencionados, a influência de outras línguas é de ter também em conta pois, e é pelo menos o que acontece com o diretor de um semanário, moçambicanos há que fizeram os seus estudos médios e superiores em países de língua inglesa, francesa ou outra, tendo para lá partido ainda sem grande domínio da língua portuguesa. Pouco significativo no contexto geral do país, o número de moçambicanos nessas condições é considerável na camada populacional mais culta. Exprimindo-se em português, eles poderão manifestar fenômenos de interferência lingüística que ultrapassam o quadro de relações entre o português e as línguas bantas de Moçambique.

\*

Como afirma Perpétua Gonçalves em *Dados para a história da língua portuguesa em Moçambique*, “tudo está ainda por fazer” no que diz respeito ao estudo de propriedades do português falado/escrito em fases anteriores da sua história (Gonçalves, 1994). No entanto, tratando-se especificamente do português da imprensa na fase final do período colonial, não parece incorreto dizer-se que, a não ser no caso de uns poucos neologismos com origem nas línguas bantas ou no português, como *maningue* (‘muito’), *marrabenta* (‘nome de uma dança do sul do país’), *milando* (‘confusão; problema’) ou *quinhenta* (‘cinquenta centavos’), não eram evidentes as diferenças em relação ao português europeu. Essas diferenças parecem surgir apenas ocasionalmente, na representação da fala ou na transcrição da escrita de outros falantes/escreventes do português.

Diferente é a situação de hoje, podendo-se encontrar, sem grande esforço de procura, inúmeras realizações lingüísticas que refletem variações em curso, inclusivamente ao nível da estrutura da língua. Para isso, basta que se observe a primeira ou a última página das diferentes publicações, páginas que, em princípio, são escritas apenas por jornalistas e são as que maior impacto têm sobre os leitores.

Para fazer esse estudo, optou-se por analisar apenas um exemplar de cada um dos jornais impressos, tendo sido também consideradas as duas publicações enviadas por “fax” (o *MediaFax* e o *Imparcial*), pois é sabido que ambas, embora com um pequeno número de assinantes (435 e 300, respectivamente), são passadas de mão em mão ou reproduzidas por diferentes meios, acabando por atingir um número muito maior de leitores. Foi igualmente importante observá-las por serem dirigidas por falantes nativos da língua portuguesa. Incluiu-se também no corpus um editorial da revista *Tempo*. Todos os números observados são de datas compreendidas entre 15 e 29 de março de 1995<sup>5</sup>.

No quadro que abaixo se apresenta, é indicado o número de “artigos”, títulos e anúncios analisados, considerando-se “artigos” todos os textos que vêm encimados por títulos no sentido restrito do termo:

	“Artigos”	Títulos	Anúncios
<i>Notícias</i>	18	18	5
<i>Diário</i>	2	7	7
<i>Domingo</i>	12	14	-
<i>Savana</i>	4	4	4
<i>Demos</i>	5	8	4
<i>Desafio</i>	5	9	7
<i>Aro</i>	6	14	5
<i>Mediafax</i>	1	1	7
<i>Imparcial</i>	2	2	4
<i>Tempo</i>	1	1	-
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>78</b>	<b>43</b>

Insuficiente para tirar conclusões sobre cada um dos órgãos de informação por si, este corpus, no seu conjunto, pode fornecer indicações para a caracterização do português escrito atualmente por uma camada que, no contexto geral do país, pode ser considerada culta.

A observação teve em vista um levantamento de “desvios”, assim se considerando todas as realizações lingüísticas que não estão de acordo com a norma do português europeu (norma prescritiva) ou que, embora não rejeitadas por ela, não são normalmente selecionadas por falantes portugueses nos seus registros escritos.

Uma tentativa de identificação das áreas de variação e de levantamento da frequência de desvios revelou que eles se verificam principalmente nos seguintes domínios:

- colocação dos pronomes pessoais objeto direto e objeto indireto
- concordâncias
- discurso relatado
- operações de determinação/indeterminação
- regência verbal, adjetival e nominal
- seleção de modo ou tempo e morfologia verbal

### **Colocação dos pronomes pessoais objeto direto e indireto**

Neste domínio, a regularidade com que os desvios detectados se verificam aponta para a tendência de formação de novas regras, nomeadamente no que diz respeito a situações em que o pronome ocorre em frases subordinadas com forma verbal simples e em frases com perífrases verbais.

1. Em frase subordinada com apenas um verbo, há uma forte tendência para a ênclise:

- (1) ...*quando* o cidadão *depara-se* com qualquer problema recorre (...) aos órgãos da comunicação social...(Notícias, p. 1)
- (2) ...*através dos quais estabeleceu-se* o quadro jurídico que regulou o sufrágio universal... (Diário, p. 1)
- (3) ... e acrescenta *que* em Moçambique, *confunde-se* o mercado livre com a concorrência desleal. (Demos, ult.)
- (4)... ao afirmar *que* o processo eleitoral no país (...) *refez-se* em condições específicas... (Savana, últ.)
- (5) Três das quatro “mangas” foram dominadas pelo piloto Vítor Dias, *que*, na última “manga” até *deu-se* ao luxo de dar uma volta de avanço. (Desafio, últ.)
- (6) O manto vai e vem *até* todos *sentirem-se* atingidos...(MediaFax, p.2)

2. Em frase não subordinada mas com elementos linguísticos que, de acordo com a norma, exigem a próclise, o corpus analisado também regista dois casos de ênclise.

- (1)...mas(...) quase *todos* os presentes *dirigem-se* ao palco com envelopes. (MediaFax, p. 2)
- (2)O Conselho cristão de Moçambique *também diz-se* intrigado com a atuação da IURD em Moçambique. (MediaFax, p.2)

Observe-se também que as frases (5) e (6) transcritas anteriormente, além de serem subordinadas, contêm *até* e *todos*, que, por si sós, poderiam ter motivado a próclise.

3. Em frases com perifrases verbais, mesmo quando subordinadas, o pronome apresenta-se entre o auxiliar conjugado - seja qual for o tempo em que se encontre - e o verbo principal. Parece dar-se mais frequentemente a ênclise ao auxiliar:

- (1)...documentos legais que formalizem as estruturas estatais que *irão se ocupar* de tarefas idênticas...(Diário, p. 1)
- (2)...o povo é que mais *irá se ressentir*...(Demos, últ.)
- (3)...acrescenta que *pode-se saber* que um camião cheio de mercadoria entrou no país sem pagar as taxas...(Demos, últ.)
- (4)...numa prova em que *devem-se destacar*, ainda, as prestações de Tiago Fonseca...(Desafio, últ.)
- (5)...e, pelo mesmo motivo, a deste ano *está-lhe a seguir* o exemplo. (Savana, p. 1)
- (6)...mas na segunda, o azar *quis-lhe fazer* companhia...(Desafio, últ.)

4. Em frase não subordinada e sem elementos que obriguem a deslocação do pronome pessoal objeto, verificaram-se apenas dois casos de próclise.

- (1) A nossa insatisfação *se transforma* numa esperança...(Demos, últ.)

(2) Queremos, no entanto, que o *Domingo* tenha leitores em todo o país e, desta forma, *se definiu* este preço. (*Domingo*, p.1)

### Concordâncias

1. A semelhança entre muitos desvios registrados parece apontar também para o desenvolvimento acentuado de um novo mecanismo de concordância: quando o sujeito precede o verbo, a concordância faz-se com o núcleo do sintagma nominal mais próximo, mesmo quando este não é o núcleo do SN sujeito ou, inclusivamente, não faz parte dele.

(1) Tem implicações sobre o *cidadão* que o *leva* a não confiar na instituição policial... (*Notícias*, p.1)

(2) ...mas as primeiras reações em *Maputo* *foi* de muita consternação e dor. (*Demos*, últ.)

(3) Não obstante a exigüidade de *meios materiais e financeiros, adicionados* à falta de experiência, as eleições (...) foram livres e justas"... (*Diário*, p. 1)

(4) ...o aumento *dos "chapas"* *devem-se* aos onerosos custos com os acessórios... (*Demos*, p. 1)

(5) ...podemos afirmar que a consequência *das medidas da alfândega* *são lógicas*... (*Demos*, últ.)

(6) ...a luta mais empolgante desta prova inaugural do *campeonato* *foi travado* entre Nuno e Tiago... (*Desafio*, últ.)

(7) ...a nossa democracia é jovem e por *isso* *imperfeito*... (*Demos*, últ.)

(8) Pedro Ben, há *doze anos* *radicados* em Portugal... (*Aro*, pag. 1)

2. Em construções passivas impessoais com o sujeito em posição pós-verbal, este não desencadeia concordância nas seguintes frases:

(1) Ainda não *foi anunciado a data* das cerimônias fúnebres... (*Demos*, últ.)

(2) O arquivo do patrimônio cultural parece estar apostado em *ver realizado* *várias atividades*... (*Aro*, p.1)

### Discurso relatado

Numerosas são as citações em discurso direto introduzidas por verbos declarativos seguidos de conjunção integrante. Há, assim, um cruzamento entre os discursos indireto e direto que não corresponde, no entanto, ao chamado discurso indireto livre (cf. Cunha e Cintra, 88: 636), pois as frases não apresentam as transposições características do discurso indireto que a norma exige.

(1)...*acrescentou* *que* já antes da sua partida "*recebi* informações sobre a forma como Sérgio Vieira andava a manobrar a comissão Ad Hoc" (*Imparcial*, p. 1)

- (2)... *afirmou que* “teremos que devolver esse dinheiro aos doadores...”(*Notícias*, p.1)
- (3)...*acrescentando que* “nós estamos fartos de conflitos, *temos* exemplos claros daquilo que *nos* trouxeram. Em função desses estudos *vamos* tomar as medidas que forem mais apropriadas”. (*Notícias*, p.1)
- (4)...*adiantamento que* “*temos* de ter uma visão de toda esta cadeia...” (*Notícias*, p.1)
- (5)...o “DM” *escreve que* “um desses Patel *disse-nos* que *vai* matar todos os jornalistas do D.M.”(*Notícias*, p.1)
- (6)...*gritando* nas faces dos doentes *que* “o teu demônio *que saia*” (*MediaFax*, p.2)
- (7)... o chefe de estado tanzaniano *declarou que* “*não posso* dizer se há ou não.”(*Savana*, últ.)

Verificam-se casos semelhantes aos anteriores com outro tipo de construções a introduzir o discurso que se reproduz:

- (1)... *de acordo com Mazula* “*tinhamos* consciência de ser cidadãos...”(*Savana*, últ.)
- (2) Comparou este caso com o da polêmica reunião (...) “em que a Frelimo apareceu com mais de duzentos artigos (...) a querer que os *aprovássemos* (...)”(*Imparcial*, p.1)

Nas frases acima, o discurso citado vem assinalado entre aspas, mas não são raras as vezes em que ele é integrado no texto com uma total fusão entre o sujeito que cita e o sujeito citado:

- (1) ...Eduardo, diretor fabril da Sociedade Agrícola de Tabaco, *afirma que podemos* considerar que a consequência das medidas da alfândega são lógicas... (*Demos*, últ.)
- (2) Chissano foi mais além *ao afirmar que* o processo eleitoral no país que antes se *realizou* num contexto mono-partidário *refez-se* em condições específicas de transição para o multi-partidarismo. (*Savana*, últ.)

### **Operações de determinação e indeterminação**

“Para que os nominais designem efetivamente, numa dada situação de comunicação, um determinado referente, é necessário que sobre eles atuem operações de determinação. Trata-se de processos de natureza semântico-pragmática que constroem o valor referencial de uma dada ocorrência de um nominal. Expressam-se, de uma forma geral, através do especificador e do número do nominal” (Mateus, 89:60).

1. Em várias frases do corpus considerado revela-se uma diferente utilização dos artigos, tanto definidos, como indefinidos, aplicados a substantivos que têm como referente entidades abstratas.

a) Utilização de artigos definidos ou indefinidos em contextos em que eles não ocorrem no português europeu:

- (1) Veio a paz e com ela a oportunidade *da estabilidade*. (*Demos*, P.1)
- (2) ...por forma a se garantir *a continuidade* nos futuros processos eleitorais. (*Diário*, p.1)
- (3) ...elas se definem como tendo surgido da necessidade de apoiar outras camadas, portanto, “*têm uma motivação*”, disse. (*Notícias*, p.1)
- (4) ...a nossa insatisfação se transforma *numa esperança* porque vivemos *numa democracia*. (*Demos*, p.1)
- (5) “Existe em toda a região *uma vontade de paz* porque sabemos todos que sem *a paz* não há desenvolvimento”, disse Leonardo Simão. (*Notícias*, p.1)
- (6) ...adiantando que até porque há *uma compreensão da própria FRETILIN* de que o fato de termos relações diplomáticas com a Indonésia... (*Notícias*, p. 1)

b) Não utilização do artigo definido com nomes referentes a entidades abstratas que são apresentadas como definidas e específicas, contexto em que ele é exigido pela norma do português europeu.

- (1) Apesar *de optimismo que reina*, os gestores das fábricas(...) têm-se mostrado muito cautelosos. (*Demos*, últ.)
- (2) ... desempenhou o seu trabalho *com devoção e mestria de cidadãos engajados e comprometidos com a causa nacional*. (*Savana*, últ.)

2. Com a palavra *todo* indicando a totalidade das partes, caso em que a norma determina o uso do artigo definido (Cunha e Cintra, 88: 233), ele encontra-se ausente:

- (1)... o atual número de 23 fiscais para *toda província* [= toda a província de Maputo] é insignificante. (*Diário*, últ.)

3. No que diz respeito ao número do substantivo, frases há que revelam também desvios:

- (1) ...uma significativa população assalariada vive *de salário de fome*. (*Demos*, últ.)
- (2) ...com a JHB ainda na vela disse: “Sabes... Nós até mudamos de visual na Jhome meu...”(*Aro*, últ.)
- (3) *Calçados* (...) e artigos em pele. (anúncio, *Demos*, últ.)

No primeiro caso, não é usado nem o morfema de plural nem o artigo indefinido para exprimir indefinitude; no segundo, torna-se um ser individual específico para designar a totalidade dos elementos do conjunto; finalmente, no terceiro, verifica-se a pluralização de um coletivo que, por si só, exprime indefinitude.

### Regência verbal e nominal

Todos os órgãos de informação, com exceção do *Imparcial*, apresentaram casos de alterações de regência, ocorrendo estas, por vezes, em situação de reprodução de discurso.

1. Transformação de verbos transitivos diretos (*seguir, habitar, interromper, cumprir, esquecer, considerar*) em verbos que regem complementos preposicionados:

- (1) Já a Bíblia diz: "...e esses sinais *seguirão aos* que crerem e em meu nome expulsarão os demônios." (*MediaFax*, p. 3)
- (2) ...nesta aldeia global *em que habitamos...* (*Demos*, ult.)
- (3) ...mas não podemos *esquecer do* desempenho de Paul del Ré... (*Desavio*, ult.)
- (4) ...ao considerar o atual governo *de* corrupto. (*Savana*, ult.)
- (5) ...disse por outro lado que "seremos obrigados a abandonar o país e a *interromper com* os trabalhos que aqui desenvolvemos." (*Notícias*, p. 1)
- (6) ...Brasão Mazula *cumprimentou-se com* a deputada Salomé Moiane... (*Savana*, ult.)

*Com* parece ser uma preposição bastante produtiva, e construções em que ela ocorre são freqüentemente as preferidas em casos como *iniciar/iniciar com, arrancar/arrancar com*. É digna de registro a utilização de uma construção reflexa a reger a preposição *com* para exprimir reciprocidade (6).

2. Transformação de verbos que regem complementos preposicionados (*valer a, acertar em, enfermar de, aperceber-se de*) em verbos transitivos diretos:

- (1) O que *valeu* os Desafio [*aos do Desafio/ao Desafio*] foi a lista que mandou antecipadamente ao Clube de desportos da Costa do Sol. (*Desafio*, p. 1)
- (2) Ninguém *acertou* o nome do vice-ministro... (*Domingo*, p.1)
- (3) ...uma organização que tenta resolver grande parte dos problemas que *enferma* a camada juvenil (*Aro*, últ.)
- (4) ...os senhores deputados ainda não *se aperceberam* que a faixa da Avenida 24 de Julho é fechada ao tráfego... (*Domingo*, ult.)

Note-se que a norma registra *valer* e *acertar* como verbos que podem também funcionar, com outra significação, como transitivos diretos e que, na frase (3) se está perante um caso de não utilização de preposição a introduzir uma frase relativa que a exige.

3. Transformação de verbos transitivos reflexos (*colocar-se, calar-se*) em verbos intransitivos:

- (1) ...dado que os cerca de vinte partidos da oposição não conseguiram em conjunto *colocar* nos 120 lugares em disputa. (*Notícias*, últ.)

(2) Armas ainda não *calaram* (*Diário*, p.1)

4. Tendência para a neutralização da oposição semântica ou funcional entre diferentes construções desencadeadas pelo mesmo verbo:

(1) “Não *penso que* estou a perder uma colega [no fato de estar a perder uma colega: *pensar em/ pensar que*], mas que estou a ganhar muitos amigos...” (*Demos*, ult.)

(2) Cá da casa *telefonou para a basquetista...* [telefonar a/telefonar para] (*Aro*, últ.)

5. Alteração da preposição exigida por determinados adjetivos e substantivos (*afeto, vontade, transição, contribuição*):

(1) A OIM, também, esteve *afeta* no transporte dos refugiados... (*Domingo*, p. 1)

(2) ...ele é essencialmente resultado do trabalho e da *vontade* dos moçambicanos *em* pôr fim ao conflito. (*Diário*, p. 1)

(3) ... no último dia do seminário subordinado ao tema “A Comunicação Social no Processo de *Transição* à Democracia em Moçambique”... (*Notícias*, p. 1)

(4) ...três países tornaram já públicas as suas *contribuições* ao fundo de apoio a Moçambique... (*Domingo*, p. 1)

### **Seleção de modo ou tempo e morfologia verbal**

1. Utilização do modo indicativo em frases em que a norma exige ou recomenda conjuntivo:

(1) *Talvez é* por isso que Luchiana não falou ao Cá da Casa... (*Aro*, últ.)

(2) ...O que está a acontecer em Moçambique é que *há quem paga* imposto e *há quem não paga*... (*Demos*, últ.)

(3) ... *tudo indica que* a seleção dos países de expressão portuguesa *saiu* vencedora. (*Notícias*, p. 1)

A seleção do modo indicativo, registrou-se em contextos em que ocorre talvez em posição pré-verbal (1), *há quem* (2) e frase superior informativa com valor dubitativo (3).

2. Utilização da construção estar a + GERÚNDIO concorrendo com estar a + INFINITIVO

(1) Tudo *está sendo feito* para que a Rifa C. D. África em Moçambique avance... (*Notícias*, últ.)

(2) O aludido inventário *está sendo realizado* pela instituição acima referida... (*Diário*, últ.)

(3) ...o sujeito que *está sendo maltratado* desceu do autocarro... (*Domingo*, últ.)

É interessante notar que nos três casos registrados se está em presença de construções passivas.

### 3. Flexão do infinitivo em perífrases verbais:

(1) ...os mesmos *deverão* ter conhecimento sobre legislação e *dominarem* a língua inglesa. (*Diário*, últ.)

O infinitivo pessoal é utilizado no segundo verbo de uma frase em que um mesmo auxiliar afeta dois verbos coordenados, encontrando-se eles separados por um complemento<sup>6</sup>.

4. Diferente flexão do imperativo ou diferente relação entre as formas de tratamento e as formas verbais no imperativo:

(1) “*Tens* fé absoluta em Deus?”, pergunta o Bispo (...) “*Ponha* a sua mão no lugar da dor”, manda o Bispo. (*MédiaFax*, p. 2)

(2) *Olha meu senhor...* (*Demos*, p. 1)

Perpétua Gonçalves defende estar a verificar-se uma re-análise do paradigma do imperativo afirmativo, com a utilização uniforme dos morfemas de tempo *e* ou *a* (consoante se trate da 1ª ou das outras duas conjugações), o que lhe retira o seu carácter excepcional no sistema verbal português, uma vez que todas as pessoas verbais passam a possuir o mesmo morfema de tempo. (Gonçalves, 87: 32). Se a primeira frase pode confirmar esta hipótese, o mesmo não acontece com a segunda, pois é utilizado o morfema de tempo *a* com um verbo da 1ª conjugação. Não se estará antes a caminhar para a perda da oposição funcional entre a utilização das formas verbais correspondentes ao imperativo formal e informal, assim como entre os possessivos de segunda e de terceira pessoa nas mesmas circunstâncias?

### 5. Formação do futuro do conjuntivo a partir do infinitivo:

(1) As ações governativas ficam comprometidas se não *serem* sujeitas ao arbítrio público... (*Demos*, p. 1)

(2) Enquanto o governo não *rever* alguns aspectos (...), o povo é que mais irá-se ressentir... (*Demos*, últ.)

6. Diferente seleção do participípio passado, quando o verbo tem dois participípios:

(1) A velocidade *imprimida* pelos restantes concorrentes não chegou a ser suficiente... (*Diário*, últ.)

(2) O ritmo *imprimido* nas mangas (...) não permitiu... (*Diário*, últ.)

(3) ... quando os respectivos parlamentos tiverem ratificado a convenção e os parceiros Shengen *aceite* o seu ingresso... (*Notícias*, últ.)

\*

Vistas as situações em que os desvios são mais freqüentes, passemos a considerar outras também dignas de registo.

1. Construções de quantificação e graduação que apresentam diferentes tipos de desvio em relação à norma:

a) Apagamento do artigo definido em sintagma nominal onde ocorre um adjetivo no superlativo relativo:

(1) ...uma vez que em 400 anos de existência se notabilizou (...) por ter sido *cidade mais vezes conquistada pelas armas...* (*Notícias*, últ.)

(2) ...que se referiu às anteriores amostras organizadas pela *aro* enquanto que associação cultural com *maior acção na área da juventude*. (*Aro*, p. 1)

b) Apagamento do advérbio de quantidade *mais* em sintagma em que ocorre a expressão *cada vez*:

(1) segundo os gestores moçambicanos, a concorrência era *cada vez desleal...* (*Demos*, últ.)

c) Utilização da preposição *a* com a expressão *cada dia*, acentuando o seu carácter distributivo e progressivo:

(1) ...o governo está a fazer muito pouco para tentar travar o elevado custo de vida que tende a agravar-se a *cada dia* que passa. (*Demos*, últ.)

d) Utilização do substantivo maioria como quantificador de parte, desempenhando uma função que competiria ao adjetivo *grande* no grau superlativo.

(1) ...apesar de servirem a *maioria parte* da população, os seus serviços (...) são a única alternativa. (*Demos*, p.1)

No domínio das construções de quantificação e graduação parecem estar a desenhar-se várias modificações cujo estudo se afigura de particular interesse.

2. Apagamento de preposições em sintagmas locativos temporais e espaciais:

a) Utilização de sintagmas nominais do tipo *fim de semana* e *semana passada* sem recurso a qualquer preposição, à semelhança do que já é freqüente no português europeu com os nomes dos dias da semana.

(1) “Sou obrigada a fazer biscoitos *fim de semana* cosendo algumas roupas...” (*Demos*, últ.)

(2) O administrador do distrito disse, *semana passada* ao Savana, que... (*Savana*, P.1)

Com os dias da semana, é também grande esta tendência de não utilização **da preposição**. Veja-se, a propósito, a longa coluna *Assim vai o mundo*, do jornal *Notícias*, em que essa preferência se verifica nas seis vezes em que a localização

temporal é feita nomeando-se os dias da semana. Eis apenas um exemplo:

(1) Mikhail Gorbatchiov quebrou um longo período de apatia, ao aparecer *quinta-feira* no canal moscovita da T.V. ... (*Notícias*, últ.)

b) Idêntica utilização de sintagmas nominais como locativos espaciais, sem recurso a qualquer preposição.

(1) Morte de Beirão golpe *a música moçambicana*. (título, *Demos*, últ.)

(2) A morte de Beirão representa um grande vazio *a música moçambicana*. (*Demos*, últ.)

Produzidas por um mesmo falante, estas frases podem ser o indício de uma variação ainda em estado inicial.

3. Apagamento da preposição *a* em perífrases verbais e na locução prepositiva de base nominal *de modo a*:

(1) Ambrósio disse à R.M., na Beira, que o seu jornal *estava recebê-las* telefonicamente... (*Notícias*, p. 1)

(2) *Está perceber* bem? (*Domingo*, últ., crónica de Mia Couto)

(3) ...medidas tendentes a reformar o sistema aduaneiro no país *de modo arrecadar* melhores receitas... (*Demos*, ult.)

4. Utilização da expressão *entanto que para* significar ‘como’, ‘na qualidade de’:

(1) ...ficou, pois clara a aposta do **Aro em** vencer e triunfar *entanto que* instrumento informativo e noticioso... (*Aro*, p. 1)

(2) ...que se referiu às anteriores **amostras** organizadas pela **Aro** *entanto que* associação cultural com maior **ação na área** da juventude. (*Aro*, p. 1)

5. Alterações na carga semântica e na **função** de advérbios de modo:

a) Utilização do advérbio *conjuntamente* com valor exclusivo de simultaneidade temporal:

(1) ...a primeira exposição **ocorreu em 1993**, na escola secundária Francisco Manyanga (em Maputo) e a **segunda em 1994** *conjuntamente* naquela escola e na escola Samora Machel, **em Chimoio**, Manica (*Aro*, p. 1)

b) Emprego do advérbio *somente* com o sentido e a função de *só que*:

(1) É bom que a corporação **tenha feito destacar** agentes para o estádio da Machava. *Somente*, os **homens da lei** e da ordem levaram muito a sério o seu sentido de dever, a **ponto de bloquearem** o seu acesso a jornalistas. (*Desafio*, p. 1)

6. Utilização de indefinido **afirmativo em frase** negativa, não se realizando a típica dupla negação do português:

(1) O D.M. na sua edição de ontem, escreve que não anunciou coisas falsas, *nem difamou alguém* na pessoa do senhor Manuel Antônio... (*Notícias*, p. 1)

7. Quebra da estrutura de uma frase em que se registra uma construção de tópicos:

(1) É que *os investimentos do estado*, a não ser na saúde e educação, *os resultados chegam invisivelmente...* (*Tempo*, p.2)

8. Seleção do demonstrativo *esse* (*essa, -es, -as*) em contexto em que a norma exige *este* (*esta, -es, -as*), uma vez que o referente sucede o pronome no enunciado:

(1) ...a basquetista respondeu-nos azedamente com *essa*: “Entrevista?! (...)” (*Aro*, últ.)

9. Uso do artigo a preceder antropônimos em registo formal:

(1) ...a Isabel teria citado *o Gafar...* (*Notícias*, p. 1) [Em segmento discursivo anterior, são usadas as formas de tratamento *Dona e Senhor* atribuídas respectivamente a Isabel e Gafar.]

10. Utilização de estratégias alternativas a frases relativas com *cujo*:

(1) Os cidadãos lesados por esses ladrões clamam por medidas mais severas *que quase ninguém garante aplicação.* (*Tempo*, p. 2)

11. Em palavra justaposta formada por substantivo e adjetivo, utilização do morfema do plural apenas no adjetivo:

(1) Para entrega imediata: *ar-condicionados* (anúncio, *Aro*, p. 1)

\*

Como se pode constatar, são diversos os desvios que se verificam no domínio morfo-sintático, variando o grau de aproximação entre os textos e o português europeu: se alguns há em que não ocorre nenhuma frase desviante (veja a longa coluna *Assim vai o mundo*, do jornal *Notícias*), outros refletem um fraco domínio das estruturas da língua portuguesa, o que se manifesta numa incorreta aplicação dos mecanismos de coordenação e subordinação e na dificuldade de encontrar meios alternativos para fazer reiterações evitando a repetição de palavras ou estruturas. São exemplos os vários textos do jornal *Demos*, de onde provêm os seguintes extratos”

(1) Apesar de servirem a maioria parte da população, os seus serviços apesar de precários em termos de segurança são a única alternativa para as deslocações interurbanas ao nível do grande Maputo. (*Demos*, p. 1)

(2) Apesar de otimismo que reina, os gestores das fábricas de tabaco e bebidas no país têm se mostrado muito cautelosos, isso a *julgar* pelas palavras do Eng. Eduardo, diretor fabril da Sociedade Agrícola do Tabaco, afirma que podemos considerar que a conseqüência das medidas na Alfândega são lógicas, mas a verdade é que tudo depende do governo, pois só o governo tem meios para dispensar as importações, diz Eduardo e acrescenta que em Moçambique, confunde-se o mercado livre com a concorrência desleal. (*Demos*, últ.)

Uma outra frase, desta vez do jornal *Aro*, que revela um fraco domínio da grande riqueza de estruturas de coordenação que a língua possui:

(1) *Cá da casa*, num desses dias, telefonou para a basquetista marcando uma entrevista, mas que infelizmente a basquetista respondeu-nos azedamente e com essa: “Entrevista”?! (*Aro*, últ.)

\*

A observação de algumas evidências nos domínios lexical, semântico e pragmático torna importante o registo dos seguintes aspectos:

1. Ocorrência de apenas um termo que, sendo proveniente de uma língua banta, é adotado sem qualquer transformação, nem mesmo de ordem gráfica, sendo no entanto protegido por aspas, como qualquer outro estrangeirismo: *mukero*, ‘contrabando de fronteira’:

(1) Há novas táticas do “*mukero*” na Namaacha, o que faz com que o fisco continue a ser fintado. (*Notícias*, p. 1)

2. Ocorrência de apenas um neologismo com origem numa língua banta, já integrado no sistema linguístico português: *dumba-nengue*, ‘mercado ilegal de rua’.

(1) Os *dumba-nengues* no centro da cidade são comprovadamente um centro de malandragem. Como é que ainda não se conseguiram remover estes mercados para as áreas já demarcadas? (*Domingo*, últ.)

3. Ocorrência de duas palavras derivadas de termos provenientes do changane (uma das línguas mais faladas na capital do país), aos quais se aplicou o sufixo verbal português - *ar*: *palhar* e *guazar*:

(1) Mesmo sem hipopótamo “Guazou-se”. (*Aro*, últ.)

(2) Era preciso “*Palhar*”. Para isso existem regras que se devem cumprir e uma das primeiras o hipopótamo tinha que aparecer... (*Aro*, últ.)

“Guazar” provém de “guaza” que, segundo informações recolhidas, significa ferir ou matar com uma lança. Por seu lado, “palhar” parece significar cortar aos pedaços. Note-se que estes dois termos, que se encontram no mesmo

artigo e ambos demarcados por aspas, não são usados na linguagem corrente, parecendo criações pontuais do autor.

4. Ocorrência de neologismos com origem no português, devendo distinguir-se os que ocorrem ou ocorreram na linguagem corrente - *chapa* e *baixar* - e os que se restringem a usos próximos do literário:

- (1) Transportadores cobiçam *chapa* 1000 (título, *Demos*, p. 1)
- (2) ...o aumento dos *chapas* deveu-se aos ... (*Demos*, 1.)
- (3) Mandava-se *baixar* tudo o que dá felicidade e tranqüilidade, incluindo o álcool. (Tempo, p.2)
- (4) *Imaginadâncias* (título da coluna de Mia Couto, *Domingo*, últ.)
- (5) Parece-me que o senhor está a *invertir* os papéis. (texto de Mia Couto, *Domingo*, últ.)
- (6) Eu venho para esta entrevista completamente *despapelado*. (texto de Mia Couto, *Domingo*, últ.)
- (7) O escritor Sulelman Cassamo (...) *brincrando* (brinciando?), como diz Mia Couto disse ao *Cá da Casa*: “Sabes... em França?... Há de tudo... até hipopótamos.” (*Aro*, últ.)
- (8) Como que a confirmar os *descaminhos* aduaneiros que flagelam este país. (*Demos*, p. 1)

*Chapa*, substantivo masculino, significa meio de transporte privado que é usado para transporte coletivo remunerado. Conheceu já as combinações “chapa 100”, “chapa 200”, “chapa 500” e “chapa 1000”, a mais recente, consoante o preço do bilhete, que é idêntico para qualquer destino em cada carreira.

*Baixar* é o termo que está associado ao discurso e às atitudes políticas dos primeiros anos após a independência. Significa “*dizer Abaixo*”, por oposição a “*dizer Viva*”.

Três das restantes palavras assinaladas ocorrem numa coluna assinada por Mia Couto, escritor moçambicano cujas obras revelam uma grande capacidade criativa de termos lexicais utilizando os processos derivacionais e de composição próprios da língua portuguesa. Significativa é também a reserva feita no artigo do *Aro* ao explicitar “como diz Mia Couto”, depois do termo “brincrando”, apesar de ele estar registrado entre aspas.

5. Ocorrência de um neologismo proveniente do inglês: *Jhone*, simplificação de *Johanesburg*, muito usada na gíria dos mineiros que trabalham ou trabalharam na África do Sul e já registado na literatura, designadamente em poemas de José Craveirinha e Noêmia de Sousa. Aquela cidade sul-africana é também designada pela abreviatura JHB:

- (1) ...com a *JHB* ainda na vela disse: “Sabes... nós até mudamos de visual na *Jhone* meu... (*Aro*, últ.)

6. Alterações semânticas das seguintes palavras e expressões:

a) *transparecer*, com o sentido de ‘deixar transparecer’, ‘fazer transparecer’:

(1) Adiar as eleições ou tentar esquecê-las já pode *transparecer* uma violação dos direitos humanos. (*Diário*, p. 1)

(2) ...quando assume o seu papel de *transparecer* os contratos sociais (*Demos*, p.1)

b) *dar cobro a* com o sentido de ‘pôr cobro a’:

(1) Com vista a *dar cobro a* exploração ilegal de recursos naturais (...) a mesma entidade preconiza elevar o número e nível de formação de fiscais (*Diário*, últ.)

c) *elaborar* para significar ‘sem outros comentários’, ‘sem tecer considerações’:

(1) “Isso implica fazer mais amigos para o país sem descurar aqueles que já eram amigos antes”, disse, sem *elaborar*. (*Notícias*, últ.)

7. Uso das fórmulas de tratamento designativas de parentesco, aplicando-as a pessoas com as quais não existem laços sanguíneos, mas de respeito e afeto:

(1) “*Mana*” Elvira Viegas berrou com Cá da Casa porque diz que nós não falamos bem dos artistas. (*Aro*, últ.)

(2) ... Lina Magaia que completou no mês de fevereiro findo, 50 anos. Parabéns, “*Titia*” Lina. (*Aro*, últ.)

(3) ... O Secretário-Geral da Associação dos tocadores “Tio” Hortêncio é testemunha. (*Aro*, últ.)

É significativo que estas fórmulas de tratamento tenham surgido no jornal *Aro*, escrito por jovens e a eles destinado. Típicas do discurso oral, são usadas de acordo com as idades do locutor e do locutário, traduzindo a relação familiar que seria possível entre os dois.

\*

## CONCLUSÕES

Nos textos observados, verificaram-se apenas alguns casos pontuais de influência das línguas bantas no domínio lexical, sendo eles freqüentemente assinalados como presença “estranha” à língua portuguesa por meio de aspas (ex: *dumba-nengue*, “*mukero*”). Em maior número foram as criações lexicais e semânticas dentro do próprio sistema português (ex: *despapelado*, *chapa* 1000). Em ambos os casos, trata-se de palavras que designam novas realidades ou que são criadas ou adotadas como meio para obtenção de efeitos estilísticos.

No que diz respeito à morfologia e à sintaxe, por outro lado, a análise feita permitiu constatar que, mesmo num domínio específico de comunicação - neste caso o da imprensa -, a língua portuguesa não só está a conhecer um acelerado processo de transformação, mas também se caracteriza por uma forte heterogeneidade em termos de distância relativamente ao padrão europeu, consoante o tipo de falantes. São numerosos e diversificados os desvios que se verificam, apresentando-se alguns com uma frequência que pode apontar para a sua fixação. Englobam-se aqui os casos de uma diferente marcação do discurso relatado, de alterações na colocação dos pronomes pessoais objeto, de mudanças nos mecanismos de concordância, nas operações de determinação/indeterminação e de quantificação/gradação e em muitas regências. No entanto, mesmo esses fenômenos mais frequentes ainda não são estáveis, o que se revela pela coexistência, em textos do mesmo autor, de formas desviantes e formas que seguem a norma gramatical. Refira-se, contudo, que quer a diferente representação do discurso relatado quer as alterações que se verificam na colocação do pronome pessoal já escapam ao controle de falantes que têm o português como língua materna, o que pode ser verificado nas publicações cujos diretores/revisores são de origem portuguesa e têm no português e sua língua materna.

Em geral, a uma menor escolaridade média corresponde um menor domínio das estruturas sintáticas e do vocabulário da língua, mas, mesmo nos jornais em que o nível mínimo de habilitações é a 11<sup>a</sup> classe, os desvios gramaticais são consideráveis, resultando por vezes em textos com profundos problemas de coesão e coerência. Assim, o português da imprensa revela a necessidade de se fazerem esforços tendo em vista melhorar o ensino da língua e proteger como tal o sistema lingüístico, atualmente sujeito a um acentuado processo de erosão.

A maior concorrência que se começou a verificar nos domínios da educação e da imprensa depois da abertura à privatização, exigindo mais qualidade no que é oferecido, poderá vir a constituir um fator de equilíbrio neste processo. Outros importantes contributos podem e devem ser dados por Portugal - como, por exemplo, acontecerá com a transmissão em Moçambique das emissões da RTP Internacional e da Rádio Difusão Portuguesa - e pelo Brasil, nomeadamente no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou de relações bilaterais. Aos órgãos de decisão em Moçambique caberá tomar consciência da necessidade de controlar de alguma forma a evolução da língua, de reunir esforços para a fazer chegar a todo o território e de criar condições para que a sua distribuição se possa processar de forma mais equilibrada entre os cidadãos.

\*

## NOTAS

- 1- Até 1975, foram publicados em Moçambique 21 jornais diários (2 na Beira e 19 em Lourenço Marques), 4 tris-emanários, 12 bi-semanários, 107 semanários, 16 quinzenários e 20 jornais mensais, para além de diversos números únicos e publicações de periodicidade desconhecida (Rocha,80: VI).
- 2 - Segundo dados fornecidos pelo *Anuário do Império Colonial Português de 1949*, Moçambique tinha, em 1945, um total de 60.115 “não indígenas”, isto é, “europeus , amarelos, indo-britânicos, indo-portugueses, africanos e mistos”. Não é especificada a população do território naquela altura, mas o censo realizado cinco anos antes revelara um total de 5.030.179 “indígenas”. Em 1950, realiza-se um novo censo, constatando-se agora a existência de uma população de aproximadamente 5.828.625 habitantes, entre os quais 91.954 “não indígenas”(europeus, mestiços, 12.630 indianos e 1.613 chineses), e ainda 4.349 “assimilados”.
- 3 - A propósito, é de referir que, por ser uma língua de prestígio, o português tem sido cada vez mais adotado como língua de comunicação familiar pelas camadas sociais mais favorecidas dos meios urbanos, devendo ter aumentado consideravelmente de 1980 para cá (era apenas 1,2% da população) o número de falantes que o têm como língua materna. Num debate sobre a situação da língua portuguesa em Moçambique, dizia o jornalista Albino Magaia: “Estou mais preocupado com a decadência ( o termo é esse) de algumas línguas nacionais, nomeadamente o ronga. De referir que o português é a língua materna dos meus filhos (...) e, conseqüentemente, eles não falam o ronga. Eu sou bilíngue.”(*Português em Cordel*, Dez 1993 a Fev. 1994, p. 8.)
- 4 - Por rapidamente ter duplicado a população escolar, foi necessário acelerar-se a formação de professores, passando a ser suficiente, para se adquirir o diploma de professor primário do primeiro grau, ter a 6ª classe acrescida de dois anos de formação profissional específica. E como o número de escolas não acompanhou o crescimento do de alunos, as existentes foram sobre-utilizadas, chegando a criar-se três turnos diurnos no ensino primário, o que significou uma redução do horário escolar para pouco mais de três horas diárias.
- 5 - *Aro* nº 2, Maputo, Março de 1995  
*Demos* nº 24, Maputo, 29/03/1995  
*Desafio*, Maputo, 27/03/1995  
*Diário de Moçambique* nº 26844, Beira, 24/03/1995  
*Domingo* nº 668, Maputo, 26/03/1995  
*Imparcial* nº 203, Maputo, 15/03/1995  
*MediaFax* nº 721, Maputo, 23/03/1995

*Notícias* n° 23130, Maputo, 25/03/1995

*Savana* n° 1049, Maputo, 24/03/1995

*Tempo* n° 1266, Maputo, 26/03/1995

- 6 - Pouco referido, este fenômeno foi aborda-lo por Eberhard Gärtner em *Remarques sur la syntaxe du Portugais en Angola et au Mozambique* (Gärtner, p. 31)

### BIBLIOGRAFIA

- Anuário do Império Colonial Português de 1949*, Imprensa Nacional de Publicidade, 15ª ed..
- Cunha, Celso e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 5ª ed., Lisboa, Edições Sá da Costa, 1984.
- Gartner, Eberhard, “Remarques sur la syntaxe du portugais en Angola et au Mozambique”, in *La langue portugaise en Afrique XXI - VI*, Université de Haute Bretagne, s.d..
- Gonçalves, Perpétua, “Português em Moçambique - Contribuição para o estudo do imperativo”, in *Limani - Linguística e Literatura*, Maputo, Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane - 3, Novembro de 1987.
- Gonçalves, Perpétua, *Dados para a história da língua portuguesa em Moçambique*, 1994, mimeografado.
- Magaia, Albino, “Sobre a língua portuguesa em Moçambique”, in *Português em Cordel*, Boletim da Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, Dez. 1993 a Fev. 1994.
- Mateus, Maria Helena Mira et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1989.
- Mendonça, Fátima, “O português como língua literária em Moçambique”, in *Limani - Linguística e Literatura*, Maputo, Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane - 2, Novembro de 1987.
- Moreira, Adriano, “As elites das províncias portuguesas de indigenato”, *Ensaios*, n° 34, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1960.
- Rocha, *Catálogo dos periódicos e principais seriados editados em Moçambique da introdução da tipografia à independência*, Maputo, CEDIMO, 1980.

\*\*\*

CRIOULO E PORTUGUÊS:  
VERTENTES LINGÜÍSTICAS DA LITERATURA DE CABO VERDE

Benilde Justo Caniato  
Universidade de São Paulo

Quando os portugueses chegaram a Cabo Verde (meados do século XV), encontraram as ilhas desabitadas. O povoamento difícil, devido ao clima rude, deu-se com os colonizadores lusos e, em maior número, com uma população escrava de origem africana, particularmente da Guiné, que foi trabalhar nas plantações de tabaco, café, cana de açúcar. A mestiçagem ocorreu em todas as ilhas, embora mais intensa numas, resultando um novo agregado, o cabo-verdiano, que, na expressão feliz de Orlando Albuquerque, passou a viver *consigo e para si*.

Para que houvesse intercâmbio de comunicação lingüística entre uns e outros, surgiu o falar de emergência, o *pidgin*, que, contrariamente ao que aconteceu no Brasil, onde o processo colonizador, por razões várias, foi profundo e duradouro, se estabilizou, acabando por converter-se em crioulo. A evolução, entretanto, deu-se *constrangidamente*, devido ao duro travão dos africanos, pois, oriundos de várias *regiões*, eram falantes de muitas línguas. (Sá Nogueira, em B. Lopes, 1984:11) <sup>1</sup>.

Baltasar Lopes julga que o crioulo cabo-verdiano, como os crioulos em geral, teria tido uma fase bilingüe inicial, seguindo-se outra em que o africano já assimilara uma estrutura gramatical simplificada do português. Partindo-se desta base simplificada é que se pode compreender sua vitalidade, tornando-se impossível sua *erradicação* como fala comum, e até sua viabilidade literária. (1984:42)

Funcionalmente o crioulo foi preenchendo a necessidade da comunicação dos falantes do Arquipélago. Tomando o português como língua-fonte, os desvios e mutilações sofridas na fonologia, morfologia e sintaxe acabaram por resultar o falar cabo-verdiano. Na fonologia, por exemplo, houve adaptação dos falantes aos fonemas da língua do colonizador: apócope (*perdê* por *perder*, *ri* por *rir*); aférese (*rabatá* por *arrebentar*); síncope (*xávna* por *chávena*); metátese (*borteja* por *brotoeja*).

Na morfologia registram-se muitas alterações. O artigo definido desaparece. Os substantivos e adjetivos geralmente não possuem flexão de número. Os verbos, via de regra, reduzem-se à forma do infinitivo com apócope do *-r*, as desinências pessoais são suprimidas, sendo indicadas pelos pronomes pessoais (*êl bê = ele vem*); as desinências modais e temporais são expressas por meio das formas auxiliares (*êl tá kantába = ele cantava*). O pronome *eu* desaparece; *bô*, 2ª pes. sing. perde sua função de 2ª pes. do plural; *êl* e *ê* provêm de *ele*, ou talvez de *el*, que, segundo Leite de Vasconcelos, ainda existe em algumas regiões de Trás-os-Montes. (B. Lopes, 1984: 132); para a 2ª pes. do plural emprega-se *bzôte (vós outros)*; *bosê (você)* representa a pessoa com quem se fale com certo respeito ou deferência.

Quanto à sintaxe, passamos a destacar alguns casos. O advérbio *onde*, com as várias regências, em português, é representado na variante de São Nicolau por *donde: dondê ke bô stã? (onde estás tu?)*; *dondê ke bô tâ bê? (de onde vens?)*. *Haver*, como verbo impessoal, é substituído pelo *ter*, tal como no Brasil: *Já tem milho pa cachupa<sup>2</sup>! Já tem milho pa cuscuz<sup>3</sup>*. A supressão de nexos gramaticais, subvertendo a sintaxe regular, é bastante freqüente: *Dá kabóle água (Dá água ao cavalo)*. Como já mencionamos, o artigo definido desaparece, mas em São Nicolau, curiosamente, conserva o *s* na forma do plural, principalmente em topônimos: *spedra (as Pedras)*; *skazina (as Casinhas)*; *sgalegu (os Galegos)*<sup>4</sup>.

O crioulo não se alastra homoganeamente pelo Arquipélago, acabando por distribuir-se em dois grandes grupos: o de Barlavento (ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Boa Vista e Sal); e o de Sotavento (ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava). O de Sotavento e o Guineense formam um grupo dialetológico por suas afinidades, explicando-se historicamente pela presença cabo-verdiana na colonização da Guiné portuguesa. A crescente-se também que a história política e social desta nação africana prende-se à de Cabo Verde, uma vez que até 1879 esteve ligada administrativamente ao Arquipélago.

Nas ilhas de Sotavento as sílabas são pronunciadas mais distintamente do que nas ilhas de Barlavento, o que levou Baltasar Lopes a considerar o núcleo de Sotavento mais próximo da língua portuguesa do Brasil. O filólogo cabo-verdiano ainda subdivide as duas variantes em áreas menores: A) a de Barlavento, compreendendo: a) a área dialetal de Santo Antão e São Vicente, com maior debilidade das vogais átonas; em Santo Antão o *lh* é representado pela semivogal *i* (*paia*, por *palha*); b) a área dialetal de São Nicolau; B) a de Sotavento, compreendendo duas áreas menores: a) a que abrange Santiago, Maio e Fogo; b) a que abrange a ilha Brava. (1984: 36-37)

A tradição literária em crioulo é de fins do século XIX, quando o *Almanaque Luso-Africano*, fundado pelo Cônego Teixeira (2 volumes: 1894 e 1899), reproduziu historietas, anedotas, lendas, poesias e letras de canções. Em

1886, Joaquim Botelho da Costa e Custódio José Duarte escrevem *O crioulo de Cabo Verde*, e no ano seguinte Antônio de Paula Brito publica *Apontamentos para a gramática do crioulo que se fala na ilha de Santiago*. Posteriormente, em 1910, vem à luz *Canções crioulas e músicas populares de Cabo Verde*, de José Bernardo Alfama.

Até as primeiras décadas do nosso século, o acervo literário em crioulo constitui-se praticamente de poesia lírica e satírica, na forma de mornas<sup>5</sup> e finançons<sup>6</sup>. Canção de saudade e de *crechéu*<sup>7</sup>, a *morna* reflete a *morabeza*<sup>8</sup> o sonho e o sofrimento contidos do cabo-verdiano, diante de suas adversidades. Vinculadas ao cancionero popular, há inúmeras *mornas* anônimas, enquanto outras foram compostas por autores tropeiros bastante conhecidos e prestigiados pelo povo, como Bêléza (Xavier da Cruz) e Eugênio Tavares. Nhô Eugênio, como ficou conhecido, procurou expressar em suas mornas o ambiente de Brava, sua ilha natal. (publ. póstuma em 1932: *Mornas - cantigas crioulas*)

Eugênio Tavares (1867-1930) e Pedro Cardoso (1890-1942) foram os primeiros a compor, efetivamente, o núcleo literário em crioulo, estimulando a formação de uma vanguarda nos anos 30. Escreveram no grupo dialetológico de Sotavento, variante utilizada por maior número de falantes (no *Colóquio sobre o Crioulo*, em 1979 - São Vicente - , seria recomendado como língua-base), e, segundo B. Lopes, mais adequado literariamente do que a variante de Barlavento, por esta ser menos harmônica. (1984: 76). Confirmam-se, por exemplo, as formas ásperas, devido à queda de vogais átonas protônicas e postônicas: *mdi* por *medir*; *psti* por *vestir*; *xávna* por *chávena*.

Em 1936, a língua nativa consagra-se, efetivamente, com textos na página de rosto dos dois primeiros números da revista *Claridade*<sup>9</sup>. Seus dinamizadores, Osvaldo Alcântara (pseudônimo poético de Baltasar Lopes), Manuel Lopes, Jorge Barbosa, preocupados com o processo de formação social das ilhas, voltam-se para o estudo de suas raízes, na busca de sua identidade cultural. Nessa altura, nossos modernistas - Lins do Rego, Jorge Amado, Amando Fontes, Marques Rebelo - despertam muito interesse entre os letrados de Cabo Verde, pela temática regional. Também nosso poeta Manuel Bandeira. Sua *Evocação de Recife*, cujas figuras se identificam com as de vila da Ribeira Brava, terra natal de Baltasar Lopes, é considerada por ele um *alumbramento*.

*Claridade* coloca-se na vanguarda do enobrecimento da língua nativa, que, desde os alvares da colonização portuguesa, ali se fora formando em seu uso diário. Dentre os muitos méritos da revista pioneira destacam-se o efeito catalisador sobre a mentalidade dos intelectuais e, fundamentalmente, a coragem em abordar os problemas da terra, despertando na juventude letrada um autêntico interesse pelas realidades crioulas.

Baltasar Lopes abre caminho para o romance moderno de Cabo Verde, com *Chiquinho*, publicando dois capítulos, respectivamente, no n.º 1 e 3 de *Claridade* (1936 e 37). Obra de evidente preocupação social, a terra agreste, os costumes da ilha de São Nicolau e os objetivos inconformistas do grupo do Liceu de São Vicente constituem seus aspectos mais significativos. Ao lado do cenário físico e social, o Autor procura fixar construções da língua nativa, através das falas das personagens e do discurso do narrador, buscando acentuar a cabo-verdianidade do Arquipélago. Utilizando-se de palavras do crioulo (*mantenhas, codê, léu-léu, milho-aliado*, respectivamente, *saudações, filho mais novo, chuva fina, milho-pipoca*), e de formas sintáticas, que representam ruptura aos modelos tradicionais:

*Maria, você diga Pitra para ter cuidado com as cabras  
para não estragar planta no Trás de Pico, No Daisy  
mando vocês umas pranchas para um portal novo.  
(1986, 11)<sup>10</sup>*

Baltasar Lopes torna-se pioneiro no espaço africano de língua portuguesa. Bem mais tarde é que os angolanos Luandino Vieira e Boaventura Cardoso vão construir suas narrativas com tais infrações.

Na década seguinte, um novo grupo de intelectuais lança a revista *Certeza* (1944), sob influência do neo-realismo português e brasileiro, *prestando um novo tom de consciencialização à cena cultural-literária*. (Russell Hamilton, 1984: 125)<sup>11</sup>. Mas a revista, com dois únicos números, não publicou textos em crioulo, como o fizera *Claridade*. O novo grupo, pensando mais em termos ideológicos do que regionais, não se orientou pelas fontes populares, nem se voltou para a redescoberta da terra. Arnaldo França informa, no entanto, que o poema *M crebo*, de Rodrigo Pires, pronto para sair no n.º 2 da revista, teria sido cortado pela censura (Cf. *Voz di povo*, 5/11/77).

Após *Certeza*, as obras literárias continuaram a registrar expressões da fala e da sintaxe regionais. Nas narrativas de Manuel Ferreira, por exemplo, tais usos contribuem, sem dúvida, para conduzir o leitor a um contexto situacional identificado com a realidade do Arquipélago. Confirmam-se, a seguir, alguns exemplos de *Hora di Bai*, romance cujo tema central é a grande seca de 1943, que dizimou milhares de cabo-verdianos:

*Marido dela embarcou num veleiro e ninguém mais viu  
ele. Dias-há chegou nhô Tomás e me disse: Vá para Soncente. (1972: 16)*

O pronome pessoal subjetivo como objeto direto é comum, tal como ocorre na linguagem coloquial do Brasil. A expressão *dias-há* significa *há muito tempo*; em Boa Vista usa-se *dizá*,

*Hora di bai? Bô cré bá comigo?*

*Não sejas disparatente.*

*Bô é tracolança, menina (1972: 18)*

O pronome *vós* se diz *bô*, e passa a ser empregado na 2ª pessoa do singular, conforme já foi mencionado por nós. *Disparatente* significa *disparatado* e *tracolança*, *doidivanas*, *mulher da vida*.

*“Noite de Mindelo é sabe e silenciosa, canta o tropeiro”.* (p.51).

*Um dia, ou antes, há tempos, pela tardinha, estava ele nesta sabura.* (p.52)

*Sabe* significa *gostosa*, *deliciosa*; *sabura*, *gostosura*. Para B. Lopes. assenta-se, talvez, no verbo *saber*, no sentido de *ter sabor*, provindo da expressão: *isto sabe bem*, de que se teria isolado a forma verbal, portadora da idéia básica. (1984:148) O verso *Noite de Mindelo é sabe e silenciosa* pertence ao tropeiro popular Bêléza.

*Estou com graça de uma coisinha. É minha cachupinha guisada, disse nha Venância.* (p.62)

*Estou com graça = tenho vontade*; *nha* provém de *senhora*, possivelmente por intermédio de *senhara*, que também se ouve no Arquipélago. (B. Lopes, 1984:134).

Mais recentemente a produção literária tem sido estimulada com textos inteiros em crioulo, buscando traduzir, com fidelidade, o universo sociocultural do Arquipélago. Dentre os poetas citamos: Ovídio Martins, autor de *Caminhada* (1962), parte em crioulo e Kaoberdiano Dambará, autor de *Noti* (1964), poemas de protesto e de combate.

Luís Romano, que rejeita a expressão crioulo por lhe parecer pejorativa, espera ser possível a língua cabo-verdiana tornar-se oficial e unificada, abrangendo todo o Arquipélago. Em 1973 publica no Brasil *Lzimparin/Negrume*, em edição bilingüe: em português e em crioulo de Santo Antão, sua ilha natal, constituindo-se a primeira experiência em livro, do Arquipélago. Mais tarde, sua *Ilha* (1991) terá algumas narrativas também na modalidade de Santo Antão e outras na de Santiago. Muito atuante como letrado, atualmente morando em Natal (RN), Luís Romano vem elaborando um dicionário que deverá intitular-se *Definições Semânticas do Idioma Caboverdiano*, contando já com mais de 2.200 termos referentes ao grupo de Barlavento.

Em prosa crioula, temos também a obra romanesca *Oju d’Agu* (1987), de Manuel Veiga. Autor de ensaio *Crioulo em foco - problemática duma escrita* (*África* 6: 73-75), onde trata dos aspectos lingüísticos, sociolingüísticos e político-econômicos do crioulo, propõe a unificação da escrita, *embora ato de violência, mas o caminho mais viável para a valorização duma língua falada, quando muito, por um milhão de pessoas e num país com fracos recursos econômicos.*

É também digno de nota o papel que representou, na década de 70, Sérgio Frusoni nos meios públicos de comunicação - Rádio Mindelense -, com crônicas em crioulo, que alcançaram sucesso pelo estilo jocoso.

Logo após o 25 de abril, Jacinto do Prado Coelho, da *Colóquio/Letras*, solicitou a escritores e estudiosos portugueses e africanos que se manifestassem a respeito de *O futuro do português como língua literária em África*:

*Portugal encontra-se no momento crítico duma das grandes viragens da sua História: cinco séculos após os descobrimentos e a Conquista, inicia o processo de descolonização, empenhando-se em contribuir para que as antigas colônias edifiquem um futuro independente, digno e próspero. Mas a presença da cultura portuguesa permanece através da língua que lhe serve de veículo. Qual a sorte dessa língua em África, no domínio da produção literária?*

E acrescentava ser enorme tarefa:

*planear e desenvolver uma ação político-cultural para expansão e consolidação em África da língua comum, estudando e respeitando, ao mesmo tempo, como se verifica em relação ao Brasil, a personalidade e o estilo (inclusivamente lingüístico) de cada um dos novos países irmãos. (Colóquio/Letras, 21:5, 1974)*

O cabo-verdiano Antônio Aurélio Gonçalves, em seu depoimento, enfatiza não ser possível a substituição do português pelo crioulo, porque este não dispõe de características estéticas capazes de promover revoluções literárias, que não se improvisam de um momento para outro (1974:8).

Manuel Ferreira, por sua vez, considera que, em Cabo Verde, *um caso especial de aculturação e de bilingüismo literário*, os escritores, em sua maioria, se expressam literariamente em português, ainda que se verifique, modestamente, um ou outro surto dialetal, e acrescenta:

*Estamos em presença duma mestiçagem lingüística, não só na estrutura fonética como na morfológica, numa permanente desagregação da língua-padrão. (1984: 10-12)*

Enfim, todos os que responderam à questão proposta por Jacinto do Prado Coelho, quer encarando do ponto de vista lingüístico, quer, do ponto de vista sócio-cultural, destacam que a língua portuguesa, por uma razão ou outra, será a língua literária das cinco nações africanas.

Na sessão de abertura do *Colóquio sobre o Crioulo* (São Vicente, abril de 79), o então Ministro da Educação e Cultura, Dr. Carlos Reis, destaca o fator de identidade cultural e nacional do crioulo de Cabo Verde. Por outro lado, a Diretora Geral da Cultura, Dulce Almada Duarte, em intervenção a uma das sessões, menciona a necessidade de o crioulo ser introduzido no ensino básico, não excluindo, porém, o português, pois as duas línguas não se opõem, antes se complementam. Cremos que, na medida em que o ensino do crioulo se for concretizando, em nível de escola primária, pouco a pouco se formará um novo público leitor, o que, possivelmente, poderá motivar os escritores a que publiquem obras também em sua língua materna, como alguns já o vêm fazendo.

Recomendando a variante do Sotavento como língua-base, o *Colóquio* finaliza sugerindo ao escritor que *incentive o uso e prática do Crioulo como língua de produção literária*, e também que colabore com os lingüísticas para o estudo e aprofundamento de seus valores intrínsecos, *de forma a prevenir o seu desvirtuamento e garantir a sua pureza*<sup>12</sup>.

Acreditamos, no entanto, que as obras literárias cabo-verdianas, em sua maioria, continuarão a ser escritas em português, língua que se abriu a este novo espaço africano, modificando-se, mas conservando a sua unidade. Temos ali uma nova norma, na acepção de Coseriu, isto é, realização do sistema sob formas determinadas socialmente, norma que se vem ajustando à expressão literária, alimentando-se no coloquial do dia-a-dia.

*Em 1969 já dizia Almícar Cabral, um dos líderes da Revolução pela independência:*

*Temos que ter um sentido real da nossa cultura. O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo. (1975: 101)*

## NOTAS

- 1 - Os primeiros estudos sobre as línguas crioulas, em Portugal, são de 1880, por Adolfo Coelho: *Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América*, publicados no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Republicado com introdução e notas de Jorge Morais-Barbosa em *Estudos Lingüísticos crioulos*. Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1967, p. 1-234.

No final do século, Leite de Vasconcelos também se interessou pelos criou-

los portugueses, publicando *Dialectos crioulos portugueses de África: contribuições para o estudo da dialectologia portuguesa*, na *Revista Lusitana*, V. 1897-99, 241-261.

As publicações mais recentes são: *O dialecto crioulo de Cabo Verde*, por Baltasar Lopes da Silva. Lisboa, Imprensa Nacional, 1957. Há uma edição fac-similada pela Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, de 1984; *Cabo verde, contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago*, por Dulce Almada Duarte, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961; *Sincronia e diacronia nos sistemas vocálicos do crioulo caboverdiano*; *Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert e Sobre a natureza dos crioulos e a sua significação para a lingüística geral*, por Herculano de Carvalho, em seu *Estudos Lingüísticos*. Coimbra, Atlântida, 1969, v.2, p. 5-73; *A situação lingüística de Cabo Verde e Guiné Bissau: português e crioulo frente a frente*; e *Será o crioulo de Cabo Verde um continuum?* por Celso Cunha, em seu *Língua, Nação, Alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p. 73-106.

- 2 - *cachupar* prato da culinária à base de milho, alimentação básica de Cabo Verde. Para Luís Romano, o termo teria sido derivado do ambundo *cachupa*, palha de milho para cigarro. Para o seu preparo, esmaga-se o milho no pilão, retira-se o farelo no balaio de tenter, cozinha-se com feijão ou fava, toucinho, hortaliça, chouriço, etc., conforme as posses da pessoa.
- 3 - *cuscuz* prato muito usado no Arquipélago. Faz-se de milho ou de mandioca e é cozido com o vapor d'água.
- 4 - A obra de Baltasar Lopes *O dialecto crioulo de Cabo Verde* exemplifica fartamente as transformações fonéticas, morfológicas e sintáticas. Contém, ao final, um amplo vocabulário do crioulo das ilhas.
- 5 - *morna* substantivação da forma feminina do adjetivo (*morna*), designando poesia, música e dança típica de Cabo Verde. Segundo Jaime de Figueiredo, *a morna perde-se no emaranhado das condições do processus aculturativo através dos acidentes do povoamento das ilhas; a gênese da canção crioula. E sem embargo da diversidade de circunstâncias de meio ecológico variado, por todo o arquipélago a mesma forma musical floresceu, em dada altura, ajustado o ritmo e a letra às peculiares nuances da psicologia popular.* (1970; 317-8)
- 6 - *finançons* ou *finaçons* danças e cantigas típicas da ilha de Santiago. Figuram como epígrafe do romance *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, os seguintes versos de uma *finançon* de Santiago:

*Corpo, qu'ê nêgo, sa ta bai.../coraçom, qu'ê fôrro, sa ta fica. (O corpo, que é escravo, vai.../o coração, que é livre, fica.)* Estes versos exprimem, liricamente, o dilema do cabo-verdiano: *partir*; por razões de sobrevivência; *fi-*

car, para agarrar-se a sua terra e encontrar ali sua razão de ser.

- 7 - *crechéu* de *crê* + *chéu* significa *querer muito*; *chéu* provém do arcaico *cheo*.
- 8 - *morabezar* de *morabê amorável* + *eza*; modo afetivo, misto de gentileza e liberalidade; ânsia de convívio e de trato humano como resposta ao isolamento geográfico; afabilidade como compensação da aridez das ilhas.
- 9 - Para Teixeira de Sousa, com *Claridade* fez-se luz na literatura cabo-verdiana, afastada até aquele momento dos seus valores culturais; poetas e prosadores passaram a expressar a autenticidade das ilhas, uma espécie de pré-nacionalismo, que melhor revelava a realidade insular (*Cultura, A Semana IV*, Praia (Santiago) 18/10/93).
- 10- *Chiquinho* só foi publicado em 1947, mas segundo Manuel Ferreira, já estava pronto antes de 1940.
- A experiência de Baltasar Lopes, segundo M. Ferreira, foi muito além, criando textualmente uma terceira língua, *ejectando o crioulo na língua portuguesa* (*Prefácio Claridade*, 1986 . LXVIII).
- 11- Para Onésimo Silveira, a consciencialização caracteriza o acesso à consciência de aspectos da experiência excluídos da percepção consciente do sujeito, em *Consciencialização na Literatura caboverdiana*, 1963.
- 12- *A Semana* de Cabo Verde, nº 90, 15/02/93, informa que o filólogo alemão Jürgem Lang vem trabalhando há dez anos num dicionário e numa gramática do crioulo, que deverão ser publicados em 1997.

## BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail - *Questões de literatura e de estética*. 3 ed. São Paulo, UNESP, 1993.
- CABRAL, Amílcar - “Apontamentos sobre a poesia caboverdiana”. Vozes, Petrópolis, 1: 15-21, 1976.
- CARVALHO, José Herculano - “Sobre a natureza dos crioulos e a sua significação para a lingüística geral”. Em *Estudos lingüísticos*. Coimbra, Almedina, 1968, v.2, 5-73.
- COELHO, Jacinto do Prado (org.) - “O futuro do português com língua literária da África”. *Colóquio/Letras*, Lisboa, 21:5-16, set./74.
- CUNHA, Celso - *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1981.
- DUARTE, Dulce Almada - *Cabo Verde: contribuição para o estudo do dialecto falado em seu Arquipélago*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

- DUARTE, Manuel - "Caboverdianidade e africanidade". *Vértice*. Coimbra, 14:639-644, 1939.
- ELIA, Sílvio - *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo, Ática, 1989.
- FERREIRA, Manuel - *Aventura crioula*. 2 ed. Lisboa, Plátano, 1973.
- *No reino de Caliban*. Lisboa, Seara Nova, v.1, 1975.
  - *O discurso no percurso africano*. Lisboa, Plátano/1989/.
  - *Hora di Bai*. 3 ed. Lisboa, Plátano, 1972.
  - *Prefácio*. Em *Claridade*. Linda-a-Velha (Portugal), ALAC, 1986, p. XIII-XCVIII
- FIGUEIREDO, Jaime - "O sentido da morna e das coladeiras". *Revista de etnografia*. Porto, 20: 317-320, 1970.
- LOPES, Baltasar - *O dialecto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa, Casa da Moeda, 1984.
- *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*. Praia (Santiago), 1956.
  - *Chiquinho*. São Paulo, Ática, 1986.
- MORAIS-BARBOSA, Jorge - (org, intr. e notas) - *Estudos lingüísticos crioulos*. Lisboa, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1967.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá - *Prólogo*. Em LOPES, Baltasar - *O dialecto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa, Casa da Moeda, 1984.
- ROMANO, Luís - "Cem anos de literatura caboverdiana: 1880-1980". *África*. São Paulo, CEA/USP, 7: 38-56, 1984; 8: 25-49, 1985.
- "A língua caboverdiana". (xerocópia enviada ao I Encontro de Centros de Estudos Portugueses do Brasil - CEP/FFLCH/USP, set./1993).
- SILVEIRA, Onésimo - *Consciencialização na literatura cabo verdiana*. Lisboa, Casa dos Estudantes do Império, 1963.
- SOUSA, Teixeira de - "Da Claridade à Clarividência". *Cultura*, A Sema-na. Praia (Santiago), 125, 18 out./1993.
- Colóquio sobre o crioulo - África*. Lisboa, África Ed, 5: 563-570, 1979.

\*\*\*

## SOBRE UM POEMA DA MODERNA LITERATURA ANGOLANA

Leodegário A. de Azevedo Filho  
UFRJ

Salvato Trigo, no livro *Luandino Vieira, o logoteta* (Porto, Brasília Editora, 1981) escreve, na p. 72:

Não restam dúvidas, portanto, de que, em Angola, especialmente na região etnolingüística do Kimbundu, onde ficam Luanda e o Dondo, o bilingüismo era diluído pelo aparecimento dum discurso mestiçado e de tessitura não forçada, forjado a partir de cedências mútuas lexicais, fonológicas e sintáticas.

No Brasil, diversamente do quadro acima descrito, nunca houve qualquer espécie de “discurso mestiçado”, havendo apenas empréstimos de adstrato, sobretudo durante o período de bilingüismo das Entradas e Bandeiras do século XVII. Queremos dizer: as palavras de origem indígenas passavam por um processo de adaptação fono-morfológica para entrar no léxico do português do Brasil, eliminando-se a língua dos índios em proveito da língua dos colonizadores, que afinal estava definitivamente implantada na América a partir do século XVIII. Em África, o bilingüismo persistiu e persiste até hoje, diluindo-se num “discurso mestiçado”, como acima indicou o autor citado. A propósito, em 1948, observe-se que os jovens da geração de “Vamos descobrir Angola!”, ao que pensamos, não chegaram a pregar nenhum movimento de regresso cego e radical às origens primitivas da negritude, como se isso fosse possível, eliminando-se assim todo o longo processo cultural e multissecular da colonização. O que certamente pregaram, e com certa sabedoria, foi o regresso ao mundo da angolidade, em termos puramente culturais. Nesse sentido, Salvato Trigo, em livro há pouco citado, lembra que o poema “Sô Santo”, de Viriato da Cruz, “pode ser justamente visto como o modelo textual e discursivo da moderna literatura angolana, anunciada pela geração de “Vamos descobrir Angola?”. (op. cit. p.77). No poema, claramente se exprime uma forma própria de mestiçagem cultural, criando-se assim uma língua literária também mista. Vejamos o poema, bem exemplificativo desse discurso literário mestiçado:

*Sô Santo*<sup>1</sup>

Lá vai o sô Santo...  
Bengala na mão  
Grande corrente de ouro, que sai da lapela  
Ao bolso... que não tem um tostão.

Quando o sô Santo passa  
Gente e mais gente vem à janela:<sup>2</sup>  
– “Bom dia, padrinho...”  
– “Olá...”  
– “Beça<sup>3</sup> cumpadre...”  
– “Como está?...”  
– “Bom-om di-ia sô Saaanto!...”  
– “Olá, Povo!...”

Mas por que é saudado em coro?  
Por que tem muitos afilhados?  
Por que tem corrente de ouro  
A enfeitar sua pobreza?...  
Não me responde, avó Naxa?

– “Sô Santo teve riqueza...  
Dono de musseques<sup>4</sup> e mais musseques...  
Padrinho de moleques e mais moleques...  
Macho de amantes e mais amantes,  
Beça-nganas<sup>5</sup> bonitas  
Que cantam pelas rebitas<sup>6</sup>:

“Muari-ngana<sup>7</sup> Santo  
dim-dom  
ual’o banda ó calaçala<sup>8</sup>  
dim-dom  
chaluto<sup>9</sup> mu muzumbo<sup>10</sup>  
dim-dom...”

Sô Santo...

Banquetes p’ra gentes desconhecidas  
Noivado da filha durando semanas  
Kitoto<sup>11</sup> e batuque p’ro povo cá fora  
Champanha, ‘ngaieta<sup>12</sup> tocando lá dentro...  
Garganta cansando:

“Coma e arrebenta  
e o que sobrar vai no mar...”

“Hum-hum  
Mas deixa...  
Quando o sô Santo morrer,  
Vamos chamar um kimbanda<sup>13</sup>  
Para ‘Ngombo<sup>14</sup> nos dizer  
Se a sua grande desgraça  
Foi desamparo de Sandu<sup>15</sup>  
Ou se é já própria da Raça...”

Lá vai...

descendo a calçada  
A mesma calçada que outrora subia  
Cigarro apagado  
Bengala na mão...  
... Se ele é o símbolo da Raça  
ou vingança de Sandu...  
(*Poemas*, 1961)

O texto do poeta angolano Viriato da Cruz (Angola, 1928 - Pequim, 1973) exemplifica bem o aqui denominado discurso mestiçado, como produto de um contexto também de mestiçagem cultural, de que aliás Sô Santo é uma figura simbólica. Como se vê, o poema não está propriamente empenhado em regressar às primitivas origens da negritude, eliminando as influências da colonização. O seu empenho consiste em regressar ao próprio mundo cultural africano, para resgatá-lo em sua forma histórica. Houve tempo em que as personagens, como Sô Santo, tiveram um papel importante e definido na sociedade angolana, sendo mesmo respeitadas pela população. A esse propósito, observa Salvato Trigo, na p. 80 do livro acima referido, que o poeta, “sibilamente”, terminou o poema “com uma disjunção altamente significativa”. E cita os versos:

“... Se ele é o símbolo da Raça  
ou vingança de Sandu ...”

E prossegue Salvato Trigo, na mesma página 80:

A distinção contida nestes dois versos constitui como que uma chamada de atenção aos angolanos, a fim de que eles meditem no que aconteceu com Sô Santo.

Ou seja: o leitor terá que optar por uma entre duas alternativas. A primeira é a de ascensão social, simbolizada no poema por expressões como “grande corrente de ouro”, “dono de musseques e mais musseques”, “banquetes p’ra gentes desconhecidas”, “noivado da filha durando semanas”, “champanha”, etc. E a segunda de decadência visível, com a figura de Sô Santo a *descer* a calçada, que outrora *subia*, com charuto na boca, mas agora *desce* com cigarro apagado e sem um tostão no bolso...

Mas quais seriam os motivos que levaram Sô Santo a uma situação de ruína?

Para a resposta, após a morte de Sô Santo, o povo chamará um kimbanda (médico-adivinho, curandeiro, exorcista, mago ou profeta) para dizer se a desgraça do velho (outrora figura importante e poderosa) adveio por “desamparo de Sandu / Ou se é já própria da Raça...” Portanto, o povo vai buscar na própria cultura a resposta para a indagação feita ou para as causas responsáveis pela ruína de Sô Santo. Tal atitude, como é evidente, indica o caminho a seguir na busca de soluções para os problemas angolanos – sejam individuais ou nacionais – dentro da própria cultura do mundo africano.

E por que Sandu, como espírito protetor do povo, se teria vingado de Sô Santo?

A resposta está claríssima no poema: porque Sô Santo, ao adotar hábitos estranhos e até incompatíveis com a sua origem e com a sua formação culturais, deixando-se assimilar pelos hábitos e costumes estrangeiros, acabou atraindo a ira ou vingança dos deuses, que se viram preteridos por ele, como traidor de sua gente. Ou seja: Sô Santo teria sido assimilado, de forma alienante, pela cultura estrangeira do colonizador, transformando-se assim num símbolo negativo ou um herói trágico-cômico, para jamais ser esquecido pela memória do povo. Como se fosse um europeu, Sô Santo só tirou proveitos para si próprio da terra africana, não apenas como “dono de musseques” (quarteirão de barracos habitados por negros na periferia da cidade), mas também prostituindo a mulher africana, ao se tornar “macho de amantes e mais amantes, / Beça-nganas (sentido de moças solteiras que ainda pediam a bênção aos mais velhos) bonitas.” Mais ainda: assimilando hábitos europeus dos colonizadores, Sô Santo organizou “banquetes p’ra gentes desconhecidas”; discriminou os seus autênticos irmãos étnicos, a quem enganou orgulhosamente, pois deu “ao povo cá fora kitoto (variedade de cerveja feita de milho) e batuque”, enquanto “lá dentro” bebia champanha com os seus convidados especiais ou gente estrangeira. Portanto, a alienação é que destruiu Sô Santo, não havendo assim qualquer motivo para se pensar seja ele “o símbolo da Raça” que, por fatalidade, estaria destinada sempre a “descer a calçada”.

Como se vê, historicamente, o poema recria uma época sócio-cultural, misturando níveis de língua num discurso bivalente que, segundo Salvato Trigo, em livro já aqui citado, “acompanha os dois momentos – poético e histórico – em que o texto se resolve.” Eis os dois momentos:

*Primeiro:*

Muari-ngana Santo  
 dim-dom  
 ual’ o banda ó calaçala  
 dim-dom  
 chaluto mu muzumbo  
 dim-dom...

*Segundo:*

Lá vai...  
 descendo a calçada

A mesma calçada que outrora subia  
 Cigarro apagado  
 Bengala na mão...

Na primeira estrofe, interpenetram-se dois sistemas lingüísticos: o kimbundu e o português, africanizando-se as palavras da língua portuguesa por adaptações fono-morfológicas. Veja-se: *calçada* (=calaçala) e *charuto* (=chaluto). Como se verifica, aqui não são as palavras africanas que se incorporam ao léxico português por adaptações fono-morfológicas. Ao contrário: as palavras portuguesas é que se amoldam fono-morfológicamente à língua africana. Com efeito, a passagem de “calçada” a “calaçala” se explica por epêntese da vogal /a/ e por assimilação regressiva do /d/ ao /l/, já que a estrutura vocabular do kimbundu (sempre cvcv..., consoante + vogal/, consoante + vogal...) rejeita a combinação ccv, existente em *calçada*.

Quanto às correspondências isotópicas existentes no poema, ainda na primeira estrofe, temos a figura de Sô Santo *subindo a calçada* (= ual’ o banda ó calaçala); e, na segunda, tem-se: *descendo a calçada*. Na primeira estrofe, Sô Santo aparece de *chaluto mu muzumbo* (=charuto nos lábios ou na boca), como símbolo de prosperidade; mas, na segunda, vemo-lo de *cigarro apagado*, como índice de decadência ou ruína. Na verdade, há aqui pares opositivos que indicam, alternadamente, fartura e miséria. Veja-se: *subir a calçada / descer a calçada*; e *charuto nos lábios ou na boca / cigarro apagado*. Com isso, o poeta parece sugerir – tomando a figura de Sô Santo como símbolo – a própria alteração sofrida pela sociedade angolana em face da colonização portuguesa. Eis o que, a propósito, escreve Salvato Trigo:

Viriato da Cruz mostra-nos essa transformação numa perspectiva bidimensional, isto é, não apenas ao nível do texto onde o *subir a calçada* ou a ascensão social dos *filhos do país* deu lugar à *descida da calçada* ou à perda de importância social e de direitos de cidadania, mas também ao nível do discurso, ao nível da expressão lingüística: no tempo em que Sô Santo podia “subir a calçada” o povo “cantava pelas rebitas” [rebitas é o mesmo que *baile* ou *feira*] numa linguagem onde o kimbundu e o português se casavam sem complexos, se angolanizavam; agora, que ele a desce, o português normativo impõe-se. Nesta transformação da linguagem, nesta mudança do discurso crioulo para o discurso genuinamente português, terá o poeta querido marcar todo esse período de europeização insensata que Angola

suportou a partir do nosso século até ao fim do domínio colonial. A introdução da estrofe em expressão lingüística, no poema *Sô Santo*, significará o desejo por parte de Viriato da Cruz de evidenciar, como o fez, por exemplo, em *Makézù*, que a literatura angolana deverá retomar um discurso que pudesse representar a situação cultural e sociológica de Angola, onde o “mundo africano” tinha desenvolvido, durante os séculos XVI, XVII, XVIII e parte do XIX, uma linguagem angolizada, tradutora do estado de aculturação que a colonização não dirigida tinha conseguido estabelecer em várias “ilhas” do território, nomeadamente nas zonas litorâneas de urbanização, conforme vimos. (op. cit. p. 86).

Como é sabido, depois da colonização “não-dirigida”, intensificou-se, sobretudo no início do nosso século, a colonização francamente “dirigida ou sistemática”, com todo um processo de assimilação cultural ou de portuguesamento dos angolanos, nesse processo incluindo-se: a criação do Liceu Salvador Correia, em 1919, entrando em vigor o ensino secundário oficial; a publicação de jornais defendendo o sistema e a superioridade cultural do mundo europeu; a proibição, por Norton de Matos, do ensino das línguas nativas de Angola nas Missões, a não ser para fins de catequese; a ocidentalização dos veículos de difusão cultural, como o cinema e o teatro; a construção arquitetônica à maneira européia; e o *asfalto* como índice de riqueza das cidades, em contraste com a miséria dos musseques e das sanzalas<sup>16</sup>, tudo isso ocorrendo para a valorização crescente da colonização portuguesa em detrimento do mundo africano. Daí se conclui que o poema de Viriato da Cruz, implicitamente, contém uma crítica amarga aos que forçaram a transformação de uma sociedade africana numa sociedade européia, alienando as pessoas por um intenso processo de assimilação e pondo na marginalidade todos aqueles que se opusessem a isso. E aqui, de novo, recorreremos à exegese de Salvato Trigo: “*Sô Santo* evoca essa transformação, ao mesmo tempo em que invoca o mundo angolano que a precedeu e a que a geração do “*Vamos descobrir Angola!*” deseja *regressar* para, a partir dele, construir uma literatura capaz de traduzir, como dizia Agostinho Neto, “a melodia crepitante das palmeiras / lambidas pelo furor de uma queimada.” (op. cit. p.86)

Sem dúvida alguma, houve muita gente “assimilada”, a exemplo de *Sô Santo*. Mas também crescia enormemente a massa marginalizada, que falava o “pretoquês” (dialeto crioulo), num discurso mestiçado que adaptava o sistema lingüístico do português ao sistema das línguas africanas, sempre falado nos musseques e nas sanzalas, espécie de dialeto crioulo, montado

na lei do menor esforço e da analogia. Daí surgiu o conceito de *decalque* como a tendência que tem o aloglota em adaptar às estruturas de sua língua materna os elementos advindos da língua estrangeira. Inversamente, na língua falada pelos “assimilados” e também na língua literária, a penetração de elementos das línguas nativas ou maternas na estrutura da língua portuguesa, de forma perfeitamente compreensível, nunca deixou de verificar-se. A propósito disso, conclui Salvato Trigo: “a *diglossia*, que a língua portuguesa suporta sem grandes conflitos, é o preço que ela teve de pagar, enquanto língua de diáspora.” (op. cit. p. 88). E, na mesma página, acrescenta: “É essa adaptabilidade, essa ductilidade da língua portuguesa, que se presta a *exertrias* e *nativizações*, deixando-se mestiçar com um certo à-vontade e sempre dentro dos limites da *língua*, que dilui o *drama lingüístico* que as outras línguas de colonização provocaram.”

No texto acima transcrito, observe-se que o termo *diglossia* foi empregado de modo discutível, ou como variantes da mesma língua (Ferguson). Na verdade, aqui nos parece que se deva falar em simples *bilingüismo*, ou seja, a capacidade que tem um indivíduo de usar duas línguas distintas, no caso a angolana e a portuguesa, como se ambas fossem maternas, optando por esta ou por aquela em função do momento social em que se encontra. Portanto, tal capacidade é diferente da que possa ter um indivíduo de falar e de escrever uma língua estrangeira (diglotismo) ou várias línguas estrangeiras, em casos de poliglotismos. Seja como for, a interpenetração de sistemas lingüísticos, tanto nos casos naturais de bilingüismo, como nos casos de *diglossia* ou *poliglossia*, gerando as deformações dos discursos mestiçados ou híbridos, no fundo, o que faz é gerar diferentes formas de dialectação. Se a língua de base for a portuguesa, para ficarmos no exemplo angolano, os termos da língua materna serão tomados de empréstimo, com naturais adaptações fono-morfológicas. Ou seja: há um processo de aportuguesamento, como ocorreu no Brasil com palavras de origem indígena, em geral referentes à fauna e à flora, e também com palavras de origem africana ou mesmo de outra procedência, todas elas se incorporando ao léxico do português da América. Mas se, ao contrário, for africana a língua de base, nela penetrando, por empréstimo lingüístico, os termos da língua portuguesa, o que se vai ter é um processo de africanização do português. Além disso, há os dialetos crioulos, que se formam no seio de populações analfabetas e que resultam da interpenetração de sistemas lingüísticos diferentes, com deformações recíprocas de formas de expressão, e redução flexional, numa situação nunca inteiramente estável, de tal forma que se tornam, muitas vezes, ininteligíveis para os falantes de uma mesma região. Em síntese, dentro de qualquer sistema lingüístico, há sempre duas forças: uma agregadora e outra desagregadora. A primeira responde pela unidade e permanência da língua, enquanto a segunda responde por sua desintegração ou modificação. Quando a primeira

força, a agregadora, sobrepõe-se à segunda, que é a desagregadora, o sistema permanece o mesmo em sua unidade. Quando as duas forças se equivalem, o sistema permanece numa situação de equilíbrio dinâmico. Mas, se a força desagregadora se sobrepuser à força agregadora, é claro que o sistema se desarticulará, fragmentando-se a língua. No caso do português de Angola, como no caso do português das demais nações africanas que integram o mundo lusofônico, parece de alta conveniência manter – ou envidar esforços nesse sentido – sempre em situações de equilíbrio as duas forças acima indicadas.

Com efeito, a flexibilidade e plasticidade da língua portuguesa, amoldando-se à necessidade de expressão de povos etnolingüisticamente distintos, graças à ductilidade com que se deixa usar, atingem limites que seriam insuportáveis por outras línguas, de tal forma que as literaturas africanas dificilmente poderiam ser expressas em qualquer outra língua de colonização, sem graves prejuízos. Como o texto aqui nos mostra, o povo colonizado apoderou-se da língua portuguesa para dominá-la e até africanizá-la, na construção de uma língua literária independente de Portugal. Em outras palavras, fundamentalmente, a *langue* parece a mesma, mas já é outra a dinâmica da *parole*. No caso, o que vai importar é a construção de uma estética literária africana, perfeitamente capaz de exprimir, numa língua de cultura, no caso a portuguesa, o sentimento profundo do povo, diante da grandeza e da precariedade da própria condição humana.

Sobre os conceitos de *bilingüismo* e *diglossia*, teríamos que ir muito longe. No caso em tela, ainda que se possa admitir o conceito de *diglossia* – como faz Salvato Trigo – preferimos o uso do termo *bilingüismo*, como propriedade das nações africanas de língua portuguesa em poder usar o português, como língua oficial, e a língua nativa, normalmente, em emprego oral. Ou seja: há o uso alternativo, segundo os meios ou as situações, de duas línguas bem diferentes. No caso de *diglossia*, uma das duas línguas – no caso das línguas nativas e o português – teria um *status* sócio-político inferior. Teria Salvato Trigo empregado o termo também nesse sentido? Seja como for, tais conceitos são discutíveis. Mas é certo que as duas línguas em causa, a portuguesa e a nativa africana, não são do mesmo *status*, pois o português é uma língua de cultura, para usarmos uma expressão de Antônio Houaiss. Nesse sentido, teria razão Salvato Trigo em empregar o termo *diglossia*, como me observou Sílvio Elia.

## NOTAS

- 1 - Observe-se que, na expressão *Sô Santo*, tem-se a redução de *Senhor a Seu* e, depois, a *Sô*. E *Santo* é forma apocopada de *Santos*, eliminando-se o -s final por força da estrutura vocabular da língua nativa, igual a: consoante + vogal, consoante + vogal... (cvcv...).
- 2 - Em “vem à janela”, a sintaxe é puramente portuguesa. Na língua popular do Brasil, ouve-se freqüentemente: “vem na janela”.
- 3 - *Beça* = *bênção*.
- 4 - *Musseques*. Quarteirão de barracos habitados por negros na periferia da cidade.
- 5 - *Beça-nganas*. A palavra composta tem o sentido de “moças ou raparigas solteiras que ainda pediam a bênção aos mais velhos. Ingênuas.”
- 6 - *Rebitas*. O mesmo que “festas ou bailes”.
- 7 - *Muari-ngana Santo*. O Senhor Santo.
- 8 - *Ual’ o banda ó calaçala*. O mesmo que “subir a calçada”. Em *calaçala*, há *calçada*, com epêntese do /a/ e assimilação regressiva do /d/ ao /l/, para adaptar o termo português à estrutura vocabular da língua africana.
- 9 - *Chaluto*. Troca do /r/ pelo /l/, por lambdacismo, deformando-se a pronúncia do vocábulo.
- 10- *Mu muzumbo*. Nos lábios ou na boca.
- 11- *Kitoto*. Bebida popular fermentada, semelhante à cerveja, mas feita de milho. Consumida pelos pobres.
- 12- O termo ‘*ngaieta* designa um instrumento musical semelhante à nossa *harmônica*.
- 13- *Kimbanda*. O mesmo que médico-advinho, curandeiro, exorcista, mago ou profeta.
- 14- *Ngombo*. Deus da verdade.
- 15- *Sandu*. Espírito ou divindade protetora do povo.
- 16- *Sanzalas*. Povoado ou aldeia de gente pobre, na periferia da cidade. No Brasil, o termo é *senzala*, com dissimilação do /a/ e com outro sentido: habitação dos negros (escravos) ao fundo da Casa-Grande dos Senhores.

\*\*\*

## PORQUE A COMUNIDADE

Sílvia Elia  
UFF

Pode-se datar o surgimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de 1 de novembro de 1989, quando, em São Luís do Maranhão, com a presença do Presidente de Portugal, Dr. Mário Soares, e do Brasil, Dr. José Sarney, foi desfraldada a bandeira da união luso-afro-brasílica. A institucionalização deveria dar-se no dia 28 de junho de 1994 em Lisboa, mas os percalços do Destino não permitiram que assim ocorresse. O falecimento inesperado de pessoa da intimidade familiar do presidente brasileiro, Dr. Itamar Franco, frustrando-lhe a presença no ato de fundação, acarretou a suspensão do encontro. Infelizmente até o momento nenhuma outra data foi fixada<sup>1</sup>. Esperemos, contudo, que, confirmando a sabedoria do antigo ditado lusitano de que "Deus escreve certo por linhas tortas" – frase que o consagrado filósofo francês, Jacques Maritain, gostava de repetir –, estejam os arcanos celestes costurando uma confraternização da lusofonia em grande estilo.

Das razões da implantação dessa Comunidade é que venho aqui falar-vos. Talvez não seja esta a hora nem o lugar de fazê-lo, pois o pressuposto é que disso já estejamos todos convencidos. Sem dúvida, mas o nosso intento é pôr de manifesto os dados irrecusáveis que a tornam um imperativo de nossa presença, senão mesmo sobrevivência na madrugada deste terceiro milênio tão carregado de aflições.

A Comunidade traz como viga-mestre de sua estrutura a lusofonia, isto é, a *língua portuguesa*. Essa a lição dos fatos. As línguas históricas, também impropriamente chamadas "línguas naturais" quando se quer opô-las às "línguas artificiais", como o esperanto, quiçá a mais conhecida, se realizam sob duas direções: a *sincrônica* e a *diacrônica*. Sincronicamente se situam na linha da expressão/comunicação, a primeira – expressão –, predominantemente individual, a segunda – comunicação –, marcadamente social.

---

<sup>1</sup> O ato constitutivo da Comunidade deu-se finalmente em Lisboa, no dia 17 de julho do corrente ano de 1996.

Acautelemo-nos, contudo, de privilegiar o lado social em detrimento do individual, como tem sido vezo fazê-lo, em virtude da primazia atribuída ao fator social pelos que investigam o caminhar dos povos, através de lentes tingidas de um tirânico economicismo. Isso levou o famoso e apresentador brasileiro de espetáculos televisivos a criar um rifão que logo se tornou sucesso: "Quem não se comunica se trumbica".

Vale esse dito como uma advertência. *Pragmático* significa na técnica lingüística o uso da linguagem como forma de ação, como uma espécie de intervenção na consciência do Outro, por conseguinte como algo que se realiza no espaço social, entendido aqui como o espaço da intersubjetividade. Trata-se de um tipo de retórica realizada em nível de coloquialismo, portanto uma Retórica do popular. A língua, porém, tem ainda outra dimensão, que se verifica no espaço histórico. É a língua enriquecida através dos tempos, pelo gênio e talento de seus escritores, pelo saber acumulado de seus cientistas e tecnicistas, pela sabedoria de seus filósofos e pensadores. Visa não diretamente ao Outro, mas a *Si-mesma*, ao alimento da mente e do espírito. É a *língua de cultura*, que se distingue, sem negá-la, da *língua pragmática*. Ora, o grande valor da língua portuguesa, no espaço da lusofonia, é ser exatamente essa língua de cultura, que dá acesso imediatamente às fontes do conhecimento, sejam elas nativas ou estrangeiras. É o veículo indispensável para o progresso e um antídoto para a barbárie.

Historicamente é o português uma *língua de cultura* e não simplesmente uma *língua veicular*, alargando-se o sentido da expressão, para incluir a língua usada pelos falantes da mesma comunidade com finalidades meramente de prática comunicativa. E é essa a língua de cultura que coroa a unidade dos povos lusófonos, esta é também para nós brasileiros, parafraseando verso célebre, "a glória que fica, eleva, honra e consola".

A cultura de que aqui falamos é aquela que vai buscar suas raízes no velho e ubérrimo solo greco-romano. Redigamos uma vez mais: "Qui nous délivrera des grecs et des romains?". Essa cultura greco-romana, depurada de suas origens pagãs, foi a que o Cristianismo medieval iria batizar e seria recolhida pelo Renascimento, que se empenhará pelo retorno às formas clássicas, mas não ao seu conteúdo pagão. Com o Renascimento começa o mundo moderno, cuja contribuição original para a cultura do Ocidente foi a instituição da mentalidade científica em face dos fenômenos da natureza. No bruxolear do século XX, parece que o impacto cientificista vai esmorecendo, sem que ainda se lhe tenha encontrado sucedâneo.

Eis a cultura que, bem ou mal, modelou o mundo moderno e que aportou às terras de Santa Cruz com as naus cabralinas; é nela que fomos e estamos inseridos.

As línguas históricas apresentam, portanto, duas dimensões básicas, a sincrônica e a diacrônica, que se distinguem e se complementam. Distinguir para unir, como diziam os escolásticos. E, como ensina Coseriu, as línguas funcionam sincronicamente, mas se constituem diacronicamente. E, nesse *se constituem*, é que se fazem adultas as línguas de cultura. Relembremos, para o português, os cancioneiros medievais, a épica e a lírica do Quinhentismo, a prosa barroca do Seiscentismo, a renovação romântica, a rebelião naturalista. Alguns nomes apenas, e cimeiros: Camões, Vieira, Fr. Luís de Sousa, Bluteau, Tomás Antônio Gonzaga, Bocage, Garrett, Alexandre Herculano, Gonçalves Dias, Castro Alves, José de Alencar, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Fernando Pessoa, Carlos Drummond de Andrade, José Saramago. Não podemos deixar de acentuar o que significou a invenção da imprensa no sentido da expansão da escritura em face da oratura, se quisermos falar com Houaiss. Cria-se assim o patrimônio cultural das nações, preservados em livrarias e bibliotecas e, atualmente, em outras formas de registro da fala humana. Exatamente nesse patrimônio é que assentam as línguas de cultura, como o português.

Saliente-se que, ao contrário do que pregava o naturalismo lingüístico do século passado e até princípios deste, as línguas históricas não tendem ao fracionamento. A esse respeito, permito-me transcrever algumas linhas do que disse em artigo publicado em 1961, na *Revista de Portugal*, sob o título de "Raízes portuguesas da alma brasileira". Afirmava então: "Ora, o que a história nos demonstra não é uma tendência para a crescente multiplicação dos idiomas e sim para a formação de poucos idiomas comuns, ou seja, de *línguas de cultura*." Notou-o otimamente Otto Jespersen: "Quero chamar a atenção para o fato de que a doutrina corrente da forte tendência para a multiplicação das línguas não passa em certa extensão, de uma ilusão de ótica, decorrente do hábito de contar *línguas* e de pensar nelas como se existissem independentemente dos povos que as falam. Não há dúvida de que o mundo nunca foi mais densamente povoado de que nos dias presentes. Em épocas anteriores, quando havia o escandinavo comum, o românico comum (latim), o eslavo comum... e assim por diante, havia apenas magra população para falar algumas dessas línguas" (*Mankind, Nation and Individual from a Linguistic Point of View*, 44-45). E acrescenta: "Somente o espanhol (na Espanha e na América) é falado por maior número de pessoas do que as que falavam latim quando o Império Romano governava o mundo, e o mesmo se pode dizer para o francês e o italiano". Pôde, portanto, Jespersen concluir: "O maior e mais importante fenômeno da evolução das línguas nos tempos históricos tem sido a formação de grandes línguas nacionais comuns – o grego, o francês, o inglês, o alemão, etc. – as línguas-padrão que expulsaram, ou estão a caminho de fazê-lo, os dialetos locais puramente condicionados por

fatores geográficos". Até aqui Jespersen, e agora intervenho: Seria estranho que o português fosse exceção. Na verdade, como fôra de esperar, não o é. Ao contrário, os acontecimentos históricos inclinam-se no sentido da ampliação da comunidade lingüística portuguesa, ou seja, da constituição de um padrão normativo supranacional que englobe todos os países nos quais a língua portuguesa goze do *status* de língua oficial.

Um passo firme nesse sentido é o da unificação ortográfica, senão imediata (entre Portugal e Brasil tivemos um século de separação ortográfica), pelo menos de sucessivas *aproximações ortográficas*. Auspiciosa notícia é a da recente aprovação pelo Senado da República do Acordo firmado em Lisboa, em outubro de 1990, com a presença de delegações dos sete países de língua oficial portuguesa. Da parte brasileira, o grande artífice foi o nosso companheiro e eminente filólogo Antônio Houaiss, que abriu os trabalhos vespertinos de nosso Simpósio com o saber e a competência que lhe são inerentes. Oportuno, portanto, ouvir o que disse Antônio Houaiss em livro de 1991: "A unificação da ortografia não implica a uniformização do vocabulário da língua: pelo contrário, respeitando-se as *pronúncias cultas* de cada país, passa-se a admitir duplas grafias, embora as regras ortográficas sejam as mesmas para todos os países signatários do Acordo" (*A Nova Ortografia Portuguesa*: 13). E pouco adiante: "O novo Acordo privilegia o critério fonético em detrimento do etimológico, ou seja, é o critério de pronúncia que justifica a existência de grafias duplas e a supressão das consoantes "mudas" ou não articuladas" (p.15).

Cabe aqui desfazer certos equívocos ou incompreensões que se têm levantado em torno do Projeto em vias de se converter em Lei. É preciso enfatizar: nada se altera, nem no respeitante ao léxico nem à gramática, nem à pronúncia. Cada um vai continuar a usar a língua como sempre fez. O que muda é a escrita e assim mesmo parcialmente, ou seja, o que muda é a forma gráfica convencional de representar os sons da língua dentro do sistema alfabético, que é o de todos os povos do Ocidente. Disse intencionalmente sons *da língua* e não *da fala*, porque esta contém variantes regionais, sociais e até individuais que, se acolhidas, tornariam impraticável qualquer tentativa de padronização. A ortografia de uma língua de cultura visa a sistematizar a escrita segundo os padrões da norma dita culta, que é a que tem maior extensão no tempo e no espaço e maior representatividade social. Demais esse padrão, porque se situa no nível fonológico, como o caracterizam os lingüistas e não no estritamente fonético, não inibe as variedades correntes de pronúncia. Dou um exemplo: todos escrevemos *menino*, mas, com essa forma gráfica, podemos pronunciar *mênino*, *mínino*, *mênino*, *m'nino*. O importante é isto: a palavra semântica é sempre a mesma.

No campo gramatical, ou morfossintático, a coisa é ainda mais simples. Em que é que a ortografia altera, p. ex., construções como a brasileira *estou me vestindo* em face da portuguesa *estou a vestir-me*? Em nada, é óbvio. Quanto ao léxico, nem há o que discutir. Por acaso porque em Portugal se diz *autocarro* e no Brasil *ônibus*, passaremos nós, os brasileiros, a dizer *autocarro* e os nossos irmãos portugueses a usar *ônibus*? E, se voltarmos à pronúncia, que é o lado mais candente da questão, recordemos que a supressão das consoantes ditas mudas em nada influenciará no timbre de certas vogais tônicas. Pequeno exemplo: a grafia *adotar* por *adoptar* levará os portugueses a pronunciar *adôtar*, com *o* fechado, em vez de *adòtar*, com *o* aberto, como vinham fazendo? Nada disso, pois, como adverte o Prof. Malaca Casteleiro, já assim a pronunciavam os portugueses antes de aprenderem a escrever a palavra. E ninguém irá corrigir essa pronúncia. A supressão do trema, praticamente discutível, sem dúvida também não é feita para alterar a pronúncia; *tranquilo*, sem trema, não passará a *trankilo*. Os casos duvidosos é que continuarão sem resposta gráfica.

Concluído o intermezzo ortográfico, voltemos à rota do que poderia chamar "o destino da língua portuguesa na virada do século". Com Jespersen, constatamos o espaço cada vez maior ocupado pelas línguas de cultura, ao contrário do que pareceu a alguns lingüistas do passado. A situação evoluiu no sentido apontado por Jespersen, isto é, no da ampliação do raio de influência cultural das nações mais poderosas política e economicamente. Os chamados meios de comunicação de massa – imprensa, telefonia, rádio, televisão – se apossam dos espíritos culturalmente despercebidos, neles inoculando traços de vivências desenraizadoras. Daí a preocupação que surge, com a definição e defesa da identidade cultural. Os meios de comunicação de massa são cada vez mais poderosos e hoje se avolumam graças principalmente à invasão eletrônica dos ares. Os computadores já constituem uma rede internacional da qual se valem, como sempre, os bons e os maus. Se colaboram entre si, também se guerreiam, e os petardos de ontem são os vírus de hoje. Atualmente são os computadores a via dominante de comunicação a distância. O encontro face a face vai desaparecendo e tudo tende a resolver-se por meio de recursos tecnológicos. O homem se posta mudo ante o computador e a máquina fala por ele. Estaremos diante de um processo de desumanização, em que o herói é o super-homem, o robô da última geração? E que dizer da engenharia genética que nos ameaça com seres vivos programados?

Recentemente estive entre nós o futurologista norte-americano Alvin Toffler, autor de um *best seller* (passe o anglicismo) publicado na década de 80, sob o título *A Terceira Onda*. Para Toffler, o mundo teria passado por três ondas (mais uma filosofia da História trifásica), sempre de base tecnológica:

a primeira teria sido a agrícola, a segunda a industrial e a terceira, em que nos achamos, a da inteligência artificial. Não sei se esta é a terceira, quarta ou quinta, mas certamente é a última. Toffler foi entrevistado pelo *Jornal do Brasil* (ed. de domingo 09/04/95). É dessa entrevista que vamos pinçar algumas afirmações:

"Não só o Banco Mundial e o FMI, como também a ONU, a OTAN e todas as instituições da Segunda Onda estão obsoletas."

"É preciso criatividade para que inventemos novas formas de relação política para a Terceira Onda. A Internet, por exemplo, possibilita uma forma de comunicação nunca vista na história da humanidade."

"O que assevero é que o modelo da Segunda Onda, da busca da mão-de-obra barata, está chegando ao fim. As empresas americanas tornavam-se mais competitivas transferindo suas fábricas para países onde a mão-de-obra fosse mais barata. Investir nesse modelo é se prender ao passado. Aquele tipo de trabalho já é feito por robôs. Para ter espaço no mundo da Terceira Onda é preciso investir em mão-de-obra especializada e em tecnologia."

"Digo apenas que as novas tecnologias tornam possível que boa parte do trabalho seja feita em casa. Nos Estados Unidos, 54% das pessoas têm computadores em casa. Cerca de 30 milhões de pessoas realizam parte ou todo o seu trabalho em casa."

Isso significa que as pessoas tendem a isolar-se do mundo, inclusive do mundo familiar, presas que ficam ao fascínio da *cabine eletrônica*. Tal isolamento não irá concorrer para a despersonalização do ser humano? Nesse ponto, Toffler é otimista, o que me parece discutível. E assim opina: "A possibilidade de produzir em casa permite que se ganhe o tempo do transporte e se eleve a produtividade. Mas isso deve significar mais tempo para o lazer e para a família e não a ocupação do espaço da casa pelo trabalho".

Curiosamente está-se dando um fenômeno oposto ao relatado no *Gênesis* conhecido como o episódio da Torre de Babel. A diversidade das línguas é bíblicamente então apresentada como punição pelo Senhor, depois do Dilúvio, aos descendentes de Noé, por terem orgulhosamente pretendido erigir uma torre que, de tão alta, chegasse ao céu. A confusão das línguas deveria ser tal, que nem sequer os mais próximos se entenderiam entre si. Hoje, porém, se atingirem o ápice da língua universal computadorizada, os homens ficarão isolados, cada qual enclausurado em sua cabine eletrônica.

Mas Babel tinha razão. A humanidade partida é um mal, não é um bem. Os homens, todos os homens, são essencialmente iguais, mas se diferenciam acidentalmente, quer pela natureza, quer pelo espírito. Pela natureza, em razão das diferenças raciais ou corporais; pelo espírito, em função

dos valores culturais adquiridos por herança histórico-social. Temos aqui as diferenças étnico-culturais. As culturas, porém, não são impermeáveis: podem intercambiar valores e cada uma pode e deve haurir de outra aquilo que melhor conduza à humanização do homem. Este o sentido humanista e não determinista das culturas. Tudo quanto uma cultura possua de seu que não contrarie a eminente dignidade da natureza humana tem direito de ser preservado (nesse sentido, p. ex., a antropofagia não pode ser havida como um *valor* cultural). No tempo os homens se realizam através da cultura, entendida em sentido antropossocial. Cabe, portanto, investigar os fundamentos de nossa identidade cultural. Não é difícil concluir que a cultura em que estamos embebidos é a que nos veio da Antigüidade greco-romana, cristianizada nos tempos medievais. Podemos denominá-la cultura judaico-cristã-greco-romana. Dentro dessa larga moldura cultural, já temos de nos posicionar no âmbito do território da cultura latina, ou latinidade. E ainda aí havemos de giziar uma *cultura ibérica* e, mais restritamente ainda, uma *cultura lusitana*. É a esta especificamente que pertencemos, portugueses, brasileiros, países africanos de língua oficial portuguesa. Essa cultura, com particularizações eventuais, está na língua, na literatura, na religião, nos padrões morais, no comportamento social. São valores permanentes que, com esta ou aquela adaptação, esta ou aquela vertente, não deixam de constituir os traços básicos da cultura latino-cristã impregnada na alma lusitana. Creio que, pelo menos, um traço irredutível não lhe pode ser negado. Quando tive o privilégio de ensinar na Faculdade de letras, na Universidade de Lisboa, em momento em que a guerra fria, e não só esta, opunha o mundo da Liberdade ao mundo da Igualdade., tive oportunidade de dizer aos meus alunos: "Sente-se aqui a falta de um terceiro termo, o mundo da Fraternidade, que supera e engloba os dois primeiros. A mensagem desse mundo de Fraternidade foi a missão destinada ao povo português, que, singrando mares nunca de antes navegados, deu ao mundo novos mundos, aos quais sempre chegou como descobridores e colonizadores, jamais como conquistadores. E essa herança de fraternidade é também a do povo brasileiro, que nunca se empenhou nem se empenhará em guerras de conquista, aborrece a xenofobia e rejeita qualquer tipo de discriminação racial. A meu ver, o sentimento de fraternidade é o traço essencial da cultura lusitana e a ausência ou empalidecimento de tal sentimento é o grande vácuo de que padece este mundo finissecular. No terceiro milênio só entraremos íntegros e confiantes, se as barreiras dos ódios, do revanchismo, das ideologias de lutas forem levantadas.

Um último aspecto da relevância da institucionalização da Comunidade dos países de língua portuguesa quero ainda sublinhar.

Referia-me há pouco ao homem moderno, isolado na cabine eletrônica, mas falando a linguagem universal do computador. Transforma-se assim

num ser despersonalizado, alimentado com os ingredientes da máquina e não com os sabores de sua vida espiritual. A essa onda de despersonalização cabe opor vigoroso movimento de repersonalização, se me permitem a palavra. Por conseguinte, se não quisermos soçobrar na massa informe da geléia geral dos números robotizados, teremos de afirmar e renovar os valores culturais em que a História nos inseriu. O que fez a cultura lusíada para modelar o mundo em que vivemos não preciso agora rememorar. Além de desnecessário, inteiramente inútil, pois o nosso Brasil é testemunho vivo dessa audaciosa façanha de se dar ao Mundo Novos Mundos com que os argonautas portugueses abriram as portas dos Tempos Modernos.

É para essa cruzada cultural que nos convoca o Embaixador José Aparecido de Oliveira e que o seu apelo não caiu no vazio é prova o estar ecoando agora mesmo neste salão douto e seletto. Para aqui viemos e daqui sairemos felizes por termos dado mais um passo decisivo no sentido da constituição e consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

\*\*\*

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

REVISTA DE LETRAS, vol. 35, São Paulo, 1935.

A *Revista de Letras* é o órgão cultural da Universidade Estadual Paulista/UNESP. A colaboração do presente número está distribuída nas seguintes partes: *Apresentação*, *Literatura e História*, *Temas Livres*, *Resenhas*. O tema central do presente número, como consta da *Apresentação*, assinada pelo Prof. Aguinaldo José Gonçalves, é “Literatura e História”. A *Revista* contém ainda um índice de Assuntos, de grande utilidade para pesquisadores, um de Autores e um terceiro de Resenhas. Do presente número consta apenas uma resenha, da lavra da professora aposentada do Campus de Araquarada, Guacira Marcondes Machado, e dedicada ao livro *Letras Francesas*, da autoria de Fúlvia M. L. Moretto.

Agradecemos a remessa e desejamos longa e frutuosa vida à *Revista de Letras*.

\*

REVISTA PHILOLOGUS, ano 2, núm. 4, janeiro/abril de 1996.

A presente revista é publicação do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Compõem o número os seguintes artigos: *A gramática do pobre*, de Salatiel Ferreira Rodrigues; *Contribuição do espanhol ao léxico português*, de Alfredo Maceira Rodríguez; *Contribuição árabe na formação do português*, de José Pereira da Silva; *Discurso e publicidade*, de Maria Antônia da Costa Lobo.

A revista é modesta, ainda não impressa, mas, por isso mesmo, digna de louvores, ainda mais por ser testemunho de que a Filologia, apesar do que dizem, continua em pleno vigor.

\*

LUMEN, revista de estudos e comunicações, vol. II, núm. 4, São Paulo, junho 1996.

*LUMEN* é uma publicação das Faculdades Associadas Ipiranga, sediada em São Paulo, SP e dirigida por Mons. Dr. Roberto M. Roxo. Consta de

*Artigos* (oito), *Comunicações*, *Resenha e Noticiário*. Os assuntos quase sempre dedicam-se à área de estudos sobre pedagogia, administração escolar, matéria sociopolítica. No Editorial, o Prof. Waldemar Valle Martins ressalta que “O n° 4 de LUMEN indica vontade de vencer, apesar das dificuldades ligadas à conjuntura nacional” E mais: “As páginas desta despretenhosa revista registram trabalhos e depoimentos de quem ainda acredita que é preciso trabalhar, refletindo, propondo, denunciando”. Estamos na mesma trincheira.

\*

UNIVERSA, vol. 04 junho 1996 2 (7°).

*UNIVERSA* é o órgão cultural da Universidade Católica de Brasília, sediada em Taguatinga. Consta o presente número das seguintes partes: *Editorial*, *Perfil*, *Ensaio* (Educação, Filosofia, História, Informática, Língua Portuguesa, Literatura, Psicologia), *Resenhas*. No que diz respeito à língua portuguesa, área própria de nossas atividades, há somente um artigo, de Hildo Honório Couto, sobre “Aquisições silábicas em português”. De Literatura são os seguintes os trabalhos: “O pulso ainda pulsa: caminhos da moderna poesia brasileira”, por Danilo Lobo e Hilda Lontra e “A influência francesa no Modernismo Brasileiro... ou, há influência francesa no Modernismo Brasileiro? Mário de Andrade/Apollinaire, Oswald de Andrade/Blaise Cendrars”, por Marie-France Depêche.

Com artigos de excelente nível, está de parabéns a Universidade Católica de Brasília.

\*

REVISTA PORTUGUESA DE FILOLOGIA, vol. XX, 1992-1995.

Esta veterana e valorosa publicação do Instituto de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra teve no Doutor Manuel de Paiva Boléo o seu grande inspirador e executor. Ainda o presente número foi planejado por esse eminente catedrático coimbrão e o teria concluído (tarefa de que se encarregou a atual Comissão de Redação da Revista), não fôra a fatal visita da indesejada das gentes. Todos os artigos (é a tradição da Revista) são selecionados entre os melhores, bastando citar alguns dos nomes já consagrados no campo dos estudos lingüísticos: Yakov Malkiel (“Vocalic gamus and the history of the weak preterit tense”); Clarinda de Azevedo Maia (“Minorias lingüísticas e sociolingüísticas”); José Gonçalo Herculano de Carvalho (“Structuralism and Post-Structuralism.

Common sense for the future”); Maria José de Moura Santos (“A origem de *mocho banco* e o seu campo morfo-semântico”). A professora Clarinda de Azevedo Maia escreveu também um *In memoriam* do Doutor Paiva Boléo e o Prof. Dieter Kremer outro, homenageando o pranteado Dr. Joseph M. Piel.

Há várias recensões críticas, a saber: Timo Riiho, Lauri Juhani Eerikäinen, *Crestomatia Iberorrománica. Textos paralelos de los siglos XIII-XVI*, por Evelina Verdelho; Paul M. Lloyd, *Del latin al español. I. Fonología y morfología historicas de la lengua española* (versão espanhola da 2ª ed. do original inglês), por Evelina Verdelho; *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, editado por Günter Holtus, Michael Metzeltin e Christian Schmitt, vol. VI, 2: *Galegisch, Portugiesisch*, Tübingen, Max Niemeyer, 1993, longa recensão de Maria José de Moura Santos; *Zur Entstehung und vergleichenden Typologie der Relativpronomina in der romanischen*, Tübingen, Max Niemeyer, 1993, de Elmar Schafroth por Mário Vilela; *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics 1991- Linguistics and Language Pedagogy: The State of the Art*, Washington, Georgetown University Press, 1991, de James E. (organizador), por Júlio Taborda Nogueira, em longa recensão; *Novo dicionário de provérbios: português, espanhol, francês, italiano, romeno*, 158 p., Lisboa, Fim de Século Edições, 1992, de Micaela Ghitescu, por Ana Cristina M. Lopes; *Portuguese Literature from its origins to 1990*, Metuchen, N. J. & London, The Scarecrow Press, 1994, de Hugo Kunoff, por Osvaldo Silvestre; *Aufsätze für portugiesischen Kulturgeschichte*, vol. 20, Dietrich Briesemeister, Hans Flasch e Karl-Hermann Körner, organizadores, Munique, 1993, por Peter Hanenberg; *Vom Bilde des Absoluten. Grunzüge der Phänomenologie Fichtes*, Berlim, Walter de Gruyter, 1993, de Wolfgang Janke por Manuel Augusto Rodrigues.

Julgamos de alto interesse esta breve relação das recensões, porque demonstram a riqueza das contribuições que se vêm fazendo no exterior a respeito da cultura românica em geral e da portuguesa em particular.

\*

LETRAS & LETRAS, vol. 12, núm. 1, Jan./Jun. 1996.

Chega-nos às mãos mais um número dessa prestigiosa revista da Universidade Federal de Uberlândia-MG. Consta de 12 artigos dos professores Ana Rosa Leonel (*A leitura em língua estrangeira como fator de desenvolvimento e diversificação de estratégias metacognitivas*), Arnaldo Cortina (*Algumas leituras de O PRÍNCIPE de Maquiavel: da Renascença até nossos dias*), Betina Rodrigues da Cunha e Silva (*Manuel Bandeira: um poeta da modernidade*), Débora Cristina Mantelli Baghin (*A motivação para apren-*

*der língua estrangeira - inglês - na interação em sala de aula*), Erotilde Go-reti Pezatti (*Relevo, discurso e tipos de textos*), Isabel Aparecida de Souza Stamato (*Estudo dos nomes abstratos de acordo com a gramática de valên-cia*), Lília Maria Eloísa Alphonse de Francis (*The significance of slave nar-rative: themes and formal points of view in the development of black literature*), Luiz Carlos Costa (*Drumond e o dicionário*), Jorcelina Queiroz de Azambuja e Maria Célia Cence Lopes (*O poder da palavra ou "O tempo de reflexão" em o MONOGRÁTICO, de Octávio Paz*), Sílvia Helena Barbi Cardoso (*Reabilitando a referência: do sistema lingüístico ao discurso*), Valdeci Rezende Borges (*Literatura e pesquisa histórica*).

Número denso de estudos sobre temas de grande interesse para a área a que se destinam.

\*

MÁTHESIS, Miscelânea em honra de Monsenhor Celso Tavares da Silva, Viseu 1996.

*Máthesis* é revista da Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Letras, de publicação anual. O volume está dividido em três partes temáticas: I - Palavras de homenagem a Mons. Celso Tavares da Silva; II - Línguas, Literaturas, Culturas e História; III - Pedagogia e Didática. Os artigos são numerosos e infelizmente não dispomos de espaço para relacioná-los. Apenas, por estarem mais próximos da nossa área de estudos, faremos breve referência a alguns: *A historicidade do encontro com o passado*, por Jorge de Alarcão; *O romance no século XIII - a propósito do maravilhoso no LIVRO DE JOSÉ DE ARIMATEIA*, por Ana Cristina Almeida; *Penas de índio: a representação do "brasileiro" na arte portuguesa*, por Maria Aparecida Ri-beiro; *Histoire d'un voyage en la terre du Brésil, de Jean de Léry*, por Ana Fernandes; *Vozes de cultura clássica na lira de Manuel Bandeira: da cidade de Ciro à utopia de Pasárgada*, por Sebastião Tavares de Pinho.

A presença da Universidade Católica Portuguesa na cultura universi-tária de seu país é significativa realidade de auspiciosa renovação espiritual.

\*

Benedek Elemér Vidos, *Manual de Lingüística Românica*. Rio de Ja-neiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1996. Tradução de José Pereira da Silva e revisão técnica de Evanildo Bechara e Marlit Ca-valcante Bechara.

Na hora em que os estudos históricos e comparados voltaram a interessar a investigação universitária, cabe-nos aplaudir a iniciativa da tradução desse clássico da Romanística e do interesse da Eduerj em pô-lo ao alcance dos estudantes brasileiros. Embora se trate de um livro que já correu mundo no seu original holandês e, mais amplamente, nas suas traduções italiana, espanhola e alemã, e não encerre, pela idade, os resultados das pesquisas mais recentes, a verdade é que o *Manual* de Vidos oferece ao leitor de hoje o substancial do progresso experimentado pela Lingüística Românica dentro do enfoque clássico; graças à erudição e informação do seu Autor, não se trata de mera enumeração de conceitos e fatos da disciplina, mas da exposição desses conceitos e fatos à luz de uma rigorosa e permanente análise crítica, amparada por uma extraordinária leitura da bibliografia especializada.

A tradução deste *Manual*, por iniciativa do saudoso Serafim da Silva Neto, deveria já ter saído tão logo depois da tradução italiana em 1960; mas assim não quiseram os fados. Por feliz iniciativa do Prof. José Pereira da Silva e pela adesão da Eduerj, resgata-se essa dívida com o público universitário brasileiro. A presente tradução vem enriquecida de uma biografia escrita pelo discípulo mais querido e chegado ao mestre Vidos, o Prof. Dr. Maxim. P.A.M. Kerkhof, catedrático da Universidade Católica de Nimega (Holanda), que desde cedo apoiou com entusiasmo a iniciativa brasileira para que a obra de seu professor pudesse ser mais amplamente divulgada entre nós.

\*

Francisco Gomes de Matos. *Pedagogia da Positividade. Comunicação Construtiva em Português*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

O Prof. Dr. Francisco Gomes de Matos, titular da UFPE e conhecido pelos seus estudos lingüísticos, se tem notabilizado entre nós como o baluarte de uma campanha de visão humanística e ética em prol dos direitos humanos no campo da linguagem traduzidos no "amor ao próximo lingüístico", e alicerçados no que o Autor chama Pedagogia da Positividade, que almeja o princípio de que "comunicar bem em português é comunicar-se para o bem".

O livro compõe-se de ensaios quase todos publicados na *Revista Ave Maria*, da Congregação dos Missionários Claretianos, São Paulo. Divide-se em três partes: Pedagogia da Positividade e uso da língua portuguesa (17-52), Comunicação humanizadora (55-84), Outras percepções e ações positivas (87-124) e uma Conclusão (125-127) que está sintetizada nas linhas finais do trabalho: "À medida que nossos filhos e netos se eduquem para o

*Pensar / Falar / Comunicar-se bem* como um *Pensar / Comunicar-se para o bem* (pessoal, comunitário etc), estaremos promovendo um mundo mais justo, mais solidário, mais harmonioso" (p.127).

Fazemos votos no sentido de que o Prof. Dr. Francisco Gomes de Matos prossiga nessa jornada humanizadora do ensino de línguas.

\*

Othon M. Garcia. *Esfinge Clara e Outros Enigmas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

Numa bela apresentação gráfica, sai agora a 2ª ed., com prefácio de Antônio Houaiss, dos seis ensaios estilísticos desse extraordinário e sensibílíssimo leitor crítico que é Othon Moacyr Garcia, ensaios que de há muito estão esgotados: *Esfinge clara – palavra puxa palavra em C. Drummond de Andrade*; *Luz e fogo no lirismo de Gonçalves Dias*; *A janela e a paisagem na obra de Augusto Meyer*; *A página branca e o deserto*; *Cobra Norato – o poema e o mito*; *Exercício de numerologia poética: paridade numérica e geometria do sonho num poema de Cecília Meireles*.

Sem dar asas largas à imaginação alucinante, preso à justa possibilidade de sentido que o texto põe ao leitor, OMG nos vai desvendando a mensagem do artista por meio da desconstrução das unidades lingüísticas com a mesma curiosidade e paciência com que a criança procura desmontar seu brinquedo pelo simples prazer de compreender como ele funciona.

Seus estudos têm um misto de artista e de professor, porque, penetrando, com seu saber e sua intuição, a mensagem do outro artista, procura-nos ensinar como se deve ou como se pode ler uma obra literária. É o mesmo didatismo que está, noutro campo da sua atuação, na já clássica obra *Comunicação em prosa moderna*, da Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Os ensaios estilísticos que encantaram e tanto ensinaram a uma geração de hoje homens feitos, continuarão agora tendo seu lugar de honra no meio dos jovens leitores – profissionais ou não – interessados em conhecer mais profundamente jóias de nossa literatura pela mão de um dos melhores mestres da crítica literária brasileira.

\*\*\*

## RESENHAS CRÍTICAS

TEIXEIRA, Lúcia. *As Cores do Discurso. Análise do discurso de crítica de arte*, col. “Ensaaios”, nº 02, Niterói, RJ, EDUFF, 1996. 242 p.

Em *As Cores do Discurso*, a Prof<sup>a</sup>. Dra. Lúcia Teixeira (UFF) analisa 45 textos de críticos de arte, publicados, nos anos de 1990 e 1991, nas revistas *Veja*, *Isto é*, *Galeria* e *Guia das Artes*, identificando-os quanto à data de publicação, nome do crítico e do artista contemplado (veja-se “Nota Prévia”, p. 13). Nos “Preparativos” (pp 15-25), a autora informa o tema do livro: “o mundo silencioso da pintura transformando-se no rumor da escrita” (p. 15), na busca do tom inter-semiótico que vem a caracterizar a relação entre a arte e os discursos que a examinam e que acabam por levar à massificação da opinião, que determina, por critérios de avaliação, a aquisição da obra de arte e, conseqüentemente, a sua produção (criação). Lúcia Teixeira focaliza a mídia, a crítica e o texto como “narrativa”, na qual e pela qual uma voz crítica, revestida de autoridade (saber), seleciona obras de arte, formando seus critérios de avaliação e seleção e firmando-os como indiscutíveis.

Com o suporte teórico da Teoria Semiótica do Texto, Lúcia Teixeira passa o pente fino nos textos da chamada crítica de arte. E o faz num texto excelente, preciso, enxuto, bom de ler até mesmo pelo não especialista. A autora de *As Cores do Discurso* levanta, registra e analisa termos e funções organizadas da sintaxe narrativa, as marcas, pistas e pegadas lingüísticas pelas quais persegue e desmascara a suposta isenção do crítico de arte, desvendando e revelando a imposição do gosto do mercado aos que produzem arte e dela buscam usufruir. Pela análise das recorrências e reiterações, levanta a autora o fio condutor que tece e alinha o texto invariante que subjaz/intrajaz nas aparentes variantes a denunciar a parcialidade existente na suposta imparcialidade das apreciações do discurso do crítico de arte. O percurso do sentido desse texto invariante é o que Lúcia desvenda, desvela e revela com o auxílio do suporte teórico da teoria semiótica do texto, com base em Greimas. Desse texto, pinça e expõe “um sujeito que narrativiza seu próprio percurso de enunciador, para qualificar-se como sujeito crítico” (p. 21).

*As Cores do Discurso* desmascara a relação entre arte, crítica e mercado, mostrando, em seus quatro capítulos como a crítica assegura o valor es-

tético de uma obra de arte para produzir e/ou confirmar seu valor como bem de consumo, o que induz ao “comprar para entesourar” (p. 223) e ao produzir para vender, capitalizar: a aquisição da obra de arte não por e para contemplação e fruição, mas para capitalização, “entesouramento”. No pregão dessa bolsa de valores, a determinar a cotação desta ou daquela obra, deste ou daquele pintor, o crítico de arte, com o poder e saber que lhe são conferidos, outorgados, induz ao gosto e ao gasto dos que adquirem obras de arte.

Lúcia mostra o efeito de objetividade e subjetividade que se depreendem nas “marcas formais” (formas pronominais e verbais, principalmente) a camuflarem a suposta parcialidade. A autora apresenta fragmentos de seu *corpus* de análise, deles destacando os elementos pelos quais se pode identificar a manifestação do enunciador no enunciado. Com isso, mostra a possibilidade de sistematização de alguns dos recursos utilizados, melhor seria dizer, talvez, manipulados, pelo crítico de arte, o que permite um mapeamento das formas de ocorrência do enunciador, e também do enunciatário, no enunciado.

As formas de 1ª pessoa não como sujeito da enunciação, mas como simuláctos, a criar a ilusão da relação de comunhão entre enunciador e enunciatário; o valor semântico dos verbos aliado à função sintática e semântica de seus determinantes, a estabelecer, na operação sintagmática, a constituição actancial de um enunciador em posição de superioridade em relação ao enunciatário (p. 123); a alternância entre persuasão e interpretação na sua ocorrência sintática (eixo horizontal) e paradigmática (eixo vertical), a gerar convencimento e adesão necessários à produção e recepção dos textos como objeto de sentido (p. 162), são alguns dos aspectos levantados e analisados por Lúcia Teixeira, expondo o texto “na sua grande marca discursiva”, o texto para “fazer crer”, “fazer fazer”. De forma leve, didática (não fôra ela professora), a autora apresenta, melhor, desmascara as diferentes estratégias persuasivas existentes, no seu caso de estudo, nos textos de crítica de arte. Mas o que Lúcia faz, na realidade, é desmascará-lo em relação aos textos do que se poderia chamar de jornalismo cultural e literário, de um modo geral, daí sua importância para quantos busquem aprimorar-se no estudo e ensino da leitura, produção e interpretação do texto como *escritura*, a dizer mais do que realmente se pensa ler, ou consegue ler, no aparentemente dito.

A autora apresenta igualmente as “embalagens” e “molduras” desses textos (fotografias e desenhos, igualmente portadores e reforçadores do sentido, bem como sua diagramação, titulação e ilustração), como reveladoras do perfil da revista, pelo qual se pode depreender o perfil de seu público leitor.

Em *As Cores do Discurso*, Lúcia Teixeira desvela, desmascara e revela o processo de criação de consumo, especificamente nas artes plásticas na contemporaneidade, influenciado, direcionado, avaliado, pelos chamados críticos de arte, cujo discurso se legitima pelo poder que lhes é conferido, outorgado, pelo e no mercado, que, por sua vez, é regido por regras de valor determinadas e impostas sutilmente na e pela aparente imparcialidade dos que julgam as obras de arte não mais vistas/tidas como “objeto de contemplação e fruição”, no dizer de Lúcia, mas como bem de consumo a ser “entesourado”. E Lúcia Teixeira o faz num texto “belo, profundamente belo, que se lê com deslumbramento”, diríamos repetindo José Luiz Fiorin (“Prefácio”, p. 12).

Hilma Ranauro

\*\*\*

## NOTICIÁRIO

Eugenio Coseriu doutor *honoris causa* em duas Universidades brasileiras.

O notável teórico da linguagem, mestre de boa parte da moderna geração de lingüistas espalhada pelo mundo inteiro, recebeu nos dias 22 e 28 de agosto último o título de doutor *honoris causa* outorgado pela Universidade Federal Fluminense e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, por proposta de Evanildo Bechara, titular de ambas as instituições.

Na UFF, o homenageado foi saudado por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, titular de Lingüística, que proferiu a seguinte *laudatio*:

Incumbência sobremodo honrosa a que me foi atribuída de saudá-lo neste evento acadêmico solene em que o senhor recebe o título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal Fluminense, por proposição inicial do Prof. Doutor Evanildo Bechara, então Professor Titular de Língua Portuguesa desta Universidade.

Na verdade, Prof. Eugenio Coseriu, desvanece-me saudar como o primeiro agraciado com tal dignidade acadêmica pela nossa Universidade no campo do estudo da linguagem um dos nomes de maior expressão da Lingüística contemporânea, cujos estudos, fato que não pode ser omitido, exerceram fundamental influência na formação de alguns docentes desta Casa.

Natural da Romênia, Professor Catedrático de Filologia Românica e de Lingüística Geral da Universidade de Tübingen (Alemanha), Prof. Coseriu fez os seus cursos universitários na Romênia e na Itália (Roma, Pádua e Milão). Doutourou-se em Letras pela Universidade de Roma e em Filosofia pela Universidade de Milão. Antes de se tornar professor em Tübingen (a partir de 63), esteve durante doze anos (51-63) na Universidade de Montevideú, onde, como Professor Titular de Lingüística Geral e Indo-Européia, escreveu alguns de seus estudos mais notáveis de teoria e metodologia lingüística, como *Sistema, norma y habla, Forma y sustancia en los sonidos del lenguaje, Sincronía, diacronía e historia*, entre outros, que alcançaram repercussão internacional e ainda hoje são freqüentemente mencionados, em vários países, em trabalhos sobre o fenômeno lingüístico. Já no início dos anos 60, Prof. Coseriu é professor convidado da Universidade de Coimbra, logo a seguir professor associado da Universidade de Bonn e Frankfurt. A

partir também dos anos 60, o lingüista de Tübingen passa a ser solicitado com frequência a ministrar cursos, de duração variada, em inúmeras universidades européias e latino-americanas. Seu nome e sua obra se projetam internacionalmente. Torna-se membro das mais conceituadas associações científicas, tendo sido presidente da Sociedade Lingüística Européia e da Sociedade Lingüística Românica; pertence à Sociedade Lingüística de Paris, ao Círculo Lingüístico de Nova Iorque, à Associação Fonética Internacional, ao Círculo Lingüístico de Praga, à Sociedade Italiana de Lingüística, à Real Academia Espanhola, à Academia Real da Noruega, à Associação de Lingüística e Filologia da América Latina, para citar apenas algumas dessas entidades. Recebe o título de doutor *honoris causa* por vinte e cinco universidades, entre as quais passa a constar agora o nome da nossa. Bucarest, Montevidéu, Tampere (Finlândia), Córdoba, Madri, Bolonha, Granada, Católica de Lima, Vigo, Salamanca, Sofia, são universidades, entre outras, que lhe outorgaram a mais alta honraria acadêmica.

Sobre sua obra, já me pronunciei, embora sucintamente, ao escrever o prefácio do seu ensaio sobre o primeiro gramático português, Fernão de Oliveira (1536), ensaio que a EDUFF publicou, em co-edição, em 91, com tradução, cuidadosamente revista pelo autor, da Prof<sup>a</sup>. Maria Christina de Motta Maia. Vou aqui agora, com base na leitura atenta de parte de sua produção científica, tentar dela depreender alguns aspectos que reputo da maior pertinência.

Começaria por assinalar a extensão de sua obra, certamente uma das mais produtivas e abrangentes que se conhecem no campo da Lingüística. Antonio Vilarnovo Caamaño, no levantamento que faz da bibliografia de Coseriu, de 1940 a 1986, chega a um total de mais de 200 títulos, entre livros, artigos, comunicações, resenhas, trabalhos escritos em várias línguas, incluídas nesse elenco as traduções que vários deles tiveram. Mas de 86 até hoje, a produção do Prof. Coseriu se ampliou consideravelmente, pois continua intensa a atividade do cientista que dedicou a sua vida ao estudo da linguagem. Da tradicional, considerada e sempre renovada Biblioteca Românica Hispânica, da Editorial Gredos, constam atualmente nada menos de dez obras suas, além de três outras já anunciadas: *Más allá del Estructuralismo*, coletânea de vários estudos reunidos em dois volumes, um segundo volume de *Tradición y Novedad en la Ciencia del Lenguaje* e o seu esperado trabalho sobre *Corrección Idiomática*. Da coleção da Gredos já consta um estudo competente sobre importante aspecto do seu pensamento lingüístico: *Lógica y Lenguaje en Eugenio Coseriu*, do já mencionado Antonio Vilarnovo Caamaño.

A extensão da obra de Coseriu, constata-se, cobre expressiva parte do campo da investigação lingüística: a fonética/fonologia, a gramática, a se-

mântica e a lexicologia; a história das idéias lingüísticas; o estudo da mudança e da variação lingüística; as relações da Lingüística com outras ciências; a tradução e a gramática contrastiva; a criação metafórica na linguagem e o estudo da linguagem poética..., revelando-se sempre um respeitável indo-europeísta e particularmente romanista.

Na análise da obra coseriana, não se pode deixar de assinalar, de início, o constituir-se ela um corpo de doutrina marcado por rara unidade de coerência teórica. Na verdade, esta unidade tem-se mantido através dos anos, desde os seus primeiros importantes estudos, nos anos 50, aos mais recentes, e nas suas reflexões sobre os mais variados temas: a semântica, a tradução, a mudança lingüística, a linguagem política... Tal abrangência possibilitou a Coseriu uma ampla visualização do fenômeno linguagem, o que ele tem chamado de *lingüística integral*, distinguindo claramente nela os vários saberes que pelo falar se manifesta, como o elocucional, o idiomático e o expressivo, os relativos à língua funcional ou à heterogeneidade lingüística, à técnica livre ou ao discurso repetido, à linguagem primária ou à meta-linguagem. Coseriu aponta duas posições equivocadas muito frequentes atualmente no estudo lingüístico: a parcialização, ou seja, a falta de uma visão abrangente dos vários saberes sobre o falar e, mais grave, a dogmatização da parcialização, quer dizer, tomar-se o que é apenas certo tipo de saber como o saber mesmo sobre o falar.

O conhecimento seguro e crítico das principais direções da lingüística atual, das limitações intrínsecas de cada uma com respeito à totalidade do objeto estudado, leva Coseriu a insistir na complementaridade e, portanto, na validade de cada uma dessas diversas direções. Para consubstanciar tal complementariedade prática, isto é, uma colaboração efetiva e profícua entre essas direções, propõe o nosso homenageado que os lingüistas devem ter consciência dos objetivos e limites da direção que adotarem e assim renunciarem às pretensões de exclusividade do enfoque escolhido, para alcançarem a ampla compreensão de que falam do mesmo fenômeno “linguagem”, mas de diferentes aspectos e planos.

A preocupação com a teoria lingüística faz Coseriu enveredar, com a sua fundamentação filosófica e sua admirável capacidade crítica, pela história da lingüística, revelando neste campo, como estudiosos de sua obra já salientaram, um traço fortemente característico do seu pensamento: o equilíbrio entre tradição e inovação. *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem* é título, lembremo-nos, de um de seus livros, em que reúne vários ensaios sobre as idéias lingüísticas de estudiosos de diversas nacionalidades e épocas. A sensação de novidade da lingüística atual, com as suas várias correntes, acentua Coseriu, é mais aparente do que real. A lingüística moderna, em sua colocação essencial teórica e descritiva, não é absolutamente

nova, antes retorna às suas tradições mais antigas (à Antigüidade, Idade Média e século XVIII). Trata-se, é verdade, reconhece Coseriu, de um retorno não declarado explicitamente, até mesmo por vezes ignorado pelos próprios lingüistas, inexistindo, na maioria dos casos, laços históricos efetivos, faltando uma tradição ininterrupta da Antigüidade à Lingüística atual e, em alguns casos, estes laços, se existentes, escapam a uma análise filológica. Além de importante teórico e filósofo da linguagem, vejo em Coseriu um dos mais abalizados mestres atuais da história das idéias lingüísticas.

No tocante à descrição da língua, adota Coseriu o estruturalismo funcional para o estudo da estrutura interna do que chama de “língua funcional”. Defende ele, na verdade, um estruturalismo dinâmico à maneira humboldtiana, não vendo um sistema lingüístico como um repertório acabado por completo, senão como um conjunto de possibilidades funcionais das quais umas realizadas e outras não. Assim, uma língua não é só o que se diz, mas o que se pode dizer enquanto tal língua. O essencial então na língua para o mestre de Tübingen é a sua capacidade de criação e recriação por parte dos falantes, a mudança contínua, a tensão entre inovação individual e norma.

Não posso nesta *laudatio*, quando o prof. Eugenio Coseriu recebe o título de doutor *honoris causa* pela nossa Universidade, que, com o outorgado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, são os primeiros que lhe são conferidos em nosso país, deixar de falar de sua relação com o Brasil. Radicado no vizinho Uruguai, Coseriu mantém contatos, nos anos 50, com alguns estudiosos brasileiros, como Antenor Nascentes, Mattoso Câmara, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Sílvio Elia. Foi nosso país o primeiro a ser por ele visitado, em 1957, durante a sua longa permanência no Uruguai, quando aqui proferiu palestra na Biblioteca Nacional sobre o então recente e luminoso ensaio *Sistema, norma e fala*. Foi também no Brasil que, em 1955, publica o seu primeiro artigo, fora do Uruguai, na prestigiosa *Revista Brasileira de Filologia*, dirigida por Serafim da Silva Neto – El plural en los nombres próprios – a que se seguiram mais dois importantes estudos, na mesma revista: *Logicismo e antilogicismo em gramática* (1956) e *Sobre el futuro romance* (1957). Ainda no final dos anos 50, já participa de congressos realizados em Porto Alegre e Salvador. É eleito membro correspondente da Academia Brasileira de Filologia. Coseriu torna-se conhecedor do nosso meio acadêmico e do que então se produzia em nosso país. Tal conhecimento, ele o evidencia em seu longo estudo, de 1968, *Panorama da lingüística ibero-americana* (de 40 a 65), em que dedica muitas observações e comentários críticos sobre o desenvolvimento dos estudos filológicos e lingüísticos entre nós nesse período. Algumas das obras fundamentais do ideário lingüístico de Coseriu foram traduzidas aqui no Brasil: *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral, Sincronia, Diacronia e História, O Homem e sua*

*Linguagem, Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem e Lições de Lingüística Geral*, além de alguns estudos monográficos.

Eugenio Coseriu é hoje um lingüista e um filósofo da linguagem a percorrer o mundo com suas obras, com seus cursos. É, pois, com orgulho, Prof. Dr. Eugenio Coseriu, que a Universidade Federal Fluminense, agora ao lado de vinte e quatro outras Universidades espalhadas por terras distantes, o recebe hoje como seu doutor *honoris causa*, pelo muito que o senhor tem contribuído para a compreensão da linguagem, fundamental para a definição e compreensão do homem. Afinal, são palavras suas, a linguagem é *logos*, apreensão do ser, e *logos intersubjetivo*, forma e expressão da historicidade do homem.

Carlos Eduardo Falcão Uchôa  
Universidade Federal Fluminense

Na UERJ, a primeira universidade de língua portuguesa a outorgar-lhe o título, foi o Prof. Eugenio Coseriu saudado por Evanildo Bechara:

Prof. Doutor Eugenio Coseriu,

Hoje é, sem dúvida, um dia de grande júbilo para esta Universidade e, em particular, para o seu Instituto de Letras, por vê-lo incluído honorificamente no quadro docente desta instituição superior de ensino e pesquisa. O júbilo por ter entre nós o mais credenciado teórico da linguagem, autor de quase três centenas de publicações do mais alto valor científico, entre livros e artigos estampados pelo mundo fora, em todas as línguas de cultura.

Nascido na Romênia, onde fez seus primeiros estudos secundários e onde começou o curso de Letras, prosseguindo-os em Roma e Pádua. Em Milão doutorou-se em Filosofia, foi professor catedrático na Universidade de Montevidéu e finalmente professor catedrático de Filologia Românica e Lingüística Geral da Universidade de Tübingen.

A UERJ é a 25ª Universidade que lhe outorga o título de doutor *honoris causa*: Bucareste, Montevidéu, Tampere (Finlândia), Córdoba, Münster, Madri, Bolonha, Granada, Católica de Lima, Nacional de Arequipa, Vigo, Salamanca, Sofia, entre outras. É membro de várias associações científicas, como a Sociedade Lingüística de Paris, Círculo Lingüístico de Nova Iorque, Sociedade de Lingüística Românica, de onde foi presidente, Círculo Lin-

güístico de Praga, Academia Real da Noruega, Real Academia Espanhola, Academia Brasileira de Filologia, Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro.

Estas titulações vêm coroar a obra deste inigualável teórico da lingüística, deste pensador profundo, que reconhece seu débito aos grandes mestres do pensamento universal, desde Aristóteles até Antonino Pagliaro, Antonio Banfi e Giovanni Maver, passando por Leibnitz, Hegel, Humboldt, Croce e Ferdinand de Saussure, Hermann Parl e von Gabelentz. É toda uma vida dedicada à leitura reflexiva, ao diálogo permanente e ao esforço de dar um passo à frente, original e extraordinariamente fecundo. Eugenio Coseriu é dos que pensam que todo modelo teórico traz sua contribuição e diverge daqueles que se enganam quando supõem que seu modelo é o modelo, paradigma para a ciência lingüística, que faz sombra e procura desprezar a toda uma tradição milenar.

Partindo do princípio de que distinguir é conhecer, Eugenio Coseriu soube mostrar o que aproveitar da filosofia da linguagem, da gramática tradicional, do positivismo e do antipositivismo, do estruturalismo e do funcionalismo, da gramática gerativa e da gramática cognitiva, da estilística e da pragmática, da análise do discurso e da lingüística textual, para constituir não uma ciência das línguas, mas uma ciência da linguagem, de tal maneira que a lingüística das línguas será uma das seções, justamente aquela em que vai operar o linguista.

Estribado na lição de Leibnitz segundo a qual “*Scientia, quo magis theorica, magis practica*”, apontou para os professores de língua materna o caminho a ser trilhado para o desenvolvimento de uma cabal educação lingüística; para os cientistas e os políticos da educação que critérios devem presidir a uma competente política lingüística. Esboçar uma *deontologia* lingüística como estudo da correção e da exemplaridade idiomática.

Nos seus trabalhos quase juvenis, traçou para sempre, no quadro teórico, as distinções de *sistema, norma e fala*, dando maior abrangência à dicotomia saussuriana de *langue e parole*. Na mesma linha de processo dialético de síntese das idéias então ventiladas na lingüística, pôs nos devidos termos os conceitos e os alcances metodológicos da distinção entre *sincronia e diacronia*, soube distinguir, com Menéndez Pidal, entre *gramática histórica estrita* (como estudo diacrônico de um só sistema idealmente homogêneo) e a *história interna da língua* (como estudo diacrônico de uma língua histórica) e, num passo mais à frente, chegou a interpretar a história lingüística (que contém as descrições sincrônicas) como efetiva lingüística integral. Suas distinções dos três planos da linguagem – o *universal*, o *histórico* e o *individual* – e das competentes atividades, saberes e juízos de valor, permitiram um melhor enquadramento das questões e falsas questões que

tem conhecido a teoria da linguagem, contribuindo, outrossim, para a conceituação extremamente fecunda do que chama *língua funcional*.

Pondo luz a uma confusão que já vem dos primórdios da reflexão lingüística que identificava o significado lingüístico com a realidade extralingüística, o *significatum* e os *designata*, explicitou Eugenio Coseriu os conceitos de *designação*, *significado* e *sentido*, extremamente operativos, entre outros domínios, no estudo estrutural e funcional do léxico, disciplina a que chamou *lexemática*.

Estes caminhos o levaram a uma renovadora e fascinante teoria da tradução.

Partindo do ponto de vista certo de que a linguagem não é imposta ao homem, mas o homem dela dispõe para expressão de sua liberdade criadora, historicamente condicionada, Eugenio Coseriu propõe inverter o conhecido postulado de Ferdinand de Saussure: em lugar de colocar-se no estreito limite da língua, o lingüista há de se colocar desde o primeiro momento no terreno do falar e tomá-lo como norma de todas as outras manifestações da linguagem. Isto porque o falar – incluindo-se aí sua determinação extralingüística e psicofísica – é muito mais do que a simples realização de uma língua particular, o simples conjunto de regras para construir frases corretas, como declara num dos seus últimos livros – *Competencia Linguística: Elementos da teoria do falar*.

Dono de um poliglotismo invejável, sedimentado pela leitura e reflexão dos teóricos da filosofia e da linguagem e conhecedor profundo do pensamento lingüístico antigo, medieval e moderno, vem Eugenio Coseriu elaborando, sem dogmatismo e com a objetividade absoluta que representa a norma intrínseca de toda ciência, por meio de um processo dialético, o arcabouço teórico com vistas a uma investigação da capacidade geral da expressão – inclusive uma lingüística esqueuológica (do grego *skéuos* ‘coisa’, ‘instrumento’) que nos mostre a contribuição do conhecimento geral das coisas a cada falar –, que o fará, sem sombra de dúvida, a mais autorizada voz da lingüística do século XX para a lingüística do século XXI, no entrelaçamento fecundo da tradição e da novidade. Diante de sua obra, os linguistas do futuro terão aquele guia seguro como Dante encontrou Virgílio no início da *Divina Comédia* e poderão repetir o que o poeta italiano aplicou ao autor da Eneida: “*Tu se’ lo mio maestro e ’l mio autore*” (I, 85).

No agradecimento, o homenageado começa por expressar sua gratidão à Romênia, sua terra natal, onde recebeu excelente instrução primária que marcaria a direção ulterior em busca do saber aprofundado e da sede de

universalidade. Lembra depois a Itália em cuja cultura alicerçou o método crítico. A seguir, refere-se ao Uruguai, sua pátria adotiva, onde se impregnou da consciência hispânica como forma específica da consciência universal e onde desenvolveu o essencial de sua teoria linguística. Foi nesse momento que entrou em contato com intelectuais brasileiros que militavam no Rio de Janeiro, de cujo convívio guarda especial lembrança de Mattoso Câmara, Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes, Silvio Elia e Celso Cunha. Vem depois a Alemanha que, em 1963, pelo empenho principal de Harri Meier, o convida para ocupar a cátedra de Filologia Românica, mais tarde de Filologia Românica e de Linguística Geral, da Universidade de Tübingen, à qual até hoje pertence, onde fundou a Escola de Tübingen, representado por numerosos docentes universitários, da Alemanha e de outros países, desde a América Latina até o Japão.

O Liceu Literário Português, pelo seu Instituto de Língua Portuguesa, envia ao ilustre mestre os cumprimentos por mais esta homenagem que lhe foi justamente tributada.

O Prof. Dr. Eugenio Coseriu esteve durante todo o mês de agosto entre nós, por convite inicial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde ministrou curso sobre Princípios de sintaxe funcional, na Universidade Federal Fluminense (Teoria e ciência da Tradução) e na Universidade de São Paulo (História das idéias lingüísticas).

\*\*\*

## COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

BENILDE JUSTO CANIATO. Professora Assistente MS3 (Doutor) em Filologia e Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo. Especialista em Literatura Africana de expressão portuguesa sobre cujo domínio tem escrito vários artigos.

EBERHARD GÄRTNER. Catedrático de Lingüística Portuguesa e Espanhola do Instituto Românico da Universidade de Leipzig. Especialista na área Ibero-Românica e de Lingüística Comparada. Autor de livros e vários artigos de sua especialidade.

EVANILDO BECHARA. Professor Titular nos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense. Professor *Emérito* pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FÁTIMA RIBEIRO. Diplomada pela Universidade de Coimbra, leciona língua portuguesa na Universidade.

HILMA RANAURO. Professora Doutora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. Autora de livros e vários artigos de sua especialidade.

JORGE MORAIS BARBOSA. Catedrático de Língua Portuguesa da Universidade de Coimbra, autor de vários livros e artigos na área de Lingüística Geral, Lingüística Portuguesa e Filologia.

JORGE RANGEL. Secretário Adjunto para a Administração, Educação e Juventude do Governo de Macau.

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO. Professor *Emérito* pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARIA DO SOCORRO SILVA DE ARAGÃO. Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba. Tem-se especializado nas áreas de Dialectologia, Literatura Brasileira e Folclore, para cujas áreas tem escrito livros e artigos.

MICHEL LABAN. Maître de Conférences (de Português) na Universidade de Paris III (Sorbonne). Doutor pela Universidade de Paris IV (Terceiro Ciclo) em 1979. Especialista na área de português de Angola, Moçambique e Cabo Verde, para cujos domínios escreveu livros e artigos.

SÍLVIO ELIA. Professor nos cursos de pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Antigo Catedrático de Latim no Colégio Pedro II e Titular de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.